

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

MARCELO BENEDICTO FERREIRA

MEMÓRIA, DISCURSO, ACONTECIMENTO:
as pesquisas do IBGE e os retratos do Brasil na imprensa

Rio de Janeiro
2015

MARCELO BENEDICTO FERREIRA

**MEMÓRIA, DISCURSO, ACONTECIMENTO:
as pesquisas do IBGE e os retratos do Brasil na imprensa**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Memória Social.

Linha de pesquisa: Memória e Linguagem
Orientadora: Profª Drª Lucia M. A. Ferreira

**Rio de Janeiro
2015**

F383 Ferreira, Marcelo Benedicto.
Memória, discurso, acontecimento : as pesquisas do IBGE e os
retratos do Brasil na imprensa / Marcelo Benedicto Ferreira, 2015.
215 f. ; 30 cm

Orientadora: Lucia M. A. Ferreira.
Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

1. IBGE. 2. Análise do discurso. 3. Jornalismo - Cobertura
jornalística. 4. Redação de textos jornalísticos. 5. Memória - Aspectos
sociais. I. Ferreira, Lucia M. A. II. Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-
Graduação em Memória Social. III. Título.

CDD – 401.41

MARCELO BENEDICTO FERREIRA

**MEMÓRIA, DISCURSO, ACONTECIMENTO:
as pesquisas do IBGE e os retratos do Brasil na imprensa**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Memória Social.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Lucia M. A. Ferreira (orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Profª Drª Evelyn Goyannes Dill Orrico
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Profª Drª Freda Indursky
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profª Drª Silmara Dela Silva
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Profª Drª Tania Conceição Clemente de Souza
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

*À Ana Cristina, minha mulher,
e à Alice, minha filha.*

AGRADECIMENTOS

Esta foi a última página em branco desta tese que foi preenchida. As outras, que agora se encontram cheias de palavras e imagens, não teriam sido concluídas sem o apoio e a compreensão de inúmeras pessoas que, de formas diversas, estiveram ao meu lado ao longo da jornada, de pouco mais de quatro anos, que agora se encerra.

No Brasil, estudar e pesquisar não são atividades simples de serem realizadas, pois falta investimento público e o devido reconhecimento social quanto à relevância do saber e da permanente busca pelo conhecimento. Por isso, é muito importante não desistir, procurar aliados e aceitar o apoio daqueles que nos ajudam a desviar dos obstáculos. Foi exatamente isso que minha mulher e minha filha (Ana Cristina E. S. Lima e Alice Lima Ferreira), companheiras e lutadoras incansáveis, sempre me proporcionaram. A elas dedico este trabalho.

Minha orientadora, Lucia M. A. Ferreira, também faz parte do time daqueles que acreditam e mantêm o pé firme na busca pelo conhecimento. Foi fundamental seu espírito crítico e interessantes reflexões em todos os passos da pesquisa. Também não posso deixar de ressaltar a sua liderança frente ao grupo de pesquisa Discurso & Cidade, do qual tive a honra de participar e aproveitar as excelentes leituras, debates e inúmeras contribuições para a tese, feitas pelos demais integrantes, aos quais agradeço imensamente.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS), da UNIRIO, agradeço pela receptividade e excelentes disciplinas ministradas, além dos eventos acadêmicos de relevância. Também foi de grande valia a participação, como aluno, de duas disciplinas do programa de pós-graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, ministradas pelos professores Ana Paula Goulart e Eduardo Granja Coutinho.

Agradeço, também, aos amigos da Coordenação de Marketing, do IBGE, que vivenciam, ao meu lado, o cotidiano da comunicação no instituto. Um muito obrigado especial às amigas e publicitárias Isabela Torres e Renata Corrêa, pelo companheirismo e pelas conversas que tornam o cotidiano mais leve e, por isso, mais propenso às boas mudanças. E, por fim, agradeço, e muito, às professoras Carmen Irene de Oliveira e Márcia Elisa Rendeiro por terem me apresentado os caminhos da memória.

“A vida não dá certeza
pois tudo se movimenta
cada dia representa
a chance de uma surpresa
(...)
Ninguém sabe o que será
do tempo futuramente
mas o tempo do presente
tudo tem e tudo dá
(...)
Vejo o tempo que passou
montando o tempo que passa
e já respirando a fumaça
do tempo que não chegou
(...)
Estou na porta de saída
vendo o portão de chegada
depois de muita rodada
na bulandeira da vida
(...)”¹

¹SIBA. **Tempo II**. CD Toda vez que eu dou um passo o mundo sai do lugar - Siba e a Fuloresta. Ambulante Discos, 2007.

RESUMO

O tema deste estudo é o papel da memória na configuração das pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em acontecimento jornalístico, no discurso do instituto dirigido à imprensa, por meio de releases, e nas matérias jornalísticas sobre esse discurso. Um aspecto a ser considerado é como os releases e as matérias jornalísticas constroem o acontecimento. Assim, o objetivo é compreender a construção da memória nesses acontecimentos, identificando as tensões que neles se inscrevem, especificamente quando se comparam os discursos do IBGE e dos jornais. O estudo se inscreve no campo da Memória Social, cuja natureza interdisciplinar possibilitou a articulação com os campos da Comunicação Social, especificamente o jornalismo, e a perspectiva teórica da Análise de Discurso (AD).

Palavras-chave: IBGE. Análise do discurso. Jornalismo – Cobertura jornalística. Redação de textos jornalísticos. Memória – Aspectos sociais.

ABSTRACT

The theme of this study is the role of memory in the research carried out by the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brazilian Institute of Geography and Statistics, IBGE) when it is presented as a journalistic event, that is, in the discourse of the Institute that is published in the national press, through press releases, and in journalistic pieces about this discourse. An aspect to be considered is how the releases and the journalistic pieces construct the event. Thus, our aim is to understand the construction of memory in these events, identifying tensions within them, specifically when comparing the IBGE discourse to the press discourse. This is a Social Memory study, whose interdisciplinary nature made it possible to articulate it with the fields of Social Communication, specifically journalism, and the theoretical perspective of Discourse Analysis (DA).

Key-words: IBGE. Discourse Analysis. Journalism - News coverage. Writing newspaper articles. Memory –social aspects.

SUMÁRIO

Introdução.....	13
 Capítulo 1	
Tramas conceituais: da memória ao acontecimento.....	19
1.1. Pensando a memória: o passado no presente.....	20
1.2. A memória em uma idade de mídia.....	24
1.3. O acontecimento no jornalismo e suas aproximações com o discurso.....	27
1.4. A notícia do passado no retrato do presente: os propósitos da pesquisa.....	36
 Capítulo 2	
As estatísticas oficiais brasileiras: uma notícia de primeira página.....	41
2.1. A quantificação do mundo e a institucionalização das estatísticas.....	44
2.2. O IBGE como espelho do país: elementos para a construção de uma imagem.....	48
2.3. A transformação dos números em notícia: o discurso de divulgação das estatísticas.....	54
2.4. A assessoria de imprensa do IBGE: da formulação técnica e institucional à configuração como objeto de estudo acadêmico.....	58
 Capítulo 3	
A configuração do acontecimento jornalístico na divulgação das estatísticas oficiais: a construção teórica do objeto e da análise.....	64
3.1. As formações imaginárias.....	66
3.1.1. A imagem histórica do jornalista.....	67
3.1.2. A imagem do Assessor de Imprensa: ele é jornalista?	70
3.1.3. Imagens construídas nos jornais sobre as informações estatísticas do IBGE.....	73
3.2. As disputas da memória.....	77
3.2.1. Interpelação ideológica, sujeito e a construção de sentidos.....	77

3.2.2. Memória e acontecimento: uma retomada dos conceitos.....	82
3.2.3. O desentendimento: as tensões nos discursos sobre as estatísticas.....	86
3.3. A delimitação do corpus da pesquisa.....	91
3.3.1. A montagem do corpus empírico.....	92
3.3.2. O corpus discursivo.....	100

Capítulo 4

Os discursos sobre as estatísticas oficiais do Brasil.....	102
4.1. O funcionamento do discurso sobre as estatísticas do IBGE: a análise das SDs.....	106
4.1.1. Divulgação do Censo 2000 (19/12/2001).....	107
4.1.2. Divulgação do Censo 2000 (08/05/2002)	113
4.1.3. Divulgação da PNAD 2002 (10/10/2003)	117
4.1.4. Divulgação da PNAD 2003 (29/09/2004)	119
4.1.5. Divulgação da PNAD 2004 (25/11/2005)	122
4.1.6. Divulgação da PNAD 2005 (15/09/2006)	125
4.1.7. Divulgação da PNAD 2006 (14/09/2007)	127
4.1.8. Divulgação da PNAD 2007 (18/09/2008)	130
4.1.9. Divulgação da PNAD 2009 (08/09/2010)	133
4.1.10. Divulgação da PNAD 2011 (21/09/2012)	135
4.1.11. Divulgação da PNAD 2013 (18/09/2014)	137
4.2. A memória nos Retratos do Brasil: uma dinâmica do desentendimento.....	140

Capítulo 5

O discurso sobre os personagens dos retratos do Brasil	150
5.1. Imagens e sentidos: a relação entre o verbal e o não-verbal na construção do acontecimento jornalístico.....	152
5.2. A memória nas/das imagens.....	155
5.2.1. As fotografias de primeira página do jornal O Estado de São Paulo.....	158
5.2.2. As fotografias de primeira página do jornal O Globo.....	168
5.3. A cristalização dos sentidos.....	178
Considerações Finais.....	181

REFERÊNCIAS.....	188
 ANEXOS	191
Anexo I: Quadro geral das divulgações.....	194
Orientações gerais sobre os Anexos II a XII.....	200
Anexo II: Divulgação do Censo 2000 (19/12/2001)	201
Anexo III: Divulgação do Censo 2000 (08/05/2002)	202
Anexo IV: Divulgação da PNAD 2002 (10/10/2003)	203
Anexo V: Divulgação da PNAD 2003 (29/09/2004)	204
Anexo VI: Divulgação da PNAD 2004 (25/11/2005)	206
Anexo VII: Divulgação da PNAD 2005 (15/09/2006)	207
Anexo VIII: Divulgação da PNAD 2006 (14/09/2007)	208
Anexo IX: Divulgação da PNAD 2007 (18/09/2008).....	209
Anexo X: Divulgação da PNAD 2009 (08/09/2010)	210
Anexo XI: Divulgação da PNAD 2011 (21/09/2012)	212
Anexo XII: Divulgação da PNAD 2013 (18/09/2014)	214

Introdução

Para refletir sobre um número, é preciso relacioná-lo a outros números, a uma teoria, ou a algum contexto social. Sozinho, para a maioria das pessoas, um número não é capaz de dizer quase nada. Porém, quando expressa a quantidade de alguma coisa, a distância entre pontos no espaço, o percurso do tempo cronológico, enfim, quando é utilizado para revelar algo que somos capazes de compreender de forma quantificada, ele se investe de sentido. Então, torna-se mais fácil entender, se temos pouco ou o bastante de um certo produto, ou o quanto ainda falta para atingirmos uma meta. Assim, é possível concluir que os sentidos atribuídos aos números são socialmente construídos a partir de arranjos estabelecidos em ordenações discursivas específicas, como aquela relacionada à difusão de dados e análises estatísticas sobre o país, periodicamente divulgados pela imprensa.

Um dos desdobramentos do desenvolvimento da economia monetária foi os governos e os mercados passarem a ter uma maior preocupação com a criação de procedimentos capazes de possibilitar o conhecimento e a organização da realidade social e econômica. No bojo desse processo surgiu a estatística, que logo se tornou uma ciência de interesse dos Estados. Com o tempo, o olhar sobre o cotidiano passou a ser orientado a partir de agregados e unidades uniformes passíveis de serem quantificadas. Assim, os números passaram a ser utilizados como meio de se estreitar a concentração sobre determinado assunto e obter o máximo de precisão nas avaliações sobre diversos temas (CROSBY, 1999).

Contemporaneamente, a expressiva presença de dados e informações estatísticas no noticiário veiculado pela mídia é um bom exemplo da opção por se observar e avaliar a realidade por meio de números. Na redação de suas matérias, os jornalistas utilizam com frequência as estatísticas como referência às percepções e avaliações técnicas sobre emprego, inflação, renda, fertilidade, situação econômica, desigualdades sociais, ações políticas e eleições, por exemplo. Dentre as pesquisas mais citadas nas coberturas jornalísticas, estão as realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), instituição governamental responsável pela coordenação, elaboração e divulgação das estatísticas oficiais do Brasil.

Produzir informações sobre a “realidade”² do país é um trabalho que exige a realização de uma série de escolhas que, no caso das estatísticas oficiais, são pautadas em critérios técnico-científicos e políticos, por se tratar da elaboração de um tipo de informação que é edificada a

² Termo que integra o texto da missão institucional do IBGE (“Retratar o Brasil, com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania”) e que é muito recorrente nos comunicados do instituto dirigidos à imprensa e nas matérias jornalísticas sobre suas pesquisas.

partir da intercessão dos campos da ciência estatística e da política governamental. Entretanto, ao serem publicadas pela imprensa, essas estatísticas também passam a receber a influência do campo da comunicação social, ao se conformarem às técnicas de redação jornalística.

A cada pesquisa divulgada, o IBGE apresenta estatísticas atuais sobre o país, que são comparadas com os resultados de outras edições da mesma pesquisa lançadas em anos anteriores. Essas informações são ressignificadas pelo discurso jornalístico em dois momentos: quando a assessoria de comunicação do instituto redige um release³, para divulgar a pesquisa para a imprensa, e pelos jornalistas dos veículos de comunicação, ao escreverem suas reportagens.

Em ambas produções jornalísticas inscrevem-se discursos sobre o passado e o presente que possibilitam reflexões sobre o desenho de um futuro para o país - que pode ser elaborado de diversas formas, dependendo da rede de sentidos acionada na configuração dos acontecimentos que alavancam essas produções discursivas. São essas especificidades das pesquisas estatísticas do IBGE e de sua divulgação para a imprensa que as configuram como um instigante objeto de estudo para os campos da memória social, do discurso e do jornalismo, especialmente quando vistos a partir de uma perspectiva interdisciplinar, como a adotada no presente estudo.

Pensar o acontecimento nos remete a reflexões sobre a construção da memória em uma sociedade, processo em que o passado é constantemente reconstruído a partir de reflexões realizadas no presente (HALBWACHS, 2004; 2006). Assim, ao recordar, reinterpretemos os acontecimentos à luz das necessidades presentes, mas como não há consenso sobre o que foi esse passado e se ele ainda perdura, gera-se uma tensão justamente por ele ser sentido como parte do presente e ao mesmo tempo separado dele (LOWENTHAL, 1998).

No jornalismo, o acontecimento pode ser compreendido como a seleção de um fato que de alguma forma difere das ocorrências cotidianas e que, por isso, merece ser realçado, virar notícia. Entretanto, ele também pode ser visto como o desfecho de um processo que, em determinado momento, é apreendido pelo discurso jornalístico (QUÉRÉ, 2012).

O acontecimento também é um conceito muito relevante no campo da Análise de Discurso de vertente francesa, tradição teórico-analítica fundada por Michel Pêcheux, cujos desdobramentos no Brasil ocorreram sob a liderança de Eni P. Orlandi – autores que são referência no presente estudo. Da perspectiva do discurso, o acontecimento pode ser definido

³ Texto informativo distribuído à imprensa por uma instituição privada, governamental etc., para ser divulgado. É a notícia do ponto de vista da instituição (RABAÇA; BARBOSA, 2001).

como sendo o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória (PÊCHEUX, 2008), ocorrência que pode desmanchar uma série de regularizações e produzir uma outra, como também pode absorver essa série e manter sua regularização. Forma-se assim uma tensão entre uma memória que busca absorver os sentidos instaurados pelo acontecimento e a possibilidade desse acontecimento provocar uma inflexão no fluxo de sentidos dessa memória.

Nesta pesquisa, um aspecto importante é a identificação dessas tensões nos discursos de divulgação das estatísticas do IBGE. A perspectiva teórica adotada nesse sentido é a definida por Rancière (1996), na qual a política é vista como a atividade que tem por racionalidade própria a racionalidade do desentendimento, que é a “situação da palavra” em que “um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro” pelo fato de que, embora um interlocutor entenda claramente o que o outro diz, “não vê o objeto do qual o outro lhe fala, ou vê mas quer ver um outro objeto diferente sob a mesma palavra” (1996, p. 11-12). As disputas que se estabelecem a partir dessa situação podem levar ao rompimento de uma determinada ordem ou à sua manutenção.

A partir dessas referências teóricas foi elaborado o tema desta pesquisa: o papel da memória na construção do acontecimento, nos discursos do IBGE e da imprensa, sobre as estatísticas oficiais do Brasil. E também foi definido o objetivo principal do estudo: compreender a construção e a transmissão da memória, no processo comunicativo estabelecido pela imprensa, com base nos acontecimentos jornalísticos que são formulados nos discursos sobre as pesquisas do IBGE.

Tanto nos releases como nas matérias jornalísticas é possível identificar formatos específicos que caracterizam essas produções textuais, sejam elas exclusivamente verbais, como os releases, ou as que, além do texto, também utilizam fotografias, como é o caso das coberturas jornalísticas. O fragmento a seguir, extraído de um release, é um exemplo de como é estruturado o discurso do IBGE para os jornalistas:

PNSB⁴: Abastecimento de água chega a 99,4% dos municípios, coleta de lixo a 100%, e rede de esgoto a 55,2%

Nesses oito anos, o único serviço de saneamento que não chegou próximo à totalidade de municípios foi a coleta de esgoto por rede geral, que estava presente em 52,% dos municípios em 2000 e passou a 55,2% em 2008. Entretanto, nos municípios em que o serviço existia, houve, no mesmo período, um aumento dos que registraram ampliação ou melhoria no sistema de esgotamento, de 58% para 79,9% do total, e dos domicílios atendidos, de 33,% para 44%. (Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008, divulgada em 20/08/2010).

⁴Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB).

Já a chamada de capa abaixo é um exemplo de como os jornalistas ressignificam as informações apresentadas no release do IBGE:

Governo Lula não mudou a calamidade no saneamento
Em 2008, após 6 anos de mandato, 56% dos domicílios ainda não tinham esgoto

(...) nada menos que 32 milhões de domicílios brasileiros (56% do total) ainda não eram atendidos por rede de esgoto, índice de país subdesenvolvido. Em 2000, (...) havia 36 milhões de domicílios sem esgoto (66%) - o que mostra que a situação pouco mudou. (O Globo, 21/08/2010)

Enquanto as interpretações sobre as estatísticas elaboradas pelo IBGE nos releases mostram um país cuja curva de melhorias sociais quase sempre é ascendente, apesar de também realçarem a permanência de problemas, as matérias jornalísticas sobre essas mesmas estatísticas geralmente seguem um caminho oposto, pois costumam conferir um peso maior à permanência dos problemas sociais e econômicos enfrentados pelo país. As fotografias estampadas nos jornais, de um modo geral, mostram pessoas em situação de extrema pobreza, muitas vezes conflitando com os títulos das mesmas matérias, que abordam melhorias alcançadas pelo país.

Muitas vezes, mesmo quando no release é apontada a persistência de um determinado problema no país, há a preocupação de também mostrar a ocorrência de melhorias que possam funcionar como contrapontos aos problemas. Já nos jornais, em muitos casos, acontece o oposto: uma melhoria apontada pelo release do IBGE relativa a um indicador social, por exemplo, tem seu impacto diminuído, em função de um problema que ganha mais destaque nas páginas do jornal. Uma questão a ser considerada é como os sentidos construídos por esses discursos ampliam ou diminuem o impacto da atualidade vislumbrada pelo acontecimento, de forma a manter ou superar aspectos do passado.

Com base nessas observações é que orientamos nosso olhar na análise de um conjunto de releases do IBGE e as respectivas coberturas jornalísticas, buscando as aproximações e distanciamentos entre os discursos materializados nesses dois tipos de produção jornalística - o que nos remete ao questionamento central deste estudo: o release escrito pelo IBGE para divulgar uma pesquisa e as matérias jornalísticas publicadas, que o utilizaram como referência, podem ser considerados como duas construções discursivas sobre um mesmo acontecimento, ou como construções sobre acontecimentos distintos?

Também nos interessa pensar o funcionamento desses discursos em uma perspectiva política; a inscrição do passado nos acontecimentos por eles desencadeados; os sentidos

vislumbrados para o futuro; e a relação desses acontecimentos com outros que se estabelecem nos jornais.

Os objetivos e questionamentos até aqui apresentados estão diretamente relacionados a duas inquietações que configuram nossas hipóteses: nas matérias jornalísticas sobre as pesquisas do IBGE, os sentidos sobre o passado absorvidos pelo acontecimento significam de forma a minimizar o impacto da atualidade apresentada pelo discurso do IBGE; e nos releases do IBGE, a atualidade demarcada pelo acontecimento significa de forma a ultrapassar os sentidos oriundos do passado.

As discussões apresentadas nessa breve introdução serão melhor desenvolvidas nos cinco capítulos que compõem esta tese. O capítulo 1 é dedicado à elaboração do arcabouço teórico que fundamenta os propósitos do estudo, que tem como ponto de partida as considerações fundamentais sobre memória e acontecimento e suas articulações com o jornalismo e o discurso. O capítulo 2 traça um panorama sobre a elaboração das estatísticas oficiais, apresentando seus ordenamentos em contextos nacionais e internacionais, bem como a estruturação da imagem do IBGE. O recorte específico que orienta as discussões apresentadas ao longo do capítulo é a construção do trabalho de comunicação do IBGE com a mídia, especialmente a partir da reestruturação de sua assessoria de imprensa.

No capítulo 3, a ênfase é para o arcabouço teórico a partir do qual foram pensadas as questões que orientam a pesquisa. Na construção teórica do objeto e da análise foram consideradas as formações imaginárias historicamente estabelecidas para o jornalista e o assessor de imprensa, bem como a imagem construída para as estatísticas do IBGE pelos próprios jornais.

O capítulo também aborda as disputas envolvidas na construção da memória, retoma e aprofunda conceituações sobre o acontecimento, além de estabelecer as relações entre ideologia, sujeito e os sentidos estabelecidas nos discursos. O caminho vislumbrado para pensar as tensões e disputas de sentido, nos discursos sobre as estatísticas do IBGE divulgadas para a imprensa, foi o de considerar os embates estabelecidos entre duas ordens: uma que procura estabilizar os sentidos e outra que procura mostrar suas limitações.

Por último, o capítulo ainda trata da delimitação do corpus empírico e do corpus discursivo, com vistas às discussões a serem desenvolvidas no capítulo 4, no qual é apresentada a análise de 11 divulgações, cada uma realizada com base em sequências discursivas identificadas nos textos de abertura dos releases e nas chamadas de primeira página de três jornais (O Globo, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo).

O capítulo 5 é dedicado à análise de um conjunto de imagens publicadas nas chamadas de primeira página dos mesmos jornais. A proposta foi a de analisar o funcionamento discursivo dessas imagens no processo de construção da memória nos discursos dos jornais sobre as pesquisas do IBGE, tendo em vista a inscrição e o entrecruzamento da memória e da atualidade dos acontecimentos.

Por fim, é importante ressaltar que nas análises foi importante considerar algumas características referentes à estruturação da abertura dos releases e das chamadas de primeira página dos jornais, textos dos quais foram extraídas as sequências discursivas sobre as quais incidiu a análise. Assim, buscou-se compreender como eram compostos os títulos, subtítulos, os parágrafos, em especial os primeiros, dentre outros aspectos, que, em termos de linguagem jornalística, revelam o grau de destaque concedido (ou não) a um assunto. Tal critério se justifica pela relevância da relação entre forma e sentido nos discursos jornalísticos (MOUILLAUD, 2012). Assim, foi possível verificar, logo nas primeiras observações, que a própria disposição dos conteúdos nos releases e nos jornais já indicava movimentações específicas do sujeito, ora mostrando que ele se aproximava, ora que se distanciava de um determinado discurso.

Capítulo 1

Tramas conceituais: da memória ao acontecimento

“Lembranças não são reflexões prontas do passado, mas reconstruções ecléticas, seletivas, baseadas em ações e percepções posteriores e em códigos que são constantemente alterados, através dos quais delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo a nossa volta”
(LOWENTHAL, 1998, p. 103)

A mídia hoje exerce um papel fundamental na construção e disponibilização da memória. O jornalismo, por exemplo, apresenta de forma ininterrupta inúmeros acontecimentos que parecem irremediavelmente influenciar o nosso cotidiano, inscrevendo novas marcas e atualizando outras que pareciam, até então, viver apenas no passado. Viver, neste caso, talvez seja o verbo mais adequado para evidenciar o quanto esse passado é dinâmico e, por assim o ser, não deve ser visto como algo estanque, que precisa ser acessado por não poder mais ser percebido no presente. Ao contrário, como especifica Lowenthal (1998), “toda consciência atual se funda em percepções e atitudes do passado”, pois aquilo que hoje reconhecemos é porque vimos ou experimentamos em algum momento, diretamente ou através da experiência ou relato dos outros.

As marcas do passado estão presentes de diversas maneiras nos discursos midiáticos. Uma vez identificadas, após um trabalho de análise, elas podem revelar os contornos de uma memória que está sendo atualizada em discursos processados pela mídia, levando-se em conta, é claro, o contexto social e suas condições de produção. É na vertente que se interessa pelos processos comunicativos de construção e transmissão da memória que se inscreve a presente pesquisa. Nesse sentido, mais do que entender os conteúdos dos quadros que se referem ao passado formulados pela mídia, especificamente pela imprensa, o caminho a ser desbravado é o de compreender como eles são construídos e transmitidos.

A perspectiva teórica tem como referência as considerações de Jedlowski (2005) sobre a importância dos processos comunicativos estabelecidos nos veículos de comunicação para a constituição, preservação, transmissão e transformação da memória. Para isso, ainda segundo o autor, torna-se necessário dar atenção às formas cotidianas de elaboração da memória e de convivência do passado com o presente, aspectos discutidos por Lowenthal (1998) e Connerton (1999).

Falar em transmissão da memória, nesse caso, não diz respeito a um ato de emitir uma

determinada informação para um outro que a receberia e a passaria adiante. Mais do que isso, a formulação se refere aos movimentos realizados para que tal procedimento aconteça de forma contínua. No dicionário Aurélio (1986), o significado da palavra “transmissão” pode se limitar ao ato ou efeito de transmitir, de transferir uma coisa ou obrigação. Mas a palavra também tem como significado a comunicação do movimento de um mecanismo a outro por meio de engrenagens, polias, correias etc.; instrumento destinado a transmitir movimentos; bem como o trabalho efetuado por um transmissor rádio difusor ou telegráfico.

Sendo assim, aqui os atos de transmissão estão diretamente relacionados às ideias de “comunicação”, “movimento” e “trabalho”, como assinalaram as definições. Uma apropriação possível dessas mesmas definições, de acordo com os propósitos desta pesquisa, é a de que demarcam uma preocupação com os movimentos do trabalho de comunicação da memória pela sociedade, com destaque para a centralidade da mídia nesse processo.

Dessa forma, este capítulo vai apresentar uma abordagem social da memória e sua relação com a construção do acontecimento nos discursos jornalísticos, o que insere a discussão sobre memória no contexto da mídia e no campo dos estudos sobre o discurso, diálogo que, ao final, fundamenta as questões da presente pesquisa.

1.1. Pensando a memória: o passado no presente

Na primeira metade do século XX, os estudos desenvolvidos pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs mostraram o caráter social da memória, cuja conceituação se baseia na existência de uma construção coletiva que ocorre a partir de interações entre indivíduos. Segundo o autor, os diversos aspectos que estão em jogo nessas interações constituem os quadros sociais da memória, que garantem a coesão social (HALBWACHS, 2004).

Nessa acepção, a memória não é concebida como uma espécie de acervo de lembranças que, a partir de um esforço consciente, pode ser acessado pelo indivíduo. Também não se trata de um passado a ser resgatado e novamente posto em circulação, nem apenas como algo que é preservado ou conservado para poder ser conhecido por gerações futuras. Ao contrário, memória é vista como uma construção dinâmica, um processo que se desenvolve de forma contínua no presente, tempo no qual estão inscritas as marcas do passado que continuam a influenciar a vida social. Nesse sentido, ainda de acordo com o autor, a memória é constituída de dados ou noções comuns que estão em nosso espírito e nos dos outros, que são moldados

pelas leis e regras da própria sociedade: “Lemos os objetos segundo as leis que a sociedade nos ensina e nos impõe” (HALBWACHS, 2009, p. 62).

Entretanto, para lembrar, precisamos reconhecer as lembranças que as circunstâncias despertam, o que só é possível se tivermos o auxílio de outras pessoas, colocando-nos na perspectiva de um ou mais grupos, ou de um pensamento comum, para que as lembranças se apoiem umas nas outras. É a partir dessa reflexão que Halbwachs elabora o conceito de memória coletiva, segundo o qual a memória está condicionada à existência e permanência dos grupos. Nesse sentido, defende que “esquecer um período da vida é perder o contato com os que então nos rodeavam” (2009, p. 37). Assim, a força decisiva dos grupos se impõe até mesmo quando se trata das lembranças no plano individual, que para o autor nada mais é que um ponto de vista sobre a memória coletiva, formado a partir das imagens e dos ambientes que atravessamos.

Em relação aos conteúdos sobre os quais pensamos, ou sobre aqueles que deixamos de pensar, Halbwachs não considera que eles devam ser considerados apenas como consequências de reflexões feitas pelos indivíduos, mas como fruto de uma aproximação entre percepções determinadas pela ordem em que se apresentam os objetos sensíveis no espaço – o que pode nos deixar mais ou menos receptivos ao reaparecimento de determinada lembrança, a qual está fora de nós, dispersa em muitos ambientes. Isso, porque não cabe aos indivíduos a realização das combinações necessárias ao surgimento da lembrança, ressalta Halbwachs (2009), pois elas acontecem ao acaso, apesar de termos a ilusão de que nossas ideias são oriundas de nosso próprio pensamento – ilusão que cada grupo social se empenha em manter em seus membros (2009, p. 65).

Ainda de acordo com o autor, quando uma lembrança reaparece subitamente, o que de fato podemos reconhecer são as forças que as fazem reaparecer, com as quais sempre mantivemos contato. Então, se essas forças sempre estiveram presentes é porque nunca foram refêns de um passado estático, ou seja, de alguma forma persistiram e continuaram a se desenvolver, mesmo que em alguns momentos não se fizessem notar. Daí a noção de memória como um processo caracterizado por um trabalho de reconstrução, no qual questões socialmente elaboradas desaparecem e podem surgir novamente em diversas ocasiões ao longo do tempo.

Com base na definição de Halbwachs (2009) sobre o papel central dos grupos na construção da memória, Connerton (1999) faz uma crítica quanto ao fato de, apesar de o autor desenvolver em seus estudos uma concepção teórica sobre memória coletiva, ele não diz como é que essas memórias são transmitidas, no interior do mesmo grupo social, de uma geração para outra:

“Se queremos continuar a falar, seguindo Halbwachs, de memória coletiva, devemos reconhecer que muito daquilo que está a ser subsumido sob esse termo se refere, muito simplesmente, a fatos de comunicação entre indivíduos. (...) [Porém, ele] não nos deixa nenhuma indicação explícita de que os grupos sociais são constituídos por um sistema, ou sistemas, de comunicação” (CONNERTON, 1999, p. 43).

Com base nesse questionamento, Connerton defende que estudar a formação social da memória é estudar os atos de transferência que tornam possível recordar em conjunto. Por isso, ressalta a importância de certos tipos particulares de repetição presentes nas sociedades. Em sua pesquisa, formula a hipótese de que se a memória social existe, é provável que seja encontrada nas cerimônias comemorativas, desde que sejam de caráter performativo, que envolvam repetição de palavras e ações corporais. Esses rituais performáticos transportariam sedimentos de um passado que se quer negar ou perpetuar a cada cerimônia.

Assim, a tentativa de romper com uma determinada ordem social enfrentaria uma espécie de sedimento que procura mantê-la. A natureza desse sedimento está nas imagens que as comunidades criam e preservam de si próprias como sendo sempre existentes – “uma percepção da continuidade da sociedade ou, mais exatamente, da imagem dessa continuidade que a sociedade cria” (CONNERTON, 1999, p. 14). Dessa forma, as imagens do passado podem servir para legitimar a ordem social do presente, manter a coesão dos grupos e das instituições de uma sociedade.

Tal definição nos leva a pensar na existência de complementaridades e oposições irreduzíveis que sustentam o ordenamento social, o que levou Pollak (1989) a tomar a memória como um objeto de poder, perspectiva que vai além das discussões fundadoras de Halbwachs sobre a memória dos grupos. Segundo o autor, Halbwachs se preocupou em mostrar a força das diferentes formas de estruturação da memória da coletividade a que pertencemos. Memória esta que define o que é comum ao grupo e o que o diferencia de outros grupos, além de fundamentar e estruturar o sentido de pertencimento e as fronteiras socioculturais.

Para Pollak (1989), Halbwachs não vê na memória coletiva uma força específica de dominação ou violência simbólica. Ao contrário, ele concentra seus estudos nas funções positivas desempenhadas pela memória, ou seja, o seu papel de reforçar a coesão social pela adesão afetiva ao grupo. Por outro lado, Pollak se inscreve em uma tradição que se interessa pelo caráter coercitivo, uniformizador e opressor da memória nacional. Para ele, os silenciamentos impostos à memória têm como consequência a luta pela sobrevivência das “memórias subterrâneas”, aquelas que foram silenciadas.

Então, os indivíduos têm a ilusão de serem a fonte de suas lembranças, aqueles que as acionam quando as desejam ou delas precisam. Porém, não é bem assim que acontece. As lembranças se estabelecem em um contexto social, fora dos indivíduos. Na verdade, há forças que as fazem reaparecer. No entanto, tais forças, nem sempre são visíveis, apenas funcionam como um mecanismo que nos faz lembrar. Romper com esta ordem não é uma tarefa simples, porque há uma série de conjunturas que buscam mantê-la, e que são responsáveis pela imagem de continuidade que nos orienta. Tais mecanismos reforçam a coesão social e, ao mesmo tempo, possuem um caráter uniformizador e, até mesmo, opressor que dificultam o surgimento de outras memórias.

Conforme ressalta Lowenthal, “a memória transforma o passado vivido naquilo que posteriormente pensamos que ele deveria ter sido, eliminando cenas indesejáveis e privilegiando as desejáveis” (1998, p. 98), o que nos remete ao caráter seletivo da memória. A seleção acontece pelo fato de não ser possível lembrar de tudo, mas também pelo fato de haver disputas sobre o que deve ou não deve ser lembrado, questão que pode ser relacionada aos silenciamentos realçados por Pollak.

Segundo Lowenthal (1998), pensar a influência do passado é relevante, porque fundamentamos nossas experiências em um contexto anterior, envolvendo-as em contornos, formas conhecidas e objetos já experimentados. O passado perdura de diversas formas em nossos gestos e palavras mas, para recuperar acontecimentos, diferenciar o ontem do hoje e confirmar que esse passado existiu é preciso lembrar. E as lembranças têm status de testemunha ocular, porque inspiram confiança, por aparentar terem sido registradas na época em que os fatos recordados aconteceram.

Assim, todas as experiências e aprendizados funcionam como um filtro para o passado, transformando-o naquilo que achamos que deveria ter sido. Quando olhamos para o passado, reconhecemos as diferenças entre as diversas situações recordadas, mas não demarcamos completamente as diferenças entre aquelas e o presente. Isso ocorre porque o passado recordado não é uma cadeia temporal consecutiva, mas um conjunto de momentos descontínuos.

Não recordamos de forma sequencial, pois os acontecimentos são lembrados por meio de associações que, muitas vezes, são feitas por nós mesmos. Desta forma, o passado que conhecemos ou vivenciamos, em muitos casos, torna-se dependente de nossas próprias opiniões. Além disso, ao recordar reinterpretamos os acontecimentos à luz das necessidades presentes. Por isso, conforme o autor, há uma tensão nesse passado, por ele ser sentido como parte do presente e, ao mesmo tempo, separado dele: “Na verdade temos consciência do passado como

um âmbito que coexiste com o presente ao mesmo tempo que se distingue dele” (LOWENTHAL, 1998).

Sendo assim, diante de sua relevância para a vida social e das dificuldades em ser distinguido do presente, como identificar as marcas desse passado? Conforme aponta o próprio autor, a história, os fragmentos (as relíquias) e a memória são três formas de se buscar um conhecimento sobre o passado, sendo a memória o aspecto por nós considerado nesta pesquisa. Entretanto, interessa-nos identificar as tensões no processo de construção dessa memória.

Como vimos, há conjunturas favoráveis (ou não) ao surgimento de uma determinada memória, dependendo da imagem que a sociedade e suas instâncias de poder desejam impor. Trata-se, então, de um trabalho de enquadramento da memória, tarefa que Pollak (1989) atribui a “atores profissionalizados”, os quais se nutrem do “material fornecido pela história”. Na acepção do autor, esses enquadramentos têm a função de garantir a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade.

Como afirma Le Goff (2003), a memória é um instrumento e um objeto de poder na disputa pelo posto de senhor da memória e do esquecimento, título que Barbosa (2004) defende que hoje deve ser atribuído aos jornalistas. Para ela, o trabalho desses profissionais é sobretudo de natureza memorialística, em função de o jornalismo ser portador de um discurso socialmente validado, que pode ser transformado em documento para o futuro.

Os jornalistas são capazes de falar sobre a realidade e produzir uma representação conhecida e reconhecida da existência, selecionando o que pode ser lembrado e esquecido, pois não apenas descrevem acontecimentos, mas conferem significação àquilo que falam (BARBOSA, 2004). Porém, em que contexto esses profissionais atuam? Como seria a construção da memória em uma “idade de mídia”, conforme sinaliza Huyssen (2004)?

1.2. A memória em uma idade de mídia

Segundo Jedlowski (2005), a constituição, preservação, transmissão e transformação da memória coletiva são processos comunicativos nos quais os meios de comunicação de massa desempenham papel crucial. O autor parte das reflexões de Halbwachs (2004; 2009) sobre a necessidade das histórias e narrativas dos outros para podermos confirmar nossas memórias, pelo fato de termos dificuldade de lembrar o que os outros não lembram ou lembram de forma diferente. Essas questões têm como referência a construção da memória coletiva a partir da interação entre os membros de um grupo. Entretanto, Jedlowski transfere para o universo da

mídia a posição desse outro que nos possibilita recordar e esquecer:

“Os meios de comunicação de massa sugerem o que vale a pena lembrar (...); eles oferecem quadros cognitivos e afetivos para situar as memórias, constituindo critérios de relevância e parâmetros através dos quais as memórias são selecionadas. Tais quadros também conferem racionalidade às memórias, tornando-as plausíveis” (JEDLOWSKI, 2005, p. 90).

Assim, o contato com as emissões midiáticas aguça as lembranças dos indivíduos, por meio de uma série de mecanismos de definição e interpretação do passado. Entretanto, essas estruturas não configurariam um novo espaço de constituição da memória coletiva, que deixaria de ser elaborada nos grupos e passaria a integrar o universo da mídia, pois, segundo o autor, a mídia apenas expande as possibilidades humanas da memória, o que não implica na constituição de uma memória coletiva.

Uma das perspectivas vislumbradas por Jedlowski (2003) é quanto à construção de uma memória comum, a qual seria elaborada a partir do contato do público com os meios de comunicação. Enquanto a memória coletiva é produto de uma interação entre os componentes de um grupo, que juntos escolhem o que é importante e significativo no passado, a memória comum seria constituída a partir da exposição de pessoas aos mesmos estímulos midiáticos, mas que não necessariamente são selecionados e interpretados coletivamente.

Segundo Jedlowski (2005), hoje os veículos de comunicação desempenham um papel importante na formação de um entendimento sobre o mundo que pode funcionar como referência para a ação, compensando, inclusive, a ausência da experiência em grupo. Pensar a mídia como um espaço para o desenvolvimento e transmissão da memória da sociedade é uma reflexão que remete a discussões sobre a natureza da informação em um mundo que dilata ou busca abolir fronteiras, o que resulta em mudanças significativas na forma de narrar e elaborar o passado, ou seja, estruturar a continuidade das narrativas. Daí a necessidade, alerta o autor, para estudos que levem em conta os mecanismos utilizadas para a seleção e produção de conteúdos para a mídia.

Interessa-nos aqui o conhecimento dos processos relativos à utilização das estatísticas públicas como fonte jornalística, em um contexto de construção de uma memória comum, de acordo com a opção do IBGE de privilegiar os veículos de comunicação como meios estratégicos para divulgar a produção e os resultados de suas pesquisas para a sociedade. A perspectiva é perceber como, ao longo do tempo, são elaborados discursos sobre o país, tendo em vista a construção social da memória na contemporaneidade.

De acordo com Huyssen (2004), desde a segunda metade do século XX, de forma cada

vez mais acentuada, as tecnologias de comunicação passaram a proporcionar novas possibilidades de relacionamento, com o outro e com o mundo, e a emissão e o envio instantâneo de grande quantidade de informações. Isto, em um cenário caracterizado pelo desenvolvimento tecnológico, facilidades de locomoção e pelas diversas modalidades de comunicação, no qual surgiram novas formas de pressão sobre as coordenadas de espaço e tempo (cada vez mais acelerado).

Tais mudanças geraram nos indivíduos uma sensação de “perda de um passado melhor”, acompanhada de um esforço por reencontrá-lo em meio ao turbilhão de estímulos que invadem o cotidiano. Sofremos, então, uma mudança de referência: de um olhar voltado para o futuro, em função de uma crença no progresso, característico da modernidade, hoje nos voltamos para o passado, com medo do futuro, que pouco parece prometer.

As lembranças de um passado trágico, as incertezas que pairam em um mundo caracterizado pela instabilidade do tempo e pelo fraturamento do espaço vivido, como também a descrença em relação ao futuro, têm como consequência o desenvolvimento de um desejo de ancorar em um porto mais seguro – materializado em um ideal de passado. A aceleração do tempo deu novo impulso aos discursos de memória.

Para Huyssen (2004), foram as memórias trágicas do século XX, marcado por guerras e genocídios, que levaram ao aumento da entropia na percepção das possibilidades futuras. “Quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o nosso desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória em busca de conforto” (HUYSSSEN, 2004, p. 32). Mas, conforme aponta o próprio autor, não estaríamos criando nossa própria ilusão de passado?

Já para Nora (1993), hoje se fala tanto em memória porque ela não existe mais. Segundo o autor, nas sociedades tradicionais a memória estava “em toda parte”, pois era estruturada por meio de narrativas localizadas em um espaço-tempo compartilhado pelos indivíduos, como demonstra o narrador descrito por Benjamin (2010): ao contar suas histórias, ele tinha diante de si ouvintes que compartilhavam de um aqui e agora que eram fundamentais para a preservação das marcas da tradição.

Benjamin atribui ao surgimento do romance o primeiro indício de um processo que vai terminar na morte da narrativa. O problema do romance é que ele não procede da tradição oral e nem a alimenta, pois sua origem é o indivíduo isolado, que não pode mais falar sobre suas preocupações mais importantes, não recebe conselhos e nem sabe dá-los (BENJAMIN, 2010, p. 201). Para ele, o leitor do romance é um solitário, ao contrário do ouvinte de uma história

que sempre está em companhia do narrador. Em termos estruturais, o romance tem um limite, um fim, o oposto da narrativa, que constantemente é reelaborada.

Ainda segundo o autor, com a consolidação da burguesia, no alto capitalismo, o passo seguinte do caminhar do fim da narrativa foi a invenção da imprensa, que trouxe um tipo de comunicação totalmente estranha à forma épica das grandes narrativas: a informação. Para Benjamin (2010), a informação é mais ameaçadora por valorizar apenas o acontecimento imediato e próximo. Com isso, os ouvintes, a partir daí leitores, passam a ter a atenção voltada para os fatos que influenciam diretamente seu cotidiano.

Assim, a conjunção de um mesmo espaço e tempo assegurava a transmissão de valores que possibilitavam a existência de um sentimento de continuidade – o qual hoje se tornou residual a alguns locais, os chamados “lugares de memória”, onde as narrativas são remontadas, em contraste com a prática do mundo acelerado.

Segundo Nora (1993), os lugares de memória são “restos” que representam o sentimento de preocupação com o significado do presente e de incerteza quanto ao futuro. São “rituais de uma sociedade sem rituais”, uma demonstração de que, na atualidade, a memória precisa de ancoragem para compensar a perda das tradições e das identidades comunitária e nacional. Portanto, há lugares de memória porque não há mais meios de memória. Como a memória não é mais uma prática social nos moldes tradicionais, precisa se valer dos lugares criados para ancorá-la. “O que chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar” (NORA, 1993, p. 15).

Porém, a busca por guardar ou arquivar tudo, em um esforço de preservação da memória, pode estar nos levando ao esquecimento. Segundo Huyssen (2004), os críticos acusam a cultura da memória contemporânea de amnésia, apatia ou embotamento, além de destacarem a incapacidade e a falta de vontade de lembrar. Para eles, a mídia é a maior responsável por esta amnésia, pois boa parcela das memórias consumidas em massa são “memórias imaginadas”, que podem ser facilmente esquecidas em comparação às vividas em grupo. “É possível que o excesso de memória nessa cultura saturada de mídia crie uma tal sobrecarga que o próprio sistema de memórias fique em perigo constante de implosão, disparando, portanto, o medo do esquecimento?” (HUYSEN, 2010, p. 19).

A resposta à questão acima é dada pelo próprio autor, ao alertar que não se deve atribuir a preocupação com a amnésia à proliferação das novas mídias. Ele defende a necessidade de “rememoração produtiva”, que talvez seja hora de lembrar o futuro e não apenas se preocupar

com o futuro da memória. Para ele, estes não são objetivos incompatíveis com a cultura de massa e a mídia virtual. Entretanto, alerta que a memória da mídia sozinha não será suficiente, porque a memória necessária para construir futuros locais diferenciados num mundo global é aquela incorporada no social (em indivíduos, famílias, grupos, nações e regiões).

Huyssen (2004) vislumbra uma possibilidade de se sair de uma prática de memória baseada no culto ao passado e no medo do esquecimento. Mesmo diante do imenso turbilhão de estímulos midiáticos, também contaminados pelo excesso de passado, ainda há a possibilidade de voltar o olhar para o futuro, de temer menos o esquecimento. O alerta é para não se atribuir a preocupação com o esquecimento à proliferação das novas mídias, e aceitar os deslocamentos nas estruturas de sentimento, experiência e percepção, que precisam ser reconhecidos como elementos que caracterizam o nosso presente.

Entretanto, o autor também ressalta que a mídia não transporta a memória impunemente, pois ela a “acondiciona na sua própria estrutura”. É o papel da memória nessa estrutura que o presente estudo busca compreender, tomando como referência as estatísticas oficiais do Brasil, em especial pelo fato de elas serem um tipo de informação que propicia uma reflexão sobre o passado e o presente, o que também pode alavancar a construção de sentidos sobre o futuro.

Para enfrentar este desafio, não basta sabermos da existência de temporalidades que convivem, pacificamente ou em permanente tensão. Precisamos torná-las palpáveis, reconhecer seus vestígios, colocando-as na perspectiva de uma memória – da qual possamos reconhecer seus traços, sua rede de relações e de significações, especialmente quando sabemos o quão tênue é a distinção entre o hoje e o ontem. Como especifica Lopes (2002), é preciso identificar os artefatos de memória: fragmentos informacionais que contêm significações, implícitas ou explícitas, que no plano discursivo podem ser identificadas como vestígios do passado.

Segundo o autor, estas marcas, mantidas e compartilhadas socialmente, possibilitam a construção de “padrões de memória”, ou seja, “construções ideológico-representacionais” que remetem ao nosso passado e são ressocializadas por intermédio dos veículos de comunicação de massa. São, portanto, representações mentais compartilhadas entre a mídia e o público que influenciam os modos de ver os problemas do passado e do presente, de acordo com o edifício simbólico do presente (LOPES, 2002, p. 2).

Como perceber no discurso midiático a presença e o modo como são construídos esses artefatos de memória? Para Lopes (2002), interessam as marcas discursivas (conceitos morais, preconceitos sociais, fragmentos de determinadas ideologias, tradições e referências a fatos históricos) que, apesar de serem construções incompletas e pouco definidas, podem estabelecer

séries temáticas e modos repetitivos por meio de textos e imagens construídas de forma recorrente nas produções discursivas da mídia. É justamente o que faremos, porém através de uma articulação com o campo da Análise de Discurso de vertente francesa, cujas referências teóricas sustentarão nossas análises, como veremos ainda neste capítulo e, de forma mais detalhada, no capítulo 3.

Ainda de acordo com Lopes (2002), o trabalho cotidiano de construção e reconstrução dos padrões de memória realizado pela imprensa é facilitado pela interligação das pautas (veículos diferentes apurando os mesmos assuntos), o uso das agências de notícias, a ação das assessorias de imprensa, além da realização sistemática de entrevistas para gerar pautas.

Todos esses mecanismos utilizados na elaboração das notícias, por serem partilhados pelos veículos de comunicação, possibilitam que uma mesma fonte de informação seja significada inúmeras vezes, o que leva a formulação de discursos diversos, mas que, necessariamente, não são distintos no que diz respeito à inscrição dos sentidos - como o estudo sobre a construção do acontecimento jornalístico pode indicar, especialmente se também for visto a partir da ótica do acontecimento discursivo, que, em linhas gerais, é pensado como o ponto de interseção entre uma memória e uma atualidade (PÊCHEUX, 2008).

Segundo Barbosa (2004), o acontecimento no jornalismo é visto como uma ruptura que produz no público uma espécie de estranhamento, em função de uma descontinuidade que se estabelece nos modelos de normalidade e anormalidade socialmente elaborados. Assim, a narrativa do acontecimento não é apenas a descrição das mudanças que são percebidas pelo jornalista, mas a significação conferida àquilo que ele descreveu, mesmo que de forma inconsciente.

Na seção a seguir serão apresentadas algumas vertentes do acontecimento no jornalismo e suas relações com o campo do discurso, interlocução que será a base para as análises dos materiais jornalísticos considerados nesta pesquisa.

1.3. O acontecimento no jornalismo e suas aproximações com o discurso

São diversas as discussões sobre o acontecimento no campo do Jornalismo. Artigos e livros tratam tanto de aspectos técnicos, como sua identificação e tratamento com vistas à elaboração de notícias e reportagens, como de abordagens teóricas que, em muitos casos, estabelecem diálogos com outras áreas do conhecimento, como a filosofia, sociologia, antropologia e a linguística. Optamos por tratar aqui de algumas questões definidas no contexto

de dois projetos de pesquisa sobre o tema, conduzidos por programas de pós-graduação em Comunicação de universidades brasileiras⁵. O propósito foi o de estabelecer um diálogo apenas com os pontos relativos ao acontecimento que se mostraram diretamente relacionados aos objetivos de nossa pesquisa, em especial no que diz respeito às perspectivas da memória, do discurso e do jornalismo, como explicamos mais à frente. Portanto, foge ao escopo desta seção fazer uma revisão exaustiva sobre o tema ou apresentar os debates promovidos neste conjunto de estudos.

Para traçar um panorama geral, Marocco e Zamin (2010) dividiram as investigações sobre o acontecimento em duas vertentes: uma que trata do assunto a partir de perspectivas externas ao campo da comunicação (outras áreas do conhecimento), e uma outra que focaliza os processos de produção jornalística a partir da ótica do campo da comunicação. Deste último, recortamos como exemplo o estudo clássico de Eliseo Verón (1981) sobre a cobertura jornalística do acidente na central nuclear de *Three Mile Island*, em 28 de março de 1979, na Pensilvânia, nos Estados Unidos.

Na pesquisa, Verón (1981) mostra a construção do acontecimento em diversos veículos de comunicação, desde as primeiras informações sobre o acidente. Com base no acompanhamento do desenrolar das coberturas jornalísticas, o autor demonstra que o acontecimento social não é algo que pode ser encontrado pronto e acabado em algum ponto da realidade. Ao contrário, ele só existe na medida em que os meios de comunicação o elaboram, meios os quais o autor define como sendo o lugar onde as sociedades industriais produzem sua realidade.

Segundo França (2012), tradicionalmente na teoria do jornalismo o acontecimento aparece como sinônimo de fato noticiável, inusitado e que suscita interesse por parte do público. Seriam assim caracterizados aqueles fatos vistos como intrinsecamente relevantes e de interesse, algo por si só significativo. Nesta abordagem, a própria natureza empírica e o poder explicativo

⁵ Um é o projeto “Tecer: jornalismo e acontecimento” que reuniu pesquisadores de programas de pós-graduação em Comunicação da UNISINOS, UFMG, UFRGS e UFSC, a partir do qual foi publicada uma coleção formada por quatro livros: BENETI, Marcia; FONSECA, Virginia P. da Silveira (org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis (SC): Editora Insular, vol. 1, 2010; ANTUNES, Elton, LEAL, Bruno; VAZ, Paulo B. (org.). **Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos**. Florianópolis (SC): Editora Insular, vol. 2, 2011; BERGER, Christa; HENN, Ronaldo; MAROCCO, Beatriz (org.). **Jornalismo e acontecimento: diante da morte**. Florianópolis (SC): Editora Insular, vol. 3, 2012; MEDITSCH, Eduardo; SILVA, Gislene; VOGEL, Daisi (org.). **Jornalismo e acontecimento: Tramas conceituais**. Florianópolis (SC): Editora Insular, vol. 4, 2013. O outro grupo de pesquisadores participou do II Colóquio sobre Imagem e Sociabilidade, realizado em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2011, cujo tema foi “o conceito e as reverberações do acontecimento”, que resultou na publicação de um livro: FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de (org.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte (MG): Autêntica Editora, 2012.

funcionariam como justificativa para a maior ou menor importância atribuída ao acontecimento.

Também é recorrente tratá-lo como construção midiática: o resultado de um processo socialmente organizado, regulado e de atribuição de sentido às informações pelos veículos de comunicação. O ciclo teria início a partir da ocorrência de alguma transformação, que seria percebida e inscrita em uma rede de significações sociais, na qual o acontecimento seria considerado “o terminal e a parte emergente” de um processo de informação que começou bem mais cedo no espaço e no tempo” (FRANÇA, 2012, p. 42). Para a pesquisadora, o problema desta abordagem é o excesso de poder atribuído à mídia, sem considerar suas limitações em sua capacidade de afetar a vida cotidiana e de agenciar os indivíduos em sociedade.

Já Meditsch (2013), vê a necessidade de especificar a construção do acontecimento jornalístico considerando as molduras consolidadas ao longo do processo histórico de edificação do próprio jornalismo, como também de relacionar essas estruturas às criadas pela própria sociedade para se organizar, tendo em vista um mecanismo de funcionamento dialético. Estas molduras seriam os *frames* próprios do campo do jornalismo, ou seja, convenções específicas que constituem os enquadramentos responsáveis por encaixar o acontecimento, como as rubricas ou editorias, as técnicas de composição de uma página, os títulos, o próprio nome do veículo, por exemplo.

São estas molduras que definem o contrato de comunicação, que se baseia em estruturas sociais de poder e motivações comerciais da mídia historicamente estabelecidas. O autor tem como referências as teorias de Maurice Mouillaud sobre a relação entre forma e sentido na configuração dos jornais, conforme veremos no capítulo 3, o que abre caminho para se trazer para as discussões sobre o acontecimento questões do campo do discurso. Um primeiro passo nessa direção é considerar as reflexões de Benneti (2010), que faz uma aproximação entre acontecimento jornalístico e acontecimento discursivo, para pensar em quando o próprio jornalismo pode ser reconhecido como um acontecimento.

A autora parte da percepção de que o jornalismo é um gênero discursivo particular que só se estabelece a partir da relação entre sujeitos capazes de identificar os elementos de um contrato de comunicação. Um ponto chave nesse processo é a noção de que os enquadramentos realizados pela mídia se baseiam em consensos nacionais, nos quais são ignorados as rupturas culturais ou econômicas e os conflitos. Dessa forma, os acontecimentos só fazem sentido quando são projetados para pessoas dotadas de uma sensibilidade, socialmente construída, para percebê-los.

Para transformar um fato em acontecimento, a mídia utiliza acontecimentos sociais que,

após serem convertidos em notícia, novamente se tornam acontecimentos sociais. Neste contexto, um aspecto inicialmente visto como ruptura, depois passa a ser trado como norma, especialmente quando entra no circuito de notícias. Assim, após ser destacado por se tratar de algo que difere, motivo pelo qual é considerado como um acontecimento noticiável, em um segundo momento este mesmo acontecimento é integrado em um fluxo de continuidade.

Segundo Benneti (2010), é sobre este fundo de continuidade que se inscreve o jornalismo como acontecimento, pois, com base em Louis Queré (2005), defende que o acontecimento introduz uma descontinuidade que só pode ser percebida em um fundo de continuidade”. Para ela, o jornalismo se torna acontecimento quando nele se pode identificar a repetição de determinados conceitos:

“A reprodução sistemática de temas, enfoques e sentidos permite ao jornalismo ocupar, epistemologicamente, o lugar de acontecimento. Tendo grande poder institucional, ancorado nas posições de autoridade, legitimidade e credibilidade, o jornalismo investe-se de um caráter experiencial, dado pelo compartilhamento do momento histórico e pela organização do tempo, além de atribuir sentidos a objetivações que parecem consensuais, mas deveriam ser tratadas apenas como hegemônicas ou mesmo tendenciais. Todas essas situações acabam por definir um fundo de continuidade no qual a normalidade social se institui não como construção discursiva, com inscrição em um paradigma filosófico, mas como ‘verdade’” (BENNETI, 2010, p. 162).

O fluxo de continuidade citado pela autora não diz respeito às temáticas abordadas nos acontecimentos, mas sim aos sentidos construídos rotineiramente pelo jornalismo ao tratar desses acontecimentos, os quais configuram uma permanência discursiva. Assim, a força do discurso jornalístico está no que se repete e não apenas na singularidade das notícias. Para Benneti, jornalismo também é acontecimento, ao construir temporalidades para os fenômenos, “um tempo social propositor de condutas tidas como adequadas ao presente” (2010, p. 159). Neste ponto, podemos fazer o paralelo com o acontecimento discursivo.

Como demonstra Pêcheux (2008), os discursos não são estruturas fechadas e estáveis. Falar em discurso é se referir a estruturas construídas em uma base instável, materializada na própria língua, e não em uma estrutura fechada que estabiliza o dizer - como buscam fazer as ciências, as leis e as regras de comportamento, por exemplo, ao demarcarem que não é possível se ocupar duas posições ao mesmo tempo.

A partir desse entendimento, o autor discute a noção de acontecimento discursivo, que define como sendo o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória. Segundo ele, há condições específicas que possibilitam a inscrição do acontecimento na continuidade interna de

um discurso, naquilo que ele representa em termos de atualidade da memória que ele convoca e reorganiza. Assim, a ideia de continuidade se faz presente na conceituação sobre o acontecimento discursivo, no qual o encontro entre uma atualidade e a memória, que parece estabilizar o dizer, configura uma inflexão nessa aparência de estabilidade.

O acontecimento pode desmanchar a regularização de uma série de implícitos e produzir uma outra série a partir da primeira, como também absorver essa série e manter sua regularização. Porém, há sempre o risco de o acontecimento ser apagado ao ser absorvido pela memória, o que ocorre em função dos esforços de estabilização do discurso, conforme ressalta Pêcheux: “(...) toda descrição está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua, o que torna todo enunciado suscetível de tornar-se outro (...), se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro” (PÊCHEUX, 2008, p. 53).

Também pensando o acontecimento jornalístico em diálogo com as questões sobre o discurso, França (2012) vê o acontecimento como um gerador de informações que perturbam os quadros de sentido. “Assim, (...) devemos nos perguntar não apenas pelos sentidos abertos pelo acontecimento, mas também pela sua incidência; para além da desorganização que ele provoca, também pela reorganização, pela modificação de quadros de sentido” (2012, p. 48). Os acontecimentos acionam uma rede de sentidos que colocam questões e revelam possibilidades. Ao convocar o passado a partir do presente o acontecimento constrói uma memória do futuro.

A autora também dialoga com Quéré (2012), para quem o acontecimento não é uma substância, algo que emerge, e sim aquilo que “vem a ser”, o desfecho de transições que operam em qualquer momento. O acontecimento surge no presente, mas precisa do passado para que se produza sua inteligibilidade, para que se saiba o que o provocou. Da mesma forma, também cria um futuro porque há interesse em suas potencialidades e suas consequências. Assim, “ao desorganizar o presente, o acontecimento instala uma temporalidade estendida, convoca um passado com o qual ele possa estabelecer ligações, anuncia futuros possíveis” (FRANÇA, 2012, p. 47).

Segundo Quéré (2012), ao longo do tempo não houve uma mudança expressiva no significado atribuído à palavra acontecimento, que continua sendo visto como o que vem de fora, o que surge, o que acontece, o que se produz, o excepcional que se desconecta da duração. Para ele, a questão está no excessivo prestígio conferido pelos ocidentais a essa palavra, ao acreditarem que, para haver mudanças, é necessário que existam coisas que passem por mudanças. Acepção diferente da atribuída pela mentalidade oriental, na qual o acontecimento é

uma ocorrência contínua e não algo que irrompe. Para eles, o acontecimento é apenas a consequência de maturações sutis e habituais que as pessoas não são capazes de perceber.

“O que caracteriza o acontecimento, então, é o fato de que, em vez de algo que acontece, ele vem a ser, emerge e é o desfecho de transições que se operam em qualquer momento, com esboços de tendências que vão se desenvolver de acordo com a lógica própria de cada uma e culminar em acontecimentos” (QUÉRÉ, 2012, p. 22).

O autor se propõe a pensar o acontecimento sob as categorias da transição e da emergência, em vez da substância e da simples ocorrência. Assim, para que uma mudança existencial se torne um acontecimento é necessário que ela seja saliente para um observador, seja um objeto da atenção sob um aspecto particular. Nesse sentido, distingue dois tipos de acontecimento - o existencial e o objeto -, cuja diferença é marcada pelo grau de simbolização presente em cada um.

Os acontecimentos existenciais são produzidos a partir de mudanças contingentes que ocorrem em nosso entorno, as quais enfrentamos e a elas nos adaptamos. Já os acontecimentos-objeto são ocorrências recortadas no fluxo das mudanças, isoladas de seu contexto, em relação aos quais buscamos uma determinação sobre seu conteúdo, além de seu alcance e de sua significação. Segundo Quéré (2012), esse é o caso da maioria dos objetos mostrados pela comunicação, que converte acontecimentos existenciais em acontecimentos-objetos.

A comunicação se encarrega de anunciar os acontecimentos, nomeá-los e categorizá-los. Dessa forma, eles deixam de ser simples mudanças existenciais para se transformarem em objetos dos quais nos tornamos conscientes, em coisas com significados, ganhando novos modos de operação e novas características, como também um meio de ação controlada (QUÉRÉ, 2012). É a partir desse raciocínio que França (2012) toma o acontecimento como ocorrência desencadeadora de sentidos, cujo poder hermenêutico possibilita perceber discursos que dão forma, configuram e organizam sentidos dispersos, que são suscitados por ocorrências, ações e intervenções.

“(…) o acontecimento não passa a existir somente quando e porque o percebemos; ele o é exatamente porque se faz perceber, e nos faz falar. Ele não significa apenas quando se faz discurso, mas é ele quem tenciona os sentidos existentes, demanda ser compreendido e impulsiona o processo de semiotização dentro do qual passa a uma outra fase de sua existência” (FRANÇA, 2012, p. 45).

Por isso, não há por que tratar qualquer evento como acontecimento, pois os acontecimentos colocam questões, revelam aspectos e abrem possibilidades. Ainda segundo a

autora, eles desorganizam o presente, convocam um passado (uma memória), com o qual podem estabelecer ligações, e anunciam futuros possíveis (um devir). É nesse sentido que fatos conseguem se traduzir em acontecimentos e se inscrever em um horizonte de possibilidades que não estavam dadas anteriormente.

Segundo Quéré (2012), o papel do acontecimento é ser a referência principal de um presente e fazer surgir algo de novo que vá além dos processos que o haviam produzido, cuja inteligibilidade se produz ao se olhar para trás. Assim, cria, com seu caráter único, um passado e um futuro. Porém, o passado convocado pelo acontecimento não é absoluto, pois sempre será um passado de um presente experiencial que passa por mudanças, as quais são significadas pelos jornalistas no processo de construção do acontecimento jornalístico.

Como acima discutido, um aspecto inicialmente visto como ruptura passa a ser tratado como norma quando entra no circuito de notícias, o que demonstra que a força do discurso jornalístico está no que se repete, configurando-se, assim, uma permanência discursiva. Considerando-se que o próprio jornalismo pode ser reconhecido como um acontecimento, ao ser considerado um gênero discursivo particular, justamente por ser configurado em um fundo de continuidade, podemos pensar o acontecimento jornalístico como uma prática discursiva.

De acordo com Orlandi (1995), no campo da Análise do Discurso, a noção de prática tem como fundamento o fato de o discurso não ser considerado como uma sequência de frases, um texto ou um sistema de representações, mas como uma prática. O discurso, assim, é uma mediação, um trabalho simbólico, entre o homem e a sua realidade natural e social. Ele se estrutura a partir da mediação entre interioridade e exterioridade, ou seja, entre a linguagem e o social:

“Há uma intrincação radical entre grupos sociais e formações discursivas, ou seja, os grupos só existem por e na enunciação, na gestão de ‘seus’ textos e, por outro lado, esses textos devem ser necessariamente referidos a ‘seus’ grupos de enunciação, para que façam sentido. A prática discursiva designa essa reversibilidade essencial entre as duas faces, a social e a textual, do discurso” (ORLANDI, 1995, p. 46).

É na relação com o social, com a história, que os discursos se constituem, se movimentam e se modificam, guardam permanências e revelam descontinuidades. Buscar um entendimento sobre este processo é identificar as formas materiais que constituem o discurso, como os elementos que se repetem, que nele se marcam. É a partir do reconhecimento dessas formas materiais, de uma materialidade que lhe é própria, que o processo de produção de sentidos se constitui.

É no contexto de relações entre temporalidades diversas que se estabelecem tensões entre os sentidos construídos nos acontecimentos jornalísticos. Compreender a rede de sentidos que está imbricada nesses acontecimentos é o trabalho do analista, tendo como referência que o acontecimento tem uma anterioridade e, por isso, não se deve buscar sua compreensão a partir do instante em que é inserido em uma narrativa que o apresenta. Devido à sua exterioridade, o acontecimento é anterior ao processo discursivo que é desencadeado a partir de sua aparição (de sua percepção como tal).

Os sentidos que se inscrevem no acontecimento são acionados pela memória que possibilita sua configuração como algo que marca uma ruptura e, ao mesmo tempo, aponta para um futuro – que, em alguma medida, ainda vai carregar marcas do passado. Assim, como pensar a construção dessa memória no âmbito das narrativas jornalísticas? Primeiramente, é importante levar em conta os aspectos teóricos percorridos até aqui: a tensão gerada pela coexistência do passado no presente, separados e ao mesmo tempo entrelaçados; a construção social da memória, em uma constante atualização do passado a partir do presente; os usos da memória e seu valor na contemporaneidade; as formas de perceber o passado nas mensagens midiáticas; e, por fim, a relação entre memória e acontecimento, e a busca por identificar os processos comunicativos de construção e transmissão da memória pelos veículos de comunicação.

Um caminho para refletir sobre tal questão é nas situações nas quais a própria fonte utilizada pelos jornalistas traz referências temporais nos textos. É o caso das pesquisas estatísticas realizadas pelo IBGE, amplamente divulgadas pela imprensa, no intuito de mostrar um retrato da realidade do país, especialmente os aspectos sociais e econômicos.

1.4. A notícia do passado no retrato do presente: os propósitos da pesquisa

A expressiva presença de dados e informações estatísticas no noticiário é um bom exemplo da opção de se observar e avaliar a realidade por meio de números. Eles são fruto de um trabalho de formulação que segue uma metodologia, em um contexto marcado por interesses e por visões de mundo específicas. Quando as estatísticas se tornam fonte para a produção de notícias, o jornalista entra em cena para ressignificá-las, conformando-as ao discurso jornalístico.

Tomando como referência os discursos sobre o Brasil elaborados pelos assessores de imprensa do IBGE e pelos jornalistas que atuam nos veículos de comunicação, é possível

perceber formas de significação do presente e do passado na própria materialidade dos textos. Muitas referências ao passado dizem respeito a questões caracterizadas como problemas sociais, aspectos da história nacional que muitas vezes ambos os discursos indicam que poderiam ter mudado. Por um lado, dizer que essas questões sociais ainda estão por ser superadas - ou que aquelas que aparentemente já o teriam sido ainda estão latentes - e, por outro, dizer que estamos em um momento marcado pela ocorrência de várias melhorias sociais, são avaliações que podem ser significadas de diversas maneiras e nortear diferentes perspectivas quanto ao futuro.

Para tentar compreender os sentidos que se inscrevem nos acontecimentos absorvidos pelo jornalismo, é preciso não perder de vista que é a própria memória que os organiza. Esta é a perspectiva que norteia o presente trabalho, que tem como tema o funcionamento da memória na configuração das estatísticas oficiais sobre o Brasil em acontecimento jornalístico, no discurso do IBGE dirigido à imprensa e nas matérias jornalísticas sobre este discurso.

Com base em Halbwachs (2009), ter como foco o funcionamento da memória é reconhecer as forças que, em um determinado contexto, permitem que esta memória surja ou desapareça; é perceber em quais ocasiões se dão estes desaparecimentos e reaparecimentos. Também é buscar uma compreensão sobre os processos de comunicação desta memória, tendo em vista os sedimentos de um passado que se quer negar ou perpetuar, conforme aponta Connerton (1999) – tendo em vista que a natureza destes sedimentos está nas imagens que as comunidades criam e preservam de si próprias como sendo sempre existentes. Assim, discutir o papel da memória nas divulgações das estatísticas sobre o Brasil para a imprensa também é buscar um entendimento sobre esta imagem.

Uma forma de pensar a memória em uma narrativa jornalística é conhecer como nela ocorre o encontro da atualidade de um acontecimento com a memória que se materializa em sua construção discursiva (PÊCHEUX, 1999, p. 52). O acontecimento perturba os quadros de sentido que pareciam estabilizados, mas também provoca a abertura de novos sentidos e a reorganização de outros pelo estabelecimento de novos níveis de experiência. É assim “que o conceito de acontecimento se torna não apenas descritivo, mas também problematizador” (QUÉRÉ, 2012, p. 49).

Sentidos sobre a realidade social brasileira são acionados quando os jornalistas identificam no release do IBGE uma informação capaz de representar uma atualidade que possa ser transformada em notícia. Esses ou outros sentidos também orientaram a construção discursiva do release, que, por também ser um tipo de texto jornalístico, destaca uma atualidade na expectativa de que ela seja capaz de nortear a construção de matérias pela imprensa. Cada

um desses textos estrutura-se em torno de um acontecimento, a partir do qual é possível vislumbrar um futuro e os sentidos que o condicionam, com base em uma construção do presente norteadas por interpretações de dados estatísticos. É neste esforço de interpretação que se percebe o encontro da atualidade de um acontecimento com uma memória.

Vale observar que tanto nos releases como nas matérias jornalísticas um dado atual é comparado com um outro coletado no passado, que pode ser o do ano imediatamente anterior ou de outras décadas. Neste ponto, é possível indagar o porquê da escolha de um período em detrimento de outros para realizar a comparação temporal. Cada uma dessas possibilidades de recorte propicia a lembrança e o esquecimento de enunciados que vão ajudar a moldar nossa visão sobre o Brasil. É dessa forma que o acontecimento, em cada uma das produções discursivas aqui em análise, pode perturbar os quadros de sentido, abrir novos e reorganizar outros.

Entender como as estatísticas do IBGE são configuradas como acontecimento no release elaborado pela própria instituição e nas matérias escritas pela imprensa também é uma forma de compreender como este release é significado nas matérias jornalísticas, por isso a relevância de se estudar a formulação dos acontecimentos em ambos os textos. Assim, tendo em vista o interesse nas relações contemporâneas entre mídia e memória, o objetivo principal deste estudo é compreender a construção e a transmissão da memória no processo comunicativo estabelecido pela imprensa, com base nos acontecimentos jornalísticos que são formulados nos discursos sobre as pesquisas do IBGE.

Nossa abordagem sobre o acontecimento vai priorizar as tensões que nele podem se inscrever, em especial por se tratar de uma observação de produções jornalísticas realizadas por instituições diferentes, o IBGE e a imprensa. Conforme vimos, em autores como Halbwachs (2009) e Lowenthal (1998), ao recordar, reinterpretamos os acontecimentos à luz das necessidades presentes. Justamente em função desta particularidade é que se pode perceber uma tensão neste passado, por ele ser sentido como parte do presente e ao mesmo tempo separado dele.

Também podemos pensar em tensões quando entendemos que o acontecimento desorganiza o presente ao convocar um passado com o qual possa estabelecer ligações e, ao mesmo tempo, anunciar futuros possíveis, como ressalta França (2012). Esta desorganização do presente produzida pelo acontecimento, de acordo com Quéré (2005), é uma descontinuidade que só pode ser percebida em um fundo de continuidade, que, como vimos, é uma característica do jornalismo, em função da repetição de determinados conceitos que geram este fluxo de

continuidade, no qual se estabelecem os sentidos construídos cotidianamente (BENNETI, 2010).

O interesse pela forma na qual se estabelecem e funcionam discursivamente essas tensões no âmbito do acontecimento nos remete ao questionamento central deste estudo: o release escrito pelo IBGE para divulgar uma pesquisa e as matérias jornalísticas publicadas, que o utilizaram como referência, podem ser considerados como duas construções discursivas sobre um mesmo acontecimento, ou como construções sobre acontecimentos diferentes?

A inquietação apontada pelo objetivo geral, possibilitou a abertura de outros questionamentos, os quais foram organizados em quatro grupos de questões, cada um representando um objetivo específico. Antes de apresentá-los, é importante ressaltar que, além dos aspectos teóricos sobre memória, discurso, acontecimento e jornalismo, na elaboração dessas questões também foram considerados os contextos de produção e divulgação das estatísticas oficiais (assunto do capítulo 2), especialmente por se tratar de uma produção realizada por um órgão do governo federal que segue determinações dos campos científico e político.

- 1- Como podemos pensar o funcionamento da política nos discursos de divulgação das estatísticas oficiais do Brasil? Levando-se em conta que as pesquisas do IBGE são elaboradas em um contexto caracterizado pela interseção dos campos da ciência e da política, como as vertentes política e científica dos discursos sobre essas estatísticas se relacionam na configuração do acontecimento no release e nas matérias jornalísticas?
- 2- Como o passado se inscreve na atualidade dos acontecimentos desencadeados pelos discursos do release e das matérias jornalísticas?
- 3- Tendo em vista que o acontecimento perturba os quadros de sentidos que pareciam estabilizados e provoca a abertura de novos sentidos, como o futuro pode ser vislumbrado a partir do encontro da atualidade com a rede de sentidos que configuram o acontecimento nos discursos analisados?
- 4- Como esses acontecimentos se relacionam com outros acontecimentos estabelecidos pela imprensa e pelo IBGE?

Os questionamentos acima se referem aos aspectos que serão observados no processo de construção e comunicação da memória nos acontecimentos desencadeados para a transformação da estatística oficial em notícia. Com base nas reflexões teóricas realizadas ao

longo do capítulo e das questões que orientam este estudo, formulamos as seguintes hipóteses:

- Nas matérias jornalísticas sobre as pesquisas do IBGE, os sentidos sobre o passado absorvidos pelo acontecimento significam de forma a minimizar o impacto da atualidade apresentada pelo discurso do IBGE.
- Nos releases do IBGE, a atualidade demarcada pelo acontecimento significa de forma a ultrapassar os sentidos oriundos do passado.

O retrato do presente mostrado pelos releases do IBGE pode entrar em conflito com o retrato do cotidiano tecido pelo jornalista, o que se torna perceptível a partir do estudo dos acontecimentos por eles enquadrados. Em ambos os casos se trata de um retrato do presente que é automaticamente confrontado com o passado na própria materialidade do texto. Entretanto, como estes discursos conformam o passado em sua estrutura? Como constroem uma memória do futuro? Será que o dado apresentado pelo IBGE como a representação de uma mudança é assim mostrado pelo discurso jornalístico?

Todas essas perguntas se tornam mais instigantes quando relacionadas ao texto da epígrafe que abre este capítulo. Nele, Lowenthal (1998) ao realçar o caráter seletivo das lembranças e sua ancoragem em um tempo distinto daquele a que se referem, não deixa de também realçar que essas lembranças se baseiam em códigos que são constantemente alterados, os quais servem de base para nossas simbolizações e classificações do mundo que nos cerca. Tal reflexão evidencia uma movimentação dos sentidos que ocorre em contextos marcados por delineamentos de novos códigos. Os questionamentos até aqui levantados visam justamente problematizar o processo de construção desses códigos e o jogo de forças nele envolvido.

Capítulo 2

As estatísticas oficiais brasileiras: uma notícia de primeira página

Com frequência, pesquisas científicas, de intensão de voto, de opinião, mercadológicas, demográficas e econômicas, entre outras, são utilizadas pelos jornalistas como fonte para produção de matérias. Esses profissionais buscam esse tipo de informação recorrendo a relatórios, banco de dados e aos próprios pesquisadores e organizações que os produzem. Porém, o fluxo contrário também acontece. Pesquisadores, universidades, centros e instituições de pesquisa também procuram a imprensa para divulgar os resultados de seus trabalhos.

As informações estatísticas oficiais do país, elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), instituição vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), do governo federal, são um bom exemplo do espaço que algumas pesquisas ganham nos jornais brasileiros. Segundo relatório anual da Coordenação de Comunicação Social do IBGE, em 2013 o trabalho de clipagem (coleta de matérias publicadas pelos veículos de comunicação) feito pela coordenação capturou 35.965 matérias em jornais impressos e online, sites jornalísticos e agências de notícias online, além de 1.609 inserções na mídia televisiva das principais emissoras do país. O relatório também contabilizou um total de 4.867 atendimentos a jornalistas que procuraram o instituto em busca de dados, ou esclarecimentos sobre eles, e de entrevistas com seus pesquisadores.

Considerando o aproveitamento pela imprensa das 40 divulgações das duas pesquisas do IBGE selecionadas para o presente estudo, verificamos que elas geraram um total de 120 coberturas jornalísticas em um período de 14 anos (de 2000 a 2014) - cerca de 11 por ano -, sendo que deste total, 113 coberturas foram destacadas na primeira página dos três jornais escolhidos para integrar nossa investigação (O Globo, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo). Como veremos mais detalhadamente na descrição do corpus, no capítulo 3, também é bastante significativa a recorrência dessas matérias como chamada principal em ao menos dois destes jornais no dia seguinte à divulgação da pesquisa.

Nos jornais, as matérias sobre as pesquisas do IBGE, na maioria das vezes, são publicadas nas seções de economia, nacional (que também cobre política e governo) e cidade, mas nunca nos cadernos dedicados à ciência. Estes são reservados à divulgação científica, em geral realizada por profissionais especializados (por formação ou prática profissional) em jornalismo científico, trabalho que, de acordo com Massarani *et al.* (2010), não costuma ganhar tanto destaque nas primeiras páginas dos impressos. Sendo assim, nos jornais as pesquisas do

IBGE dividem espaço com a cobertura política e de economia, o que pode ser explicado pelo fato de as informações divulgadas pelo instituto serem balizadoras das políticas sociais e econômicas dos governos, como também dos próprios governantes, o que está indicado na quase totalidade das matérias analisadas.

A interação com o campo da política é um aspecto que tem ressonância no trabalho de resignificação do discurso do IBGE sobre suas pesquisas para os jornalistas e destes para a ordem do senso comum, os leitores. São operações realizadas pelos assessores de imprensa do instituto na elaboração do release, que é encaminhado para os veículos de comunicação, e pelos jornalistas, que trabalham nesses veículos, ao redigirem suas matérias pensando nas expectativas de seus leitores. Neste sentido, a abordagem adotada para o estudo dos discursos sobre as pesquisas do IBGE, apesar de ter como referência inicial considerações sobre o trabalho de divulgação científica tradicionalmente realizado pela imprensa, precisa considerar suas intermediações com a política.

Segundo Camargo (2009), desde que começou a ser pensada, a estatística oficial se situa no meio de uma complexa rede formada pela vertente política, com demandas de planejamento, coordenação e controle do Estado; e pela vertente científica, baseada em valores que integram a produção científica, como a autonomia processual e conceitual quanto aos métodos e técnicas de elaboração das pesquisas. As estatísticas sob o comando do Estado sustentam discursos que guiam tomadas de decisão de diferentes agentes e a distribuição de recursos públicos e privados, exercendo um poder simbólico ao construírem uma verdade sobre o que enumeram e anunciam.

Pensar os discursos sobre as estatísticas do IBGE é adentrar em um terreno demarcado por ordenamentos do dizer. Compreender como a estatística oficial se torna notícia digna de ser destacada nas chamadas de primeira página dos jornais de grande circulação, e entender as especificidades dos discursos que são formulados sobre esse tipo de informação, são caminhos a serem desbravados em busca dos sentidos acionados no processo de divulgação.

No contexto desta pesquisa, o objetivo de compreender o funcionamento da memória na configuração das estatísticas do IBGE em acontecimento jornalístico envolve situar a investigação na perspectiva teórica da Análise de Discurso (AD) francesa, concebida a partir dos estudos de Michel Pêcheux. Segundo Mariani (1998), a AD é uma teoria crítica da linguagem que investiga as relações entre a própria linguagem, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito - conceitos que serão desenvolvidos ao longo do estudo.

Conforme Orlandi (2010), trabalhar com AD é entender discurso como efeito de sentido

entre interlocutores, não como transmissão de informações, e discursivo como o processo social inscrito na materialidade linguística, que faz sentido porque se inscreve na história. “O sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sociohistórico em que as palavras são produzidas” (2010, p. 42).

No processo de constituição dos sentidos, a memória tem papel fundamental. É através dela que os sentidos se estabilizam no processo discursivo, como também é por meio de seu trabalho que se torna possível a ruptura, a irrupção de novos sentidos, que podem ou não constituir novos discursos. É justamente neste ponto que podemos falar de acontecimento discursivo: quando ocorre o encontro de uma memória e uma atualidade, e os sentidos são atualizados. Assim, analisar o funcionamento de um discurso é um trabalho que exige situar-se na encruzilhada desse jogo duplo da memória, conforme afirma Orlandi (2010).

Analisar um discurso a partir de sua materialidade, considerando o papel da memória ao disponibilizar os dizeres que afetam o sujeito do discurso, exige a definição de procedimentos. Pensando na natureza de nosso objeto, o primeiro desses procedimentos é realizar uma breve reconstrução histórica da divulgação das estatísticas oficiais do Brasil realizada pelo IBGE, órgão produtor das pesquisas e que estabeleceu um fluxo de divulgação de suas pesquisas para a imprensa.

Na abertura de uma conhecida conferência, Foucault (2009) alerta sobre o perigo de se entrar na ordem arriscada do discurso, com suas lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões. Mas “o que há de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente?”, indaga o autor e prossegue: “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (2009, p. 8).

Com base no alerta do autor, pode-se dizer que estudar a divulgação das pesquisas do IBGE é se envolver em ordens específicas do discurso. Uma instituição de pesquisa que se constitui em bases científicas e de governo; e outra que se constitui no campo da comunicação, a imprensa. No trabalho de divulgação, os atores que respondem a cada uma das partes é um jornalista, que no IBGE atua como assessor de imprensa e nos jornais como jornalista/repórter, funções que recebem inscrições distintas no campo da comunicação. Tais distinções entre as instituições e seus respectivos profissionais de comunicação indicam inscrições em ordens específicas de discursos, que vão configurar um cenário no qual ocorrerão aproximações e distanciamentos entre elas.

2.1. A quantificação do mundo e a institucionalização das estatísticas

Usar a matemática e a mensuração para dar sentido à realidade que, com o tempo, passou a ser compreendida como um arranjo composto por quantidades que podiam ser contadas, é uma forma de percepção do mundo que vem sendo desenvolvida pelas sociedades ocidentais desde o Renascimento, ressalta Crosby (1999). Segundo ele, os europeus medievais usavam os números para causar impacto ao mostrar a riqueza e as dimensões das propriedades e a imensidão dos seus exércitos, por exemplo, e não com o objetivo de alcançar a exatidão.

De uma maneira diferente, hoje os números são utilizados como forma de estreitar a concentração em determinado assunto e obter o máximo de precisão nas avaliações e deliberações. O olhar sobre o cotidiano passou a ser orientado com base em agregados e unidades uniformes a serem quantificadas. O tempo deixou de ser visto de forma cíclica, de acordo com o giro das estações, passando a ser dividido em frações ordenadas pelo relógio e calendários.

Ainda de acordo com o autor, a maior preocupação com a organização da realidade e com processos capazes de facilitar sua recuperação, bem como o hábito da quantificação, materializada numa certa obsessão por contar, são aspectos relacionados ao desenvolvimento da economia monetária. Foi nesse ambiente que surgiu a estatística, que logo se tornou uma ciência de interesse dos Estados.

Nos séculos XVI e XVII, conforme explica Camargo (2009), as estatísticas oficiais eram constituídas a partir de levantamentos censitários para a contagem da população, com a finalidade de controlar e expandir a arrecadação de impostos. Também eram utilizadas para mostrar a grandeza do rei - a riqueza e o poderio de seu reino em comparação aos outros -, funcionando, portanto, como instrumento de poder, vigilância e coerção do soberano sobre os súditos. Havia uma relação direta entre a maior centralização do Estado nacional e o aumento do desejo por registros estatísticos, apesar do temor de que eles, além das potências, também revelassem as fraquezas do Estado.

Ainda ao longo do século XVII, a noção de população começou a ganhar um novo *status*: passou a ser entendida como recurso fundamental de poder de estado, cujos movimentos e composição deviam ser controlados por saberes específicos, por “ciências” do Estado. Segundo Camargo (2009), a constituição de uma “mecânica social” na qual os indivíduos passaram a ser vistos como “unidades comparáveis e intercambiáveis”, definidos pelo que tinham de idênticos em matéria de comportamento, só foi possível após a Revolução Francesa (1789).

Então, a partir do século XIX os censos passaram a contar e a registrar em nível individual (antes se contava apenas o número de residências). No mesmo período, ocorria a separação das agências de estatística das que eram responsáveis pela cobrança de impostos. Buscava-se, assim, construir uma ciência da estabilidade e da previsão, na qual as regularidades numéricas funcionariam como verdadeiras leis científicas, para além da simples revelação de fatos objetivos. Assim, regularidades estatísticas, como a razão entre o nascimento de homens e mulheres, deixaram de ser explicadas em termos naturais e teológicos, que indicavam a vontade divina. Desde então, cada vez mais presentes no cotidiano, as estatísticas passaram a servir de referência às percepções e avaliações técnicas sobre emprego, inflação, renda, fertilidade, situação econômica, injustiças sociais e ações políticas (CAMARGO, 2009).

Hoje, a grande maioria dos países possui uma instituição responsável pela elaboração das estatísticas nacionais, especialmente as de cunho demográfico, social e econômico. No Brasil, esta é a função do IBGE, que além de produzir informações estatísticas e geocientíficas, tem a atribuição de divulgá-las para toda a sociedade. Mesmo após as estatísticas terem se tornado foco de interesse estratégico dos Estados, ao ponto de serem criados órgãos de governo (ou a ele relacionados) para delas cuidar, esse tipo de informação não deixou de ser visto como fruto de um trabalho científico. Neste sentido, na imagem das estatísticas oficiais há a inscrição de marcas oriundas do próprio processo de construção sociohistórico da ciência.

Em sua tese sobre o discurso de divulgação científica, Grigoletto (2005) mostra que uma das concepções de ciência é a denominada empírica, cujo alicerce é a ideia de ciência como algo objetivo que busca a verdade, daí a importância conferida aos experimentos, observações e testes científicos sistematizados e legitimados por um cientista. Segundo a autora, essa visão pressupõe que a ciência tem mérito, autoridade e capacidade de explicar e mensurar o conhecimento. Trata-se de uma forma popular de ver a ciência, garantindo-lhe um estatuto e uma imagem de autoridade social. Assim, as supostas verdades provadas pelo cientista, sujeito que define e controla os procedimentos no fazer científico, só poderão ser questionadas a partir do surgimento de um outro conjunto de crenças capazes de se sobrepor à verdade que até então prevalecia.

Apesar das críticas a esta concepção, Grigoletto diz que ainda hoje a imagem da ciência está relacionada à objetividade e à busca da verdade, aspectos que são reforçados pela mídia. Entretanto, também aponta a ocorrência de um deslocamento nessa mesma imagem, fruto de adaptações da ciência a mudanças no seu estatuto social, como forma de manter seu lugar de autoridade. Trata-se de um deslocamento, no qual a ciência passa a ser entendida não somente

como aquela que capta a realidade por meios humanos (através do controle e da autoridade do cientista), mas a que procura alcançar esta realidade por meios mecânicos, como os estatísticos, os quais se caracterizam por serem procedimentos quantitativos que visam garantir a utilização de critérios objetivos.

“(...) seja através do sujeito, seja através de fórmulas estatísticas, a ciência continua buscando as ditas verdades objetivas sobre o conhecimento, até para se manter com o estatuto de cientificidade. Se o conhecimento não puder ser comprovado e observado, não pode ser considerado uma verdade dentro da comunidade científica. Logo, não é ciência”. (GRIGOLETTO, 2005, p. 24).

Tanto a autoridade do dizer do cientista/pesquisador quanto a autoridade conferida aos procedimentos técnicos e científicos, adotados na construção da informação estatística, são elementos que se fazem presentes na imagem das pesquisas do IBGE. Nas matérias jornalísticas, estas marcas podem ser percebidas no espaço dado aos especialistas (geralmente pesquisadores que trabalham com dados estatísticos) que comentam e explicam os dados, na descrição dos métodos utilizados na coleta e produção da pesquisa, como na frequente citação do nome do instituto, inclusive nas chamadas de capa, conferindo credibilidade e força à matéria anunciada através de inscrições como “segundo o IBGE”, “diz o IBGE” ou “mostra a pesquisa do IBGE”.

A objetividade e a verdade também são aspectos valorados pelo jornalismo, cujas matérias e reportagens devem ser objetivas, baseadas em fontes seguras e precisas, que apontem a verdade dos fatos – ou seja, não podem ser histórias baseadas na visão do jornalista. Com respeito ao IBGE, não é diferente. Basta se pensar na definição de que suas pesquisas traçam um “Retrato do Brasil” a partir da adoção de recomendações internacionais, da observação de conselhos consultivos formados por pesquisadores renomados, do respeito aos procedimentos metodológicos definidos pelo campo da estatística, entre outros.

Conforme ressalta Mariani (1999), a circulação de produtos e a presença na mídia parecem tornar as instituições visíveis, legítimas e necessárias. Como consequência, passa-se a considerar como naturais os discursos institucionais e os comportamentos a eles associados. Nesse sentido, podemos dizer que os institutos de estatística, como o próprio IBGE, constroem uma imagem de si calcada no respeito à ciência, à lei, ao interesse público e às necessidades do país no que tange à informação estatística. Esta imagem obscurece as relações com o político e a historicidade constitutiva do processo de quantificação e mensuração do cotidiano, que tem a ciência estatística como um de seus expoentes.

Pensando na regulação da produção estatística no país, a definição das pesquisas a serem

realizadas, a coleta de dados e a divulgação dos resultados são etapas do trabalho do IBGE resguardadas por legislações específicas. A Lei 5.534, de 14 de novembro de 1968, por exemplo, trata da obrigatoriedade da população em prestar informações para fins estatísticos e do sigilo sobre a fonte – a garantia de que a instituição não vai divulgar informações que possibilitem a identificação do informante. A mesma lei estabelece como ato de infração a não prestação de informações nos prazos fixados e a prestação de informações falsas ao IBGE, ficando o infrator “sujeito à multa de até 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo vigente no país, quando primário; e de até o dobro desse limite, quando reincidente”.

Determinações como essas ferem o caráter voluntário conferido aos indivíduos quanto à participação em experimentos científicos e ao fornecimento de informações em pesquisas. Porém, estão de acordo com as normas legais impostas pelo Estado em relação à obrigatoriedade da população em prestar contas de seus bens e investimentos ao fisco, ter dados de identificação nos cartórios de registro civil, registro de seus imóveis para o pagamento de tributos, entre outros. Neste ponto, na própria materialidade do texto da lei é possível sentir o peso da mão do Estado, demarcando seu controle na área das estatísticas oficiais, campo já sob a égide da ciência.

Além da regulação em âmbito nacional, os Institutos de Estatística seguem acordos internacionais sobre procedimentos metodológicos para a coleta, processamento e disseminação de informações, como também sobre as temáticas a serem investigadas em cada pesquisa. Esses acordos são elaborados pela Comissão de Estatística das Nações Unidas e outras organizações, como a Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa. À frente desses organismos estão representantes de diversos países, responsáveis pela realização de fóruns para discutir e estabelecer diretrizes para a realização de pesquisas estatísticas nos países filiados, com o objetivo de possibilitar uma progressiva harmonização das informações, tornando-as comparáveis.

A perspectiva de uma organização mundial da produção de dados estatísticos é um dos temas presentes nos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, aprovados em 1994, pela Comissão Estatística das Nações Unidas⁶, e adotados por diversos institutos de estatística, inclusive pelo IBGE. Contendo ao todo dez princípios, o texto trata da relevância, igualdade de acesso às estatísticas, adoção de padrões profissionais, ética, transparência, prevenção contra o mau uso dos dados, eficiência, confidencialidade, legislação, necessidade de coordenação nacional, uso de padrões internacionais na produção e cooperação internacional.

⁶Disponível em <http://unstats.un.org/unsd/dnss/gp/fundprinciples.aspx>.

O embrião desse documento foi elaborado pela Conferência dos Estatísticos Europeus, segundo a qual a necessidade de criar princípios para as estatísticas oficiais surgiu no final da década de 1980, quando países da Europa Central começaram a reorientar suas economias, trocando um modelo de planejamento centralizado por outro orientado para os mercados dos países democráticos, em especial após o fim da União Soviética - o que demonstra o caráter de fundo econômico na base do interesse em construir estatísticas possíveis de serem comparadas entre os países.

Um aspecto realçado no documento é a relação entre produção de estatísticas oficiais e a democracia, por serem consideradas elementos indispensáveis nos sistemas de informação de uma sociedade. Neste sentido, há a orientação para que os órgãos de estatística sejam imparciais na produção e divulgação dos dados para o governo, a economia e o público. Em relação à confiabilidade dos dados, a observação é quanto à utilização de regras e métodos científicos e da atenção ao marco legal.

Assim, é possível dizer que a imagem construída para os órgãos oficiais de estatística é a de organismos que fazem questão de mostrar que as pesquisas por eles realizadas respeitam tanto o marco legal quanto o científico, bem como as orientações internacionais elaboradas e difundidas por organizações que acompanham a produção das estatísticas oficiais. No desenho dessa imagem outros elementos também merecem destaque: a valorização da democracia, o respeito à transparência no processo de pesquisa e o empenho dos institutos em não serem suscetíveis a ingerências políticas.

O próximo passo, na seção a seguir, é mostrar a constituição da imagem do próprio IBGE como órgão que divulga suas pesquisas para a sociedade, lembrando que tal construção não ocorre de forma isolada, pois é parte do próprio processo de configuração internacional das estatísticas. O diferencial está em sua relação com a história do país, em especial o período seguinte à redemocratização, e em sua trajetória de consolidação no cenário das instituições nacionais.

2.2. O IBGE como espelho do país: elementos para a construção de uma imagem

O IBGE foi criado a partir da unificação do Instituto Nacional de Estatística (INE), que iniciou suas atividades em 29 de maio de 1936, e do Conselho Nacional de Geografia (CNG), instituído em 1937. Em suas quase oito décadas de existência, a instituição hoje é detentora de um acervo incalculável de dados sobre o Brasil que, em grande parte, permite comparações

históricas entre aspectos do presente e do passado – o que é feito para a maioria das informações divulgadas. Coletar dados, processá-los, produzir relatórios com os resultados e divulgá-los, enfim, fazer pesquisas. Este sempre foi o trabalho do instituto. Porém, a etapa de divulgação, em especial para a imprensa, ganhou um novo enfoque, alinhado com as recomendações de organismos internacionais e com necessidade de reposicionamento do instituto perante o governo e a sociedade.

Desde o final da década de 1990, o relacionamento dos institutos de estatística com a mídia tem sido alvo de muitos debates internacionais, inclusive com a produção de manuais e de legislação específica sobre o assunto. No IBGE, segundo Melo (2007), essas discussões passaram a ser uma preocupação institucional apenas em 1985, no bojo do processo de redemocratização do país. Naquele ano, foi criada a Comissão de Reforma Administrativa, com o objetivo de modernizar o instituto. A comunicação foi um dos pontos abordados pelo grupo de trabalho constituído para desenvolver o projeto.

Dentre os resultados, foi apresentada uma nova estrutura organizacional para o IBGE, na qual foram estabelecidos dois setores para cuidar da comunicação: um Centro de Documentação e Disseminação de Informações, para atuar junto à sociedade de maneira geral, e uma assessoria de imprensa - que, ainda, de acordo com Melo (2007), até então não era formalizada, mas já fazia o clipping com as reportagens publicadas e enviava releases para as redações dos principais jornais da grande imprensa, em especial a do eixo Rio-São Paulo.

Após essas mudanças, as discussões no IBGE sobre comunicação ganharam novo impulso em meados da década de 1990, quando estava em curso um novo processo de reestruturação do instituto, no qual a divulgação das pesquisas para os jornalistas progressivamente se configurou como um dos principais eixos estratégicos, em consonância com os debates internacionais protagonizados por organizações internacionais como a ONU.

Em 1994, como ponto de partida do projeto de reestruturação, uma consultoria realizada por técnicos do *Statistics Canada* (instituto de estatística canadense) destacou, dentre outras orientações, a importância de o IBGE cuidar da comunicação entre seus funcionários e com a sociedade em geral, como forma de fortalecer sua relevância e credibilidade (SENRA, 2009). Nesse contexto, foram elaborados discursos sobre a promoção de acesso amplo e facilitado às informações produzidas pela instituição, com base na experiência internacional e nas prioridades nacionais:

“Instituições que produzem estatísticas básicas e informações geográficas são o espelho de seus países, não somente pelos dados e informações que produzem e disseminam, como também pelo que estes dados expressam em termos do que preocupa estas sociedades, e do que elas gostariam de ser. A maneira pela qual estas instituições funcionam, seus acertos e desacertos, as críticas e o apoio que recebem, também são reflexo deste espelho, indicações da capacidade que têm os países de se organizar para conhecer sua própria realidade, e utilizar estes conhecimentos para buscar novos caminhos. (...) Trata-se primeiro de colocar em dia as principais estatísticas e informações cartográficas nacionais, tornando mais nítida a imagem que o Brasil tem de si mesmo” (SCHWARTZMAN, 1995).

O trecho foi extraído do “Relatório Anual: IBGE 1995”, escrito pelo então presidente do IBGE, Simon Schwartzman, após a conclusão da avaliação institucional feita pela comissão canadense. De certa forma, o texto sintetiza aspectos da imagem do instituto à época que, de alguma maneira, permanecem até os dias de hoje. A denominação “espelho do país” é um bom exemplo.

No espelho há o reflexo da imagem do Brasil, capturada pelas pesquisas, e imbricada com a própria imagem do instituto, construída a partir da realização de seu trabalho, que abrange conhecer “o que preocupa estas sociedades”, “o que elas gostariam de ser” e como “utilizar estes conhecimentos para buscar novos caminhos” (trechos por mim sublinhados na citação). Os três objetivos podem ser relacionados a reflexões sobre um passado que ainda perdura, o presente que avista um futuro e o planejamento desse futuro, respectivamente. Daí a necessidade de “colocar em dia as principais estatísticas e informações cartográficas nacionais, tornando mais nítida a imagem que o Brasil tem de si mesmo”, conforme dito na citação acima.

O IBGE como espelho que mostra uma imagem do Brasil se tornou uma marca nos discursos da instituição. O texto da nova missão institucional do IBGE, elaborada em 1999, foi influenciado pela seguinte formulação:

“Art. 2º A Fundação IBGE tem como missão retratar o Brasil, com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística - demográfica e socioeconômica, e geocientífica - geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental” (Decreto 3.272, 3/12/1999. *In*: SENRA, 2009).

A imagem da instituição como um espelho que deve mostrar o país é reconfigurada no trecho acima na expressão “retratar o Brasil”. A preocupação em disseminar as informações oriundas de suas pesquisas também é um ponto ressaltado no texto da missão. Como se pode perceber nas duas missões anteriores a essa, transcritas abaixo, os termos utilizados para demarcar o fazer do instituto, sua ação, sua tarefa, enfim, sua missão perante o país, eram outros:

“Art. 2º Constitui objetivo básico do IBGE assegurar informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica e demográfica necessários ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando especificamente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional” (Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973. *In*: SENRA, 2009).

“Art. 2º O IBGE tem por finalidades básicas a pesquisa, produção, análise e difusão de informações e estatutos de natureza estatística, geográfica, cartográfica, geodésica, demográfica, socioeconômica, de recursos naturais e de condições do meio ambiente, com vistas ao conhecimento da realidade física, humana, econômica e social, relacionados com programas e projetos de desenvolvimento nacional” (Decreto nº 95.823, de 14 de março de 1988. *In*: SENRA, 2009).

Em 1973, cabia ao IBGE “assegurar informações e estudos” com vistas ao planejamento e à segurança nacional, aspectos relacionados às bandeiras defendidas pelos governos militares que comandavam o país na época. Aí a disseminação das informações não era uma preocupação, pelo menos a ponto de ser destacada na missão do instituto. Já em 1988, três anos depois do início do primeiro governo civil no país, após duas décadas de regime militar, a abertura para a sociedade, em tempos de retorno da democracia, é materializada na missão, ao fazer referência à “difusão de informações e estatutos de natureza estatística, geográfica, cartográfica, geodésica”. Como visto, em 1999 a nova redação da missão institucional do IBGE troca o termo “difusão” de informações para o sinônimo “disseminação”, mantendo a preocupação do instituto em mostrar-se aberto para a sociedade.

No texto “O IBGE: quatro anos depois” (da avaliação da missão canadense), também publicado por Simon Schwartzman, em 1998, no final de sua gestão, são apontadas mudanças ocorridas em relação à produção e divulgação dos resultados das pesquisas, como regularização de algumas delas, a presença quase diária do IBGE na imprensa e o fato de o instituto não mais se ocultar “por trás de uma linguagem difícil e obscura” (SENRA, 2009). No documento, o foco na melhoria de fatores como a aproximação e comunicação com a sociedade, como também na maior eficiência no trabalho da instituição são aspectos bastante realçados.

Tal pensamento não foi construído apenas a partir das reflexões de um gestor e/ou das orientações de um consultor de renome internacional na área das estatísticas oficiais, mas também no âmbito de uma política de governo que tinha como proposta promover uma reforma de Estado. Projeto que, dentre outros objetivos, tinha como alvo rever o papel e o formato das organizações públicas brasileiras, com vistas a torná-las mais eficientes, ao mesmo tempo em que a máquina pública se tornaria mais enxuta, com atribuições compartilhadas com organizações da sociedade civil e da iniciativa privada. Tarefa que exigiria, segundo o então

presidente do IBGE, no balanço de sua gestão, um reposicionamento das instituições:

“A forma pela qual o IBGE está organizado, como órgão administrativo subordinado a um Ministério de Estado, reflete uma concepção antiga, segundo a qual os institutos de estatística seriam apenas um braço do governo federal, destinado à coleta de dados solicitados pelos governantes para melhor exercício de suas funções. Hoje, no entanto, sabemos que os institutos nacionais de estatística são instituições públicas voltadas à produção de informações confiáveis e relevantes para a sociedade como um todo, sociedade da qual o governo federal é só uma parte” (SENRA, 2009, p. 463).

Comunicar se tornou uma questão de sobrevivência institucional, devido à necessidade de se mostrar útil e eficaz para a sociedade e o governo, de modo a conquistar um espaço no projeto de reestruturação das instituições públicas que estava em curso. Para isso, em um contexto de democracia, e não mais de ditadura, era preciso mostra-se como uma instituição independente e que era blindada contra ingerências de governos. A imagem da instituição não poderia mais ser a de “um braço do governo”, e sim a de quem trabalha para toda a sociedade, da qual “o governo federal é só uma parte”.

Essas tensões, marcadas por distanciamentos e aproximações quanto ao posicionamento do instituto em relação ao governo, se inscreveram nos discursos do instituto e se fazem presentes nas tensões identificadas entre materialidades do discurso de divulgação das estatísticas do IBGE – assunto que será tratado de forma detalhada no capítulo 4, quando serão analisadas as sequências discursivas que compõem o corpus da presente pesquisa.

Se ser um “braço do governo” é uma concepção antiga de instituto de estatística, e se hoje se sabe que “os institutos nacionais de estatística são instituições públicas voltadas à produção de informações confiáveis e relevantes para a sociedade como um todo”, então, até então não era isso que o IBGE fazia? Ou seja, na época suas informações não eram relevantes e nem confiáveis enquanto “braço do governo”?

Apesar de a formulação dos discursos sobre a comunicação do IBGE com a sociedade e a mídia começar a ser concebida em 1994, e ganhar força nos quatro anos seguintes, foi somente a partir de 1999 que obteve contornos mais precisos. Foi neste ano que teve início o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso na presidência da República, que indicou o economista Sérgio Besserman para assumir a direção do IBGE – que ficou no posto até fevereiro de 2003, quando Eduardo Pereira Nunes, funcionário do próprio IBGE, foi indicado pelo novo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para assumir a direção do

instituto, cargo que ocupou por oito anos (período compreendido pelas duas gestões de Lula na presidência do Brasil).

No discurso de posse, Besserman se comprometeu a fazer uma administração de continuidade, garantindo a produção das estatísticas a partir de critérios sólidos e comparáveis internacionalmente, além de buscar uma renovação das relações com a imprensa. Nesse sentido, ainda no discurso de posse, firmou compromisso com “a transparência, com o acesso permanente e profundo por parte das organizações da sociedade e especialmente da imprensa e demais meios de comunicação sobre os esquemas de trabalho, análise de dados e o modo de obtê-los” (SENRA, 2009, p. 509).

No mesmo discurso, o presidente citou um documento apresentado ao parlamento inglês pelo primeiro-ministro Tony Blair, em 1998, no qual a primeira prioridade era a liberdade de informação e um serviço estatístico nacional independente, referência utilizada para reforçar que a nova fase da instituição seria marcada pela estruturação dos serviços de comunicação voltados à imprensa, atividade que não era uma novidade na casa, mas que passou a ganhar mais visibilidade desde então.

O IBGE já contava com profissionais que realizavam o trabalho de comunicação com a imprensa, de forma mais ou menos estruturada dependendo da época e do investimento dos gestores, que podiam considerar essa atividade como estratégica ou achá-la pouco relevante. Apesar de a comunicação com a sociedade ser tema de discussões no instituto desde 1985, somente com o início dos preparativos para a realização do Censo Demográfico 2000 que esforços nesse sentido ganharam impulso significativo, passando a ser visto como um de seus principais pontos estratégicos.

O êxito da operação censitária dependia da mobilização de toda a população para responder os questionários da pesquisa, cuja coleta de dados envolveria a visita de recenseadores a todos os domicílios do país. O Censo 2000 também tinha como meta superar a frustração ocorrida no recenseamento anterior, que foi realizado apenas em 1991, um ano após o programado, em função de adiamento determinado pelo então presidente do Brasil Fernando Collor de Melo - o que quebrou a expectativa de se fazer censos nos anos terminados em zero, conforme orientações da Organização das Nações Unidas (ONU).

A nova fase de relacionamento do IBGE com a mídia teve como marco inicial a construção da imagem da operação censitária, cujo conceito elaborado pela agência contratada para desenvolver a campanha publicitária da pesquisa era, segundo matéria da revista do Censo 2000, “o Censo faz perguntas cujas respostas vão melhorar o futuro do País e de cada um dos

seus cidadãos” – do qual foi extraído o slogan “Censo 2000, a resposta para o futuro do Brasil”. Ao longo da operação também foram veiculados diversos anúncios e distribuídos cartazes que destacavam a relevância de temas que seriam investigados. Uma dessas peças publicitárias tinha a seguinte chamada: “O Censo quer saber de quanto saneamento básico o Brasil precisa”.

A ideia de que o IBGE levanta informações que podem mostrar o que precisa ser feito para que o país tenha um futuro melhor é outra marca que se mostra nos discursos de divulgação, especialmente nos proferidos pela imprensa, mas também nos da própria instituição, dizendo o que e quanto o país necessita.

Assim, para estabelecerem um trabalho com os jornalistas, os assessores de imprensa do IBGE se estruturaram de forma a abarcarem as atividades preconizadas para a realização de um trabalho conforme as orientações e técnicas construídas no campo da Comunicação Social, principalmente pelas áreas de Jornalismo e Relações Públicas, e também no âmbito das estatísticas internacionais, a partir de discussões e acordos sobre comunicação estabelecidos pelos Institutos Nacionais de Estatística de diversos países, sob a liderança da ONU, como veremos a seguir.

2.3. A transformação dos números em notícia: o discurso de divulgação das estatísticas

Nesta seção, serão discutidas algumas questões que dizem respeito à construção do discurso sobre as estatísticas, tendo como referência quatro manuais⁷ com orientações para os Institutos Nacionais de Estatística divulgarem suas pesquisas e se relacionarem com os jornalistas. As publicações foram elaboradas por um grupo de trabalho sobre disseminação de dados estatísticos, criado pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (Unece). Dentre os aspectos abordados, está a criação de uma estrutura de comunicação nos institutos e orientações sobre como transformar números em notícia. Em 2004 foi editado o primeiro desses manuais, que o IBGE traduziu para o português e utilizou como referência para escrever seu próprio manual.

Bello (2013), em seu estudo sobre a forma como os institutos oficiais de estatística conduzem suas relações com os meios de comunicação, buscou identificar até que ponto está institucionalizada entre essas organizações a forma de divulgar as estatísticas oficiais para o

⁷ Os manuais são, em ordem cronológica de lançamento: “Communicating with the Media: a guide for statistical organizations” (2004); “Making Data Meaningful. Part 1: A guide to writing stories about numbers” (2009); “Making Data Meaningful. Part 2: A guide to presenting statistics” (2009); “Making Data Meaningful. Part 3: A guide to communicating with the media” (2011).

grande público. Nesse sentido, fez um levantamento e análise das legislações nacionais e internacionais sobre o assunto, incluindo os manuais da ONU, acima referidos, e de um banco de dados da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, que, dentre outras informações, também reúne as relativas à comunicação dos institutos com a sociedade e a mídia.

De acordo com o autor, tanto os países, de uma forma geral, quanto os organismos de cooperação internacional têm dado importância às relações entre a mídia e os órgãos estatísticos, considerando-as como uma relação estratégica, mas que vem sendo institucionalizada em período relativamente recente. Quanto aos manuais da ONU, um aspecto ressaltado por Bello é quanto à responsabilidade dos institutos em relação às interpretações dos dados estatísticos realizadas pelos jornalistas. Segundo ele, a orientação é de que cabe a esses institutos “fazerem as divulgações de forma que a opinião pública possa ter clareza sobre o que é divulgado, inclusive tomando a iniciativa de estabelecer comparações que evitem interpretações errôneas” (2013, p. 47), o que de partida confere a institutos como o IBGE a preocupação de estabelecer uma estreita relação com a imprensa.

Segundo os autores dos manuais, a despeito de as estatísticas estarem presentes no cotidiano das pessoas, podendo ser encontradas com facilidade nos noticiários, avaliam que elas nem sempre atraem a atenção do público. O motivo seria, de uma maneira geral, a incapacidade da população de compreender o significado desse tipo de informação. Tal suposição é utilizada como justificativa para a sistematização de um conjunto de orientações sobre a redação de textos a respeito das estatísticas, que o setor de comunicação dos institutos deve seguir para despertar o interesse das pessoas, especialmente dos jornalistas.

O ponto de partida dessas reflexões é a afirmação de que em si mesmas as estatísticas são somente números, por isso precisam “ganhar vida” para passarem a ter sentido para os leigos. Com base nesta observação, os manuais afirmam que a simples enumeração de dados não é suficiente para a constituição de um relato estatístico. O melhor, prosseguem, é que seja contado algo sobre esses dados, pois as ideias são mais facilmente lembradas do que os números.

Assim, um texto de divulgação dos resultados de uma pesquisa estatística deve conter uma mensagem sobre o que ocorreu, quem o fez, quando, onde, por que e como aconteceu. Instruções idênticas as que estão presentes nos manuais de jornalismo sobre a redação do primeiro parágrafo de uma notícia (o *lead*), o qual deve responder a perguntas clássicas: O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê? (RABAÇA; BARBOSA, 2002).

Então, a orientação é para que o relato sobre as estatísticas a ser elaborado pelos institutos tenha um formato jornalístico, inclusive utilizando a técnica da pirâmide invertida

para estruturar o texto, que deve começar pela informação mais importante, aquela que merece mais destaque. Tendo em vista esse tópico, a adequação da linguagem estatística à linguagem jornalística passa a ser a referência para todas as instruções relacionadas nos manuais. Aqui o esforço é no sentido de realçar que o texto dirigido aos jornalistas deve ter um formato distinto do adotado na redação dos relatórios de pesquisa, caracterizados pela adoção de uma linguagem técnica, descritiva e de difícil leitura para pessoas que não sejam especialistas da área.

Uma dica é quanto à construção de personagens – prática muito adotada pelos jornalistas na redação de diversos tipos de matérias. Os manuais enfatizam que, para ganharem vida, os números devem contar histórias. Porém, alertam que, em termos jornalísticos, o número por si só não é a história. Elegem o estatístico como aquele que vai mostrar ao jornalista as diversas possibilidades de extrair as histórias escondidas nos números.

Para que isso seja possível, explicam que o estatístico precisa estar a par dos interesses dos jornalistas, dos assuntos que estão sendo cobertos e que poderiam ser relacionados às estatísticas, sobre como essas informações afetam a vida do leitor e o que revelam sobre seu cotidiano. Nesse sentido, os manuais fornecem uma lista de possíveis temas para os relatos estatísticos: assuntos da atualidade baseados na cobertura jornalística e na agenda política; a vida cotidiana, como preços dos alimentos; referências a grupos em particular, como adolescentes, mulheres e idosos; experiências pessoais em assuntos relacionados a transporte e educação, por exemplo; entre outros.

Assim, ao invés de meramente descrever dados, a solução apontada é escolher um tema para narrar, de forma que o leitor seja capaz de relacionar a informação com questões importantes de sua vida. Esta orientação pode ser relacionada à prática jornalística de escolher pessoas para entrevistar e fotografar, transformando-as em personagens da matéria que está produzindo.

Segundo os jornalistas que escrevem sobre as pesquisas do IBGE, os personagens são aliados fundamentais no exercício de “tradução” das questões apresentadas pelos dados estatísticos, constituindo, assim, uma espécie de síntese exemplar dos temas a serem destacados. Orientados pela crença na objetividade de suas escolhas, esses profissionais definem o roteiro da história que querem contar.

Ao elencarem um ou mais personagens para mostrar em suas matérias, os jornalistas acionam uma rede de sentidos-outros inscritos na história. Entretanto, acreditam estabelecer, por meio destes personagens, um discurso consonante com as interpretações científicas dos dados das pesquisas e, ao mesmo tempo, mais compreensível e atraente do que a mera

apresentação dos dados, mesmo que acompanhado de comentários de especialistas. No capítulo 5 voltaremos a esse assunto, pois ele será dedicado ao estudo do funcionamento discursivo desses personagens nas matérias jornalísticas.

Quando orientam os institutos a darem um formato jornalístico aos textos sobre as estatísticas, os manuais têm como foco a imprensa. Trata-se da elaboração de um discurso dirigido aos jornalistas para conseguir uma cobertura das pesquisas. Um discurso que é fruto da transformação do dizer da ciência estatística, que tem relação com os interesses do governo e que, ao final, é conformado ao dizer do jornalismo, com vistas a atender a um interesse de informação por parte do público.

Os manuais, enfim, apontam que o diálogo entre estes dois grupos de profissionais deve estar sempre afinado, pois os estatísticos são detentores do saber-dizer através dos números, enquanto os jornalistas o são por meio das palavras. Partem do pressuposto de que os jornalistas não sabem lidar com os números e, por isso, atribuem aos estatísticos o papel de ensiná-los a extrair palavras dos números, os quais, garantem, são portadores de histórias que precisam ser disponibilizadas para o público. Para isso, os estatísticos precisam entrar na ordem do discurso jornalístico.

Fazendo um paralelo com a divulgação científica, segundo Grigoletto (2008) a história da ciência mostra que, como parte do processo de legitimação social do saber científico, passou-se a produzir mais conhecimento e em um ritmo mais acelerado, o que resultou em um aumento significativo da divulgação desses saberes. Então, os saberes científicos se tornaram mais acessíveis ao grande público, visibilidade que resultou em mais financiamentos e mais consumidores terem passado a usufruir desses saberes, seja por meio da leitura de artigos ou do consumo de produtos.

Se há vantagens para os pesquisadores em entrarem na ordem do discurso jornalístico para mostrarem seus trabalhos, no sentido de torná-los mais conhecidos, por outro lado essa estratégia impõe uma forma específica de divulgação:

“Isso porque a DC [divulgação científica] toma a ciência como acontecimento (recorte utilitário) e não como processo de produção de conhecimento, colocando a ciência como um lugar que pode dar respostas presentes para problemas presentes. Assim, a mídia opera pela busca de um ‘efeito de memória zero’, em que toda a história da ciência é tomada de modo imediatista” (GRIGOLETTO, 2008, p. 42).

Esta observação vai ao encontro das materialidades presentes nos textos das campanhas publicitárias do Censo 2000, acima referidas. Nelas, a população é convidada a participar

fornecendo informações porque o “Censo 2000, [vai dar] a resposta para o futuro do Brasil”. É possível que nas matérias publicadas pela imprensa, após a divulgação dos resultados da pesquisa, os jornalistas tenham apresentado alternativas quanto a um projeto de futuro para o Brasil. Resta saber se as significações conferidas aos dados estatísticos abordados nos discursos da imprensa se aproximam ou se distanciam das significações nos discursos do IBGE dirigidos aos jornalistas. Por isso, na nossa abordagem sobre os acontecimentos construídos em cada um desses discursos, uma das prioridades da análise será a identificação das tensões que neles podem se inscrever.

2.4. A assessoria de imprensa do IBGE: da formulação técnica e institucional à configuração como objeto de estudo acadêmico

A última seção deste capítulo tem como foco o processo de constituição e de trabalho da atual Coordenação de Comunicação do IBGE, que tem sua rotina voltada para as atividades de relacionamento com os veículos de comunicação, caracterizando-se como uma assessoria de imprensa e não, como sugere seu nome, como um setor que coordena e desenvolve as atividades de comunicação do instituto de forma mais abrangente.

Segundo Melo (2007), o IBGE só passa a ter um setor de comunicação em sua estrutura com o decreto nº 93.599, de 21/11/1986, ocasião em que foi oficializada a existência da Assessoria de Comunicação Social. Antes disso, a instituição contava apenas com um jornalista encarregado de fazer a comunicação com a mídia. A autora informa que, a partir da mudança, os técnicos e funcionários que atuavam no setor, dentre eles os jornalistas, precisaram se adaptar a novas formas de atendimento e de relacionamento com a imprensa, especialmente porque ainda havia o hábito de se omitirem algumas informações, principalmente, as relacionadas ao índice de preços.

Uma nova mudança na estrutura de comunicação foi anunciada pelo artigo 83 do Regimento Interno da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, estabelecido pela Portaria Nº 215, de 12 de agosto de 2004, ao definir que cabe ao gerente do projeto Coordenação de Comunicação Social (CCS), subordinado à presidência do instituto, a competência de planejar, coordenar e executar as atividades de comunicação, tanto com o corpo funcional como junto aos organismos de difusão de informação da sociedade. O artigo apenas regulamentou o setor que já atuava neste formato desde 2000.

Assim, a antiga Assessoria de Comunicação Social ganhou status de Coordenação de

Comunicação, apesar de continuar atuando quase que exclusivamente como assessoria de imprensa, como demonstra seu plano de trabalho. Uma medida foi a disponibilização de um calendário anual de divulgação de pesquisas, no portal do IBGE na internet, para usuários e jornalistas saberem previamente a data de lançamento dos resultados de cada pesquisa. Ao longo do tempo, também foi estabelecida uma legislação regulando a maneira de realizar as divulgações, de acordo com o tipo de pesquisa.

Em relação aos indicadores conjunturais (relativos à economia), divulgados periodicamente ao longo do ano, como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e o Produto Interno Bruto (PIB), a portaria nº 355, de 5 de novembro de 2007, define que um sumário com os resultados deve ser encaminhado às sete horas do dia da divulgação para o governo e às nove horas, do mesmo dia, para os órgãos de imprensa e para o site da instituição na internet.

Já a portaria nº 15, de 27 de janeiro de 2005, define que os indicadores estruturais devem ser encaminhados ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, com antecedência mínima de quarenta e oito horas do horário fixado para a coletiva de imprensa e para a disponibilização dos dados na internet (sempre às dez horas). O Censo Demográfico, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) são exemplos de pesquisas estruturais. Ambas as portarias ainda estabelecem que os técnicos do IBGE devem estar disponíveis para prestar esclarecimentos aos usuários sobre os resultados da pesquisa divulgada, especialmente para o governo federal e a imprensa.

O processo de divulgação começa com a redação de um release – texto em formato jornalístico que apresenta os principais resultados da pesquisa a ser divulgada. Após estudar o relatório da pesquisa, o assessor de imprensa se reúne com os técnicos responsáveis para discutir o conteúdo e selecionar os aspectos que serão abordados. Em seguida, redige o texto e o encaminha para ser avaliado pelos mesmos técnicos e pela presidência da instituição.

Após ser aprovado, no caso das pesquisas conjunturais (índices relacionados à economia), o release é encaminhado para o governo duas horas antes de ser disseminado e, para os jornalistas, apenas no momento da coletiva de imprensa. Porém, se for uma pesquisa estrutural, um Censo Demográfico, por exemplo, os jornalistas cadastrados pela assessoria de imprensa do IBGE recebem o release com 48 horas de antecedência, com o compromisso de publicarem matérias somente após o início da coletiva de imprensa. Nesse período, nenhuma entrevista sobre a pesquisa pode ser realizada com especialistas, técnicos e pesquisadores que não sejam do IBGE e, muito menos, com políticos e autoridades.

Essa estratégia de comunicação é conhecida como embargo, cujo objetivo é possibilitar que os jornalistas tenham tempo para selecionar as informações mais importantes, planejar entrevistas, elaborar infográficos (ilustrações que ajudam a explicar os dados estatísticos) e produzir fotografias para as reportagens. Também é uma forma de garantir que todos os veículos de comunicação recebam os materiais de divulgação ao mesmo tempo, evitando que se privilegie um ou outro, em um esforço por tornar o processo mais transparente.

Segundo Fonseca (2005), o resultado desta iniciativa foi a conquista de um significativo espaço para o IBGE no noticiário (impressos, televisão, rádio e internet). Para a autora, os jornalistas passaram a ver o instituto como uma fonte de informação para muitas pautas - o que representou uma mudança nas práticas da instituição, cujos pesquisadores acreditavam que o trabalho se encerrava com a publicação dos relatórios das pesquisas.

O embargo também é praticado por outras instituições nacionais e internacionais. De acordo com Bello (2013), no Brasil é realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA); no exterior, é uma prática do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por exemplo. Os institutos oficiais de estatística dos Estados Unidos, França e Portugal também são adeptos do embargo.

Nas coletivas de imprensa, os técnicos do IBGE apresentam os principais resultados da pesquisa, esclarecem dúvidas dos jornalistas e gravam entrevistas. Para as pesquisas mais complexas, são realizadas reuniões anteriores à coletiva para fornecer orientações adicionais para os jornalistas elaborarem suas matérias. Um exemplo deste caso foi a divulgação das informações do Censo 2010 sobre as regiões denominadas de aglomerados subnormais, conhecidas como favelas em algumas regiões do país. A instituição achou necessário explicar previamente aos jornalistas a metodologia utilizada para a coleta e formulação desses dados, especialmente as características que foram levadas em conta na classificação dessas localidades.

Para auxiliar no atendimento das demandas dos jornalistas, a coordenação de comunicação também criou uma sala de imprensa no site do IBGE⁸. No endereço, os jornalistas encontram releases, arquivos com as apresentações técnicas realizadas nas coletivas de imprensa, banco de fotos de pesquisadores do IBGE (possíveis fontes para entrevistas) e *podcasts* (sonoras gravadas com os técnicos responsáveis pelas pesquisas). Outro canal de contato com a imprensa é o IBGE Comunica, o perfil da instituição no *Twitter* através do qual os assessores informam antecipadamente os itens do calendário de lançamentos, fazem a

⁸ Pode ser acessada em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br>.

divulgação, em tempo real, de informações das pesquisas durante a coletiva de imprensa e encaminham matérias publicadas na mídia sobre o IBGE e suas pesquisas.

Para acompanhar e avaliar a cobertura sobre o IBGE realizada pela imprensa, diariamente uma equipe da assessoria de imprensa coleta matérias publicadas nos principais jornais impressos e *online* do país. Todo esse material é disponibilizado na intranet da instituição para que possa ser consultado por todos os funcionários. Outro instrumento de acompanhamento e avaliação do trabalho da instituição com a imprensa é o Relatório de Atividades, atualizado mensalmente e com uma edição anual com a consolidação das informações. O documento apresenta números de atendimentos prestados a jornalistas e veículos de comunicação, temas e pesquisas mais procurados, balanço das coletivas, dentre outros.

Se, por um lado, o IBGE procura instrumentalizar os jornalistas para utilizarem suas pesquisas como fonte para notícias e reportagens, por outro também treina os técnicos da instituição para lidar de forma adequada com os profissionais da informação. Para dar conta deste segundo objetivo, a coordenação disponibiliza na intranet do instituto um conjunto de instruções sobre o trabalho jornalístico, manuais com recomendações internacionais sobre a divulgação das estatísticas oficiais, além de um vídeo e um manual de relacionamento com a imprensa.

A coordenação também ministra cursos para os técnicos aprenderem a conceder entrevistas para diversos tipos de veículos, a não caírem em “armadilhas” preparadas pelos jornalistas em busca de declarações polêmicas, a escreverem e falarem com mais clareza (evitando linguajar muito técnico) e a gerenciar situações de crise com a imprensa, como a divulgação incorreta de um dado. O título dessa seção do site da coordenação é chamado de “*Media Training*: aprendendo a lidar com os jornalistas”. Outra atividade, é a realização de oficinas para treinar os jornalistas sobre a linguagem estatística.

Como demonstra Saraiva (2015), apesar de o tema comunicação não aparecer de forma específica na missão institucional do IBGE, o assunto faz parte do Planejamento Estratégico 2012-2015 do instituto⁹. Segundo a autora, no documento, o item “compromisso com informantes e usuários” trata da relevância de ferramentas que possibilitem que estes entendam o valor da informação que usam e prestam para a instituição. Também ressalta a criação e implementação de uma Política de Comunicação Integrada¹⁰, o que ocorreu no ano de 2013.

⁹ Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/Metas_Institucionais.shtm.

¹⁰ Disponível em: *idem*.

O objetivo da publicação desse documento foi o de institucionalizar as ações internas e externas de comunicação do instituto. Em relação ao trabalho com a mídia, ainda de acordo com Saraiva (2015), a Política de Comunicação posiciona a mídia como lugar indispensável para o fluxo de informações entre o IBGE e a sociedade, prevendo que todo produto ou publicação com estudos e pesquisas deve ser divulgado para a mídia. O documento também trata da imparcialidade e da igualdade de acesso. Porém, a autora faz ressalvas em relação à igualdade de acesso no que se refere à prática do embargo, pois a atividade é desenvolvida no Rio de Janeiro e em São Paulo, majoritariamente para veículos da grande mídia, e no restante do país apenas em algumas capitais.

A comunicação do IBGE com a sociedade vem sendo tema de investigações acadêmicas, realizadas por funcionários da instituição. Nesta pesquisa, alguns desses trabalhos funcionaram como importantes interlocuções, destacadamente aqueles que têm como foco o trabalho de divulgação das estatísticas para a imprensa¹¹.

O estudo realizado por Melo (2007), por exemplo, mostrou o impacto da internet na divulgação das pesquisas do IBGE a partir da inauguração da página do instituto em 1995¹². Em relação ao contato com a imprensa, a entrada na rede mundial possibilitou que os releases pudessem ser encaminhados por meio eletrônico simultaneamente para todos os veículos de comunicação. Até então, contínuos os levavam pessoalmente às redações ou os jornalistas iam buscá-los no instituto. A autora também abordou alguns aspectos sobre o trabalho de comunicação com a imprensa realizado pela instituição no período anterior à reformulação da atividade, em 2000.

A relação da imprensa com o IBGE na divulgação das pesquisas é o foco do trabalho de Fonseca (2005). É uma abordagem pioneira que cobre os cinco primeiros anos da atividade após a reformulação efetuada a partir de 2000. Um dos pontos observados pela pesquisa é que a visibilidade que o IBGE atingiu com a ajuda da mídia teve reflexos na demanda e disseminação das pesquisas, na credibilidade e legitimidade da instituição. Com isso, o produtor de estatística (os funcionários do instituto) passou a compreender que seu trabalho não se encerrava num extenso relatório e sim na divulgação dos resultados para os jornalistas. A dissertação é construída a partir das entrevistas pessoais realizadas com jornalistas que

¹¹ Também há trabalhos sobre comunicação do IBGE relativos às atividades de publicidade e designer, bem como enfoques históricos sobre coberturas feitas pela imprensa, como na mobilização da população para a coleta de dados e nos debates em torno da realização dessas operações (custos, oportunidade, necessidade etc.).

¹² Hoje o endereço abriga um portal: www.ibge.gov.br.

frequentavam o IBGE, editores de jornal e TV. Além disso, foi realizada uma observação participante na redação de O Globo em um dia de divulgação de pesquisa do IBGE.

Como explicado na seção 2.3 deste capítulo, Bello (2013) buscou identificar até que ponto está institucionalizada entre essas organizações a forma de divulgar as estatísticas oficiais para o grande público, o que o levou a analisar uma série de documentos, manuais e um banco de dados sobre o assunto. Já o trabalho de Saraiva (2015), teve como objetivo verificar se a divulgação do Censo 2010 contribuiu para o fortalecimento da cidadania das minorias brasileiras. Para isso, analisou releases e notícias sobre o censo divulgadas no portal G1, considerando os textos que tratavam dos temas mulheres, crianças, idosos, negros, índios, homossexuais deficientes, praticantes de Candomblé/Umbanda e imigrantes.

Segundo a autora, a análise evidenciou que as minorias consideradas no estudo foram tratadas apenas do ponto de vista demográfico, em termos quantitativos, sem que os textos dos releases e das notícias revelassem a vulnerabilidade das condições desses grupos. Nesse sentido, faz uma crítica ao Plano de Comunicação do Censo 2010, por sugerir ações junto aos meios de comunicação hegemônicos, nacionais ou regionais, sem nenhuma previsão para a participação da mídia comunitária ou cidadã.

Todos esses estudos dialogam de alguma maneira com os propósitos de nossa pesquisa, em especial a realizada por Saraiva (2015). Entretanto, há diferenças importantes, como nossa perspectiva teórica fundada no entrecruzamento dos campos da memória, do discurso e da comunicação; o tema baseado na compreensão do funcionamento da memória nos acontecimentos estabelecidos pelos discursos dos releases e das notícias sobre as pesquisas do IBGE; e o objetivo de analisar se esses acontecimentos são duas construções discursivas diferentes ou não, considerando as tensões entre elas.

Capítulo 3

A configuração do acontecimento jornalístico na divulgação das estatísticas oficiais: a construção teórica do objeto e da análise

Como visto no capítulo anterior, o trabalho do IBGE consiste na produção de informações estatísticas e geocientíficas para o governo, que é, ao mesmo tempo, o provedor e principal cliente da instituição. Em se tratando das pesquisas estatísticas, foco de interesse deste estudo, a iniciativa privada, o mercado financeiro, organizações sociais e diversos organismos internacionais também são usuários e agentes que influenciam na escolha dos conteúdos a serem investigados. Neste cenário, também se destaca a influência da comunidade científica e da imprensa: de um lado, as ciências estatísticas, econômicas e sociais atuando na definição das variáveis e das metodologias a serem utilizadas no desenho e no desenvolvimento das pesquisas; e, de outro, os saberes do campo da comunicação social, especialmente do jornalismo, sendo empregados na divulgação das informações elaboradas pelo instituto.

Tal rede de relações mostra que uma multiplicidade de vozes ecoa nos discursos sobre as estatísticas oficiais do Brasil, demarcando posicionamentos ideologicamente orientados, em contextos nos quais se inscrevem sentidos sobre o país. Para refletir sobre a divulgação das estatísticas do IBGE para a imprensa, é importante pensar nos contornos impostos por essas vozes nos discursos que se constituem nos textos produzidos pelos jornalistas do IBGE (releases) e da imprensa (matérias jornalísticas).

Apesar de os sujeitos empíricos diretamente envolvidos no trabalho de divulgação serem jornalistas, eles ocupam posições distintas no processo de comunicação que se estrutura entre o instituto de pesquisa e a mídia. O jornalista que trabalha no IBGE ocupa a função de Assessor de Imprensa, atividade que é vista por alguns profissionais do campo da comunicação social como uma especialidade do Jornalismo e, por outros, como uma atribuição da área de Relações Públicas.

A controvérsia é baseada na interpretação de que as assessorias de imprensa atuam na divulgação da imagem de instituições, empresas ou personalidades, tendo como foco a garantia de um bom relacionamento destes com seus respectivos públicos, o que diferiria dos propósitos dos jornalistas, mas se aproximaria dos objetivos dos relações públicas. Já os jornalistas da imprensa têm a sua atuação relacionada à apuração de notícias que busquem mostrar os diversos

pontos de vista sobre uma mesma questão, daí nem sempre verem com bons olhos o trabalho de seus pares nas assessorias de comunicação.

Outro aspecto a ser considerado são as especificidades de cada uma das organizações sob quais esses profissionais estão submetidos. Pensando no escopo desta pesquisa, os jornalistas trabalham em três jornais que pertencem a três grandes empresas de comunicação do país, todas integrantes da chamada grande imprensa. Os assessores de imprensa atuam em uma instituição pública ligada ao governo federal, cujos dados de suas pesquisas são utilizados para balizar políticas públicas, servindo de referência para avaliações relacionadas ao desempenho dos governos e dos governantes.

A despeito das diferenças no que tange aos lugares sociais nos quais ambas as instituições (IBGE e imprensa) estão inscritas, ao se relacionarem para realizar um trabalho de divulgação de informações para a sociedade, ficam sujeitas às determinações dos saberes constituídos pela ciência, comunicação e política – no que tange às inúmeras articulações nos âmbitos governamental, político e institucional que são travadas na definição, produção e utilização das estatísticas oficiais.

É com base nesse contexto que é possível falar em multiplicidade de vozes nos discursos de divulgação das estatísticas, aspecto que demarca sua heterogeneidade. Conforme realça Authier-Revuz (1999), a heterogeneidade é constitutiva de todo discurso, afirmação que tem como referência as reflexões de Mikhail Bakhtin, em *Esthetique et Theorie du Roman* (1979), sobre o dialogismo, princípio segundo o qual sempre se fala com as palavras dos outros de duas formas: por meio da retomada do já-dito em outros discursos e através da incorporação dos propósitos dos destinatários, ou seja, da construção de um discurso no qual se busca considerar aspectos que poderão ser aceitos pelo outro.

Nesse sentido, a autora se interessa pelas práticas de reformulação constituídas nos espaços de divulgação científica, onde o divulgador (o jornalista) reformula o dizer do cientista com o objetivo de possibilitar que o público compreenda os saberes oriundos da ciência. A questão é compreender como o sujeito do discurso se posiciona em relação a esse outro, ora se afastando, ora dele se aproximando; bem como perceber de qual outro ele escolheu se distanciar e como funciona a relação do qual se aproximou.

O estudo das práticas de reformulação é um caminho para se encontrar indícios sobre o funcionamento do já-dito no discurso fonte e no elaborado a partir dele, com vistas às expectativas do destinatário, bem como de buscar um entendimento sobre a representação que um discurso dá a si mesmo e sobre sua relação com o outro. Nesse ponto, é importante não

deixar de considerar as tensões que ocorrem nesse processo, como as que podem ser identificadas no ambiente que envolve a divulgação das informações estatísticas do IBGE.

Tratar de aproximações e distanciamentos entre discursos constitutivamente heterogêneos, no caso da presente pesquisa, é verificar aproximações e distanciamentos entre os acontecimentos construídos nos discursos do IBGE dirigido à imprensa e aqueles construídos nos jornais a partir destes discursos. Para cumprir este objetivo, que tem como preocupação principal estudar o papel da memória nesses acontecimentos, no presente capítulo vamos avançar na elaboração de nosso arcabouço teórico e na delimitação do corpus da pesquisa, bem como no entendimento das condições de produção do discurso de divulgação das estatísticas do IBGE. O primeiro passo será compreendermos o processo de construção histórica das imagens do jornalista e do assessor de imprensa, bem como da imagem das informações estatísticas divulgadas pelo IBGE tecida pelos jornais.

3.1. As formações imaginárias

Segundo Orlandi (2010), pensar as condições de produção de um discurso é considerar o sujeito, a situação em que ele está envolvido, o contexto histórico, a ideologia e a maneira como a memória possibilita que estas condições se estabeleçam. A partir desta concepção geral, a autora prossegue, mostrando que as condições de produção funcionam de acordo com certos fatores, que em conjunto interferem no processo de constituição das formações imaginárias que afetam o sujeito.

O primeiro desses fatores diz respeito ao fato de que todo discurso se relaciona com outros para produzir sentidos. Segundo a autora, não há começo e nem fim para um discurso, pois ele está sempre em processo, em relação com dizeres que já foram ditos ou que ainda serão – o que aponta para uma relação tanto com o passado como com o futuro.

Há também os mecanismos de antecipação, que dizem respeito à capacidade do sujeito de se antecipar ao seu interlocutor quanto ao sentido produzido por suas palavras, de modo a regular sua argumentação com base no efeito que pensa produzir nesse mesmo interlocutor. Por fim, há as relações de força, que, conforme Orlandi (2010), é um aspecto relacionado à noção de que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Por isso, a fala de um sujeito no lugar de jornalista, que trabalha em um jornal, significa de modo distinto do sujeito que fala do lugar de assessor de imprensa de uma instituição pública, por exemplo.

Então, a partir das formações imaginárias e seus mecanismos constitutivos podemos

compreender que não é o sujeito físico nem seus lugares empíricos que significam no discurso, mas as imagens que ele projeta nesse discurso, de acordo com o contexto histórico e a memória. Esse mecanismo imaginário possibilita que o sujeito passe de uma situação empírica para uma posição no discurso:

“É bom lembrar: na análise de discurso, não menosprezamos a força que a imagem tem na constituição do dizer. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder” (ORLANDI, 2010, p. 42).

O imaginário que condiciona os sujeitos fornece as pistas para a compreensão de como os sentidos são produzidos em um discurso. Para dar prosseguimento ao nosso estudo, é importante tecer considerações sobre as imagens historicamente constituídas para o jornalista que trabalha como assessor de imprensa e o que atua como jornalista em um jornal. Tais imagens não estão dissociadas daquelas que foram apresentadas no capítulo 2 para o IBGE, para a imprensa e também para a própria produção e divulgação das estatísticas oficiais para a sociedade. Fruto de um trabalho da ideologia, essas imagens possibilitam que o sujeito assuma determinadas posições no discurso, ora se aproximando, ora se distanciando dos discursos sobre as informações estatísticas formulados pelo IBGE e pela imprensa.

3.1.1. A imagem histórica do jornalista

Detetive que revela os bastidores do poder, porta-voz das más e boas notícias, ator fundamental dos sistemas democráticos e até mesmo super-herói como na ficção, o jornalista é personagem admirado e ao mesmo tempo odiado, mas de cujo papel social quase todos conseguem discurrir mesmo que brevemente. Como ressalta Nelson Traquina, em sua obra clássica sobre as teorias do jornalismo, apesar das dificuldades em delimitar os contornos de sua profissão - cito como exemplo a recente perda da obrigatoriedade do diploma para seu exercício no Brasil -, “poucas profissões tiveram tanto êxito como o jornalismo na elaboração de uma vasta cultura rica em valores, símbolos e cultos que ganharam uma dimensão mitológica dentro e fora da tribo” (2012a, p. 128).

É claro que há outras profissões que detêm uma forte carga simbólica, como é o caso da medicina. Porém, o jornalismo é relacionado à própria constituição e manutenção da democracia, em função de ser visto como uma atividade que possibilita a circulação e o debate

de ideias, calcados na diversidade de opiniões. Segundo Traquina (2012a), com base nas teorias democráticas, o papel social atribuído ao jornalista é o de equipar os cidadãos com ferramentas para o exercício de seus direitos, além de ser uma voz capaz de expressar suas preocupações.

Também, acredita-se que o jornalista possa ser o elo entre a opinião pública e os governantes, protegendo os cidadãos dos possíveis abusos de poder por parte destes mesmos governantes, ou seja, ser uma espécie de vigilante do poder. Para isso, espera-se que ele mantenha uma postura de desconfiança diante das autoridades (ou mesmo perante outras fontes), de vigilância e de distanciamento, pois seu interesse deve ser voltado para o bem público.

Valores como liberdade, independência e autonomia dos profissionais perante outros agentes sociais se tornaram verdadeiras bandeiras de luta na constituição do campo jornalístico. De acordo com Traquina (2012a), estes aspectos são vistos como fundamentais para a garantia da credibilidade do jornalista - outro valor essencial, ao lado da associação com a verdade, o rigor, a exatidão, a honestidade e uma noção de equidistância (distanciamento da fonte).

Esse conjunto de atributos funciona como alicerce para a construção da noção de objetividade jornalística, conceito diretamente relacionado à remodelação do perfil dos jornalistas no século XX, com base em uma mudança na prática da profissão iniciada no final do século anterior, quando os fatos passaram a ser mais valorizados que a opinião. Traquina ressalta que o conceito de objetividade no jornalismo não surgiu como negação da subjetividade, mas como reconhecimento de sua inevitabilidade, em um contexto marcado por duas guerras mundiais, pessimismo quanto à democracia (diante da ascensão de regimes ditatoriais), dúvidas em relação à razão (quando do nascimento da psicologia), discussões sobre multidões e o comportamento irracional dos grupos, e o surgimento da atividade de Relações Públicas (como veremos a seguir).

Neste cenário de abalo das certezas e seguranças, tornou-se difícil acreditar na possibilidade de o jornalista ser objetivo na apuração e na redação das suas matérias, evitando opinar, sendo capaz de manter um distanciamento em relação à notícia. A saída encontrada não foi a de se assumir a inevitabilidade da subjetividade, mas a de se criarem técnicas para controlá-la, através da definição de posturas para serem seguidas pelo jornalista na tentativa de mostrar seu empenho em ser objetivo e se proteger de eventuais críticas ao seu trabalho. “Com a ideologia da objetividade, os jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em causa” (TRAQUINA, 2012a, p. 140).

Dentre os procedimentos que assegurariam a objetividade estão: a apresentação dos dois

lados da questão (os conflitos), sem favorecer nenhuma das partes; o uso das aspas como forma de fazer desaparecer a presença do repórter; estruturação da informação numa sequência apropriada (da mais para a menos relevante). Entretanto, estes procedimentos até hoje sofrem muitas críticas, pois todos envolvem escolhas.

Pensando as condições de produção dessa concepção de discurso jornalístico, baseada na ideia de objetividade, é importante realçar a influência que recebe do positivismo na ciência – a preocupação com a criação de métodos considerados capazes de estabelecer procedimentos objetivos, resguardados da subjetividade do cientista, capazes de, por exemplo, garantir a realização de experimentos controlados.

Como acima citamos, o surgimento de uma nova profissão dentro do campo da comunicação social, também contribuiu para o abalo da ideia de objetividade. Desde o início, os Relações Públicas causaram verdadeira aversão nos jornalistas, cujo trabalho era visto como uma ameaça à ideia de notícia:

“Com as Relações Públicas, as notícias pareciam tornar-se menos a reportagem dos acontecimentos e mais a reprodução de um universo de fatos que correspondiam aos interesses especiais dessas pessoas ou organizações que tinham os recursos financeiros para empregar esses consultores. Punham em causa as noções básicas de jornalismo. Alguns autores os intitulavam como ‘criadores de notícias’ (TRAQUINA, 2012, p. 139).

Assim, os próprios contornos da nova profissão pareciam ir de encontro aos propósitos jornalísticos, em especial quando se observa a definição do novo campo feita por seus próprios pensadores. Segundo Kunsch (2003), as Relações Públicas têm como objeto as organizações e seus públicos, entre os quais promover e administrar relacionamentos, mediar conflitos e estabelecer estratégias e programas de comunicação. A autora enfatiza que cabe ao profissional de Relações Públicas (conhecidos como RP) gerenciar a comunicação entre esses públicos, sendo responsável pela “construção da credibilidade e pela fixação de um posicionamento institucional coerente e duradouro das instituições” (2003, p. 166). Um dos meios para alcançar estes objetivos seria o de realizar um trabalho junto à mídia, que, segundo Kunsch, é um “público multiplicador de opinião importantíssimo para as organizações” (2003, p. 120).

Com isso, o desenvolvimento e a aplicação de técnicas para o exercício da atividade jornalística tornaram-se práticas cada vez mais defendidas pelos profissionais da área, que à época atuavam majoritariamente nos veículos de comunicação, especialmente nas redações dos jornais impressos. Entretanto, tal oposição e resistência não se restringiu apenas aos Relações Públicas, pois se estendeu a profissionais da própria área de jornalismo, a aqueles que passaram

a trabalhar em empresas, instituições e junto a pessoas físicas, atuando como Assessores de Imprensa – atividade que até hoje é compreendida por muitos como uma atribuição da área de Relações Públicas e não de Jornalismo. Trata-se de um ponto de tensão que provocou desvios na imagem historicamente construída para o jornalista e que tem impacto considerável no presente estudo.

3.1.2. A imagem do Assessor de Imprensa: ele é jornalista?

A imagem do jornalista que exerce a função de Assessor de Imprensa (AI) não é diretamente relacionada a dos seus pares que atuam nos veículos de comunicação. A imagem historicamente construída para o jornalista é baseada no repórter que corre atrás da notícia, faz denúncias, mostra diversos ângulos da notícia, de forma objetiva e imparcial. Com uma câmera, um bloco de notas ou um gravador nas mãos, ele nem sempre é visto como um profissional que está sujeito aos interesses da empresa de comunicação para a qual trabalha, pois, ao ser focalizado em ação, se mostra como um ator no livre exercício de seu dizer, construtor da informação que apurou de forma precisa, uma testemunha ocular que narra o acontecimento.

Ao Assessor de Imprensa é mais difícil não ser imediatamente atrelado à imagem da organização em que atua. Isso porque ele assume uma posição de intermediação entre o escopo gerencial da organização e os jornalistas da mídia, atividade que o predispõe a ser identificado com a defesa desta mesma organização. Seus contatos com a imprensa serão relacionados aos interesses diretos da empresa, seja para divulgar produtos e projetos, indicar pessoas para serem fontes para matérias e reportagens, ou mesmo para dar respostas à sociedade em momentos de crise institucional.

Porém, para Marques et al. (2014), apesar das diferenças, alguns traços da imagem atribuída aos jornalistas também são percebidos na imagem dos assessores de imprensa. Por serem jornalistas de formação e muitos terem experiência em atividades jornalísticas realizadas em veículos de comunicação – ponto valorizado pelas assessorias no momento de contratar um profissional –, conservam conhecimentos técnicos e contatos estratégicos nos veículos de comunicação com os quais se relacionam frequentemente.

Assim, de acordo com esta perspectiva, para ser um bom AI é preciso conservar-se jornalista, abandonando algumas práticas e adotando outras, situando-se em um outro contexto, no qual é um intermediário entre seus superiores na instituição e os jornalistas. Ocupar a posição

de intermediário faz o AI ser uma fonte para a imprensa, para a qual apura informações do corpo gerencial e funcional da instituição, o que mais uma vez o identifica à imagem institucional.

Os primeiros registros da atividade datam do início do século XIX, nos Estados Unidos. No Brasil, as assessorias de imprensa tiveram um desenvolvimento progressivo a partir do início da década de 1980, com o fim da ditadura militar. Segundo Carvalho e Reis (2009), nesse período, os assessores de imprensa eram vistos nas redações dos jornais brasileiros como vendedores de notícias e, em muitos casos, como aqueles que eram pagos para dificultar o acesso do repórter às autoridades e funcionários que detinham as informações. Aspectos que mostram a resistência dos próprios jornalistas à atuação de seus pares fora dos veículos de comunicação.

Com o passar do tempo, as expectativas dos jornalistas em relação aos AI sofreram algumas mudanças. Ainda de acordo com as autoras, atualmente as assessorias de imprensa empregam boa parcela dos jornalistas que se formam no país, pois os assessores se tornaram peças fundamentais na conclusão de pautas e se consagraram como fontes de consulta e de esclarecimento na apuração de matérias pela imprensa. Os próprios cursos de graduação em jornalismo passaram a incluir em sua grade curricular disciplinas relacionadas à assessoria de imprensa e à comunicação empresarial.

Em suma, hoje espera-se que esses profissionais possam informar o que se passa na instituição ou empresa em que atuam, indicando as fontes capazes de fornecer a informação desejada. Porém, as autoras alertam que o AI não pode enganar o jornalista, dependendo da situação é preferível assumir que não pode falar sobre o assunto. A dica revela o quanto ainda existe de suspeição por parte dos jornalistas da imprensa quanto às práticas desses profissionais.

Segundo Pinto (2009), em seu livro em formato de manual sobre a prática do jornalismo diário, o assessor de imprensa é de pouca valia para a apuração de informações nas organizações. No caminho oposto ao seguido por Carvalho e Reis (2009), a autora orienta os jornalistas a evitarem a intermediação dos assessores de imprensa, buscando se dirigir diretamente à fonte (pessoa da organização que possa passar a informação necessária ao cumprimento da pauta).

Para ela, esse é o meio mais rápido, pois quando o assessor acha que a reportagem não é de interesse do lugar para o qual trabalha, procura dificultar o acesso aos dados ou às pessoas. Segue indicando que o jornalista deve tomar providências para se tornar cada vez mais independente dos assessores - o que compromete a ideia de parceria entre esses profissionais e reforça a concepção de que seus imaginários apresentam divergências que podem resultar em situações de tensão.

Outra providência a ser tomada pelo jornalista é a de sempre ir até o local conferir a informação “com seus próprios olhos”, sem aguardar a resposta do assessor de imprensa – ou seja, o jornalista deve considerar diversas fontes, com exceção do AI. Também é possível concluir, a partir das observações da autora, que desprezar as assessorias de imprensa é colocar-se ainda mais no papel de jornalista, indo para a rua (ou empresa) apurar a notícia ao vivo, buscando fontes por conta própria.

Assim, o trabalho do AI acaba sendo desidentificado ao do jornalismo, por muitas vezes ser visto como uma atividade exclusiva de proteção à imagem organizacional, a ponto de virar caso de polícia, como realça Pinto (2009). A autora ressalta o quanto pode ser irritante, quando um assessor de imprensa impede o jornalista de obter determinada informação, especialmente quando se trata de dados públicos. Como solução para a pendenga, ela orienta o jornalista a recorrer à justiça, enfatizando a importância de o profissional sempre gravar as conversas com os assessores, o que pode funcionar como prova de que o assessor o impediu de obter a informação.

A associação entre a imagem de um jornalista e a do veículo de comunicação para o qual trabalha também ocorre com os profissionais da imprensa. Apesar de Marques et al. (2014) reconhecer que ambos sofrem constrangimentos das empresas às quais estão subordinados, acredita que o jornalista é portador de um certo poder em função de ser ele quem apura a notícia, o que o torna detentor de um maior conhecimento sobre o assunto em questão.

Entretanto, Traquina (2012a), seguindo pressupostos da teoria organizacional, teoria do jornalismo que sublinha a importância dos constrangimentos organizacionais sobre o jornalista no exercício de suas funções, considera que esse profissional se conforma mais às normas da política editorial da organização do que às suas crenças pessoais e profissionais. Neste contexto, o processo de socialização organizacional teria como base a cultura organizacional e não a cultura profissional. O jornalista, ciente da avaliação de seus superiores, procuraria antecipar expectativas, para evitar retoques em seus textos ou punições.

Para Mariani (1999), o informar da imprensa é resultado de um controle exterior, vindo do Estado, do sistema jurídico e da própria atividade jornalística, o que torna a objetividade e a neutralidade apenas resultados de um efeito ilusório. Ainda segundo a autora, ao incorporar o texto da lei, a instituição imprensa produz uma imagem de si mesma baseada na isenção e preservação da ética. Entretanto, ao agir dentro da lei ela está apenas mantendo-se ajustada ao modelo de sujeito predominante (MARIANI, 1999).

O imaginário sobre os profissionais da comunicação envolvidos na divulgação das

pesquisas do IBGE, bem como as imagens das instituições que eles representam, não funcionam de forma isolada. Todas foram e são construídas historicamente em um processo que envolve aproximações e distanciamentos. Essas imagens se projetam nos sujeitos e orientam seus movimentos e tomadas de posição nos discursos jornalísticos sobre as estatísticas do IBGE, interferindo, inclusive no próprio processo de construção da imagem das estatísticas nos jornais.

3.1.3. Imagens construídas nos jornais sobre as informações estatísticas do IBGE

“Um copo de água pela metade: para um otimista, ele está meio cheio; para um pessimista, está meio vazio”. (O poder do copo meio vazio, Revista Época, nº 820)

“O otimista diria que o copo está metade cheia. Já o pessimista diria que o copo está metade vazio. O realista diria que pelo menos o copo está lá e pode receber mais água. Já o idealista, que o copo deveria estar cheio, assim como o anarquista diria quebrem o copo e finalmente o populista diria para dar toda a água e também o copo aos pobres”. (Jornal Tribuna Região)

Qual imagem a imprensa tem das informações estatísticas divulgadas pelo IBGE? Qual imagem a imprensa tem do próprio IBGE? As respostas às duas perguntas estão interligadas, pois envolvem uma articulação entre imagens que dificilmente conseguem ser dissociadas: a de uma instituição e a de seus produtos (e vice-versa). Daí a importância de conhecermos o que dizem os jornais sobre o IBGE e suas pesquisas, ou seja, a imagem que os jornais constroem a partir da imagem que o próprio instituto projeta de si. Nesse sentido, identificamos um grupo de sequências discursivas nas quais são tecidas considerações que nos ajudarão a encontrar respostas às questões acima propostas.

SD1: [O] comandante do Censo 2000, o presidente do IBGE, Sérgio Besserman Vianna, diz que mal dá tempo para comemorar os expressivos avanços sociais da década de 90 (...) pelo tamanho dos novos desafios. “É como a história do copo d’água. Alguns dizem que está meio cheio. Outros, meio vazio. O IBGE sempre dirá que está pela metade. É uma apreciação que cabe a cada brasileiro. (...) Uma melhora de 10% que faz toda a diferença do mundo para essas pessoas. Mas outra forma de olhar é que faltam 22% de lares que não têm água. (...) Vivemos num país em que não se pode olhar para trás”. (O Globo, p. 2, Caderno Retratos do Brasil, 20/12/2001)

SD2: O IBGE, porém, é um copo meio cheio, meio vazio. Se contém motivos de ataque contra Dilma, inclui também argumentos de defesa. (...) Ou seja, a Pnad contém dados para todos os gostos e ângulos. (Folha de São Paulo, p. 2, Editoriais, artigo da jornalista Elaine Cantanhêde, 19/09/2014)

SD3: As divulgações das Pnads, a cada ano, lançam os analistas no tradicional exercício de interpretar as razões, tendências e consequências dos copos com água pela metade. Como o país viveu, nos últimos 20 anos, um período de progresso social, mas ainda se vê às voltas com grandes déficits nesse quesito, dependendo do olhar o copo poderá estar meio cheio ou meio vazio. (O Estado de São Paulo, p. H4, análise do jornalista José Paulo Kupfer, 19/09/2014)

SD4: “Claro que temos sempre a questão do copo: quando podemos ver se está cheio ou vazio”, disse o presidente [Fernando Henrique Cardoso], usando como metáfora um copo com água que estava sobre a mesa. “Se olho para baixo, está cheio de água. Se olho para cima, não há nada. (Folha de São Paulo, p. A4, 09/05/2002)

SD5: “Isso [aumento do desemprego] é pontual. Óbvio que as taxas de emprego não vão crescer como antes porque não tem nem para onde ir. Tem uma taxa de desemprego bem baixa no Brasil. Não é só quantidade, é qualidade. Não é o copo meio vazio, meio cheio. É o copo cheio. Ou seja, mudou o padrão do Brasil em matéria de emprego e desemprego”, afirmou a presidente [Dilma Rousseff] em entrevista coletiva. (Folha de São Paulo, p. A10, Primeiro Caderno, 19/09/2014)

Conforme mostram as epígrafes que abrem essa seção, um copo d’água pela metade pode servir a múltiplas interpretações, realizadas a partir de diversas perspectivas. Para escapar dessas possibilidades de interpretação e não correr o risco de ser identificado com uma delas, a opção defendida na SD1 pelo então presidente do IBGE, Sérgio Besserman Vianna, é a de mostrar os resultados das pesquisas, buscando manter o equilíbrio entre duas possibilidades logicamente estabilizadas: o que melhorou e o que ainda precisa ser melhorado no país, evitando avançar na direção do lado cheio ou do lado vazio do copo d’água. A imagem que se quer fixar é a de isenção, ou seja, a de um instituto que elabora o retrato do país que será avaliado por um outro (“É uma apreciação que cabe a cada brasileiro”), o qual vai tecer seu ponto de vista sobre esse retrato, sem a interferência do órgão que o produziu.

Essa marca atribuída à imagem do instituto é bem recebida pela imprensa, como mostra a SD2 ao afirmar, no fio do discurso, que a “Pnad contém dados para todos os gostos e ângulos”. Nesse sentido, as pesquisas do IBGE são configuradas como uma fonte capaz de atender às diversas expectativas de leitor, construídas a partir de projeções realizadas pelo próprio jornalista. Porém, se por um lado a base de dados das pesquisas do IBGE é vista como múltipla e abrangente, por outro os diversos pontos de vista que ela possibilita parecem ter apenas um alvo específico: o governo – a quem historicamente o jornalismo se atribui a função de fiscalizar.

Na SD3, a imagem de um país cuja trajetória é caracterizada pelo “progresso social” em paralelo à permanência de “grandes déficits nesse quesito”, pode ser compreendida como uma aproximação das materialidades da SD1 que contrastam uma “melhora” com o que falta melhorar. Assim, com base nas três primeiras SDs configura-se uma imagem do IBGE como uma fonte jornalística caracterizada como aquela que mostra os diversos lados de uma questão,

no caso, diversos aspectos de um país que melhora, mas onde ainda permanecem problemas que precisam ser resolvidos. Um embate que se estrutura a partir de memórias sobre um Brasil do futuro, que avança, que ainda é muito atrasado, é subdesenvolvido, é uma das maiores economias do mundo, dentre outras referências.

Já as SD4 e SD5 são exemplos da imagem que os jornais constroem sobre a forma como o governo se apropria das estatísticas oficiais. A SD4 é parte de uma declaração do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em uma coletiva de imprensa sobre a divulgação de resultados do Censo 2000, realizada no último ano de seu segundo mandato no cargo. O centro do debate era as realizações de sua gestão e também o aparente contraste entre a diminuição do rendimento e o aumento do consumo da população, conclusão a que haviam chegado os jornalistas a partir de uma interpretação dos dados do Censo.

Em um esforço de rebater as críticas, o presidente buscava valorizar a década que majoritariamente foi marcada por seu governo: “A década de 90 não foi perdida. A década de 90, em termos sociais, foi uma década que acelerou o processo de mudança social do Brasil”. Assim, ao trazer para o presente o peso de um passado apresentando-o como positivo, o presidente procura conter a força da atualidade construída a partir de uma interpretação dos jornalistas, uma contradição entre diminuição da renda e aumento do consumo. Para reforçar seu argumento, ele atribuiu a possível contradição a um erro do IBGE.

Na SD5, a presidente Dilma Rousseff assume, de forma ainda mais marcada, que “o copo está cheio”, o que representa a materialização da defesa de seu governo. Para isso, anuncia uma mudança no curso dos sentidos, a superação de um passado em prol da abertura de um novo tempo: “mudou o padrão do Brasil em matéria de emprego e desemprego”. Neste contexto, o político é visto como aquele que utiliza os dados estatísticos a seu favor, ou seja, ressalta os avanços e melhorias em detrimento dos problemas.

Considerando que o IBGE é um órgão subordinado a esse mesmo governo, independente de quem e de qual partido esteja no comando do país, o instituto corre um risco duplo: o de ter suas estatísticas vistas como informações que estão privilegiando o governo ou o prejudicando. É nesse sentido que é interessante conhecer como a imprensa se posiciona quanto à imagem de credibilidade e isenção do instituto. Para isso, selecionamos um conjunto de SDs extraídas de matérias publicadas pelos jornais em dois períodos críticos que colocaram a imagem do IBGE em risco:

SD6: Com 143 (sic.) anos de existência, o instituto já foi alvo de manobras políticas, especialmente durante a ditadura, conforme a conveniência do governo de plantão. A crise atual, que resultou na

demissão da diretora de Pesquisas, com ameaça de extensão ao corpo técnico, tem uma única origem: o mau humor com os resultados apurados sobre os resultados das políticas do governo. A crise do IBGE acaba por colocar em risco a credibilidade do governo. E, nesses casos, como aprendeu o governo Cristina Kirchner ao manipular os índices de inflação da Argentina, o país sempre paga um alto preço. (O Globo, 12 de abril de 2014, Economia, p. 33)

SD7: Não há hora certa para fazer bobagem, mas não poderia ter sido pior o momento para o IBGE errar como errou na divulgação da Pnad 2013. Imediatamente o instituto virou matéria-prima para teorias da conspiração eleitorais. “Maquiagem” foi a palavra da hora nas redes sociais. Mas foi só incompetência mesmo. (...) Apesar de tudo, foi importante o IBGE ter admitido o erro e publicado os resultados certos com clareza – comparando-os aos errados, para todo mundo saber onde estavam os problemas. (...) O erro amassou a reputação do IBGE, mas reconhecê-lo de pronto era a coisa certa a fazer. Maquiagem seria tentar escondê-lo. (O Estado de São Paulo, 20 de setembro de 2014, Economia, p. B4)

SD8: O IBGE é fundamental ao Brasil. (...) Ele é órgão de Estado, com seus 77 anos de serviços prestados. (...) Não há indícios de que o erro foi produzido para prejudicar o governo; nem há sinais de que a correção foi imposta pelo governo por causa do calendário eleitoral. O IBGE não divulga números para atender a uma gincana entre os contendores no campo eleitoral. Seus dados ora são usados pelo governo, ora pela oposição. (...) O IBGE continuou protegido pela tradição de independência do órgão testada em governos diferentes. (O Globo, 23 de setembro de 2014, Coluna Míriam Leitão, p. 24)

SD9: A instituição, pela reputação e história, é e continua inatacável. (...) Por outro lado, o relacionamento tortuoso do governo Dilma com as estatísticas oficiais sempre estimula suspeitas de malfeitos com os números. Difíceis de acreditar no caso do IBGE, reconheça-se. (O Globo, 20 de setembro de 2014, Opinião, p. 22)

A SD6 indica que a imagem de manipulação de dados estatísticos por parte do IBGE, sob orientação do governo, de certa forma ainda é parte da memória das estatísticas oficiais brasileiras, a ponto de suspeitas emergirem em um momento de crise, provocada pela suspensão de uma pesquisa que parecia trazer dados mais expressivos sobre desemprego no país, justamente em um ano eleitoral. Todo o empenho em regular a atividade, estabelecer acordos internacionais, desenvolver metodologias de pesquisa e um trabalho de divulgação também são tentativas de afastar essa memória sobre os institutos oficiais de estatística que, em certa medida, continua sendo sustentada pela imprensa, como quando ela se refere ao caso de suspeita de interferência da presidente da República da Argentina no instituto de estatística daquele país. Entretanto, no que se refere ao IBGE, a crítica parece ser dirigida ao próprio governo, o que mostra uma estratégia da imprensa para enfraquecer sua credibilidade a partir do fortalecimento da credibilidade do IBGE – que é mostrado como se fosse uma vítima do poder público.

As SD7 e SD8 foram extraídas de matérias sobre outra crise vivenciada pelo IBGE, quando divulgou dados errados da PNAD 2013. Na SD7, o arranhão na imagem da instituição ficou restrito à dimensão técnica, sendo afastada a hipótese da “maquiagem” dos dados. Ao

defender tal ponto de vista, o jornal se baseia na imagem de um instituto que fundamenta seu trabalho e seus posicionamentos com base em uma competência técnica.

A SD8 é uma sequência do tipo exemplar para encerrarmos esta seção. Ela traz várias marcas que são recorrentes nas materialidades que dizem respeito à imagem do IBGE e das estatísticas. Se na SD7 a memória de uma instituição que sofre manipulação do Estado é retomada; na SD8, apesar do contexto de crise institucional em um ano dominado pelo debates e embates eleitorais, a relação do instituto com o Estado, por ser um órgão público, contribui para reforçar sua credibilidade. É retomada uma memória que agrega valor à coisa pública, especialmente quando se trata de uma instituição que tem “77 anos de história”.

Porém, dessa longa história o sujeito da SD8 suprime a memória de uma instituição que pode ter sofrido intervenções do governo, como demarcado na SD6, em prol do reforço da imagem de que ela está protegida “pela tradição de independência” em relação aos mais diversos governos. E mais: ao dizer que seus dados podem ser utilizados tanto pelo governo quanto pela oposição, retoma a imagem de um instituto que “mostra o copo d’água pela metade”.

Ao blindar a instituição, reforçar sua credibilidade e lembrar das possibilidades de ingerência política que pode sofrer (ou já sofreu), as materialidades sublinhadas nessas sequências discursivas contribuem para a construção de uma imagem do IBGE calcada na credibilidade e isenção, mas tal construção se dá mais para fornecer elementos para a construção da imagem do governo do que para apenas resguardar ou valorizar o instituto. Neste sentido, a SD9 reforça que a reputação e a história do IBGE são seus alicerces inabaláveis, estabelecendo um contraste direto com a imagem da relação que o governo tem com as estatísticas oficiais: “relacionamento tortuoso” que “estimula suspeitas de malfeitos com os números”.

3.2. As disputas da memória

Esta seção reúne mais alguns aspectos teóricos que sustentam a análise dos discursos do IBGE sobre suas pesquisas dirigidos à imprensa (materializados nos releases), e dos discursos dos jornalistas sobre as pesquisas do IBGE (materializados nas coberturas jornalísticas). Estudar a construção do acontecimento jornalístico, visto como uma prática discursiva, nesses discursos é uma tarefa que, em especial no caso desta pesquisa, envolve a compreensão do papel da memória e seu funcionamento. Em relação ao acontecimento, a proposta é articular discussões sobre sua formulação conceitual, tanto no campo do discurso como no do jornalismo, bem como considerar as tensões identificadas nestes processos.

3.2.1. Interpelação ideológica, sujeito e a construção de sentidos

À perspectiva teórica da Análise do Discurso francesa que norteia nosso estudo interessa compreender os mecanismos ideológicos que orientam o sujeito do discurso a realizar determinadas escolhas em detrimento de outras possíveis. Conforme visto no capítulo anterior, os manuais sobre a divulgação das estatísticas oficiais, editados pela ONU, afirmam que como os números “não falam por si mesmo”, dependem do trabalho da imprensa para conseguirem comunicar uma mensagem para a população. Recomendam, então, o estabelecimento de um diálogo entre os institutos de estatística e os profissionais da imprensa para divulgar os resultados de pesquisas.

Ao longo desse trabalho de divulgação, é possível notar que há rupturas e descontinuidades entre o discurso do instituto sobre os dados estatísticos, materializado nos releases preparados pela assessoria de imprensa para divulgar as estatísticas, e as matérias publicadas pela imprensa. Por outro lado, os dados estampados nas chamadas dos noticiários não podem ser considerados como um sistema fechado e acabado, que traz um significado direto e objetivo, como se espera que os números possam fazer. O mesmo pode se dizer dos releases encaminhados pelo IBGE para a imprensa.

Na verdade, ambos os discursos só fazem sentido após um exercício de interpretação, até mesmo os números, as cifras ou qualquer informação mesmo que elaborada a partir de um extremo rigor científico. Como mostra Orlandi (2010), diante de qualquer objeto simbólico somos levados a interpretar, buscar uma explicação para o que esse objeto quer dizer. A questão é que, no movimento de interpretação, o sentido nos aparece como uma evidência, algo que sempre esteve lá. Trata-se de um mecanismo ideológico de apagamento da interpretação.

Na AD, ideologia é um conceito chave, pois ela é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos, como veremos mais à frente após um breve relato sobre a construção do conceito no marxismo que, juntamente com a psicanálise e a linguística, constitui um dos pilares da Análise de Discurso francesa.

Segundo Marx (2002), a realidade é apresentada aos indivíduos de forma invertida, pois, na organização capitalista da produção, os homens não se veem como criadores de suas próprias ideias, não se reconhecem no produto de seu trabalho. Isso ocorre porque, nesse contexto, a ideologia impede que esses mesmos homens se percebam como sujeitos da própria história, o que os conduz a uma naturalização das contradições sociais - que foram estabelecidas a partir

do momento em que a mercadoria passou a permear todos os aspectos da vida social, mecanizando, quantificando e desumanizando a experiência humana.

No circuito de produção da mercadoria, toda a sociedade é dividida em inúmeras operações técnicas, especializadas e distintas, que passam a dominar a existência humana como se fossem uma força natural. Tal segmentação impede que os indivíduos tenham uma visão de todo o processo de produção, oculta as relações entre os homens e os impede de se reconhecerem no produto de seu trabalho. É a partir dessa base que se torna possível compreender o caráter fetichista da mercadoria, especificado por Marx.

Segundo Lukács (2003), o fetichismo faz com que o homem seja confrontado com seu trabalho como algo objetivo, que o domina por meio de leis próprias e estranhas a ele, uma relação social de objetos que existem exteriormente ao ser humano. Apesar de a relação social ser determinada pelos próprios homens, ela assume para eles a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Lukács atribui à reificação esse deslocamento da experiência social, através do qual deixamos de perceber que a sociedade é fruto de um processo coletivo.

As ideologias são estreitamente relacionadas ao contexto social em que são elaboradas, configurando-se como uma força capaz de organizar os sujeitos em torno de determinados interesses, equipando-os com valores e crenças relevantes para a condução das tarefas necessárias à legitimação e à reprodução do poder e da ordem existentes em uma sociedade.

Para Eagleton (1997), a eficiência da ideologia está na capacidade de comunicar uma versão da realidade que possa ser reconhecida o bastante para não ser rejeitada. Neste sentido, é importante vê-la menos como um conjunto particular de discursos do que como um conjunto de efeitos dentro do discurso. Ainda segundo o autor, o tipo de linguagem diz menos sobre a ideologia do que os efeitos produzidos por essa mesma linguagem, os quais podem ser de “fechamento”, quando formas de significação são excluídas silenciosamente em detrimento de outras que são fixadas.

Uma forma de buscar esses “efeitos” produzidos pela linguagem é pensar no trabalho da ideologia na ótica da Análise do Discurso, que, de acordo com Orlandi (2010), está relacionado à produção de evidências, o que coloca os indivíduos na relação imaginária com suas condições materiais de existência. É com base em Pêcheux que a autora sintetiza a relação entre sujeito e ideologia: “O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (ORLANDI, 2010, p. 46).

Isso posto, podemos ver que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sociohistórico em que as palavras são

produzidas. Posições essas que, segundo a AD, são assumidas pelo sujeito ao se movimentar no discurso e marcar suas posições, quando se aproxima ou se afasta de um ou de outro(s) discurso(s). Assim, não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, e a língua só faz sentido a partir da intervenção da história (ORLANDI, 2010).

Para buscar o processo de produção dos sentidos e sua relação com a ideologia é importante realçar o conceito de Formação Discursiva (FD). Apesar de a noção ser polêmica na AD, através das FDs é possível estabelecer regularidades no funcionamento do discurso, como ressalta Orlandi (2010). A autora define Formação Discursiva como aquilo que em uma determinada formação ideológica, a partir de uma posição em uma conjuntura sociohistórica específica, determina o que pode e deve ser dito. Assim, tudo que o sujeito diz está inscrito em uma Formação Discursiva, de onde as palavras derivam seus sentidos, pois elas não têm sentido nelas mesmas.

Outro aspecto, é que as Formações Discursivas representam no discurso as formações ideológicas, o que torna os sentidos sempre determinados ideologicamente. Segundo Orlandi, tudo o que dissemos tem um traço ideológico e os sentidos não estão predeterminados por propriedades da língua, mas dependem das relações que estabelecerem na própria FD. Por isso, palavras iguais podem significar de forma diferente ao se inscreverem em diferentes FDs. Entretanto, como realça a autora, o efeito ideológico não nos deixa perceber o caráter material e a historicidade dessas construções. O mesmo acontece em relação ao sujeito, pois sua identidade apaga o fato de que é resultado de uma identificação com um FD.

Ainda de acordo com Orlandi, as FDs não são blocos homogêneos que funcionam de forma automática. Ao contrário, são constituídas pela contradição, o que lhes confere um caráter heterogêneo nelas mesmas, com fronteiras fluidas que se reconfiguram a cada relação. Dessa forma, nem sempre uma diferenciação no movimento dos sentidos representa uma mudança de FD. O sujeito pode assumir determinadas posições, mesmo que contraditórias, e permanecer em uma mesma FD.

Orlandi (2010) lembra que o sujeito discursivo é pensado como “posição”. Ele ocupa um lugar no discurso para ser sujeito do que diz. Nesse sentido, é possível que ele fale a partir de uma determinada posição discursiva, mesmo que empiricamente não a ocupe. Assim, uma posição-sujeito é a relação de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber, como nas matérias de divulgação científica quando um jornalista diz como se fosse um cientista. O lugar social e o lugar discursivo se constituem mutuamente:

“(...) o lugar social só se legitima pela prática discursiva, portanto, pela inscrição do sujeito num lugar discursivo. E o lugar discursivo, por sua vez, só existe discursivamente porque há uma determinação do lugar social que impõe a sua inscrição em determinado discurso” (GRIGOLETTO, 2008, p. 56).

Ao pensarmos o funcionamento do discurso de divulgação das pesquisas do IBGE, é importante levarmos em conta que as imagens do assessor de imprensa do instituto e a do jornalista foram construídas a partir do lugar social que cada um deles ocupa, como vimos acima. Para estudarmos a movimentação do sujeito nos discursos que se constituem nas materialidades identificadas no presente estudo, optamos por nos basear nas tipificações estabelecidas por Grigoletto (2008) ao observar o funcionamento do sujeito-jornalista no discurso de Divulgação Científica.

Nas análises das sequências extraídas de revistas de divulgação científica, a autora trabalhou com a posição-sujeito que chamou de incorporação do discurso científico: quando o jornalista enuncia como se fosse o cientista e apaga as marcas desse discurso. Outra posição-sujeito é a de aderência ao discurso científico, na qual o jornalista não apaga totalmente o dizer da ciência, mesmo quando produz comentários ou interpretação. Nesse caso, enfatiza a autora, restam vestígios do discurso-outro, o qual permanece marcado no fio do discurso.

Por último, há a posição de aderência ao discurso do cotidiano: momentos em que o jornalista produz um gesto de interpretação, recortando elementos da ordem do senso comum com o intuito de facilitar a compreensão do leitor. Segundo Grigoletto (2008), a diferença entre as posições de incorporação/aderência do discurso científico e de aderência ao discurso cotidiano está no modo como o jornalista se aproxima mais do leitor ou do cientista em suas enunciações.

Adequando este modelo à nossa pesquisa, a proposta é compreender como e em que contextos o sujeito do discurso do IBGE (no papel de **assessor de imprensa**) e o sujeito do discurso da imprensa (no papel de **jornalista**) se aproximam e se distanciam de um determinado discurso. Para isso, vamos adotar as seguintes posições:

Em relação ao **sujeito como assessor de imprensa**:

- Posição-sujeito de aproximação do discurso dos jornais: quando há a aproximação entre materialidades dos releases e das matérias jornalísticas.
- Posição-sujeito de distanciamento do discurso dos jornais: quando há o distanciamento entre materialidades dos releases e das matérias jornalísticas.
- Posição-sujeito de aproximação do discurso do governo: quando há a aproximação entre o

discurso do release e a questões que estão relacionadas à imagem socialmente reconhecida de um governo.

Em relação ao **sujeito como jornalista**:

- Posição sujeito de aproximação do discurso do IBGE: quando há a aproximação entre materialidades das matérias jornalísticas e dos releases.
- Posição-sujeito de distanciamento do discurso do IBGE: quando há o distanciamento entre materialidades das matérias jornalísticas e dos releases.
- Posição-sujeito de aproximação do discurso do cotidiano: quando o sujeito jornalista constrói personagens, a partir de aspectos ressaltados pelos dados estatísticos, buscando se aproximar dos discursos construídos pela própria imprensa.

Ao falar de aproximação e de distanciamento do sujeito em relação a um discurso, não se pode deixar de considerar as formações imaginárias do sujeito no papel de assessor de imprensa do IBGE e como jornalista da imprensa, que trabalha em jornais impressos, bem como a própria formação imaginária sobre as estatísticas oficiais do Brasil. É com base na inscrição em uma determinada imagem que o sujeito vai se aproximar ou se distanciar de um discurso.

Em relação às posições-sujeito acima relacionadas, a última da lista, a de aproximação do discurso cotidiano, será abordada apenas no capítulo 5, no qual serão analisadas as fotografias e os relatos sobre os personagens que aparecem nas coberturas realizadas pela imprensa nas divulgações selecionadas, em especial aqueles personagens que foram destacados na primeira página dos jornais. As outras posições-sujeito serão consideradas nas análises realizadas no capítulo 4, no caso as relativas às materialidades verbais identificadas nas primeiras páginas dos jornais e nos releases. Porém, antes de avançar nessa direção, vamos retomar dois conceitos-chave em nossa investigação, o de memória e o de acontecimento, e relacioná-los ao conceito de desentendimento (RANCIÈRE, 1996), com o intuito de analisar as tensões constitutivas dos acontecimentos nos discursos do IBGE e da imprensa sobre as estatísticas oficiais.

3.2.2. Memória e acontecimento: uma retomada dos conceitos

Um dos aspectos marcantes da memória para Halbwachs (2009) é o reconhecimento quanto a existência de forças que, em um determinado contexto, possibilitam que uma memória

surja ou, de forma oposta, desapareça. Nesse caso, interessa saber em quais ocasiões se dão esses desaparecimentos e reaparecimentos, e como podemos identificá-los. Connerton (1999) acrescenta a essa perspectiva a noção de processos de comunicação dessa memória, tendo em vista os sedimentos de um passado que se quer negar ou perpetuar, o que novamente nos remete à inquietação de saber como identificar esses sedimentos e compreendê-los como parte de um processo comunicativo.

O próprio Connerton explica que a natureza desses sedimentos está nas imagens que as comunidades criam e preservam de si próprias. Então, discutir o papel da memória nessa construção é uma forma de buscar um entendimento sobre essa imagem. Ao transpor essa questão para nossa pesquisa, podemos pensá-la em um contexto de construção da memória nos acontecimentos formulados nos discursos sobre as estatísticas oficiais do Brasil, tendo como referência as imagens historicamente elaboradas para os sujeitos envolvidos nessa construção, como vimos na seção anterior, e os discursos dos quais esses sujeitos derivam os sentidos de seu dizer.

É neste ponto que se torna relevante buscar um entendimento mais detalhado da memória na perspectiva da AD e sua relação com o acontecimento discursivo. Para começar, trouxemos reflexões sobre memória feitas por dois autores do campo que, em seguida, serão articuladas em uma breve revisão do assunto. Em seguida, passaremos ao conceito de acontecimento, sempre o articulando com a noção de memória.

Tratar de memória é pensar nas operações que permitem o passado se marcar no discurso, em um processo de oscilação entre o linguístico e o histórico. Conforme diz Pêcheux (1999), forma-se um jogo de força na memória: de um lado, um esforço que visa manter a regularização preexistente; de outro, disputas que geram uma desregulação. A memória remete a práticas discursivas inseridas em uma determinada luta ideológica, a qual orienta sobre o que e como devemos nos lembrar, o que convém ou não convém dizer.

Segundo Orlandi (2010), a memória é aquilo que fala antes, em outro lugar; o saber discursivo que torna possível todo dizer e sustenta cada tomada de palavra. O que dizemos não tem origem no momento da enunciação, pois não somos os donos das palavras, elas não nos pertencem. Isso ocorre porque somos afetados por dois tipos de esquecimento: o da ordem da enunciação, que nos faz acreditar que aquilo que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não com outras; e o esquecimento ideológico, no qual temos a ilusão de sermos a origem do que dizemos, quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes. Assim, ao esquecermos o que já foi dito, identificamo-nos com o que dizemos e constituímos-nos em sujeito.

Assim, memória é vista como um conjunto de operações que permitem o passado se marcar no discurso, mas dentro de um contexto de luta ideológica que forma um jogo de força. Tudo isso que foi dito em outro tempo, mas ainda perdura, é que torna possível o dizer do sujeito. Trata-se de um saber que, apesar de parecer nosso, é preexistente.

Segundo Indursky (2011), a reflexão sobre memória sempre esteve presente no quadro da teoria da Análise do Discurso, apesar de nos textos fundadores esta nomeação não aparecer. Sua revisão do conceito, primeiramente trata da noção de repetibilidade, a qual mostra que o sujeito ao tomar a palavra apenas repete saberes anteriores. Ressalta, assim, que esta é a característica essencial da noção de memória na AD: o fato de o sujeito produzir seu discurso, sob o regime da repetibilidade, mas por ser afetado pelo esquecimento acreditar que é a origem daquele saber.

Essa concepção mostra, de acordo com a autora, que a memória neste domínio de conhecimento é social, e não de natureza cognitiva, pois se ela não tem o sujeito como fonte, só pode ser construída fora dele, na sociedade. Nesse sentido, afirma que é a noção de regularização que dá conta dessa memória, pois “se há repetição é porque há retomada/regularização de sentidos que vão constituir uma memória que é social” (INDURSKY, 2011, p. 71). Mas o que é retomado/regularizado? Nessa mesma passagem, a autora mostra que são os discursos em circulação, materializados na língua e estruturados no tecido sociohistórico, cabendo ainda o questionamento quanto à natureza dessa repetição que ocorrem dentro de certas práticas discursivas.

Repetir não necessariamente quer dizer sempre igual, o mesmo. Há espaço para a diferença, que ocorre por meio de deslizamentos que levam a uma resignificação, a uma quebra no regime de regularização dos sentidos. Segundo Indursky (2011), um deslizamento ocorre quando o sujeito do discurso se contra-identifica com um sentido regularizado, podendo, até mesmo, dele se desidentificar. Ela se baseia em Pêcheux para pensar essa movimentação dos sentidos: “um enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (PÊCHEUX, 2008, p. 53).

Assim sendo, os sentidos podem atravessar as fronteiras de uma FD onde se encontram, e deslizar para outra FD, na qual se inscrevem outros sentidos, determinados por outras relações com a ideologia. Com essa observação, Indursky realça que o fechamento de uma FD não é rígido, que suas fronteiras são porosas, o que possibilita a migração de saberes. Então, uma FD não existe de forma isolada, mas se relaciona com outras FDs.

Tudo isso foi a base para reformulação do conceito de memória na década de 1980 que, de acordo com a autora, foi um trabalho realizado por J. J. Courtine, que tomou como referência a reflexão de Foucault sobre os enunciados na Arqueologia do Saber. Trata-se da noção de que nas produções discursivas circulam formulações anteriores, cujo domínio é associado a outras formulações por elas repetidos, refutados transformados, denegados.

É assim que Courtine (2009), ainda segundo a autora, ressalta que o trabalho de uma memória permite, no interior de uma formação discursiva, a lembrança, a repetição, a refutação e também o esquecimento dos enunciados; mas, para se saber sobre qual base material existe uma memória discursiva, é preciso ter como referência que os enunciados existem no tempo longo de uma memória e que as formulações são tomadas no tempo curto da atualidade de uma enunciação. Dessa forma, “como certos sentidos cristalizados podem se transformar e tornarem-se outros”? (INDURSKY, 2011, p. 72).

Para pensar a questão, é preciso considerar que um sentido predominante não apaga os demais e pode ser por eles modificado. Segundo Mariani (1998), muitas vezes os sentidos esquecidos podem funcionar como resíduos dentro do próprio sentido hegemônico. É a memória que garante o efeito imaginário de continuidade entre os sentidos, por isso o papel da memória social é compatível com o da memória oficial, que de acordo com a autora, é marcada por gestos de exclusão de tudo que possa escapar do exercício de poder e controle. Assim, podem ser mantidas as lembranças de um passado longínquo e heroico, ou mesmo de um passado ruim – que pode ser superado pela memória de um outro passado mais recente e melhor.

Para Mariani (1998), tanto o retorno de um sentido silenciado, como a irrupção de um novo sentido, pode representar uma ameaça ao poder dominante, daí o porquê de o trabalho da memória produzir uma certa previsibilidade, dando a ilusão que nada muda. Porém, esse quadro de aparente tranquilidade é constantemente abalado pela irrupção de acontecimentos que deslocam os sentidos já produzidos.

Como explica a autora, por um lado, um acontecimento remete ao que é acidental, singular, descontínuo, não previsível; mas, por outro, ao romper com a imposição imaginária da necessidade de estabilização, é reintegrado, transformando-se, assim, em elemento de memória por meio de sua filiação a alguma rede de sentidos. “Filiar, neste caso, corresponde a busca de implícitos que permitam sua compreensão e integração no momento presente ou futuro (MARIANI, 1998, p. 41). No entanto, a irrupção de um acontecimento também pode ter como resultado um deslocamento na regularização anterior, o que pode provocar a desautorização de

um sentido já formulado – considerações que podemos relacionar às discussões sobre a memória discursiva:

“Trabalhar com a memória discursiva é estar observando retomadas e/ou disjunções nada pacíficas, uma vez que se trata de conflitos pela regularização e hegemonia de sentidos. (...) A memória discursiva é, portanto, construída por faltas e lacunas, ela é não-linear. Pêcheux (1983) diz: “a memória é um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (MARIANI, 1998, p. 41 e 42).

Caracterizada como processo marcado por tensões, em função das retomadas, em uma estrutura não-linear, a memória não é fechada, apesar de muitas vezes assim se mostrar. Interessa observar suas lacunas e polêmicas, desdobramentos em busca da manutenção de sentidos ou da abertura de novos. Neste contexto, interessa à AD investigar o papel da linguagem nestes processos, o que, de acordo com Mariani (1998), é a busca na materialidade da língua pelo jogo das repetições, diferenças, deslocamentos, transformações por que passam os sentidos.

Como visto, configurar o próprio jornalismo como acontecimento é perceber a estruturação de seus discursos em um fundo de continuidade, no qual um aspecto inicialmente visto como ruptura, em algum momento pode passar a ser tratado como norma quando entra no circuito de notícias. Nesse fundo de continuidade é que se inscrevem os acontecimentos jornalísticos, que também se estruturam a partir de repetições, deslocamentos e transformações de sentido. Compreender o acontecimento jornalístico como uma prática discursiva é analisar seu funcionamento a partir de sua inscrição em uma Formação Discursiva, pois é partir dela que é possível derivar os sentidos.

Nesta pesquisa, esse é o caminho para se localizar os sedimentos de um passado nos processos de comunicação da memória discutidos por Connerton (1999), mas sem perder de vista o encontro da atualidade de um acontecimento com a memória nos discursos em questão (os sobre as estatísticas oficiais do Brasil divulgadas para a imprensa). A proposta da próxima seção é acrescentar à discussão sobre o acontecimento o diálogo com uma perspectiva teórica que possa auxiliar na compreensão das tensões que se estabelecem no abalo nos quadros de sentidos provocado pelo acontecimento.

3.2.3. O desentendimento: as tensões nos discursos sobre as estatísticas

Ao estudar o acontecimento nas matérias e releases sobre a divulgação das estatísticas

oficiais do Brasil percebemos, na própria materialidade dos textos, inscrições que fazem referência ao tempo, um exercício no qual é possível tecer considerações sobre o passado e o modo como ele condiciona os sentidos no presente e aponta um futuro. Esse exercício também pode ser uma forma de buscar entendimentos, não somente sobre o que determina a demarcação dessas temporalidades, mas o que pode nos revelar a partir das conexões que poderá ter com outros acontecimentos.

É importante ressaltar que os dados estatísticos das pesquisas selecionadas para este estudo são coletados em um período muito anterior à sua divulgação, podendo o intervalo entre uma etapa e outra ser superior a um ano. Assim, as informações prestadas pelo informante em campo, no momento da entrevista, se referem a um contexto que pode ter sofrido alterações até a fase de divulgação. Independentemente do tipo de mudança ocorrida no contexto, esses dados vão ser significados em um presente diferente daquele do qual foram coletados (pois agora ele já virou passado).

Conforme ressaltava Lowenthal (1998), o passado é sentido como parte do presente e ao mesmo tempo separado dele. Com base nesta perspectiva, podemos dizer que quando se compara um dado estatístico com outro anterior a ele, a partir de determinado recorte temporal, sua avaliação se baseia em inquietações do presente. Sendo assim, a própria aceção do passado, se melhor ou pior que o momento atual, também tem suas bases construídas nesse mesmo contexto. Entretanto, ainda segundo o autor, facetas do passado perduram no presente, sendo necessário esforço para reconhecer que se tratam de resíduos que advêm de um tempo anterior.

Assim, o passado é sentido tanto como parte do presente quanto como dele separado, em uma relação de união e separação que está em contínua tensão – a qual é inerente ao trabalho de construção social da memória, processo marcado pela luta entre a manutenção de regularizações, discursivamente construídas, e suas desregularizações estabelecidas por uma série de acontecimentos.

Nosso trabalho, na presente pesquisa, é o de identificar a rede de sentidos, constituída a partir de acontecimentos que se entrelaçam e possibilitam a materialização de sedimentos do passado, no âmbito das narrativas jornalísticas, que têm suas imagens associadas à construção de um retrato do Brasil. Interessa-nos tanto as tensões marcadas nos discursos como as entre discursos, no intuito de compreender os embates estabelecidos entre o sujeito no papel de assessor de imprensa do IBGE e o sujeito no papel de jornalista da grande imprensa.

Para isso, foram fundamentais as considerações sobre a racionalidade do desentendimento, em uma disputa perpétua pela manutenção de um determinado ordenamento

da sociedade, visto como natural, e a desestabilização desse mesmo ordenamento, a partir da demarcação de pontos de litígio constantemente atualizados através de atos de palavra instaurados pela política. É importante ressaltar que, ao se falar em disputa pela manutenção de um determinado ordenamento ou sua desestabilização, não estamos nos referindo à disputa entre dois contendores empíricos, mas sim a discursos que se estabelecem em determinada prática discursiva, a qual se inscreve e tenciona uma (ou mais de uma) Formação Discursiva.

Na acepção do filósofo Jacques Rancière (1996), a política é a atividade que tem por racionalidade própria a racionalidade do desentendimento, que seria a “situação da palavra” em que “um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro”. Nesse sentido, o desentendimento não se deve a um possível desconhecimento sobre o que uma das partes diz ou a um mal-entendido motivado pela imprecisão das palavras, ao contrário, se deve ao fato de que, embora um interlocutor entenda claramente o que o outro diz, não vê o objeto do qual o outro lhe fala, ou vê mas “quer ver um outro objeto diferente sob a mesma palavra, uma razão diferente no mesmo argumento” (RANCIÈRE, 1996, p. 11-12).

Porém, o autor ressalta que o desentendimento não diz respeito apenas às palavras, mas também envolve a própria situação dos que falam. Está mais relacionado à maneira como se argumenta do que efetivamente ao próprio argumento, a ponto de a situação extrema de desentendimento ser aquela na qual um contendor não vê o objeto comum que o outro lhe apresenta. As estruturas que dão forma ao desentendimento, ainda de acordo com Rancière (1996), são as que remetem a discussão em torno de um argumento ao litígio, tanto em relação ao objeto da discussão como em relação à condição daqueles que constituem esse objeto.

É justamente o litígio entre as partes que marca o início da política, ponto em que há uma interrupção no equilíbrio entre lucros e perdas na partilha do sensível:

“Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determinam propriamente a maneira como um comum se presta nessa partilha” (RANCIÈRE, 2009, p. 15).

A partilha do sensível se refere a um comum que é compartilhado e simultaneamente dividido em partes - processo que é naturalizado apesar de ser socialmente construído segundo uma ordem de dominação. Trata-se ao mesmo tempo de uma união, em função da existência de um comum a todos, e de uma cisão, provocada pela repartição das parcelas, que resulta em desigualdades e exclusões: uma divisão desigual entre iguais. É nesse sentido que se pode falar

em política, que o autor entende como a reconfiguração da partilha do sensível, ou seja, uma atualização do princípio de igualdade a partir do enfrentamento das relações de subordinação.

A política passa a existir quando a ordem natural da dominação é interrompida em função do surgimento de uma parcela dos sem-parcela, sem a qual não se pode falar em política, mas apenas em ordem da dominação. Então, para a política acontecer é necessária a constituição de um dano, ou seja, “a introdução de um incomensurável no seio da distribuição dos corpos falantes”, que não rompe somente a igualdade dos lucros e das perdas, mas que também arruína “o projeto da polis ordenada segundo a proporção do cosmos” (RANCIÈRE, 1996, p. 33).

O dano é que funda a comunidade política a partir de uma divisão que escapa a qualquer cálculo aritmético, pois “nenhuma ordem social está fundada na natureza, (...) nenhuma lei divina ordena as sociedades humanas” (1996, p. 30). Sendo assim, cabe aos homens decidir como vão repartir o todo, porém tal divisão se dá no interior de uma ordem social na qual há os que mandam e os que obedecem, onde o todo sempre será menor que a soma das partes. Neste contexto, instaura-se, segundo Rancière, a comunidade política estruturada a partir de um antagonismo entre as partes que constituem o corpo social.

No entanto, nem toda situação conflituosa diz respeito à política. De um lado, há o que o autor chama de polícia, uma lógica que distribui os corpos no espaço e põe em concordância os modos do ser, do fazer e do dizer que convêm a cada um, fazendo com que uma atividade seja visível e outra não; que uma palavra seja entendida como discurso e outra como ruído. E, de outro lado, existe a política, a lógica que suspende a harmonia projetada pela polícia ao atualizar a contingência da igualdade:

“(...) A atividade política é a que descola um corpo do lugar em que lhe é designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, (...) faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho” (RANCIÈRE, 1996, p. 42).

A política rompe com uma determinada configuração que é garantida pela ordem policial. Ainda de acordo com o autor, como nenhuma coisa em si é política, somente o encontro dessas duas lógicas possibilita que algo se torne como tal, tendo como elemento desencadeador a instauração do dano - exatamente quando a verificação da igualdade passa a assumir uma figura política. Entretanto, segundo o filósofo, o litígio político é inconciliável, sendo apenas tratável, não por meio do diálogo ou da reciprocidade de direitos e deveres entre as partes, mas através da constituição de sujeitos específicos que assumiriam o dano, dando-lhe forma, nome e conduzindo seu tratamento.

De acordo com Rancière, marcada por litígios que colocam em xeque a naturalidade imposta pela ordem policial, a permanente busca pela atualização da igualdade tem caráter processual, no qual cada situação de dissenso envolve a transformação do espaço anterior, promovendo sua redistribuição. Porém, caso não ocorra essa transformação, haverá apenas acomodação das coisas, prevalecendo, portanto, somente a ação da lógica policial.

Conforme observa Pallamin (2010), em Rancière o dano instaurado pela política é imensurável, infinito e persistente, porque sempre é repostado pela ordem social. Porém, apesar de não ter solução definitiva, ele pode ser submetido a processos de subjetivação política que modificam as condições de seu surgimento, por meio de múltiplas ações de verificação da igualdade, que provocam deslocamentos a cada situação dissensual.

A perspectiva de que é permanente e processual a atualização do litígio, de acordo com Rancière, pode ser relacionada ao também processual e contínuo processo de construção social da memória. O mesmo pode ser dito sobre as retomadas e aberturas de novos sentidos quando se pensa a memória, pois, nas situações de dissenso que configuram o litígio, também há um trabalho que implica em modificações que podem levar a novas permanências, compreendidas na teoria como transformações em um espaço anterior, em função da instauração do dano que, em seguida, são redistribuídas na ordem social.

Os embates entre a ordem policial consolidada, que busca se manter, e a ordem política, que procura mostrar a permanência de um dano, cuja simples manifestação de sua existência pode provocar algum abalo na ordem policial, também se configuram no trabalho de construção da memória quando vista sob a ótica da instauração do acontecimento. O encontro de uma atualidade com uma memória é o ponto que demarca a instauração do acontecimento em um discurso (PÊCHEUX, 1999). Tal encontro perturba os quadros de sentido que pareciam estabilizados e provoca a abertura de novos sentidos (QUÉRÉ, 2012). Essa movimentação não ocorre de forma pacífica, pois a memória procura absorver o acontecimento, enquanto o próprio marca uma ruptura, que nem sempre vai configurar um novo discurso, mas ao menos pode levar a uma reconfiguração dos sentidos.

No caso da presente pesquisa, a situação de desentendimento, na qual um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro, será observada a partir da movimentação do sujeito na posição de assessor de imprensa do IBGE e na posição de jornalista da imprensa, e suas aproximações e distanciamentos dos discursos do IBGE e da imprensa, bem como do senso comum (o leitor). Cada tomada de posição em direção a um ou a outro discurso se dá de acordo com as formações imaginárias histórica e socialmente

construídas para esses sujeitos e para as estatísticas oficiais brasileiras, tendo em vista as ideologias em circulação que interpelam esses sujeitos e condicionam seu dizer.

Como nem toda situação conflituosa diz respeito à política, por nem sempre representar o questionamento de uma determinada configuração garantida pela ordem policial, observar os afastamentos entre os discursos sobre a divulgação das estatísticas do IBGE é um exercício que pode levar tanto à percepção de rupturas em relação a uma memória quanto à sua manutenção. Neste último caso, pode ser revelador perceber como, em função da não ocorrência de uma ruptura, se dá a acomodação das coisas à lógica policial.

Consideramos aqui que a movimentação do sujeito e as tensões que se inscrevem no acontecimento jornalístico, compreendido como uma prática discursiva, se estabelecem no âmbito de uma Formação Discursiva (FD) de divulgação das estatísticas oficiais do Brasil. Nela, há questionamentos sendo realizados e, ao mesmo tempo, esforços no sentido de reafirmar ordens existentes que podem ser abaladas por esses questionamentos - o que associamos ao funcionamento das lógicas da política e da polícia, no caso, a racionalidade do desentendimento, de acordo com Rancière (1996).

Nesta FD, estão em constante interação o sujeito assessor de imprensa do IBGE e o sujeito jornalista da grande imprensa, os quais se posicionam em função de suas respectivas formações imaginárias historicamente constituídas. Trata-se, portanto, de uma FD na qual estão em circulação sentidos relativos a um país que alcança melhorias sociais e econômicas e, ao mesmo tempo, sentidos sobre um país que apresenta graves problemas que, em certa medida, podem sobrepor os avanços supostamente conquistados. Resta saber como o sujeito do discurso do IBGE e da imprensa se relaciona com esses sentidos na construção do acontecimento jornalístico.

Considerar as tensões e as aproximações e distanciamentos entre discursos é o caminho para cumprir nosso objetivo de compreender o papel da memória na construção do acontecimento nos discursos do IBGE e da imprensa sobre as estatísticas oficiais do Brasil.

3.3. A delimitação do corpus da pesquisa

Na AD, a construção do corpus e a análise estão totalmente ligadas. Segundo Orlandi (2010), quando decidimos o que faz parte do corpus também decidimos sobre as propriedades discursivas. Compreender o papel da memória na construção do acontecimento nos discursos formulados pelo IBGE, nos releases, e pela imprensa, nas matérias jornalísticas, é um exercício

que nos leva a realizar comparações, verificando aproximações e distanciamentos. Tal perspectiva se mostra relevante para possibilitar a compreensão de como os sentidos significam no processo discursivo: ora minimizando o impacto da atualidade demarcada no acontecimento, que acaba sobredeterminado pelo passado; ora ampliando o impacto da atualidade do acontecimento, de forma a superar o passado que ainda perdura, abrindo-se para novos sentidos.

3.3.1. A montagem do corpus empírico

O corpus empírico se refere à totalidade dos materiais jornalísticos sobre as pesquisas estatísticas do IBGE, ou seja, releases e matérias dos jornais escolhidos para compor o estudo. Inicialmente foi feito um levantamento dos releases elaborados pela assessoria de imprensa do IBGE no período compreendido entre 2000, ano de realização de um Censo Demográfico e período no qual o instituto havia colocado em prática um novo plano de trabalho junto aos veículos de comunicação, e 2014, período limite da coleta de materiais para a montagem do corpus, e também ano em que o IBGE marcou presença na mídia, não somente pela divulgação de suas pesquisas, mas também por ter vivenciado três crises institucionais: uma em abril, quando a direção do instituto anunciou que iria suspender as divulgações de uma nova pesquisa em função de questionamentos que havia recebido (em especial da senadora Gleisi Hoffmann, do Partido dos Trabalhadores); outra durou do final de maio até setembro, quando houve uma greve de 72 dias realizada pelos servidores da instituição; e, por fim, a crise desencadeada em função do anúncio de um grave erro nos dados da PNAD 2013, no dia seguinte à sua divulgação para a imprensa.

Dentre as inúmeras pesquisas desenvolvidas pelo instituto, optamos por selecionar os releases relativos aos Censos Demográficos 2000 e 2010 e à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Cada censo acontece em um intervalo de dez anos e as PNADs têm periodicidade anual, deixando de ser realizadas somente nos anos em que ocorrem os censos. A escolha de ambas as pesquisas foi fundamental para que pudéssemos ter ao menos uma divulgação relativa a cada ano coberto pelo presente estudo.

A PNAD é uma pesquisa cuja coleta de dados é feita em uma amostra de domicílios do país. É uma investigação anual sobre as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação. Além desses assuntos, também levanta informações sobre outros temas de acordo com as necessidades do país, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde e segurança alimentar. Já os censos demográficos têm

periodicidade decenal e produzem informações que possibilitam o conhecimento da distribuição territorial e as principais características das pessoas e dos domicílios, bem como o acompanhamento de suas mudanças ao longo do tempo. Uma importante característica dessa pesquisa é realização da coleta de dados em todos os domicílios do país. Por isso, é a única fonte de referência de dados estatísticos para o conhecimento das condições de vida da população para a totalidade dos municípios.

A tese de Miguel (2012) é uma referência importante para se refletir sobre os contextos de elaboração das categorias que são investigadas nas pesquisas do IBGE, no caso os censos demográficos realizados de 1940 a 2010. A autora analisou os questionários dos censos com o objetivo de compreender como a variação das categorias investigadas contribui para a configuração do perfil identitário oficial do brasileiro, de acordo com o ideário nacional em cada época. Para isso, tomou essas categorias censitárias e suas subcategorias como enunciados discursivos, em especial às relativas a cor ou raça.

As análises levaram a autora a concluir que até a década de 1980 predominou uma configuração homogênea do perfil do brasileiro, sem contemplação da diversidade, que se encontrava categorizada nas cores branca, preta, amarela e parda, com exclusão e apagamento da população mestiça, na subcategoria parda, e dos indígenas. Nos próximos censos, paulatinamente, configurações mais heterogêneas foram se sobrepondo às mais homogêneas, o que redundou em um perfil do brasileiro polarizado nas cores branca, preta, amarela, parda e indígena, mas a mestiçagem permaneceu opacificada.

“O que está apagado neste processo, além do próprio discurso postulado da diversidade, é o discurso da manifestação da mestiçagem na formação do perfil do brasileiro, todos são considerados pardos, não há diferenças entre eles. O que importa é que todos são *brasileiros*. Além disso, foi possível abstrair o processo de produção de sentidos que, apagando as diferenças, institui a subcategoria *parda* como representante de todas as mestiçagens na constituição do perfil do brasileiro” (MIGUEL, 2012, p. 143).

Com essa observação, a autora conclui que o discurso estabelecido pelas categorias dos questionários dos censos demográficos é o da normatização, que produz exclusões e interdita outras formas de significar do entrevistado. Ressalta que é dessa maneira que esse discurso contribui para sedimentar certos sentidos e apagar outros na constituição do perfil identitário do brasileiro, cristalizando determinadas representações sobre esse perfil – cuja estruturação se dá a partir da percepção e da apreensão de tendências sociais historicamente determinadas visíveis, presentes e consolidadas.

Miguel (2012) conclui que as perguntas utilizadas para descrever a população podem

influenciar na legitimação de políticas de governo, bem como configurar a realidade social, econômica e espacial do país. Assim, o conjunto de categorias censitárias não é um instrumento de apreensão do todo da realidade, mas apenas representa visões de aspectos de um recorte que apreende a realidade desejada. No caso do presente estudo, essa realidade desejada (pelo governo, intelectuais, direção e técnicos do instituto) que se configura no desenho dos questionários dos censos, de alguma forma também se estabelece nos contornos dos releases encaminhados para a imprensa a cada divulgação.

Entendemos aqui como divulgação o processo que é desencadeado pelo IBGE a partir da elaboração e do encaminhamento à imprensa de um release, e a consequente publicação de matérias pelos jornais. Na seleção, foram incluídos apenas os releases produzidos com a finalidade de divulgar resultados de pesquisas, não sendo considerados aqueles que apenas traziam informações sobre o início ou término da coleta de dados e os que tratavam apenas de aspectos técnicos ou metodológicos a serem considerados pelos jornalistas.

Conforme demonstra o quadro abaixo, a partir da aplicação desses critérios foram reunidos 45 releases, o que corresponde a um total de 40 divulgações de pesquisa para a imprensa (em alguns casos foram elaborados mais de um release por divulgação):

Quadro 1
Pesquisas do IBGE, por total de releases
e de divulgações para a imprensa, de 2000 a 2014.

Pesquisas	Releases	Divulgações
Censo 2000	06	05
Censo 2010	12	10
PNAD	27	25
TOTAL	45	40

O próximo passo foi a coleta das matérias nos jornais. Optou-se por reunir aquelas que foram publicadas nos jornais O Globo, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo no dia posterior à coletiva de imprensa de divulgação da pesquisa, tendo como referência a data do próprio release. A escolha dos três veículos se justifica pelo fato de serem os jornais impressos que mais destinam espaço para as divulgações do IBGE, possuem equipes especializadas na realização de coberturas sobre esse tipo de pesquisa e têm grande expressão nacional.

Segundo Saraiva (2015), nas coletivas de imprensa do IBGE não se observa a presença de representantes de veículos de comunicação que não sejam aqueles que compõem a chamada

mídia hegemônica (veículos pertencentes às grandes empresas de comunicação), o que para ela configura a necessidade de o IBGE rever suas estratégias de comunicação de forma a abarcar, de forma consistente, os veículos e profissionais relacionados, por exemplo, à defesa das minorias e à comunicação comunitária.

Para possibilitar uma visão mais abrangente dos materiais da pesquisa, foi organizado um quadro (Anexo I, na página 194) no qual estão associados, em ordem cronológica, os títulos dos releases, correspondentes às 40 divulgações totalizadas no Quadro 1 (pág. 94), e os títulos das matérias publicadas pelos três jornais no dia seguinte a cada divulgação. Foram destacados apenas os títulos que constavam nas primeiras páginas dos jornais, o que ocorreu em quase todas as coberturas.

De um total de 120 edições de jornal (três para cada divulgação), somente em sete não havia referência à pesquisa do IBGE na primeira página em pelo menos um dos jornais. Foi revelador constatar que quase 95% das divulgações selecionadas para o estudo continham, de forma simultânea, chamadas de primeira página nos três jornais, local onde estão destacadas as matérias definidas pelos editores como as principais do dia. Um assunto presente nesse espaço tem maior possibilidade de ganhar visibilidade na agenda de discussões organizada pela imprensa.

Segundo Junior (2003), as capas dos jornais expostas nas bancas integram o conjunto de itens usados para veicular mensagens em espaços públicos, como o outdoor, o cartaz de parede, a publicidade colada em para-brisas traseiros de ônibus e tantos outros materiais que compõem o desenho visual urbano. Mesmo que um indivíduo não abra o jornal para ler ao menos uma matéria, o fato de ter visto as manchetes, mesmo que de forma apressada, e olhado de relance as fotografias da capa, é provável que tenha conseguido se inteirar, ao menos superficialmente, de algum assunto que o jornal tenha buscado dar mais destaque.

No subtítulo do livro “Páginas da história”, que traz uma coletânea de primeiras páginas do jornal O Estado de São Paulo (2008), a imagem construída é a de que elas reúnem “os fatos que marcaram o país e o mundo”, visão baseada na ideia, exposta na introdução da mesma obra, de que ao longo dos anos, os redatores do jornal testemunharam o curso da história. Então, os acontecimentos jornalísticos destacados nessa parte do jornal têm mais chances de se inscreverem na história. Em termos discursivos, poderíamos dizer que foram ideologicamente autorizados a continuarem sua trajetória em um contexto de visibilidade socialmente construída.

Nicolau Sevcenko (2011), em texto publicado no livro “Primeira página: 90 anos de histórias nas capas mais importantes da Folha [de São Paulo]”, ressalta a importância estratégica

desse espaço para a identidade do jornal. Explica que, para um historiador como ele, é “desconcertante (...) se confrontar com uma única folha de papel que procura ser o espelho do mundo, concentrando no seu rosto todos os acontecimentos mais marcantes do momento presente” (2011, p. 8). Também se refere à sua inquietação diante da heterogeneidade de assuntos destacados em uma mesma capa, podendo estar lado a lado a irrupção de uma guerra sangrenta que põe em risco a própria sobrevivência da humanidade e o casamento de uma atriz de TV nacionalmente conhecida, por exemplo.

Em função de ser considerada uma espécie de vitrine que mostra os fatos que vão se inscrever na história, por ter uma existência material que não passa despercebida no espaço urbano, por ser considerada como um local privilegiado de significação em um jornal impresso e por conceder espaço destacado para as pesquisas do IBGE, a primeira página foi a parte dos jornais da qual foram extraídas as sequências discursivas analisadas no capítulo 4. Também é nela que foi coletada grande parte das fotografias e das materialidades verbais analisadas no capítulo 5.

Seguindo a perspectiva da AD de privilegiar a verticalização da análise, cuja foco é para os discursos que se estabelecem, seus aparecimentos e desaparecimentos, o processo de significação de determinados enunciados, e não a simples quantificação de ocorrências, optamos por selecionar um conjunto de primeiras páginas, tomando como referência inicial critérios estabelecidos no próprio campo do jornalismo.

Como explica Mouillaud (2012), os discursos nos jornais não estão soltos no ar, mas envolvidos por dispositivos que visam estabelecer a ordem dos enunciados e a postura do leitor, a partir de um trabalho de enquadramento das informações que são marcadas para serem vistas e percebidas. Buscar um entendimento sobre as formas e os processos de elaboração da informação em um jornal é um caminho para tentar compreender como e onde os sentidos se instalam.

Os dispositivos apontados pelo autor seriam os lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem os textos (que podem ser verbal, icônico ou sonoro) e a eles impõe suas formas, como fazem os sistemas de títulos e de citações nas matérias jornalísticas, por exemplo. Para Mouillaud, forma e sentido se definem por meio de um processo dinâmico, no qual os sentidos se movimentam ao longo do tempo e se transformam de acordo com os contextos em que circulam, apesar de o jornalismo se utilizar de estratégias para tentar controlá-los e determiná-los. Daí a relevância de se refletir sobre o espaço destinado às matérias nos jornais, começando pelas seções nas quais são publicadas.

[illegible][illegible]

Supremo BBB

— E assim os senhores poderiam entrar, por lá, e fazer o assalto de uma mala à Civic!

• O Cartãozinho, que dá descontos em atrações turísticas para moradores, incluirá o interior como forma de desalojar a capital durante a Rio-20. **Página 12**



ZONA SUL
Fernando Sabido
Companhia das Letras

Especial conta os 30 anos do "brago do GLOBO mais certo do momento".

PROSA & VERSO
Um dos principais nomes da nova literatura brasileira, Ricardo Usias faz do luto o tema de seu novo romance.

HISTÓRIA
Projeto da Unesco faz
mapa dos lugares-chave
da cultura negra no Brasil.

GLOBINHO
Crianças cultivam hortas em suas escolas e aprendem a cuidar do meio ambiente.

A estrela e o ícone da barriga nua

Giulio Massolera reinterpretava a
de Demi Moore grávida e con-
ta a história para o século XXI.

SEGUNDO CADERNÃO

Jack White
fala de seu
primeiro
disco solo,
"Blunderbuss",
em que
impetam
as canções
emocionan-

Indignados



China: opositor cego pula muro e foge

• O ativista cego Chen Guangcheng driblou a vigilância à sua casa, pulou o muro e foi levado a Pequim. Ele estaria na Embaixada dos EUA. **Página 34**

Guardiola dá adeus ao Barcelona

• O reinado de quatro anos do técnico Pep Guardiola acabou ontem no Barcelona, pondo à prova a "escola" que fascina o mundo. **Caderno Esporte**

No universo de 40 divulgações de pesquisas do IBGE (Quadro 1, na página 94), um total de 15 ocuparam, simultaneamente, espaço destacado na primeira página dos três jornais selecionados, cuja distribuição acabou garantindo a existência de pelo menos uma divulgação para cada ano do período coberto pelo estudo - o que não foi fruto de uma decisão previamente definida. Optamos, então, por escolher dez divulgações, excluindo aquelas que, a partir de uma análise, não apresentaram alterações significativas de um ano para o outro na significação das materialidades observadas. Entretanto, com a inclusão do ano de 2014, passamos a ter um total de 11 divulgações nas análises do capítulo 4.

Do Anexo II ao XII (a partir da pág. 201), há um conjunto de 11 quadros que foram estruturados para auxiliar na escolha das divulgações que seriam analisadas no capítulo 4. Em cada um desses quadros, foi importante dispor lado a lado as aberturas dos releases e as respectivas chamadas de primeira página dos três jornais. O próximo passo foi marcar com uma mesma cor os temas que apareciam tanto nas aberturas dos releases como nas chamadas dos três jornais. Dessa forma, foi possível ver se um mesmo tema destacado no release também o era nas chamadas dos jornais, e, em caso afirmativo, se ocupavam a mesma posição no ordenamento ao longo do texto.

A adoção desse procedimento nos ajudou a verificar que em algumas divulgações um tema era o assunto principal do título do release e não era citado nas chamadas dos jornais; que um determinado tema era citado no último parágrafo da abertura do release e nas chamadas dos jornais era destacado no título e no lead, por exemplo. Na próxima seção, vamos mostrar de forma detalhada como foram identificadas as materialidades para compor o corpus discursivo, mas antes vamos falar dos procedimentos adotados para a análise dos releases.

Também chamados de comunicados ou informativos para a imprensa, os releases do IBGE em geral são extensos, às vezes com mais de dez páginas. São compostos por um título em negrito, que sempre traz em sua estrutura o nome da pesquisa a que se refere; uma abertura escrita com fonte em itálico com os principais dados destacados; um texto dividido por vários subtítulos, cada uma apresentando os resultados sobre um tema; e, às vezes, também conta com gráficos. A título de exemplo, a seguir transcrevemos parte da abertura e do conteúdo do primeiro subtítulo do release do dia 27 de abril de 2012, referente à mesma divulgação da primeira página inserida acima:

Comunicação Social
27 de abril de 2012

Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra
Censo 2010: escolaridade e rendimento aumentam e cai mortalidade infantil

O IBGE divulga os Resultados Gerais da Amostra do Censo 2010, que apresentam uma série de mudanças corridas no país de 2000 para 2010, com detalhamento, inclusive, por município, além de trazerem informações pesquisadas pela primeira vez. A pesquisa inclui informações sobre características de migração, nupcialidade, fecundidade, educação, trabalho e rendimento, pessoas com deficiência, domicílios e deslocamento para trabalho e estudo, e tempo de deslocamento para trabalho.

No período de dez anos, o número de óbitos de crianças menores de um ano caiu de 29,7 para 15,6 para cada mil nascidas vivas, um decréscimo de 47,6% na taxa brasileira de mortalidade infantil. Entre as regiões, a maior queda foi no Nordeste, de 44,7 para 18,5 óbitos, apesar de ainda ser a região com o maior indicador.

Por outro lado, a taxa de fecundidade no Brasil também caiu, de 2,38 filhos por mulher em 2000 para 1,90 em 2010, número abaixo do chamado nível de reposição (2,1 filhos por mulher) que garante a substituição das gerações.

Em 2010, havia 45,6 milhões de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas (visual, auditiva, motora e mental), representando 23,9% da população.

O nível de instrução da população aumentou: na população de 10 anos ou mais de idade por nível de instrução, de 2000 para 2010, o percentual de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto caiu de 65,1% para 50,2%; já o de pessoas com pelo menos o curso superior completo aumentou de 4,4% para 7,9%.

De 2000 para 2010, o percentual de jovens que não frequentavam escola na faixa de 7 a 14 anos de idade caiu de 5,5% para 3,1%.

As maiores quedas ocorreram nas Regiões Norte (de 11,2% para 5,6%, que ainda é o maior percentual entre as regiões) e Nordeste (de 7,1% para 3,2%).

Em 2010, o rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento de trabalho foi de R\$ 1.345, contra R\$ 1.275 em 2000, um ganho real de 5,5%. Enquanto o rendimento médio real dos homens passou de R\$ 1.450 para R\$ 1.510, de 2000 para 2010, o das mulheres foi de R\$ 982 para R\$ 1.115. O ganho real foi de 13,5% para as mulheres e 4,1% para os homens. A mulher passou a ganhar 73,8% do rendimento médio de trabalho do homem; em 2000, esse percentual era 67,7%.

(...)

Em dez anos, mortalidade infantil caiu 47,6% no país

De 2000 para 2010, a taxa de mortalidade infantil caiu de 29,7‰ para 15,6‰, o que representou decréscimo de 47,6% na última década. Com queda de 58,6%, o Nordeste liderou o declínio das taxas de mortalidade infantil no país, passando de 44,7 para 18,5 óbitos de crianças menores de um ano por mil nascidas vivas, apesar de ainda ser a região com o maior indicador. O Sul manteve os menores indicadores em 2000 (18,9‰) e 2010 (12,6‰).

(...)

Em relação aos releases, também com vistas à verticalização da análise, a opção foi considerar apenas seus textos de abertura. Por serem um tipo de texto jornalístico, os releases devem obedecer ao princípio jornalístico da pirâmide invertida, o qual define que o texto deve iniciar destacando a informação mais relevante e, daí em diante, ir inserindo as demais em ordem decrescente de relevância. Essa técnica se baseia na crença de que se o leitor não for até o final do texto, pelo menos vai ler aquelas informações consideradas como as mais importantes.

Da maneira em que está estruturado o release do IBGE, a primeira parte do texto, a que utiliza fontes em itálico, funciona como uma grande abertura que traz um resumo das informações estatísticas que o instituto escolheu destacar. Também aqui espera-se que o jornalista leia pelo menos essa parte do texto e/ou valorize aquelas informações. Entretanto, nem sempre os conteúdos destacados nessa parte do release são aqueles que os jornais vão ressaltar em suas chamadas.

3.3.2. O corpus discursivo

Pensando na estruturação do corpus discursivo, a opção foi procurar na própria materialidade da língua o movimento de produção de sentidos. Então, buscamos as sequências discursivas nas chamadas de capa dos três jornais em cada uma das onze divulgações e, em seguida, nas aberturas dos respectivos releases (parte introdutória do texto onde estão reunidos os principais destaques). De acordo com Mariani (1998), na Análise de Discurso (AD), sequências discursivas (SDs) são fragmentos textuais sobre os quais se incide a análise, podendo ser orais ou escritos. São sequências linguísticas que representam o retorno da memória (a repetibilidade) e viabilizam a apreensão das Formações Discursivas (FDs).

Tanto nos releases como nas matérias jornalísticas, os textos apresentam uma seleção de dados da pesquisa que está sendo divulgada. Os dados se referem a temas diversos (rendimento, educação, trabalho etc.), os quais se repetem a cada edição da pesquisa, ao lado de outros que podem ser introduzidos. A constância dos temas investigados permite que sejam realizadas comparações dos resultados atuais com aqueles alcançados em edições anteriores da pesquisa. No caso da PNAD, por exemplo, esse exercício pode ser feito com a utilização de dados coletados anualmente por mais de 40 anos.

Diante da repetição desses temas a cada divulgação, é possível acompanhar, ao longo do tempo, a movimentação dos sentidos que neles se inscrevem. Um tema pode ser realçado no release e sequer ser citado em um ou nos três jornais, como também pode ser destacado da

mesma forma ou de um modo diferente por esses mesmos veículos de comunicação. Levando-se em conta que nossa investigação se concentra nas primeiras páginas dos jornais e nas aberturas dos releases, podemos considerar que todos os temas realçados nesses textos mereceram grande destaque por parte dos sujeitos do discurso.

Como dito anteriormente, para a montagem dos quadros que serviram de referência para nossa análise, observamos como um conjunto de temas eram realçados nas aberturas dos releases e nas chamadas dos jornais. Esses temas são educação, rendimento, posse de bens de consumo, mortalidade infantil, trabalho, trabalho infantil, serviços públicos (luz, saneamento, água...), demografia e desigualdade. É importante ressaltar que não adotamos como regra seguir as definições do IBGE para esses assuntos. Procuramos seguir o tratamento conferido pela linguagem jornalística, por ser mais adequada ao tipo de texto em análise.

A perspectiva é observar como esses temas são significados nas divulgações, através de uma comparação direta entre releases e matérias jornalísticas. Com base nas discussões de Mouillaud (2012), sobre a relação entre forma e sentido em um jornal, procuramos observar o modo como esses temas foram inscritos nos releases e nas matérias: no título, nos primeiros ou últimos parágrafos, se não havia sido citado por algum veículo, dentre outras marcas que, em termos jornalísticos, revelam o grau de destaque concedido a um assunto.

Uma outra forma de observar a significação desses temas foi a partir da identificação de materialidades que apontavam um determinado funcionamento discursivo ao demarcarem o que melhorou e o que piorou no retrato do país mostrado pelas pesquisas do IBGE. Nesse ponto, foi relevante observar algumas marcas bastante recorrentes, as quais foram importantes para a compreensão da movimentação do sujeito, como mostraremos no próximo capítulo.

Capítulo 4

Os discursos sobre as estatísticas oficiais do Brasil

Onze anos

Não eram 11h da manhã de quinta-feira passada quando o celular de seu Arlindo, canoieiro em Manaus, tocou numa das margens do rio Negro. Do outro lado da linha, dona Antonieta, mulher do barqueiro, alertava para uma tempestade que se formava próximo ao centro da capital amazonense. Estava preocupada com o marido e com o grupo de turistas que ele levava.

Esposas preocupadas sempre existirão. Mas **11 anos atrás**, à dona Antonieta restaria entregar à sorte o marido e seus clientes. O telefone celular que mal existia **em 1992**, no ano passado era o único aparelho de comunicação de 8,8% dos domicílios brasileiros. Virou ferramenta de trabalho e meio de demonstração de afeto na casa de seu Arlindo e em outros 4,2 milhões de lares no país. É ícone das mudanças que o IBGE detectou na sociedade brasileira ao divulgar a edição de 2002 da PNAD.

Diz o instituto que a proporção de lares com telefone (fixo ou móvel) saltou de 19% em 92 para 61,6% em 2002. Há luz elétrica em 96% dos lares, fogão em 97,6%, televisão em 89%, geladeira em 85%. O aumento do acesso a bens duráveis sugere melhora nas condições de vida e seu Arlindo é prova.

Mas falta um bocado e o barqueiro de Manaus também sabe disso. Empreendedor nato, seu Arlindo jamais foi à escola. Não sabe ler nem escrever em português, mas é capaz de repetir expressões em inglês e alemão para animar os turistas que o contratam pelo celular. É o chefe de uma família típica do Brasil do passado, **mas** que ainda encontra espaço no presente: teve dez filhos e perdeu dois. O filho de 17 anos deu-lhe o primeiro neto um ano atrás; o de 19 anos está com a mulher grávida.

A PNAD sugere que **essas crianças não chegarão sem estudo aos 49 anos que o avô tem hoje**. Nos 11 anos entre uma pesquisa e outra, a taxa de analfabetismo dos brasileiros com mais de 10 anos caiu de 11,4% para 10,9% e o percentual de crianças de 7 a 14 anos fora da escola foi reduzido de 13,4% para 3,1%.

O Brasil teve **avanços inequívocos, e acelerados**, na área social nos **últimos anos**. **Mas** ainda deve esgoto adequado a quase um terço de seus lares e abastecimento de água a 18%. E deve trabalho. Seu Arlindo vive do dinheiro que tira da pesca e dos passeios turísticos. Não sabe ao certo quando terá dinheiro. É o traço mais dramático da **década passada**. (...)

São algumas informações desse termômetro chamado PNAD, que foi capaz de medir o desempenho da **era FH** e, agora, delimita o ponto de partida da avaliação do **governo Lula**, que começa na Pnad-2003. Seu Arlindo já está convidado.

(O Globo, 11/10/2003, Panorama Econômico, p. 26)

A história de seu Arlindo, publicada pelo jornal O Globo, em 11/10/2003, e acima reproduzida, é um daqueles textos que surpreendem e encantam o analista do discurso pela riqueza das materialidades que comporta. Por isso, foi escolhida para abrir o presente capítulo dedicado às sequências discursivas (SDs) extraídas do corpus organizado a partir de sucessivos recortes realizados nas matérias jornalísticas e nos releases relativos às pesquisas do IBGE divulgadas para imprensa, em um período de 14 anos (de 2000 a 2014).

Segundo Lowenthal, “(...) temos consciência do passado como um âmbito que coexiste com o presente ao mesmo tempo em que se distingue dele”, e como não há consenso temporal, dependendo das circunstâncias esse passado pode se converter em presente ou dele se afastar indefinidamente (1998, p. 65). É justamente a relação entre temporalidades à primeira vista distintas, mas que ora são interligadas, ora são definitivamente afastadas, que nos interessa explorar ao longo deste capítulo. Trata-se, especificamente, de observar as tensões que se estabelecem na construção dessas temporalidades marcadas no fio do discurso.

No caso do passado construído com base na história de seu Arlindo, o recuo é de onze anos, especificamente até o ano de 1992, período delineado a partir da escolha de um “ícone” para demarcar a divisão entre os tempos: o significativo aumento na posse de celular e de linhas fixas de telefone. A partir desse ícone, foram construídos um presente e um passado diferenciados. A sugestão é de que um novo tempo foi inaugurado, caracterizado por “mudanças” e “melhora nas condições de vida”. Pode-se inferir que um tempo negativo (“onze anos” atrás), em função de uma dificuldade de comunicação por telefone, foi afastado para abrir passagem para um tempo no qual se avistam os sinais de que tal problema está sendo equacionado.

No parágrafo seguinte, a história de seu Arlindo ganha um novo contorno a partir da afirmação “Mas falta um bocado”, na qual a conjunção adversativa “mas” abre uma fresta para indicar que há ainda muito a ser feito. E esse algo por fazer é apontado como um resquício desse mesmo passado que até então parecia já estar bem distante, como ressalta o próprio texto: seu Arlindo é “o chefe de uma família típica do Brasil do passado, mas que ainda encontra espaço no presente”; é o representante de um passado do qual algumas marcas ainda perduram.

Por um lado, distanciar o passado negativo do presente pode ter como efeito um maior reconhecimento e/ou valorização das marcas identificadas nesse mesmo presente. Por outro lado, permitir que aspectos característicos desse passado, vistos como negativos, se inscrevam no presente, pode ser um modo de questionar o impacto das conquistas até então valorizadas no texto. No caso das materialidades até aqui destacadas, há uma separação entre conquistas e dívidas; entre um tempo que pode ser afastado e outro que ainda perdura. Então, o tempo

presente passa a carregar tanto as conquistas quanto os problemas que ainda aguardam solução.

A história de seu Arlindo também aponta para um futuro. Trata-se do reconhecimento de que, apesar de problemas relativos à escolarização do brasileiro ainda persistirem, nos últimos “onze anos” muito foi feito para revertê-los. Portanto, segundo o texto, os dados mostram que no futuro os netos de seu Arlindo “não chegarão aos 49 anos sem estudo”, situação na qual hoje ele próprio se encontra. Tal aposta é feita com base em outro reconhecimento, descrito no sexto parágrafo: o “Brasil teve avanços inequívocos, e acelerados, na área social nos últimos anos”.

Entretanto, a frase seguinte faz uma ressalva, também antecedida por uma conjunção adversativa: “Mas [o Brasil] ainda deve esgotar adequadamente a quase um terço de seus lares e abastecimento de água a 18%. E deve trabalhar”. Só que neste caso, a adversativa, diferentemente da ocorrência anterior, funciona para mostrar um conjunto de traços “dramáticos” atribuídos aos últimos “onze anos” (problemas relativos ao esgotamento sanitário, abastecimento de água e emprego), sem citar indícios baseados em ações realizadas no passado capazes de serem vistas como capazes de conduzir o país a um futuro melhor.

Ao final, os “onze anos” recebem a denominação de “era FH”, em referência às duas gestões de Fernando Henrique Cardoso como presidente do Brasil, cujas conclusões do jornal sobre suas realizações, por meio da PNAD, são mostradas como um ponto de partida para o acompanhamento de uma nova “era” iniciada com o governo Lula (o futuro), a qual caberá perpetuar os avanços da era passada e resolver os problemas por ela deixados, para alguns dos quais há encaminhamentos previamente demarcados pelo jornal, como a expectativa de que os filhos de seu Arlindo não se tornem analfabetos como o pai.

Materialidades como as identificadas na história de seu Arlindo, além de outras, compõem o corpus discursivo sobre o qual se incidirá a análise no presente capítulo. Após sucessivos recortes, em cada divulgação foi coletado um grupo de sequências discursivas (SDs) extraídas da abertura do release e das chamadas de primeira página de cada um dos três jornais, textos que foram dispostos lado a lado em um quadro (uma para cada divulgação, conforme indicações nas seções a seguir), de forma a possibilitar a visualização e a comparação entre os assuntos tratados nos textos.

Em cada um dos quadros foi possível observar os assuntos (temas) que eram tratados em todos os textos, aqueles que eram destacados apenas no release ou nos jornais, a posição de cada assunto no corpo do texto (no título, no lead, no último parágrafo etc.), as diferenças de abordagem, os silenciamentos, enfim, as materialidades que nos possibilitavam compreender o

movimento dos sentidos. Tal método nos possibilitou realizar tanto uma leitura em busca da relação entre as materialidades em um mesmo texto (de um jornal ou do release), como também possibilitou que se fizesse uma leitura comparativa entre as materialidades dos releases e dos três jornais.

A perspectiva é a partir da formação imaginária do assessor de imprensa do IBGE e a do jornalista da imprensa compreender como o sujeito se movimenta, ora se aproximando, ora se afastando de um discurso, situações em que assume determinada posição-sujeito, como descrito no capítulo 3. Para isso, foi significativo o reconhecimento de algumas marcas recorrentes nos discursos sobre as estatísticas do IBGE, como as referências temporais acima citadas, denominações conferidas a determinados períodos (como “Era” Lula ou FHC), explicações ou contextualizações em relação a determinados assuntos (temas), funcionamento específico de estruturas adversativas/concessivas (as quais são caracterizadas pela presença de conjunções), e demais marcas também descritas no capítulo anterior.

As construções que aproximam ou distanciam discursos têm seu funcionamento regulado pela memória, em especial por meio de um jogo entre memória e esquecimento, cujo papel é decisivo nos acontecimentos materializados nos discursos. Em cada divulgação, interessa-nos observar os pontos de tensão que se formam na relação entre memória e acontecimento e, assim, compreender como se dá a irrupção do novo e sua absorção pelo fluxo de uma memória que busca estabilizar os sentidos.

Nas análises, as construções discursivas do release do IBGE e das matérias da imprensa serão estudadas com base nas posições do sujeito circunscritas em uma Formação Discursiva que mostra uma imagem do Brasil, a partir dos acontecimentos estabelecidos nas divulgações das estatísticas oficiais sobre o país. Nela, há questionamentos sendo realizados e, ao mesmo tempo, esforços no sentido de reafirmar ordens existentes. Trata-se do funcionamento das lógicas da política e da polícia, de acordo com Rancière (1996). Assim, será observado como sentidos sobre o passado absorvidos pelo acontecimento e a atualidade por ele demarcada significam, levando-se em conta uma FD na qual circulam sentidos que, ao mesmo tempo, falam de um país que alcança melhorias sociais e econômicas, mas que ainda apresenta graves problemas, os quais chegam a sobrepor avanços supostamente conquistados.

4.1. O funcionamento do discurso sobre as estatísticas do IBGE: a análise das SDs

Nas análises, os assuntos ou temas identificados em cada uma das divulgações não necessariamente recebem o tratamento conceitual adotado pelo IBGE. Nesse sentido, foram aceitos os recortes e denominações adotados pelos jornais, no caso das referências a assuntos destacados nas chamadas de primeira página, e as denominações/classificações utilizadas nos releases, ao tratar de temas recortados das aberturas dos releases. Assim, em se tratando de renda, por exemplo, o termo recebe esta denominação nos jornais, mas nos releases se fala em rendimento, que é o conceito utilizado pelo IBGE.

Enquanto o IBGE se baseia em definições estabelecidas em ordenamentos técnico-científicos, inclusive em respeito a conceituações adotadas por institutos de estatística de outros países, definidos com base em acordos internacionais, os jornais procuram utilizar denominações que acreditam que serão mais facilmente compreendidas pelos leitores, a partir da imagem que constroem de seus públicos. Entretanto, para o presente estudo, tais diferenciações na forma de abordar e conceituar fenômenos identificados a partir de interpretação que têm como base os mesmos dados estatísticos são efeitos dos posicionamentos adotados pelo sujeito do discurso, fruto de sua filiação ideológica.

Para possibilitar a identificação, as sequências discursivas foram ordenadas com base em um código previamente estabelecido, o qual é formado pelas iniciais SD (sequência discursiva), seguida do número da divulgação (de acordo com a ordenação disposta no Anexo I, na pág. 194); um hífen; a letra R de release ou a inicial do nome do jornal; e o número da sequência dentre as que foram selecionadas em uma divulgação, conforme a estrutura abaixo:

SD (número da divulgação) - (release ou nome jornal) (nº da sequência)

Exemplos:

SD52-R1: primeira sequência discursiva da divulgação número 52, coletada no release (**R**).

SD52-R2: segunda sequência discursiva da divulgação nº 52, coletada no release (**R**).

SD52-G1: primeira SD da divulgação nº 52, coletada no jornal O Globo (**G**).

SD03-E2: segunda SD da divulgação nº 03, coletada O Estado de São Paulo (**E**).

SD10-F1: primeira SD da divulgação nº 10, coletada no jornal Folha de São Paulo (**F**).

A análise incidirá sobre um grupo de SDs disposto após o texto de introdução de cada seção, na seguinte ordem: primeiro as SDs dos releases e depois as dos jornais O Globo, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, como veremos a seguir.

4.1.1. Divulgação do Censo 2000 (19/12/2001)

As SDs analisadas nesta seção foram coletadas nos releases e chamadas de primeira página relativas à divulgação de resultados do Censo 2000. Por se tratar de um censo demográfico, os dados estatísticos se referem a um período de dez anos, o que não possibilita comparações com informações do ano anterior, como faz a PNAD, que é uma pesquisa anual, permitindo, portanto, que as produções jornalísticas possam tecer relações diretas entre os resultados da pesquisa e a avaliação dos governos. Entretanto, como o período coberto pelo Censo 2000 foi quase todo abrangido pelos dois mandatos de um mesmo governante à frente do país (Fernando Henrique Cardoso), a construção de sentidos para essas estatísticas perpassa a significação conferida a esse governo.

A seguir, as sequências identificadas nas aberturas e chamadas dispostas no Anexo II, na página 201:

SD3-R1: População continua envelhecendo, mas a metade ainda tem até 24 anos. (Release IBGE, 19/12/2001)

SD3-R2: Em 1991, o Censo revelou que 80,3% das pessoas de 10 anos ou mais de idade eram alfabetizadas. Já em 2000, a taxa passou para 87,2%, **o que significa que** quase 120 milhões de brasileiros sabem ler e escrever, pelo menos, um bilhete simples. (Release IBGE, 19/12/2001)

SD3-R3: **Apesar dos avanços** ocorridos nas regiões Norte e Nordeste, as maiores taxas de alfabetização encontram-se nas regiões Sul e Sudeste. (...) Já o Nordeste apresenta o pior desempenho (...). (Release IBGE, 19/12/2001)

SD3-G1: Brasil melhor no social **mas** ainda desigual. (O Globo, 20/12/2001, primeira página)

SD3-G2: Foram muitos os ganhos do Brasil na área social na última década, segundo o Censo 2000. (O Globo, 20/12/2001, primeira página)

SD3-G3: **Mas** os desafios para reduzir a imensa desigualdade ainda são grandes e serão prioridade na próxima década, segundo o próprio presidente do IBGE, Sérgio Besserman. (O Globo, 20/12/2001, primeira página)

SD3- E1: Os primeiros dados definitivos do Censo 2000 do IBGE, coletados entre agosto e novembro do ano passado, revelam que **o Brasil tem combinado** avanços sociais e econômicos com profunda desigualdade. (O Estado de São Paulo, 20/12/2001, primeira página)

SD3- E2: Os dados também mostram um país de muitos pobres, **embora** tenha ocorrido uma elevação da renda¹³ média. (O Estado de São Paulo, 20/12/2001, primeira página)

¹³ O IBGE adota as seguintes conceituações para falar de rendimento (e não de renda):

Rendimento mensal: soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes. Para as pessoas

SD3-F1: Os dados da terceira divulgação do Censo 2000 revelam que o brasileiro está em média mais velho e mais alfabetizado, **mas** permanecem enormes as diferenças entre as regiões. (Folha de São Paulo, 20/12/2001, primeira página)

SD3-F2: A renda média dos responsáveis pelos domicílios foi R\$ 542 em 91 para R\$ 769 em 2001- **há dez anos, viviam-se os efeitos de uma forte recessão.** (Folha de São Paulo, 20/12/2001, primeira página)

Em um texto jornalístico, o título e o primeiro parágrafo (chamado de lead) em geral tratam do assunto escolhido para ser o principal destaque. O release da divulgação realizada pelo IBGE, em dezembro de 2001, não segue essa estrutura, o que nos leva a indagar o porquê dessa quebra de expectativa. Esse é o primeiro aspecto que chama a atenção quando se observam as SD3-R1 e SD3-R2, respectivamente, título e primeiro parágrafo do release. Tal contraste ganha mais realce quando se verifica que tanto a SD3-R2 (segundo parágrafo), como o restante do texto de abertura, abordam o tema educação, o que torna o título ainda mais deslocado, pois ele apenas ressalta um aspecto demográfico (o envelhecimento da população, que ainda é formada por uma maioria de jovens). Contudo, como o release falou sobre o avanço na educação em toda a abertura, é importante compreender como o assunto foi significado.

A SD3-R2 trata do aumento do número de pessoas alfabetizadas, enquanto a SD3-R3 diz que ainda há analfabetos no país. Na SD3-R2, a melhoria é demarcada de duas formas: através do confronto entre percentuais referentes a dois períodos de tempo distintos, como forma de mostrar o crescimento do número de alfabetizados; e por meio da citação direta do total de pessoas alfabetizadas, introduzida pela expressão “o que significa que”. Já na SD3-R3, antes mesmo de mostrar os problemas no campo da educação nas regiões Norte e Nordeste,

não economicamente ativas, considera-se o rendimento oriundo de outras fontes.

Rendimento mensal de outras fontes: rendimento mensal, no mês de referência da pesquisa, normalmente recebido de: a) jubilação, reforma ou aposentadoria paga por instituto de previdência (...). b) rendimento médio mensal, no mês de referência da pesquisa, proveniente de aplicação financeira (...); parceria; etc.

Rendimento mensal de trabalho: rendimento mensal em dinheiro e valor, real ou estimado, do rendimento em produtos ou mercadorias(...). Para empregados e trabalhadores domésticos - remuneração bruta mensal a que normalmente têm direito trabalhando o mês completo (...).

Rendimento mensal domiciliar: soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e os daquela cuja condição na unidade domiciliar e de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimento mensal domiciliar per capita: Resultado da divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de componentes da unidade domiciliar, exclusive aqueles cuja condição na unidade domiciliar e de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimento mensal familiar: soma dos rendimentos mensais dos componentes da família, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e os daquela cuja condição na família e de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimento mensal familiar per capita: Resultado da divisão do rendimento mensal familiar pelo número de componentes da família, exclusive aqueles cuja condição na família e de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default.shtm>

mais uma vez o sujeito reafirma que houve melhorias, o que se pode apreender da utilização da estrutura “apesar dos avanços”.

Então, temos um sujeito (no papel de assessor de imprensa) que ressalta de três formas diferentes os aspectos positivos vislumbrados pelas estatísticas de educação, mas que não marca essa posição no título, que é justamente o espaço mais valorizado do release, o primeiro a ser lido pelos jornalistas. Em um texto jornalístico, deixar de tratar no título e no lead de um tema que tem força noticiosa, mas que pode gerar alguma polêmica, a qual o sujeito quer evitar, é uma forma de abordar esse assunto sem a ele conceder o devido destaque, o que pode ter como efeito a busca pela manutenção de uma imagem de isenção.

Assim, por meio de dois mecanismos, distanciamento entre título e lead e o uso da expressão “apesar de”, o sujeito procura mostrar o “copo d’água pela metade”, ou seja, enfatiza as conquistas vislumbradas pelas estatísticas do Censo 2000 quanto à alfabetização e, ao mesmo tempo, realça um problema relativo ao mesmo assunto, de forma a se ajustar à imagem de isenção projetada pelo próprio instituto. O risco vislumbrado pelo sujeito, caso agisse de forma diferente, seria o de demarcar uma aproximação entre o discurso do instituto e o do governo, que à época enfatizava seu êxito na área de educação. No entanto, as tomadas de posição pelo sujeito demonstram uma aproximação do discurso do release ao do governo.

Considerando as sequências extraídas do jornal O Globo, na SD3-G1 o sujeito reconhece que ganhos alcançados pelo país na área social convivem com desigualdades que “ainda” são imensas no país, o que também está de acordo com a busca por manter uma imagem de isenção. A mesma estrutura também pode ser percebida a partir da leitura conjunta das SD3-G2 e SD3-G3, cujo contraste é sinalizado pela conjunção “mas”. Porém, é a própria SD3-G3 que apresenta uma inflexão, nessa mesma estrutura, por meio da inscrição “os desafios para reduzir a imensa desigualdade ainda são grandes e serão prioridade na próxima década”. Neste ponto, o sujeito jornalista assume a existência de um problema, mas não o apresenta como uma falha que ofuscaria as boas novas vislumbradas nos dados do IBGE, e sim como uma questão a ser resolvida no futuro, por um outro governo.

Tal posicionamento retira do presente a dívida trazida pelo passado, o que abre espaço para que as melhorias apontadas reinem sozinhas e se configurem como as marcas desse mesmo presente, sem a sombra de um problema do passado que ainda não foi resolvido. O sujeito jornalista, então, se aproxima do discurso do IBGE, o que é, nesse último caso, reforçado pela citação do nome do próprio presidente do instituto no fio do discurso.

No jornal O Estado de São Paulo, a SD3-E1 realça que o país “tem combinado avanços sociais e econômicos com profunda desigualdade” e a SD3-E2 que ele tem “muitos pobres, embora tenha ocorrido uma elevação da renda média”. Ambas as sequências estão de acordo com a imagem construída pelo jornalismo (e pelo IBGE) de mostrar os dois lados de uma questão, ou seja, o que melhorou e o que ainda precisa melhorar no país (como na história do copo d’água pela metade).

Nesse sentido, como no jornal O Globo, essa imagem é a de um país no qual se evidenciam avanços sociais e, simultaneamente, marcas de um passado que ainda perdura. Mas, ao observar a composição de toda a primeira página do jornal, na próxima página, novos elementos provocam alterações na direção do olhar, em especial quando se vê a fotografia de duas senhoras idosas sorridentes, posando para o fotógrafo em uma área verde, ao ar livre.

SP, RJ, MG, PR e SC:
R\$ 1,70
Demais Estados: ver
tabela na página A4

O ESTADO DE S. PAULO

RUY MESQUITA
Diretor-responsável

Julio Mesquita (1891-1927)

Julio de Mesquita Filho (1927-1969)

ANO 122 QUINTA-FEIRA Nº 39.510

SÃO PAULO, 20 DE DEZEMBRO DE 2001

Francisco Mesquita (1927-1969) Julio de Mesquita Neto (1969-1996)

Governo argentino decreta estado de sítio

**Investimento direto
chega a US\$ 20 bi e
dólar mantém queda**

Até o começo de dezembro, US\$ 20 bilhões tinham ingressado no País na forma de investimentos diretos. Esse fluxo, bem acima da expectativa do mercado e do próprio governo, é um dos fatores que explicam a desvalorização do dólar, que ontem fechou cotado a R\$ 2,30. A moeda americana mais barata ajuda no combate à inflação. A Fipec acredita que, no ano que vem, o IPC será de 4%, ante 7,1% em 2001. **Págs. B6 e B8**

**Copom mantém
taxa de juros em
19% ao ano**

O Copom decidiu manter a taxa básica de juros da economia, a Selic, em 19% ao ano. "Houve melhora nas condições da economia. No entanto, diante de um quadro externo ainda incerto, o Copom decidiu manter a meta da taxa Selic em 19% ao ano, sem viés", diz o comunicado do Banco Central divulgado logo após a reunião. O próximo encontro será nos dias 22 e 23 de janeiro. A ata da reunião de ontem será divulgada no dia 27.

NOTAS E INFORMAÇÕES

Embora a maioria dos países produtores de aço tenha feito acordo para redução da produção, nada garante que o conflito comercial esteja superado. Se os EUA erguerem novas barreiras, poderá haver uma onda de retaliações. "Guerra do aço, ainda um risco", na pág. A3

TEMPO
Sol forte e temperatura alta em SP, mas a tarde com nuvens localizadas em que-
rentes a Litorânea. **Pág. C10**

SUAS CONTAS
Dólar Compra Venda
Comercial 2,298 2,300
Turismo 2,280 2,420
Paralelo 2,550 2,590
Preço médio 2,345

HOJE 80 páginas
(A) Primeiro Caderno 28
(B) Economia 16
(C) Cidades 12
(D) Caderno 2 10
(E) Esportes 4
(F) Classificados 10

Classificados 1.080 anúncios
www.estado.com.br

ESTADÃO
É muito mais jornal.

Para anunciar
nos classificados,
ligue:
(11) 3855-2001

Para assinar, ligue:
0800-14-9000

Acesse: www.estado.com.br

ISSN - 1516-293-1
9 771516 293057



Crise social - Policiais reprimem manifestação em Córdoba, em dia de saques ao comércio na Argentina

169,799 milhões de brasileiros

Os primeiros dados definitivos do Censo 2000 do IBGE, coletados entre agosto e novembro do ano passado, revelam que o Brasil tem combinado avanços sociais e econômicos com profunda desigualdade. Em agosto de 2000, o País tinha 169.799.170 habitantes, quase dez vezes mais que há cem anos. A população continua muito jovem, apesar de mais velha. Metade tem

idade de até 24,2 anos. Os dados também mostram um país de muitos pobres, embora tenha ocorrido uma elevação da renda média. Vinte e dois milhões de habitantes responsáveis por domicílios viviam em 2000 com renda de, no máximo, R\$ 350. Outra informação do Censo é que vem aumentando de forma permanente o número de mulheres chefes de família. **Págs. A10 e A19**



Longevidade - O Rio é o Estado com a maior proporção de idosos, como Ana Carolina, de 81 anos, e de sua irmã, Rosa, de 80



Receita usa CPMF Petrobrás começa a explorar novo poço Vereador do PT pode ter desviado salário Serra não quer sair agora do governo

Pág. B6

Pág. B9

Pág. C1

Pág. A8

Decisão foi tomada após as principais cidades terem virado verdadeiros campos de batalha

Em reunião comandada pelo presidente Fernando de la Rúa, o governo argentino decidiu decretar estado de sítio para conter a onda de saques. O Executivo determinou aplicação de artigo da Constituição, que prevê suspensão de todas as garantias constitucionais no país. O governo não quer pessoas circulando pelas ruas à noite para evitar repetição das cenas registradas nas principais cidades, transformadas em campos de batalha entre saqueadores e a polícia. No fim do dia, o saldo era preocupante: centenas de estabelecimentos destruídos, número indefinido de feridos e detidos e pelo menos um saqueador morto. A Câmara de Deputados revogou os poderes extraordinários que haviam sido concedidos ao Executivo a pedido do ministro da Economia, Domingo Cavallo. **Págs. B1, B3 e B4**

Homens de Bin Laden combatem no Paquistão

Integrantes da Al-Qaeda envolveram-se ontem num combate contra militares paquistaneses. O incidente, no noroeste do Paquistão, resultou na morte de 13 pessoas. Foi o acontecimento mais grave envolvendo seguidores do terrorista Osama bin Laden em território paquistanês desde o início dos bombardeios contra o Afeganistão, em 7 de outubro. **Pág. A21**

FHC adia sanção de nova tabela do Imposto de Renda

O presidente Fernando Henrique Cardoso adiou a sanção do projeto de lei que corrige em 17,5% a tabela do Imposto de Renda. A decisão de FHC é uma resposta à manobra da oposição, que condiciona a aprovação do Orçamento para 2002 à adoção de um salário mínimo de R\$ 220. O Executivo quer R\$ 200. **Pág. A5**

Multa de trânsito de outro Estado vai ser cobrada

O Ministério da Justiça e o Banco do Brasil firmaram acordo para a instalação definitiva do Registro Nacional de Trânsito (Renacom). O sistema tem por objetivo interligar até janeiro os bancos de dados de trânsito de todos os Estados. Isso deve evitar que os motoristas escapem das multas ao cometerem infrações fora de seu Estado. **Pág. C5**

Ronaldo marca 2 gols e diz que está pronto para a Copa

Ronaldo mostrou ontem em Milão seu melhor desempenho desde que retomou regularmente a carreira. Marcou 2 gols da vitória por 3 a 0 da Inter sobre o Verona, pelo Campeonato Italiano. Ele diz estar pronto para o Mundial de 2002. **Pág. E1**

Um pouco acima da imagem, chama a atenção o título escrito em letras grandes: “169,799 milhões de brasileiros” – o que estimula a associação entre o expressivo número de brasileiros e o sorriso estampado nas faces das doces senhoras. E mais: o que se vê na cabeça da página, de forma ainda mais destacada, é a chamada principal “Governo argentino decreta estado de sítio”, acompanhada de uma fotografia, do mesmo tamanho que a das senhoras sorridentes, mostrando policiais da tropa de choque argentina cercados por escudos, em posição de ataque e defesa, tendo, ao fundo, um outro policial com a arma em punho.

Trata-se de duas fotografias dispostas de uma forma que propicia ao observador a realização de uma comparação direta. De um lado, a imagem de um país em crise, o qual, pelo menos no que concerne ao futebol, a crônica esportiva o concebe como rival. De outro, a imagem do país (o Brasil) que tem uma imensa população, um gigante que pode sorrir, pois não é mostrado como protagonista de uma crise como a enfrentada pelo vizinho, conforme sinalizam os gráficos localizados abaixo da fotografia das senhoras, cujos títulos são: “avança a alfabetização”, “cresce o rendimento”, “mais mulheres no comando”.

Apesar de as construções discursivas demarcadas nas SDs extraídas do jornal aparentemente conferirem um certo equilíbrio na apresentação dos dados, ao se considerar o seu funcionamento ao lado de outras materialidades presentes na primeira página, percebe-se que o sujeito desenha a imagem de um país que “avança”, em conformidade com o discurso do IBGE e do governo. Assim, também aqui o sujeito jornalista se aproxima do discurso do release.

Dos três jornais analisados, a Folha de São Paulo foi a que deu menos destaque aos resultados do Censo 2000 na primeira página. Na SD3-F1, a movimentação do sujeito também se assemelha às realizadas nos outros jornais, em especial no realce ao avanço na alfabetização e na busca por mostrar equilíbrio entre aspectos positivos e negativos. Mas, é na SD3-F2 que percebemos a tomada de posição do sujeito, ao trazer uma memória sensível aos brasileiros: “os efeitos de uma forte recessão” vivenciada no curto governo de Fernando Collor de Melo na presidência da República (1990-1992), cuja interrupção se deu em função do estabelecimento de um processo de *impeachment*. Remeter ao passado, nesse caso, também é trazer à tona a lembrança do longo período de descontrole da inflação. Ressaltar tais aspectos, retomando um passado negativo, tem como efeito a valorização da renda, conforme destacou o jornal, o que mostra uma posição-sujeito de aproximação do discurso do release.

Os sentidos acionados nessa divulgação mostram uma FD marcada pela aproximação entre os discursos do IBGE e dos jornais, quanto aos sentidos atribuídos aos dados do Censo 2000. Apesar de na mesma FD circularem sentidos sobre um país que ainda enfrenta problemas,

os quais podem ser vistos como marcas de um passado negativo que ainda persiste, eles não são significados de forma a conter as atualidades que o sujeito reconhece como melhorias, ao considerar os mesmos dados estatísticos, como os relativos aos avanços na educação e no rendimento.

4.1.2. Divulgação do Censo 2000 (08/05/2002)

A divulgação abaixo ocorreu em 2002, último ano do segundo mandato de Fernando Henrique na presidência da República, período no qual já estava em curso a campanha sucessória, cujas eleições ocorreriam cinco meses após a divulgação da PNAD. A disputa tinha como protagonistas o ex-ministro da Saúde, José Serra (PSDB), candidato governista, e Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), à época na oposição, que concorria ao cargo de presidente do país pela quarta vez consecutiva. Para essa divulgação, o IBGE preparou dois releases, sendo um com dados gerais e outro específico sobre mortalidade infantil. O quadro que serviu de base para a coleta das SDs está no Anexo III, na página 202.

SD4-R1: Novos dados do Censo 2000 **confirmam avanços** na educação e revelam mudanças nas estruturas familiar e domiciliar. (Release IBGE, 08/05/2002)

SD4-R2: Taxa de mortalidade infantil no Brasil cai para 29,6 óbitos (por mil nascidos vivos) e **404.120 crianças deixam de morrer de 1991 para 2000**. (Release IBGE, 08/05/2002)

SD4-R3: Com essa queda, **o Brasil ficou abaixo da meta estipulada** pela Cúpula Mundial das Nações Unidas pela Criança para o ano 2000, que era de 32 óbitos infantis por mil nascidos vivos. (Release IBGE, 08/05/2002)

SD4-R4: Havia, em 2000, quase 25% da população ocupada, com rendimento de trabalho, que ganhava até um salário e 2,6% recebia mais de 20 salários mínimos.

SD4-G1: Saúde e educação melhoram **mas** desemprego cresce no país. (O Globo, 09/05/2002)

SD4-G2: As estatísticas sobre desemprego **preocupam**: a taxa de desocupados já representa 15% da população economicamente ativa do país.

SD4-G3: REAÇÃO: FH cobra do IBGE incoerência entre baixa renda e consumo alto. “Ou não se consumiu tanto ou não se ganhou tão pouco”, afirmou. (O Globo, 09/05/2002, primeira página)

SD4-E1: Mortalidade infantil no país **caiu** 38%. (O Estado de São Paulo, 09/05/2002, primeira página)

SD4-E1: Os avanços na **saúde** e na educação **são resultado, de acordo com o presidente Fernando Henrique Cardoso, de investimentos** em saneamento, vacinação, alimentação nas escolas e atendimento à mulher. **Mas** ele considerou “ilógico” que a renda não tenha crescido e o consumo sim. (O Estado de São Paulo, 09/05/2002, primeira página)

SD4- F1: (...) indicadores sociais melhoram, **mas 51,9% ganham até 2 mínimos**. (Folha de São Paulo, 09/05/2002, primeira página)

SD4- F2: **O presidente Fernando Henrique Cardoso usou o Censo 2000 para valorizar sua gestão**, iniciada em 95. “A década de 90 não foi perdida”, afirmou. (Folha de São Paulo, 09/05/2002, primeira página)

Novamente o release do IBGE tem como destaque principal a educação, mas dessa vez o assunto foi citado no título (SD4-R1) e mostrado como um aspecto cujos “avanços” já eram conhecidos e esperados, que no momento apenas estavam sendo confirmados, não se tratando, portanto, de uma novidade, mas da atualização de uma memória. De um modo diferente, as sequências SD4-R2 e SD4-R3 apresentam um dado que é tratado como um acontecimento que superou as expectativas nacionais e internacionais. Nesse sentido, o release ressalta que “404.120 crianças deixam de morrer de 1991 para 2000” e valoriza o fato de que “o Brasil ficou abaixo da meta estipulada pela Cúpula Mundial das Nações Unidas pela Criança (...)”, mas se silencia quanto ao quantitativo de crianças que continuam morrendo e a comparações com outros países (tanto com os mais quanto com os menos desenvolvidos em relação ao Brasil), o que demonstra uma posição-sujeito de aproximação do discurso do governo.

Quanto às sequências extraídas dos jornais, a sequência SD4-G1 mostra uma aproximação entre os discursos do O Globo e do release, no que diz respeito aos avanços na educação, como ocorreu na divulgação anterior, e na saúde, no que se refere à diminuição da mortalidade infantil, como ressalta o release específico sobre o assunto e também o subtítulo da chamada de capa do jornal (“Censo do IBGE revela queda de 38% na mortalidade infantil na última década”). Já a conjunção adversativa “mas”, na mesma SD, introduz um assunto que não é abordado em nenhuma das aberturas dos dois releases: o aumento do desemprego do país. Entretanto, a questão só é novamente abordada no final do texto da chamada (SD4-G2) e como algo que “preocupa” (como uma sinalização de um problema que pode se concretizar/agravar), abordagens que trazem a questão para um segundo plano de importância na chamada.

No Estado de São Paulo, na sequência SD4-E2 o sujeito se aproxima do discurso do governo em função do registro, no fio do discurso, de uma explicação para a conquista de algumas melhorias alcançadas pelo país, dada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso; como também do registro de sua declaração que caracteriza de “ilógico” a renda não ter crescido e o consumo sim. Curioso é o emprego da conjunção “mas” no início da frase, que poderia sugerir a introdução de uma avaliação oposta aos aspectos positivos ressaltados na sentença anterior, mas que na verdade introduz uma defesa do próprio presidente.

Observando a primeira página do jornal, ao se realizar um confronto entre o título da matéria sobre a pesquisa do IBGE (**SD4-E1**: Mortalidade infantil no país caiu 38%) e a fotografia que aparece logo abaixo do subtítulo, o leitor pode ter a impressão de que a imagem está associada à chamada sobre o Censo 2000. Entretanto, a fotografia, cuja legenda é: “Pedido de ajuda – Crianças filipinas protestam contra o trabalho infantil: ONU admite falha na proteção

à infância”, também trata da questão da infância, só que, nesse caso, de graves problemas apontados pela ONU, mesma organização da qual as metas para a mortalidade infantil serviram de parâmetro para o IBGE realçar o êxito alcançado pelo país na temática relativa à infância.

Produto: ESTADO - SP - 1 - 09/05/02

Produto: ESTADO - SP - 1 - 09/05/02

A1 - TR. A RED. -

A1 - TR. A RED. -

Composite

Composite

SP, RJ, MG, PR e SC:
R\$ 1,90

Demais Estados: ver
tabela na página A4

O ESTADO DE S. PAULO

Julio Mesquita (1891-1927)

Julio de Mesquita Filho (1927-1969)

ANO 123 QUINTA-FEIRA Nº 39.650 SÃO PAULO, 9 DE MAIO DE 2002

Francisco Mesquita (1927-1969)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)

MORTALIDADE INFANTIL
Taxa de mortes e cada mil nascidos vivos cai
de **48,0** em 1990
para **29,6** em 2000

RELIGIÃO % da população
Diminui o número de fiéis da Igreja Católica
Católicos 73,8
Evangelicos 10,1
Sem religião 16,1

MAIS BENS DURÁVEIS
Entre 1991 e 2000, cresceu o número de coisas com...
Telefone 174,5%
Carros 82,1%
Máquina de lavar roupa 62,3%
Televisão 46,7%
Rádio 38,1%
Geladeira ou freezer 32,1%

ESCOLARIDADE
Frequência escolar sobe em todos os grupos de idade (%)
5 a 6 71,9
7 a 9 78,3
10 a 14 80,2
15 a 17 78,8

Mortalidade infantil no País caiu 38%

Dados do Censo 2000 do IBGE revelam ainda que a escolarização e o consumo cresceram, mas a renda não

Governo teme que a CPMF só volte em 2003
O presidente FHC comanda uma operação para tentar apressar no Senado a votação da prorrogação da CPMF. Como o PFL ameaça retardar as discussões, o governo teme que a cobrança só volte a ser feita em 2003, com prejuízo superior a R\$ 11 bilhões.
O secretário da Receita Federal quer tornar a CPMF permanente. **Pág. A4**

Senado aprova a emenda do capital externo na mídia
O Senado aprovou, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que permite a participação de capital estrangeiro e de pessoas jurídicas em jornais, revistas e emissoras de rádio e TV. Foram 62 votos a favor do texto aprovado na Câmara, com 3 emendas que não alteram seu teor. A votação em segundo turno deve ocorrer dia 22. **Pág. A10**

NOTAS E INFORMAÇÕES
O apelo de Malan aos candidatos à Presidência pela observância da Lei Fiscal não é despropositado. Alguns partidos pregam sua "flexibilização" sob o falso argumento de que é incompatível com a responsabilidade social do Estado. "Pela integridade da lei Fiscal", no **pág. A3**

TEMPO
Caiu gradativamente a nuvem, com períodos de chuva intercalados com sol e vento de SE. No fim de tarde, o sol reapareceu.
Pág. C2

SUAS CONTAS
Custo médio mensal de energia elétrica em São Paulo em maio de 2001
Consumo 2,436 2,438
Tarifa 2,208 2,470
Preço 2,487 2,523
Preço 0,70341

HOJE 108 páginas
(A) Primeira 4
(B) Segunda 16
(C) Terceira 12
(D) Quarta 16
(E) Quinta 8
Classificação: 3.934 avaliações
www.estado.com.br

HOJE, CARTELA E SELOS DA PROMOÇÃO ESTADÃO DA SORTE.
ÚLTIMA SEMANA.



Pedido de ajuda - Crianças filipinas protestam contra o trabalho infantil: ONU admite falha na proteção à infância **Pág. A11**



Antibomba - Robô arrasta e revista palestino que faria ataque suicida contra israelenses; bomba explodiu antes da hora **Pág. A18**



Corinthians sofre com Brásiliense, mas vence: 2 a 1
Com dificuldade, o Corinthians venceu o Brásiliense por 2 a 1, ontem à noite, no Morumbi, na primeira partida da decisão da Copa do Brasil. Os dois times se enfrentam de novo quarta-feira, em Brasília. Um empate leva o Corinthians à Libertadores. Se fizer 1 a 0, o Brásiliense ganha o título. **Pág. A1**

TVs brasileiras vão ter ombudsman
Senado dos EUA aprova lei agrícola
Genoma de bactéria reforçará remédios **Pág. A16**

Salvador - Delvíd, que marcou os 2 gols do Corinthians, domina Aldo do Brásiliense; técnico e jogadores do time do Distrito Federal reclamaram muito do arbitragem **Pág. B4**

Bolsas dos EUA têm melhor dia desde o atentado
A Cisco Systems anunciou ontem um lucro de US\$ 729 milhões em três meses, suas ações subiram 24,4% e os mercados americanos tiveram o melhor dia desde os atentados de 11 de setembro. A Bolsa de Nova York fechou em alta de 3,1% e animou outros pregios, entre os quais o Bovespa, que teve 2,2% de valorização. **Pág. B1**

Produção da indústria fechou queda no trimestre
Estudo do IBGE mostra que a produção industrial do País caiu 0,8% em março ante fevereiro, interrompendo trajetória de 4 meses de recuperação iniciada no fim de 2001. Houve queda também em relação a março do ano passado (-3,8%) e ao acumulado do primeiro trimestre (-2,2%). **Pág. B4**

Em uma aproximação inicial, podemos imaginar que o leitor poderá associar a imagem das crianças acendendo uma vela como um gesto de fé e agradecimento, em função de melhorias alcançadas no quadro da infância no Brasil, conforme aponta o jornal. Um observador também pode, ao ler a legenda, tecer uma comparação imediata entre a situação das crianças nas Filipinas e no Brasil, o que indica se tratar de uma construção discursiva que aproxima o discurso do jornal ao do IBGE e ao do próprio governo.

Na Folha de São Paulo, a sequência SD4-F1 segue a estrutura presente nos outros dois jornais, pois também demarca um contraste, a partir da utilização da conjunção “mas”, entre aspectos que vêm sendo significados como melhorias (indicadores sociais), bem como a questão relativa à renda (maioria que recebe até dois salários mínimos) – que somente foi citada novamente no final do texto da chamada, pois os primeiros parágrafos foram reservados para a apresentação de aspectos demográficos, conforme podemos ver no Anexo III, na pág.202.

A sequência SD4-F2 destaca o presidente da República. Trata-se de uma chamada coordenada à principal que afirma, no fio do discurso, que o presidente utilizou os dados do Censo 2000 para valorizar sua gestão. Tal afirmativa, pode indicar que nesse ponto o sujeito jornalista assume uma posição de afastamento do discurso do governo. Porém, quando observamos que o primeiro parágrafo da chamada foi dedicado a questões demográficas, inclusive o título, e que o problema da renda, citado no título, só é reapresentado quase no final da chamada, vemos que o posicionamento do sujeito é de afastamento em relação aos demais discursos (dos outros dois jornais e do IBGE).

Ainda quanto às abordagens sobre a renda, vamos retomar algumas sequências que ainda não foram consideradas, como a SD4-G3, do jornal O Globo, na qual o substantivo “REAÇÃO”, escrito em caixa alta, mostra no fio do discurso a defesa do presidente da República, quanto a uma possível queda na renda da população. Nesse ponto, o sujeito se aproxima do discurso do governo, pois abre espaço na chamada de primeira página para o próprio presidente cobrar uma resposta do IBGE quanto à possível incoerência entre o aumento do consumo e a baixa renda da população, mas sem conceder esse mesmo espaço para a defesa do instituto – o que vai de encontro ao princípio jornalístico do contraditório (o jornalista deve ouvir todos os envolvidos em uma questão).

É importante ressaltar que a presença do presidente da República nas chamadas desses jornais ocorre em um ano de eleição. Particularmente no O Globo e no Estado de São Paulo, cujas posições-sujeito de aproximação do discurso do governo, nessa divulgação, foram mais marcantes, chama a atenção a presença do substantivo “saúde” nas sequências SD4-G1 (O

Globo) e a SD4-E3 (O Estado de São Paulo), tema diretamente associado à imagem de êxito do governo, em especial do então candidato e ex-ministro da Saúde do governo que se encerra, José Serra.

Pensando a FD, é possível notar, quanto à significação atribuída à notícia sobre a queda da renda¹⁴, um movimento no qual a memória construída com base nos sentidos em circulação, sobre o êxito de um governo, absorve outros sentidos que poderiam provocar uma inflexão nessa memória. É o que se percebe na construção do acontecimento jornalístico quanto à polêmica sobre a possível incoerência entre aumento no consumo e a queda na renda, sinalizada pelo presidente da República. Inclusive, o release só aborda o assunto no final da abertura (SD4-R4), mas tratando da desigualdade e não de uma diminuição do rendimento. Assim, não materializa o questionamento quanto ao fato de se estar configurando um cenário de mudanças - o qual é significado de forma a mostrar a superação de problemas historicamente característicos do quadro social brasileiro.

4.1.3. Divulgação da PNAD 2002 (10/10/2003)

Agora será tratada a divulgação realizada em 2003, no primeiro ano de gestão do presidente Lula e sob o comando do novo presidente do IBGE (o funcionário da instituição, Eduardo Pereira Nunes), relativa aos dados da PNAD sobre último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso. Não se trata mais de uma pesquisa que se refere a um período de dez anos (Censo 2000), mas sim ao ano anterior (PNAD), o que não inviabiliza que sejam feitas comparações utilizando períodos maiores de tempo. O quadro de referência para essa seção está no Anexo IV, na página 203.

SD8-R1: Brasil tem **mais** domicílios ligados à internet, **mais** crianças na escola e **mais** mulheres no mercado de trabalho. (Release IBGE, 10/10/2003)

SD8-R2: Em 2000, rendimento das mulheres **ainda era** inferior ao dos homens (...). (Release IBGE, 10/10/2003)

SD8- R3: No mesmo período, a população ocupada cresceu 3,6%, **a maior taxa anual desde 1992**. (Release IBGE, 10/10/2003)

SD8-G1: Renda do brasileiro **cai pelo sexto ano seguido** (O Globo, 11/10/2003, primeira página)

SD8-G2: (...) **o último ano do governo Fernando Henrique** foi o sexto com queda do rendimento: a renda média caiu 2,5% em relação a 2001. **Entre 1996 e 2002**, a queda acumulada é de 12,6%. (O Globo, 11/10/2003, primeira página)

SD8-G3: **Apesar da turbulência econômica**, o número de pessoas ocupadas subiu 3,6%, **a maior alta desde 1992**. (O Globo, 11/10/2003, primeira página)

¹⁴ Como se viu ao longo da análise dessa divulgação, os jornais continuaram a falar em queda da renda, apesar de o IBGE adotar o conceito rendimento.

SD8-E1: Mais bens; menos renda (O Estado de São Paulo, 11/10/2003, primeira página)

SD8-E2: Alessandra Santos de Mello, de 27 anos, é símbolo da mudança. Há anos sonhava em morar numa rua com asfalto e esgoto e ter um telefone. **Vítima da lentidão do poder público**, só conseguiu o telefone.

SD8-F1: O Brasil que **FHC** deixou para **Lula**. (Folha de São Paulo, 11/10/2003, primeira página)

SD8-F2: País tem 7,9 milhões sem emprego. (Folha de São Paulo, 11/10/2003, primeira página)

SD8-F3: O salário médio foi de R\$ 547 em 1999 para R\$ 725 em 1996. Depois, caiu até R\$ 636 em 2002. (Folha de São Paulo, 11/10/2003, primeira página)

Na divulgação anterior, a questão relativa à queda da renda já havia aparecido nas chamadas dos jornais, mas, como vimos, não chegou a provocar uma mudança no fluxo dos sentidos. Entretanto, na presente divulgação o assunto virou o ponto principal dos títulos das chamadas dos jornais O Globo e O Estado de São Paulo, como se vê nas sequências SD8-G1 e SD8-E1, e nas SD8-G2 e SD8-E2, respectivamente extraídas dos dois jornais.

Na sequência SD8-R2, o release somente aborda a questão sobre a diferença entre os rendimentos entre homens e mulheres, assunto que não é considerado pelos jornais. A estratégia pode ser interpretada como uma forma de se mostrar um problema para contrabalançar os aspectos positivos realçados no título do release (SD8-R1) - mais domicílios ligados à internet, mais crianças na escola e mais mulheres no mercado de trabalho -, e, assim, manter uma imagem de isenção. Na sequência SD8-R3, o sujeito também enfatiza o crescimento da população ocupada, realçando que se trata da “maior taxa anual desde 1992”, recuo no tempo para mostrar um aspecto de um passado melhor que se materializa no presente. Agindo dessa forma, o sujeito no papel de assessor de imprensa se aproxima do discurso do governo sobre as melhorias sociais que vêm ocorrendo no país.

Na sequência SD8-G2, do jornal O Globo, o afastamento do discurso do release é marcado de duas maneiras: através da especificação no fio do discurso do nome do governante (“o último ano do governo Fernando Henrique”) e de parte do período em que esteve à frente do governo do país (“Entre 1996 e 2002”), o que representa duas formas de nomear o responsável pelo problema. No entanto, o sujeito do discurso do O Globo vai se aproximar do discurso do IBGE na SD8-G3, que é quase idêntica à SD8-R3, sobre a alta do número de pessoas ocupadas.

No Estado de São Paulo, há uma retomada do contraste entre o aumento do consumo de bens e a diminuição da renda, identificado na divulgação anterior. Na sequência SD08-E1, que é o título da chamada, os dois assuntos são significados como se fossem coisas incompatíveis, como fez o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na divulgação

analisada anteriormente. Porém, ao se observar a sequência SD08-E2 é possível perceber a direção dos sentidos: para ser ter “mais” não se deve depender do poder público, mas quando se depende, se tem menos”. Marca-se, assim, a posição-sujeito de afastamento do discurso do release.

São justamente os sentidos para a questão referente à ocupação que vão demarcar o afastamento do discurso da Folha de São Paulo em relação ao do release. A SD8-F1 é o chapéu¹⁵ da chamada que anuncia a herança de um governo deixada para outro, que é mostrada na SD8-F2: “7,9 milhões sem emprego”. A posição-sujeito é de afastamento do discurso do IBGE, pois enquanto o release realça o aumento no número de pessoas ocupadas, qualificando-a como “a maior taxa anual desde 1992”, o sujeito do discurso da Folha opta por mostrar lado vazio do copo d’água: os “7,9 milhões sem emprego”.

Já na sequência SD8-F3, o sujeito marca um afastamento dos discursos dos jornais O Globo e O Estado de São Paulo ao dar pouco destaque à questão sobre a diminuição da renda, o que faz somente no terceiro parágrafo da chamada, realizando apenas uma descrição sobre a oscilação negativa dos valores do salário médio da população.

A partir de uma interpretação dos dados da PNAD, os jornais O Globo e O Estado de São Paulo introduziram em suas chamadas de primeira página a discussão sobre a queda no rendimento dos brasileiros. Na FD, pensando os sentidos acionados a partir do destaque conferido ao assunto, é possível pensar sobre a inscrição de um contraponto aos avanços apontados na área de educação nas duas divulgações anteriores, o que resulta na demarcação de uma tensão nas discussões sobre as melhorias sociais alcançados pelo país na década compreendida entre os anos 1991 e 2000. Essa tensão é marcada pelo distanciamento entre os discursos dos dois jornais e o do release do IBGE. Na mesma FD, a Folha de São Paulo também se afasta do discurso do IBGE, mas em função de anunciar a queda na ocupação, que denomina de “sem emprego”, enquanto o release destaca o aumento da população ocupada.

4.1.4. Divulgação da PNAD 2003 (29/09/2004)

A divulgação compreendida nessa seção se refere à PNAD 2002, cuja coleta de dados foi feita no segundo semestre do primeiro ano da gestão de Lula na presidência da República. Dentre as divulgações selecionadas para o estudo, é a segunda realizada sob o comando dos

¹⁵ Antetítulo curto, sustentado por um fio (BARBOSA; RABAÇA, 2002). No caso dessa chamada, está localizado acima do subtítulo e do título, que aqui aparecem nessa ordem (invertidos).

gestores do IBGE escolhidos pelo novo governo, mas a primeira que trata de informações que são diretamente relacionadas a esse mesmo governo. O quadro de referência para a escolha das SDs, relacionadas a seguir, está no Anexo V, na página 204.

SD10-R1: PNAD 2003 aponta **redução** de desigualdades, **queda** no rendimento, **aumento** na desocupação e **mais** empregados com carteira assinada. (Release IBGE, 29/09/2004)

SD10-R2: **Nordeste** foi a região que apresentou os maiores avanços em dez anos, com a taxa de escolarização das crianças de 7 a 14 anos de idade, chegando a 96,0% e quase igualando-se à do total do País, que era de 97,2% em 2003. (Release IBGE, 29/09/2004)

SD10-R3: Os dados da PNAD mostram ainda que o rendimento médio real dos trabalhadores caiu 7,4% de 2002 para 2003, **no entanto**, a perda real para a metade da população com as menores remunerações de trabalho foi de 4,2%, enquanto que para a outra metade da população, com os maiores rendimentos, a perda real foi de 8,1%, o dobro. (Release IBGE, 29/09/2004)

SD10-G1: IBGE: **Era Lula** começa com queda de renda e emprego. (O Globo, 30/09/2004, primeira página)

SD10-G2: (...) **apesar da** continuidade da melhora de dados importantes da gestão de Fernando Henrique, como educação e concentração de riqueza, a renda do brasileiro teve uma queda de 7,4%, pelo sétimo ano consecutivo, na maior redução desde 1997. (O Globo, 30/09/2004, primeira página)

SD10-E1: A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2003 (...) captou em cheio os **efeitos da dura política econômica do primeiro ano do governo Lula**, especialmente os juros muito altos para conter a inflação. (O Estado de São Paulo, 30/09/2004, primeira página)

SD10-E2: O **choque negativo** nos dados de conjuntura, como emprego e renda, e a **continuidade dos avanços** nos indicadores estruturais, como educação, trabalho infantil e saneamento, eram, em síntese, o quadro social brasileiro em setembro de 2003. (O Estado de São Paulo, 30/09/2004, primeira página)

SD10- F1: Renda do trabalho caiu em 2003 e **foi a pior em dez anos**. (Folha de São Paulo, 30/09/2004, primeira página)

SD10- F2: Quem **mais perdeu** foram os que ganhavam mais. (Folha de São Paulo, 30/09/2004, primeira página)

Na sequência SD10-R1, que é o título, são ressaltadas duas melhorias e dois problemas. Assim, pela primeira vez o release ressaltou a queda no rendimento e o aumento na desocupação entre seus destaques, apesar de ambos os temas já terem sido abordados pelos jornais nas duas últimas divulgações. Na SD10-R2, que é parte do primeiro parágrafo do release, o enfoque dado aos avanços na região Nordeste indica um posicionamento do sujeito no sentido de demarcar um aspecto valorizado pelo governo Lula, cujo foco no desenvolvimento dessa região é um ponto forte na construção da imagem de seu projeto de governo.

A queda no rendimento e o aumento na desocupação não são novidades para a imprensa, mas nessa divulgação são pontos merecedores de destaque por parte do IBGE. Entretanto, na SD10-R3 a forma de significar o primeiro desses problemas é distinta da adotada pelos jornais, como indica a sentença que é introduzida pela conjunção adversativa “no entanto”, que é sucedida por um elemento contemporizador para o problema da queda da renda: “a perda real

para a metade da população com as menores remunerações de trabalho foi de 4,2%, enquanto que para a outra metade da população, com os maiores rendimentos, a perda real foi de 8,1%, o dobro”. Novamente, trata-se de um aspecto importante do imaginário sobre o projeto social e econômico do governo: a diminuição da desigualdade no Brasil. A partir desses posicionamentos no discurso, o sujeito assessor de imprensa se aproxima do discurso do governo.

A sequência SD10-G1 (título da chamada do jornal O Globo) enfatiza a queda na renda e no emprego e nomeia, no fio do discurso, o presidente Lula como o sujeito à frente de uma nova “Era” que se inicia marcada por um problema, o qual não é registrado como parte de um passado que ainda sobrevive no presente, mas como se fosse uma nova marca originada nesse mesmo presente.

Na sequência SD10-G2 (“apesar da continuidade da melhora de dados importantes da gestão de Fernando Henrique”), pode-se dizer que ao passado é reservada a imagem de um bom tempo que se estende e contrasta com o presente. Esse passado tem um sujeito à sua frente, cujo nome também é registrado no fio do discurso: o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Na mesma SD, o contraste entre esse passado e a nova “Era” é realçado pela citação de mais um aspecto negativo identificado nos dados da PNAD: a maior queda na renda desde 1997, ano em que Fernando Henrique era presidente do Brasil.

As três sequências do jornal O Estado de São Paulo não configuram um retrato diferente do desenhado pelo O Globo, como se vê a partir das materialidades “efeitos da dura política econômica do primeiro ano do governo Lula” (SD10-E1) e “choque negativo nos dados de conjuntura, como emprego e renda” (SD10-E2). Os dados do IBGE são significados de forma a possibilitar a realização de uma crítica à política econômica do governo, questão que no momento estava na agenda de notícias da própria imprensa, e a silenciar que os problemas sobre renda e emprego já integravam essa mesma agenda há algum tempo.

Na mesma SD10-E2, a herança do passado aparece como o único aspecto que ganha um realce positivo (“continuidade dos avanços nos indicadores estruturais”), cujo sujeito da ação é, como no O Globo, o presidente Fernando Henrique, só que dessa vez inscrito no discurso por meio das marcas positivas atribuídas à sua gestão pela imprensa e pelo próprio IBGE (“educação, trabalho infantil e saneamento”).

A SD10-F1, coletada na Folha de São Paulo, também não produz um desvio na ordem do discurso que se estabelece até aqui, pois realça a queda na renda do trabalho e a mostra como a pior da década, o que mais uma vez tem como efeito a inscrição do problema como uma marca

do presente. Entretanto, o mesmo jornal se distancia dos outros dois e se aproxima do governo Lula ao destacar que a maior perda foi sofrida pela parcela mais rica da população.

Nessa divulgação, ao se aproximar do discurso do governo, o sujeito no papel de assessor de imprensa realça novos sentidos que buscam se integrar à memória, a partir de novos discursos que estão sendo postos em circulação. Agindo assim, esse sujeito demarca que tais sentidos configuram um novo tempo. Por outro lado, o sujeito no papel de jornalista impõe uma resistência à inscrição desses novos sentidos vislumbrados pelo release, não os reconhecendo como acontecimentos que se configuram no presente.

Na FD de divulgação das estatísticas oficiais do Brasil estabelece-se, assim, uma tensão no discurso, através da qual se visualiza um esforço da memória em absorver um acontecimento para manter os sentidos já estabelecidos. É assim que um determinado passado (do qual trata as duas primeiras análises) passa a ser mostrado como ainda melhor que um possível futuro que se avista a partir de certos contornos negativos referidos ao presente, por meio de uma interpretação das estatísticas.

Considerando-se que nesta FD estão em circulação sentidos sobre um país que alcança melhorias sociais e econômicas e, ao mesmo tempo, sentidos sobre um país que apresenta graves problemas, esta divulgação revela uma maior tensão na imagem de uma “país que melhora”.

4.1.5. Divulgação da PNAD 2004 (25/11/2005)

Trata-se agora das sequências discursivas coletadas nos materiais referentes à PNAD 2004, que foi divulgada em 2005. O quadro de referência para a escolha das SDs está no Anexo VI, na página 206. É importante ressaltar que nas SDs a seguir as discussões sobre o rendimento/renda continuam a ser um dos destaques principais do release e das chamadas dos jornais.

SD13-R1: Depois de cair desde 1997, o rendimento médio real da população ocupada **estabilizou-se** em R\$ 733 (...). (Release IBGE, 25/11/2005)

SD13-R2: (...) a concentração das remunerações **continuou em declínio**: enquanto a metade com os menores rendimentos da população ocupada teve ganho real de 3,2%, a outra metade teve perda de 0,6%. (Release IBGE, 25/11/2005)

SD13-G1: Governo Lula reduz mais a desigualdade, mostra IBGE (O Globo, 26/11/2005, primeira página)

SD13-G2: A mais completa pesquisa anual sobre as condições de vida dos brasileiros mostrou que no segundo ano do governo Lula o país ficou **menos** desigual, com **mais** postos de trabalho, **maior** número

de emprego formal e, **pela primeira vez** desde 1997, a renda do trabalhador parou de cair, **embora** tenha ficado **estagnada** em relação a 2003. (O Globo, 26/11/2005, primeira página)

SD13-E1: Renda do trabalhador parou de cair em 2004, **mas permaneceu estagnada**. (O Estado de São Paulo, 26/11/2005, primeira página)

SD13-E2: Pesquisa mostra que **melhorou um pouco** a distribuição de renda, ainda baixa, assim como cresceu o número de domicílios atendidos por água e esgoto, **também baixo**. (O Estado de São Paulo, 26/11/2005, primeira página)

SD13-E3: O retrato do Brasil revelado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada ontem pelo IBGE, mostra que o Brasil **melhorou** em 2004 em **quase** todos os itens analisados. (O Estado de São Paulo, 26/11/2005, primeira página)

SD13-F1: Ricos ficam mais pobres e concentração de renda cai. (Folha de São Paulo, 26/11/2005, primeira página)

SD13-F2: A concentração de renda no país caiu em 2004, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, e **atingiu o melhor resultado desde 1981**. (Folha de São Paulo, 26/11/2005, primeira página)

Depois de, na divulgação anterior, pela primeira vez o release do IBGE anunciar a queda do rendimento, agora nele foi destacado no título e no primeiro parágrafo (SD13-R1) a sua estabilização. Ao contextualizar a novidade, abrindo a sentença com a informação “Depois de cair desde 1997”, o anúncio da estabilização é demarcado como uma inflexão no desenrolar de um passado que se sobrepunha, em fluxo contínuo, ao presente, sobredeterminando-o. Já a SD13-R2 mostra novamente a inscrição de um aspecto ressaltado pelo release na divulgação anterior: a diferença entre as remunerações dos mais ricos e dos mais pobres, com vantagem para os últimos, questão que faz parte do imaginário construído sobre o governo Lula.

No jornal O Globo, na sequência SD13-G1 o sujeito assume uma posição de aproximação do discurso do IBGE, ao atribuir novos sentidos ao governo. Até então os jornais não haviam ressaltado dessa forma os avanços de um governo nos títulos de suas chamadas. Porém, na SD13-G2 a estabilização da renda mencionada no release é vista como estagnada. É possível que o uso do termo seja decorrente da formação imaginária do jornalista de não se aproximar do discurso do governo, por se atribuir o papel de fiscal do poder público. Entretanto, a mesma sequência marca no fio do discurso aspectos que qualificam como melhorias (menos desigual, com mais postos de trabalho, maior número de emprego formal), mas que ainda trazem as marcas de um passado no qual os mesmos aspectos eram unicamente vistos como negativos, pois se o país, por exemplo, é “menos” desigual, é por que foi desigual e ainda o é.

Nas SD13-E1 e SD13-E2, o jornal O Estado de São Paulo também destacou as informações estatísticas que classificou como indicativo de melhorias para o país, porém os sentidos mostram um posicionamento do sujeito que realça a limitação nesses avanços (“mas permaneceu estagnada”, “melhorou um pouco”, “também baixo”). Dessa forma, os problemas

identificados no passado continuam sobredefinindo os avanços sociais e econômicos do país indicados no release. No entanto, a SD13-E3(lead) mostra que, apesar de todas as ponderações acima, que buscam mostrar os limites dos avanços sociais e econômicos alcançados, o sujeito faz um movimento de aproximação do discurso do IBGE e do governo, ao dizer que o país “melhorou em 2004 em quase todos os itens analisados”.

Já a Folha de São Paulo, como na divulgação anterior, destacou no título (SD13-F1) a queda dos rendimentos dos mais ricos (“Ricos ficam mais pobres”), construção que não é adotada pelos outros dois jornais. Na SD13-F2, a queda na concentração de renda é realçada com a informação de que “atingiu o melhor resultado desde 1981”. As duas SDs mostram que mais uma vez o sujeito na Folha de São Paulo parece se posicionar de forma distinta dos outros dois jornais. Aqui há uma aproximação do discurso do IBGE e do governo.

No release, o anúncio da estabilização do rendimento é significado como um acontecimento que interrompe uma série de resultados negativos relativos ao tema. A divulgação também foi o momento no qual novos sentidos continuaram a ser inscritos quanto aos ganhos para os que têm menor rendimento. O sujeito no papel de assessor de imprensa, mais uma vez, marca sua aproximação ao discurso do governo, realçando as marcas que configuram um novo tempo.

A novidade provoca um abalo no processo de construção de sentidos por parte do jornal O Globo quanto ao desempenho do governo, que agora foi significado como aquele que mais reduz a desigualdade. Porém, essa aproximação não confirma uma mudança de sentido, como demonstra a substituição da palavra “estabilização” por “estagnação” da renda. No jornal O Estado de São Paulo, a movimentação do sujeito é similar, com ênfase para a demonstração das limitações, como indicam as expressões “permaneceu estagnada” e “melhorou um pouco”.

Configura-se, assim, uma situação na qual os discursos dos dois jornais e do release estabelecem uma situação de desentendimento, na acepção de Rancière (1996). Estabilizar ou estagnar? Ambas são as palavras que materializam a disputa de sentidos: a notícia sobre a estabilização dos rendimentos que abre novos sentidos que podem provocar uma inflexão em uma memória negativa sobre os avanços sociais e econômicos do país; e uma notícia sobre a estagnação dos rendimentos que tem como efeito o não reconhecimento da abertura desses novos sentidos. Mais uma vez, configura-se um aumento da tensão na FD: o país avança ou não avança?

4.1.6. Divulgação da PNAD 2005 (15/09/2006)

A divulgação a seguir foi realizada no último ano de gestão do governo Lula, quando ele concorria a um segundo mandato, em uma eleição que ocorreria no mês seguinte ao lançamento da PNAD, cujos dados haviam sido coletados em seu penúltimo ano no comando do país. O interessante é observar como o IBGE e a imprensa significaram um resultado que era muito esperado e cobrado a cada ano: o aumento da renda. O quadro de referência para a escolha das SDs, relacionadas abaixo, está no Anexo VII, na página 207.

SD17-R1: PNAD 2005: Rendimento tem **primeira alta em dez anos** (Release IBGE, 15/09/2006)

SD17-R2: (P2) O analfabetismo vem diminuindo, mas ainda atingia 10,2% das pessoas de 10 anos ou mais de idade e 11,1% das de 15 ou mais. Já o número de crianças de 5 a 14 anos de idade que trabalhavam cresceu 10,3 % em relação a 2004. (Release IBGE, 15/09/2006)

SD17-R3: O rendimento médio real de trabalho cresceu 4,6% em relação a 2004. (...) trata-se da primeira alta no rendimento desde 1996. **Mas** na mesma série harmonizada, o rendimento médio real de trabalho está 15,1% abaixo de 1996. (Release IBGE, 15/09/2006)

SD17-G1: Renda melhora, **mas** educação não (O Globo, 15/09/2006, primeira página)

SD17-G2: (...) **apesar da alta** de 4,6% nos rendimentos, os ganhos médios do trabalho ainda estão 15,1% menores do que em 1996. (O Globo, 15/09/2006, primeira página)

SD17-E1: Educação melhora, **mas** crianças trabalham (O Estado de São Paulo, 15/09/2006, primeira página)

SD17-E2: Rendimento real do trabalho é 15,1% **menor que em 1996** (O Estado de São Paulo, 15/09/2006, primeira página)

SD17-F1: Renda cresce **pela 1ª vez** em dez anos, **mas** não compensa perda (Folha de São Paulo, 15/09/2006, primeira página)

SD17-F2: **Apesar do bom resultado**, o rendimento tem caído a um ritmo anual de 1,2% no governo Lula. (Folha de São Paulo, 15/09/2006, primeira página)

Após divulgar a queda no rendimento e sua estabilização, agora o release anuncia sua elevação, o que faz no título (SD17-R1), onde também demarca que se trata de um índice que não era atingido há dez anos - um recuo no tempo que amplia o impacto positivo da informação. O título funciona como uma espécie de resposta a um problema constantemente apontado pela imprensa e que servia de contraponto aos avanços ressaltados nos releases anteriores.

Curiosamente, o assunto só é retomado no terceiro parágrafo do release (SD17-R3), e mesmo assim com uma inflexão na construção dos sentidos, materializado na conjunção “mas”, que abre a frase com informações que reduzem a dimensão da notícia sugerida no título: trata-se do primeiro aumento do rendimento em dez anos, mas não o suficiente para superar o índice alcançado nesse mesmo período.

Essa estratégia de construção do texto faz com que a novidade anunciada no título tenha sua força diminuída, especialmente quando se verifica que, no segundo parágrafo (SD17-R2), são destacados os problemas no retrato do país identificados a partir dos dados estatísticos. Trata-se de um posicionamento do sujeito de dissimular a apresentação sobre a melhora apresentada por um dado estatístico, especialmente quando diz respeito a um assunto de interesse da imprensa, como mostrou ser a queda/aumento da renda.

Como no release, as construções discursivas empregadas pelos três jornais em seus respectivos títulos das chamadas de primeira página tiveram como efeito a diminuição do impacto da notícia sobre o aumento da renda. Tanto na SD17-G1 como na SD17-F1 a conjunção “mas” funcionou para contrapor a melhora da renda por meio de um contraste com a educação, agora significada como uma área problemática, e com a própria renda, cujo percentual de aumento é mostrado como insuficiente.

Também nas chamadas dos jornais O Globo e Folha de São Paulo, as sequências SD17-G2 e SD17-F2, respectivamente, reforçam a interpretação sobre a não suficiência do aumento da renda, o que se pode notar através do emprego das estruturas “apesar da alta” e “apesar do bom resultado” seguidas da indicação de aspectos que mostram os limites desse aumento.

No jornal O Estado de São Paulo, a sequência SD17-E1 (o título) não aborda a questão da renda, mas, como nos outros dois jornais, apresenta um contraste entre temas, um sobre o qual a interpretação sobre os dados aponta melhorias (educação) e outro para o qual a avaliação é negativa (trabalho infantil). É curioso notar que a interpretação para a situação da educação nessa SD é oposta à apresentada pelo jornal O Globo, na SD17-G, que, ao contrário, apontam uma piora. Já a SD17-E2 diminui a relevância do aumento da renda, por meio de um recuo no tempo, para mostrar que no passado esse aumento já foi maior.

Os discursos dos três jornais sobre os dados estatísticos da PNAD 2006 buscam controlar os sentidos que podem ser abertos, a partir de um acontecimento que eles próprios apontavam em suas chamadas de primeira página como algo esperado: o aumento dos rendimentos. A não ocorrência dessa melhoria era significada como sinal de que, no tempo presente, ainda não havia sinais capazes de garantir a construção de novos sentidos para o futuro. Pois, quanto a esse futuro, apenas os sentidos sobre um passado que parecia melhor ainda prevalecem, especialmente porque as marcas negativas também oriundas desse passado passaram a ser significadas como traços do presente.

Na FD, marca-se, assim, uma posição-sujeito de afastamento do discurso do release, assumida pelo sujeito jornalista nos três jornais, movimento orientado por uma ideologia que

recusa a absorção dos sentidos que podem ser incorporados à memória e mostrar que há mudanças em curso quanto à condição social e econômica do brasileiro. Na mesma FD, ao dissimular sua aderência ao discurso do governo, pode-se indagar até que ponto o sujeito assessor de imprensa contribui para essa contenção dos novos sentidos, ainda mais quando se trata de um ano de eleições presidenciais.

Na divulgação, é possível perceber um esforço ainda maior no sentido de se conter a atualidade do acontecimento em detrimento da manutenção de uma ordem que configura a permanência de aspectos negativos do passado que são significados como preponderantes.

4.1.7. Divulgação da PNAD 2006 (14/09/2007)

A PNAD 2006 teve sua coleta de dados realizada em 2006, ano de eleição para presidência da República, e foi divulgada em 2007, primeiro ano do segundo mandato de Lula como presidente do Brasil, que manteve o mesmo presidente do IBGE da gestão anterior (Eduardo Pereira Nunes). A seguir, as sequências discursivas selecionadas com base no quadro disposto no Anexo VIII, na página 208.

SD21-R1: Pnad 2006: **trabalhadores** que ganham menos **recuperam o rendimento que tinham há dez anos** (Release IBGE, 14/09/2007)

SD21-R2: De 2005 para 2006, os **trabalhadores do Brasil** tiveram um aumento de 7,2% em seus rendimentos, passando a ganhar, em média, R\$ 883 por mês. **Apesar de** o crescimento não ter sido suficiente para atingir o maior valor de rendimento da série (R\$ 975, em 1996), esse patamar mais alto foi alcançado e superado **entre os 50% de pessoas ocupadas que ganhavam menos**. (Release IBGE, 14/09/2007)

SD21-G1: Renda sobe, **mas Nordeste** vê desigualdade crescer (O Globo, 15/09/2007, primeira página)

SD21-G2: **Mesmo com Bolsa Família**, concentração subiu na região (O Globo, 15/09/2007, primeira página)

SD21-E1: Renda do trabalhador cresce 7,2% (O Estado de São Paulo, 15/09/2007, primeira página)

SD21-E2: Pnad 2006 mostra **melhor resultado em 11 anos** (...). (O Estado de São Paulo, 15/09/2007, primeira página)

SD21-E3: Com a **retomada da economia e a inflação sob controle**, o rendimento do trabalho deu um salto de 7,2% de 2005 para 2006, passando de R\$ 824 para R\$ 883. (O Estado de São Paulo, 15/09/2007, primeira página)

SD21-E4: As melhoras foram registradas principalmente nas **regiões Norte e Nordeste** e na **metade mais pobre dos trabalhadores**. (O Estado de São Paulo, 15/09/2007, primeira página)

SD21-F1: Renda média sobe, **mas** ainda é inferior a de 96 (Folha de São Paulo, 15/09/2007, primeira página)

SD21-F2: **Parcela mais pobre** teve alta maior nos rendimentos em 2006, diz IBGE (Folha de São Paulo, 15/09/2007, primeira página)

SD21-F3: No ano passado, a renda do trabalho subiu 7,2 %, maior alta desde 95, **época do boom do Real**. Foi o segundo ano consecutivo de crescimento após sete anos de estagnação ou queda. (Folha de São Paulo, 15/09/2007, primeira página)

Nesta divulgação, o aumento do rendimento ainda foi o principal assunto significado no release e nos três jornais. Começando pelo discurso do IBGE, as sequências SD21-R1 (título) e SD21-R2 (subtítulo) realçam a recuperação dos rendimentos dos trabalhadores, em especial da parcela que ganha menos. Pensando na construção de sentidos, os sujeitos empíricos das SDs são os “trabalhadores”, mais especificamente os “trabalhadores do Brasil”, os quais são elemento-chave na imagem do partido que está no comando do país (o Partido dos Trabalhadores).

Ainda no release, a estrutura concessiva “apesar de” mostra uma ressalva: que a melhoria nos rendimentos não foi para todos, mas se concretizou para “os 50% (...) que ganhavam menos”. Com isso, mais uma vez o sujeito se filia aos sentidos em circulação que compõem o imaginário sobre o governo relativo à atenção aos segmentos mais desfavorecidos da população e aos trabalhadores.

Em termos discursivos, a diferença entre essa divulgação e a anterior está na materialização do acontecimento: tanto o título como o primeiro parágrafo (lead) tratam do mesmo assunto: a recuperação dos rendimentos recebidos há dez anos pelos trabalhadores do Brasil, especialmente para aqueles que ganham menos. Outro fator é o funcionamento da estrutura “apesar de”, que, ao introduzir uma informação que poderia diminuir o impacto da novidade (“o crescimento não ter sido suficiente para atingir o maior valor de rendimento da série”), ao contrário, funciona como elemento que contribui para sua contemporização - que é feita por meio da informação adicional “foi alcançado e superado entre os 50% de pessoas ocupadas que ganhavam menos”.

Na divulgação anterior, as informações sobre o primeiro aumento nos rendimentos, apesar de ter sido anunciada no título do release, só foi novamente citada no terceiro parágrafo do texto, após a apresentação de aspectos negativos identificados nos dados estatísticos. Além disso, na contextualização da informação foi explicado que, mesmo em se tratando do primeiro aumento do rendimento em dez anos, não havia sido suficiente para superar o índice máximo alcançado pelos rendimentos nesse mesmo período. Não se tratou, portanto, do emprego de uma estrutura contemporizadora, como a utilizada na presente divulgação.

Passando para as SDs do jornal O Globo, verifica-se que o veículo diz que a renda subiu, mas não reconhece as melhorias alcançadas pelos segmentos mais pobres da população e pelos

trabalhadores. Ao contrário, o título (SD21-G1) ressalta que no “Nordeste” a desigualdade cresceu, informação que é utilizada para funcionar como um contraponto negativo à informação positiva sobre o aumento da renda.

Significar a região dessa forma é acionar uma memória cujos sentidos predominantes a mostram como a parte mais pobre do país, estigmatizada como a que concentra nossas principais mazelas, sobre a qual poucas vezes se conseguem mostrar aspectos socialmente vistos como positivos. Também tem como efeito o abalo de novos sentidos que vão se inscrevendo nessa memória - em função de a região Nordeste ter sido escolhida como o principal foco das políticas públicas do governo -, os quais podem provocar alterações na imagem socialmente estabelecida.

A SD21-G2 reforça a perspectiva demarcada na SD21-G1, ao marcar no fio do discurso a ressalva de que, apesar do investimento governamental, “mesmo com o Bolsa Família”, o Nordeste tem um de seus problemas clássicos ampliado: a desigualdade. Assim, o sujeito assume a posição de afastamento do discurso do IBGE e do governo.

Já no jornal O Estado de São Paulo, o único destaque do título é o aumento da renda do trabalhador (SD21-E1). Na (SD21-E2), o recuo no tempo (de onze anos) ajuda a valorizar a informação anunciado no título, como também contribui para realçar de forma positiva o desempenho do governo. A mesma significação pode ser conferida à SD21-E4 por ressaltar as melhorias alcançadas para as regiões Norte e Nordeste e na metade mais pobre dos trabalhadores, de acordo com uma interpretação dos dados do IBGE.

Agindo dessa forma, o sujeito parece se aproximar do discurso do IBGE e do governo. Entretanto, na SD21-E3 é possível verificar uma diferença na direção dos sentidos, pois nela estão materializadas as questões valorizadas pelo sujeito jornalista: a “retomada da economia” e a “inflação sob controle”, e não as melhorias sociais apontadas no release para os trabalhadores que ganham menos, nem mesmo os avanços sugeridos para a região Nordeste, cujos avanços são significados como efeito da mudança que realmente importa: o ajuste da economia. Não que esse aspecto seja menos significativo, mas para o sujeito interessa a retomada da economia.

Na Folha de São Paulo, há um movimento de aproximação do discurso do release. As sequências SD21-F1 e SD21-F2 mantêm as mesmas informações por ele destacadas, realçando que houve aumento da renda, apesar de inferior ao ocorrido em 1996, e que ele foi maior para os mais pobres. Na sequência SD21-F3, é possível confirmar a aproximação dos discursos (da Folha e do IBGE) e que a construção de sentidos se difere das estabelecida pelos outros jornais.

Isso, porque são utilizados dois argumentos para valorizar o aumento da renda: um deles é a retomada de um passado, cuja memória é de uma fase marcada pelo controle da inflação e pela estabilização da economia (“maior alta desde 95, época do boom do Real”), e da afirmação que se trata do segundo ano com aumento consecutivo da renda.

Nessa divulgação, no release, o sujeito se aproxima do discurso do governo, sem fazer uso de nenhum recurso que possa dissimular seu posicionamento. Na Folha de São Paulo, a posição-sujeito é de aproximação do discurso do release e de afastamento dos estabelecidos pelos outros dois jornais. No jornal O Globo, o afastamento do sujeito em relação ao discurso do release é total, inclusive com a demarcação de sentidos que se relacionam a uma outra memória, quanto às melhorias sociais alcançadas pelo país. Já no Estado de São Paulo, o sujeito simula se aproximar do discurso do release, mas na verdade dele se distancia, pois o que reconhece no fio do discurso é a “retomada da economia” e a “inflação sob controle”, e não as melhorias para os segmentos mais pobres da população. Pensando as tensões que se estabelecem na FD, a partir da movimentação dos sujeitos assessor de imprensa e jornalista, percebe-se a demarcação de inflexão no discurso sobre o país que alcança melhorias sociais e econômicas.

4.1.8. Divulgação da PNAD 2007 (18/09/2008)

Agora a análise vai considerar as informações divulgadas pela PNAD 2007, que são relativas à coleta de dados realizada em 2007. As sequências discursivas foram coletadas no quadro que se encontra no Anexo IX, na página 209.

SD24-R1: Mais de 50% dos trabalhadores contribuem para a previdência (Release IBGE, 18/09/2008)

SD24-R2: Percentual (50,7%) foi atingido **pela primeira vez, desde os anos 90**, devido ao aumento do número de trabalhadores com carteira assinada (...). (Release IBGE, 18/09/2008)

SD24-R3: De 2006 para 2007, a taxa de analfabetismo passou de 10,4% para 10,0% da população com 15 anos ou mais de idade, **o que representava cerca de 14,1 milhões de analfabetos**. Em 2007, por outro lado, 70,1% das crianças de 4 a 5 anos frequentavam creche ou escola, um aumento de 2,5 pontos percentuais em relação a 2006. No mesmo período, o número de estudantes de nível superior aumentou em 251 mil.

SD24-G1: Após 6 anos, educação **ainda desafia** Era Lula (O Globo, 19/09/2008, primeira página)

SD24-G2: O Brasil tem **mais analfabetos que países como Bolívia e Suriname**. (O Globo, 19/09/2008, primeira página)

SD24-E1: Desigualdade cai, **mas** índices sociais avançam devagar (O Estado de São Paulo, 19/09/2008, primeira página)

SD24-E2: O Índice de Gini, (...) caiu de 0,541 para 0,528 – menor nível desde 1981, quando foi calculado pela primeira vez. **O índice é pior que o Zimbábue** (0,501). (O Estado de São Paulo, 19/09/2008, primeira página)

SD24-E3: O Brasil **ainda tem** 14,1 milhões de analfabetos, 10% da população acima de 15 anos. O País **fica em 15º lugar no ranking de alfabetização na América Latina e Caribe**. (O Estado de São Paulo, 19/09/2008, primeira página)

SD24-F1: A renda média do trabalho subiu em 2007 pelo terceiro ano seguido, **mas** menos que nos dois anos anteriores, segundo a Pnad (...). (Folha de São Paulo, 19/09/2008, primeira página)

No release dessa divulgação foram destacados assuntos distintos daqueles que até então vinham sendo o foco principal, como é o caso do rendimento. O título (SD25-R1) e o primeiro parágrafo (SD25-R2) ressaltam o aumento do número de trabalhadores que contribuem para a previdência e, conseqüentemente, daqueles que têm carteira assinada. As informações são significadas como um marco importante, algo que se configura “pela primeira vez, desde os anos 90” - referência a um passado que, ao ser convocado, possibilita a abertura de novos sentidos.

Outro aspecto que chama a atenção na divulgação da PNAD 2007 é que, ao observar as SDs coletadas entre os destaques dos jornais, verifica-se que cada veículo abordou um tema diferente, sendo que nenhum deles está entre os principais destaques do release. O Globo, por exemplo, enfatizou a educação, apontada no título (SD24-G1), como um aspecto que ainda desafia a “Era Lula”, a ponto de o país ter mais analfabetos que a Bolívia e o Suriname (SD24-G2). Pensando na construção de sentidos, se a educação ainda desafia é porque continua apresentando problemas, e se a permanência do desafio é a notícia principal, esse persistente desafio está sendo significado como mais expressivo que as melhorias alcançadas.

Os sentidos materializados na sequência SD24-G2 também apresentam o mesmo funcionamento discursivo, pois reforçam que a educação brasileira é pior que a de dois países que historicamente são mostrados como menos desenvolvidos que o Brasil – o que vai de encontro à memória construída na “Era Lula” sobre o Brasil como país protagonista da América do Sul, que pode ocupar um assento entre os países emergentes do mundo.

Nesse caso, o sujeito no papel de jornalista do O Globo ocupa a posição de afastamento do discurso do IBGE. Tal conclusão não se baseia apenas nos aspetos acima discutidos, mas também em função da forma como são significados os resultados para a área de educação no release. Apesar de, na primeira sentença da sequência SD24-R3, a ênfase ser para o total de analfabetos no Brasil (141 milhões), nas próximas sentenças da mesma SD duas informações positivas, também relativas à educação, contribuem para amenizar o problema do analfabetismo: o aumento do número de crianças de 4 a 5 anos que frequentavam creche e do número de

estudantes de nível superior. Aqui, como nas outras duas SDs, o sujeito no papel de assessor de imprensa se afasta do discurso da imprensa e se aproxima do discurso do governo.

No Estado de São Paulo, nas sequências SD24-E2 e SD24-E3 são feitas comparações entre indicadores sociais do Brasil e os de outros lugares. Em relação ao índice de Gini (SD24-E2), o jornal registra a queda e mostra que se trata da maior ocorrência em um período superior a 25 anos, recuo no tempo que valoriza a informação identificada nos dados da pesquisa do IBGE. Porém, o sujeito provoca uma mudança no curso dos sentidos, ao demarcar que, apesar da melhora no indicador, ele ainda é inferior ao do Zimbábue, país africano, que historicamente sofre diversos problemas sociais e econômicos.

Algo similar pode ser dito a respeito da comparação entre o Brasil e os demais países da América Latina, realizada na SD24-E3. Em termos discursivos, ao considerar o funcionamento dessa SD em conjunto com as outras duas, na chamada de primeira página, os sentidos em jogo neste contexto vão de encontro à memória de um país que é protagonista das melhorias sociais no continente latino-americano, movimento que também foi identificado nas SDs do jornal O Globo.

Já a Folha de São Paulo deu pouco destaque para a chamada sobre a divulgação da PNAD 2007. O jornal continuou a tratar do tema relativo à renda, ressaltando que era o terceiro ano consecutivo em que os dados do IBGE apontavam a ocorrência de aumento nos rendimentos do trabalho. A mesma sequência (SD24-F1), no entanto, fez a ressalva de que esse aumento era inferior aos anteriores. Assim, o sujeito também se afasta do discurso do IBGE.

No O Globo e no Estado de São Paulo, o reconhecimento de uma melhoria tem seu impacto reduzido em função de uma comparação com um outro país, por exemplo, cujo efeito é trazer para a discussão a memória de um Brasil pouco desenvolvido, em contraposição à ideia de país que assumiu nos últimos anos um protagonismo que o colocou em posição de destaque entre as economias emergentes no mundo. A inflexão na construção de sentidos na FD, identificada na divulgação anterior, nesta se acentua. Ter “mais analfabetos que a Bolívia e Suriname”, índice de Gini “ainda inferior ao do Zimbábue” e apresentar aumento no rendimento do trabalho “inferior aos anteriores” são marcas que caracterizam um afastamento do discurso de uma país que “avança”.

4.1.9. Divulgação da PNAD 2009 (08/09/2010)

Trata-se de uma divulgação que ocorre em ano de disputa eleitoral. É o último ano do segundo mandato do presidente Lula, cuja sucessão tem como principais candidatos Dilma Rousseff, candidata apoiada pelo governo, e novamente José Serra, candidato da oposição. O quadro que serviu de base para a seleção das SDs abaixo se encontra no Anexo X, na página 210.

SD33-R1: A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009 **mostra avanços** em diversos indicadores (...). O rendimento mensal real de trabalho também **permaneceu em elevação**, com aumento de 2,2% entre 2008 e 2009 e a concentração desses rendimentos, medida pelo Índice de Gini, **continuou se reduzindo** (...). Além disso, o trabalho infantil **prosseguiu em queda** (...). (Release IBGE, 08/09/2010)

SD33-R2: Por outro lado, o mercado de trabalho brasileiro, **como ocorreu na maioria dos países**, sentiu os reflexos da crise internacional. (Release IBGE, 08/09/2010)

SD33-R3: (...) a pesquisa mostra que **vem aumentando** o acesso a serviços como abastecimento de água por rede geral (de 42,4 milhões em 2004 para 49,5 milhões em 2009), coleta de lixo (de 43,7 milhões em 2004 para 51,9 milhões em 2009), iluminação elétrica (de 50,0 milhões em 2004 para 57,9 milhões em 2009) e rede coletora ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto (de 29,1 milhões em 2004 para 34,6 milhões em 2009 (Release IBGE, 08/09/2010)

SD33-G1: O país de Lula: esgoto em baixa, consumo em alta (O Globo, 08/09/2010, primeira página)

SD33-G2: O desemprego subiu na crise, **mas** o brasileiro comprou mais DVDs e máquinas de lavar. (O Globo, 08/09/2010, primeira página)

SD33-G3: Privatizada, telefonia cresceu 337%. Na mão de governos, saneamento não anda. (O Globo, 08/09/2010, primeira página)

SD33-E1: Prosperidade, **mas** com menos fôlego (O Estado de São Paulo, 08/09/2010, primeira página)

SD33-E2: Para os 10% mais pobres, **porém**, o ritmo de melhora da renda desacelerou e o desemprego cresceu ante 2008. (O Estado de São Paulo, 08/09/2010, primeira página)

SD33-E3: A Pnad mostra que no ano passado, **enquanto** 59,15 dos domicílios tinham acesso a saneamento básico, 72% possuíam aparelho de DVD. (O Estado de São Paulo, 08/09/2010, primeira página)

SD33-F1: A crise de 2009 gerou alta de 1,3 milhão no total de desempregados do país, aumento de 18,3% em relação a 2008, **o maior da década**, segundo a Pnad, do IBGE. (Folha de São Paulo, 08/09/2010, primeira página)

SD33-F2: A renda teve avanço de 2,2%, ficando com ganho médio de R\$ 1.106. **Mesmo em ascensão** desde 2005, o patamar ainda é menor que R\$ 1,144 de 1996. (Folha de São Paulo, 08/09/2010, primeira página)

No longo primeiro parágrafo do release (SD33-R1), são destacados vários dados estatísticos que são significados de forma a mostrar aspectos que melhoraram no país. Essa é a função de expressões como “mostra avanços”, “permaneceu em elevação”, “continuou reduzindo” e “prosseguiu em queda”. Tais estruturas parecem dizer sobre algo que está em movimento, que vem se desenrolando ao longo do tempo e que assim pode prosseguir. Por outro

lado, em relação aos problemas, a sequência SD33-R2 ressalta que o abalo no mercado não foi exclusividade do Brasil, mas sim um problema também enfrentado por outros países, o que inscreve o país em um contexto internacional de crise. O fluxo de sentidos acionado por ambas as SDs as inscrevem na memória sobre um país que avança em termos sociais e econômicos, o que mostra uma posição-sujeito de aproximação do discurso do governo.

Curioso notar que, na divulgação anterior, os jornais compararam o Brasil com outros países, usando uma estratégia oposta à adotada no release. Enquanto nele a comparação tem como resultado mitigar o dado negativo, nos jornais ela é estruturada de forma a diminuir o efeito de informações que poderia mostrar um retrato melhor do país.

No jornal O Globo, a direção dos sentidos segue caminho contrário, quando comparado com o percorrido pelo release. Na primeira página, a chamada sobre a pesquisa do IBGE foi inserida dentro do box “Eleições 2010”, cercado por um fio, logo abaixo da matéria principal, cujo título é “Serra reage e diz que Lula serve à estratégia ‘caixa-preta’ do PT”, o que leva o leitor a fazer uma relação direta entre o pleito e o desempenho do atual governante, que apoia uma candidata à sucessão, a qual é a principal concorrente de José Serra.

Na SD33-G1, ao opor o problema do esgoto ao aumento do consumo, o sujeito pode provocar o seguinte direcionamento dos sentidos: o governo deveria investir mais em saneamento e não apenas estimular o consumo – o mesmo pode ser dito em relação ao emprego (SD33-G2). A sequência SD33-G3 também se utiliza do dado sobre ampliação da telefonia para atualizar a memória de que o Estado é incompetente diante da iniciativa privada, avaliação que inclui o governante que está encerrando seu mandato. Assim, o sujeito jornalista se afasta do discurso do IBGE e, conseqüentemente, do discurso do governo.

O Estado de São Paulo também se afasta do discurso do IBGE sobre o retrato do Brasil vislumbrado a partir dos resultados da PNAD. As conjunções adversativas “mas” e “porém”, das sequências SD33-E1 e SD33-E2, respectivamente, mostram uma construção dos sentidos em oposição à memória de um país que prospera e que tem como resultados de seus investimentos uma melhoria de vida, especialmente para os segmentos mais pobres da população. Estrutura-se assim uma imagem do presente no qual os acontecimentos a serem percebidos não mais são referentes à imagem de um país que avança, e sim de um país que abre espaço para a permanência de um passado de miséria, para pelo menos parte dos brasileiros.

Na sequência SD33-E3, o jornal adota a mesma estrutura discursiva para tratar da questão do saneamento, por meio do estabelecimento de um contraste entre posse de bens de consumo e baixo acesso ao saneamento básico. Em relação a esse assunto, o distanciamento do

discurso do IBGE se torna ainda mais evidente quando se verifica que no release (SD33-R3) constam apenas comparações entre dados relativos aos serviços fornecidos aos domicílios, como o saneamento, relativos ao ano de referência da pesquisa e ao imediatamente anterior, sem nenhum tipo de contextualização.

Na Folha de São Paulo, a sequência SD24-F1 atribui à “crise de 2009” a aumento do número de desempregados do país, qualificado como “o maior da década”. A SD mostra um sujeito que se aproxima do discurso do IBGE, em especial porque no release a SD33-R2 também mostra que “o mercado de trabalho brasileiro, como ocorreu na maioria dos países, sentiu os reflexos da crise internacional”. Na SD33-F2, como na divulgação anterior, o sujeito continua demarcando a diminuição percentual de aumento dos rendimentos.

Os sentidos apreendidos a partir dos discursos dos jornais O Globo e Estado de São Paulo mostram a configuração de uma mudança em curso na memória sobre o país. Busca-se afastar a memória em construção sobre melhorias alcançadas, o que ocorre de forma oposta no release, que valoriza essa memória.

Não se trata de uma mudança de FD, mas sim da configuração de uma alteração no fluxo de sentidos que já vinha sendo desenhada nas divulgações anteriores. Assim, perde força a imagem de uma país que melhora em termos sociais e econômicos, o que pode ser percebido a partir, por exemplo, de construções discursivas que buscam realçar limitações às supostas melhorias depreendidas de interpretações dos dados estatísticos. Entretanto, na FD de divulgação das estatísticas oficiais do Brasil também continuam a circular sentidos que buscam realçar esses avanços sociais e econômicos.

4.1.10. Divulgação da PNAD 2011 (21/09/2012)

As SDs a seguir se referem ao release e às chamadas de primeira página sobre a PNAD 2011, divulgada em 2012. Portanto, a pesquisa teve sua coleta de dados realizada ao longo do primeiro ano de governo da presidente Dilma Rousseff, no qual a presidência do IBGE foi assumida por uma funcionária de carreira, Wasmália Socorro Barata Bivar. O quadro que serviu de base para a seleção das SDs abaixo se encontra no Anexo XI, na página 212.

SD48-R1: (...) crescimento da renda foi maior nas **classes de rendimento mais baixas** (Release IBGE, 21/09/2012)

SD48-R2: Nas demais regiões o aumento no rendimento foi maior para **os mais desfavorecidos** e menor para os 10% com maiores rendimentos (...). (Release IBGE, 21/09/2012)

SD48-R3: De 2009 para 2011, a taxa de escolarização (percentual de estudantes de um grupo etário em relação ao total do grupo) das crianças entre 6 e 14 anos de idade **aumentou** em 0,6 ponto percentual, chegando a 98,2%. Já para os jovens entre 15 e 17 anos, o percentual **caiu** de 85,2% para 83,7% no mesmo período. (Release IBGE, 21/09/2012)

SD48-G1: Aumentou o número de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola. A conclusão é da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE. A taxa de escolarização desse grupo, **que deveria estar no ensino médio**, caiu de 85,2% para 83,7% em dois anos. (O Globo, 22/09/2012, primeira página)

SD48-G2: A máquina de lavar já está na maioria dos domicílios, **mas** outros 15% não têm água encanada. (O Globo, 22/09/2012, primeira página)

SD48-E1: **Economia lenta** não freia o avanço social (O Estado de São Paulo, 22/09/2012, primeira página)

SD48-E2: **Apesar do** baixo crescimento, Pnad 2011 mostra melhoria nas condições de vida (O Estado de São Paulo, 22/09/2012, primeira página)

SD48-F1: Velhos trabalham mais; jovens priorizam estudo (Folha de São Paulo, 22/09/2012, primeira página)

As SDs extraídas do release continuam a mostrar a construção da imagem de um país que apresenta melhorias sociais e econômicas, que podem ser relacionadas a aspectos centrais do programa de governo em curso à época. Nessa divulgação, na sequência SD48-R1, a referência, no fio do discurso, às “classes de rendimento mais baixas”, e na sequência SD48-R2 aos “mais desfavorecidos”, são marcas que mostram um posicionamento de aproximação do discurso do governo.

A SD48-R3 é o último parágrafo do texto de abertura do release e o que aborda o tema educação. Dentre os aspectos apresentados, apenas um é relativo a um ponto problemático, no caso, o aumento de jovens entre 15 e 17 anos fora da escola. É justamente este ponto que é escolhido pelo jornal O Globo para ser o assunto destacado no título da chamada e no primeiro parágrafo (SD48-G1). O sujeito jornalista, então, se distancia do discurso do IBGE, pois pinça um aspecto negativo sobre a educação citado no release e omite os positivos. O jornal também, como ocorreu em divulgações anteriores, contrasta posse de bens com dificuldades quanto ao acesso a serviço, como de abastecimento de água (SD48-G2).

No jornal O Estado de São Paulo, os sentidos se inscrevem de forma a significar as estatísticas a partir do realce de questões agendadas pela imprensa, como problemas que o governo poderia priorizar, aspectos que são mostrados como pontos fracos da gestão, como a “economia lenta” (SD48-E1) e o “baixo crescimento” (SD48-E1). Já a folha de São Paulo se esquivava de tratar das questões vistas como problemáticas pelos outros dois jornais ou mesmo pelo instituto de estatística, se concentrando em realizar comparações entre dados que não tinham sido considerados em outras divulgações. É uma forma de se silenciar quanto ao debate

em torno dos problemas e também quanto às melhorias que constituem o ponto forte entre os destaques do release. Tem-se, assim, uma FD caracterizada por uma forte aproximação do IBGE ao discurso do governo que se inicia e um distanciamento da imprensa em relação a esse discurso.

4.1.11. Divulgação da PNAD 2013 (18/09/2014)

A última divulgação a ser analisada também foi a última a ser incluída no presente estudo, que inicialmente previa apenas materiais publicados pela imprensa e pelo IBGE até o final de 2013. Entretanto, o fato de em 2014 o instituto de estatística ter vivenciado três crises, que ganharam grande visibilidade pública por terem sido amplamente cobertas pela mídia, em um ano de intensas disputas políticas, em especial, em função das eleições para a presidência da República, foram fatores determinantes na decisão de considerar a divulgação da PNAD 2013 no estudo. Os dados da pesquisa foram coletados em 2013 e divulgados em 2014, ano em que a então presidente Dilma Rousseff concorria ao segundo mandato.

O quadro que serviu de base para a seleção das SDs a seguir está no Anexo XII, na página 214.

SD52-R1: PNAD 2013 **retrata** mercado de trabalho e condições de vida no país (Release IBGE, 18/09/2014)

SD52-R2: A taxa de desocupação se elevou de 6,1% para 6,5% em 2013 (**foi o ano com a segunda menor taxa na série harmonizada de 2001 a 2013**). O trabalho com carteira assinada, **no entanto**, continuou a crescer, subindo 3,6% em relação a 2012 e abrangendo 76,1% dos empregados do setor privado. (Release IBGE, 18/09/2014)

SD52-R3: As medidas de distribuição de renda (índices de Gini) ficaram **praticamente estáveis** em todas as comparações com o ano anterior, **mas** melhoraram em relação a 2004. (Release IBGE, 18/09/2014)

SD52-R4: O índice de Gini da distribuição do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos **ficou em** 0,498 em 2013, frente a 0,496 em 2012. (Release IBGE, 18/09/2014)

SD52-R5: Constatou-se melhora nas distribuições dos rendimentos de trabalho e de todas as fontes. **De 2001 para 2012**, o índice de Gini (quanto maior, mais desigual) da distribuição do rendimento de trabalho **diminuiu continuamente**, de 0,563 para 0,496, **mas** em 2013 ficou em 0,498, **patamar inferior** ao de 2011 (0,499). (Release IBGE, 18/09/2014)

SD52-G1: Desemprego e desigualdade aumentam, **mas** renda sobe (O Globo, 19/09/2014, primeira página)

SD52-G2: Inflação **corroeu o ganho dos mais pobres** (O Globo, 19/09/2014, primeira página)

SD52-G3: (...) mostrou ainda que o desemprego subiu de 6,1% para 6,5% **com 6,693 milhões de desempregados**. **Apesar disso**, a renda dos trabalhadores aumentou 5,7%. (O Globo, 19/09/2014, primeira página)

SD52-G4: **O freio na economia e a inflação mais alta** fizeram a desigualdade avançar em 2013, o que não ocorria há 20 anos. (O Globo, 19/09/2014, primeira página)

SD52-E1: Desemprego **cresce** e desigualdade **para de cair** (O Estado de São Paulo, 19/09/2014, primeira página)

SD52-E2: A explicação para o que o IBGE considera estagnação está na **disparidade de ganhos entre pobres e ricos**. (O Estado de São Paulo, 19/09/2014, primeira página)

SD52-E3: O rendimento do trabalho emendou o 9º ano seguido de crescimento em 2013, **mas** 324 mil brasileiros entraram para a extrema pobreza. (O Estado de São Paulo, 19/09/2014, primeira página)

SD52-F1: Sob Dilma, queda da desigualdade **trava no país** (Folha de São Paulo, 19/09/2014, primeira página)

SD52-F2: Para especialistas, há **esgotamento** de fatores que levaram a bons resultados desde os anos 1990, como emprego em alta e programas para transferir renda. (Folha de São Paulo, 19/09/2014, primeira página)

Pensar a inscrição dos sentidos nesta última divulgação selecionada para integrar nossa pesquisa, é um trabalho que começa causando um duplo estranhamento. A sequência SD52-R1, que é o título do release, traz a explicação do objetivo da PNAD (retratar o “mercado de trabalho e condições de vida no país”), sem destacar nenhum resultado da pesquisa. Depois, ao longo de quase todo o extenso lead¹⁶ apenas são realçados aspectos demográficos (população estimada, distribuição por sexo etc.) que poucas vezes são tratados, dessa forma, nas chamadas de primeira página dos jornais - em especial no caso da PNAD, que, como diz o próprio título do release, traz informações sobre “mercado de trabalho e condições de vida no país”.

Portanto, essas informações estatísticas não deveriam ser apresentadas na abertura do release, pois sabidamente não são as que mais interessam ao seu público-alvo: os jornalistas. Esse modelo de título e de primeiro parágrafo torna o release fraco em termos jornalísticos, mas possibilita que o sujeito não se posicione em relação aos problemas identificados pela pesquisa, principalmente aqueles que circulam nos discursos da imprensa e que são críticos ao governo, cuja presidente da República é candidata à reeleição. Não se tratando, portanto, de uma forma de o IBGE mostrar o copo d’água pela metade, mas sim de não mostrá-lo.

A sequência SD52-R2 (cujo conteúdo é citado em duas partes da abertura do release, nos segundo e quinto parágrafos) apresenta o problema relativo ao aumento da taxa de desocupação¹⁷, que logo em seguida tem seu impacto diminuído em função da inscrição de uma estrutura mitigadora: “foi o ano com a segunda menor taxa na série harmonizada de 2001 a

¹⁶ Lead do release: “A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013 mostrou que a população do país foi estimada em 201,5 milhões de pessoas, sendo 51,5% de mulheres, 46,1% de brancos e 37,6% de pessoas de 40 anos ou mais de idade. Em 2013, observou-se que as pessoas de 40 a 59 anos eram as mais representativas entre os migrantes, tanto em relação ao município (33,8%), quanto à unidade da federação (35,6%). A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade ficou em 8,3%, o que corresponde a 13,0 milhões de pessoas”.

¹⁷ Segundo o IBGE, taxa de desocupação é a percentagem de pessoas desocupadas de um grupo etário em relação ao total de pessoas economicamente ativas do mesmo grupo etário. Os jornais falam em desemprego.

2013”. Também contribui para a contensão do problema, a apresentação de outro dado positivo: o aumento do número de trabalhadores com carteira assinada, cuja construção “no entanto” ajuda a marcar uma inflexão no discurso negativo em relação a um país que avança, apesar das adversidades. Também tem efeito mitigador a afirmação de que as medidas de distribuição de renda ficaram “praticamente estáveis” (SD52-R3), o que nos leva a indagar o porquê de não dizer que essas medidas ficaram estáveis ou não cresceram.

Na sequência SD52-R4, ao se falar sobre o aumento do índice de Gini, que significa crescimento da desigualdade, o texto do release apenas disse que o índice “ficou em 0,498 em 2013, frente a 0,496 em 2012”, sem demarcar no fio do discurso que os valores tinham aumentado. Porém, de forma oposta, na SD52-R5, ao se tratar da queda do índice ocorrida de 2001 a 2012, no texto é dito literalmente que “o índice de Gini (quanto maior, mais desigual) da distribuição do rendimento de trabalho diminuiu continuamente, de 0,563 para 0,496”. Assim, o aspecto positivo, que possibilita uma aproximação entre o discurso do IBGE e o do governo, é marcado no fio do discurso (“diminuiu continuamente”).

No entanto, na mesma sequência (SD52-R5), após a conjunção “mas”, o release mostra que o mesmo índice ficou em um “patamar inferior ao de 2011”, ou seja, como a informação não favorece a posição-sujeito assumida pelo sujeito assessor de imprensa do IBGE, no texto foi utilizada a qualificação “patamar inferior” ao invés de “ficou abaixo” ou “foi menor” – expressões mais diretas como “diminuiu continuamente”, empregada no início da SD.

O afastamento da imprensa em relação a esse discurso é total. No O Globo, já no título (SD52-G1) os destaques são para o aumento do desemprego e da desigualdade. Os dois problemas são contrastados com o crescimento da renda, que agora é significada como uma melhoria, o lado cheio do copo d’água – tema que foi significado da mesma forma na SD52-G3 (“Apesar disso, a renda dos trabalhadores aumentou 5,7%”).

Nas sequências SD52-G2 e SD52-G3, são realçados dois aspectos que remetem, de forma invertida, à memória construída ao longo de 12 anos de gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) no comando do país: o aumento dos rendimentos dos “mais pobres” e a ampliação do emprego. No entanto, nas SDs outros sentidos são direcionados a esta memória: corrosão do ganho dos mais pobres e materialização no fio do discurso do quantitativo de desempregados.

Por último, a sequência SD52-G4 realça “freio na economia e a inflação mais alta”, como elementos causadores do avanço da desigualdade no país, outra marca dessa memória

construída nas gestões do Partido dos Trabalhadores, cuja imagem é de governos que diminuíram a desigualdade de forma significativa.

No Estado de São Paulo, na sequência SD52-E3 a conjunção “mas” introduz uma sentença que diminui a força na boa notícia sobre o aumento do rendimento do trabalho (“324 mil brasileiros entraram para a extrema pobreza”). Já as sequências SD52-E1 (o título) e SD52-E2 apontam uma inflexão na imagem construída pelo governo sobre a diminuição da desigualdade do país, pois significam os resultados negativos identificados nos dados da PNAD, de forma a atribuí-los à “disparidade de ganhos entre pobres e ricos” e à entrada de 324 mil brasileiros para a extrema pobreza – problemas que, no imaginário sobre a gestão petista, estariam sendo superados.

Na Folha de São Paulo, os problemas apontados têm como sujeito da ação a própria presidente da República, o que é destacado no título (SD52-F1). A avaliação de que a presidente “trava o país” ganha contornos de acontecimento, ao se relacionar tal avaliação à memória de um país que alcançou vários avanços. Este acontecimento aponta um futuro materializado na sequência SD52-F2: “há esgotamento de fatores que levaram a bons resultados desde os anos 1990, como emprego em alta e programas para transferir renda”.

Pensando o posicionamento do sujeito no papel de assessor de imprensa na FD, temos uma movimentação na qual há uma aproximação do discurso do governo, o que pode ser apreendido a partir do esforço em se evitar o realce de aspectos que poderiam arranhar a imagem de avanços sociais e econômicos construída para o país, em especial por serem aqueles que a imprensa costuma destacar em suas chamadas de primeira página.

4.2. A memória nos Retratos do Brasil: uma dinâmica do desentendimento

Ao longo das onze divulgações analisadas neste capítulo foi possível perceber algumas diferenças significativas entre as formas de estruturar os temas ou assuntos destacados nos releases e nas chamadas de primeira página dos jornais, o que nos levou a refletir sobre as considerações de Mouillaud (2012) sobre as relações entre forma e sentido na arquitetura das páginas de um jornal.

Como ressalta o autor, os discursos nos jornais não estão “soltos no ar”, mas envolvidos por dispositivos que visam estabelecer a ordem dos enunciados e a postura do leitor. Para isso, há todo um trabalho de enquadramento das informações, que indica como elas devem ser vistas. Assim, a busca pelos sentidos começa com o entendimento sobre as formas de elaboração e

disposição dos conteúdos no próprio jornal, aspecto que, em nossas análises, também foi fundamental para o estudo dos releases.

Para tentar compreender como e onde os sentidos se instalam, a cada divulgação foi identificado qual (ou quais) assunto(s) era(m) destacado(s) no título, subtítulo e lead dos releases e das chamadas de primeira página dos jornais. Tal procedimento nos mostrou que, por diversas vezes, estes temas não eram os mesmos nos releases e nos jornais. Em outras ocasiões, apesar de essa coincidência quanto à abordagem temática ocorrer, o nível de destaque conferido pelo release ao tema era distinto daquele verificado nos jornais (em todos ou em parte deles). Por exemplo, enquanto nos jornais um tema era o principal assunto dos títulos, no release ele sequer era citado, ou então aparecia discretamente no último parágrafo da abertura, apenas como uma simples citação, sem a presença de elementos que possibilitassem seu maior detalhamento.

Outro aspecto identificado foi quanto à forma de apresentação desses temas. Para isso, foi importante o reconhecimento de marcas na própria materialidade dos textos, como a utilização de estruturas adversativas ou concessivas, demarcadas pela presença de conjunções, cujo funcionamento discursivo mostrou uma movimentação do sujeito, no sentido de ampliar ou diminuir o impacto de um dado estatístico. Referências temporais, como comparações com um passado (mais ou menos) distante, ou mesmo uma expectativa quanto ao futuro, também apontaram um funcionamento capaz de, por meio de comparações, mostrar uma melhor ou pior avaliação do presente. O mesmo pode ser dito sobre outros tipos de comparação, como as feitas entre o Brasil e outros países, quanto a seus indicadores sociais e econômicos.

A opção por acompanhar as divulgações, seguindo uma perspectiva cronológica, a partir das datas de publicação do release e das coberturas realizadas pelos jornais, foi fundamental para o acompanhamento do trabalho de construção da memória e suas imbricações com os acontecimentos. De acordo com Halbwachs (2009), pensar a memória é reconhecer a existência de forças que, em um determinado contexto, possibilitam que uma memória surja ou desapareça. É neste sentido que interessa saber em quais ocasiões e como se dão esses desaparecimentos e reaparecimentos.

Em termos discursivos, a memória está relacionada às operações que permitem o passado se marcar no discurso, as quais dizem respeito à uma luta ideológica: de um lado, um esforço que visa manter regularizações preexistentes e, de outro, a ocorrência de disputas que geram uma desregularização (PÊCHEUX, 1999). Essas lutas tornaram-se mais perceptíveis, a partir do trabalho de análise das sequências discursivas elencadas neste capítulo.

Quanto à ideologia, é importante não perder de vista que, conforme Eagleton (1997), sua eficiência está na capacidade de comunicar uma versão da realidade que possa ser reconhecida o bastante para não ser rejeitada, daí a relevância de percebê-la menos como um conjunto particular de discursos do que como um conjunto de efeitos dentro do discurso. E são esses efeitos que buscamos, ao estudar as posições assumidas pelo sujeito nos discursos de divulgação das estatísticas oficiais brasileiras.

Nesse ponto, a noção de Formação Discursiva (FD) é bastante esclarecedora: segundo Orlandi (2010), é aquilo que em uma determinada formação ideológica, a partir de uma posição em uma conjuntura sociohistórica específica, determina o que pode e deve ser dito; de onde as palavras derivam seus sentidos, conforme discutido no capítulo 3.

Estudar a FD de divulgação das estatísticas oficiais sobre o Brasil significa entrar em contato com sentidos que estão em circulação, os quais dizem respeito a um país que alcança melhorias sociais e econômicas e, ao mesmo tempo, apresenta graves problemas que limitam, ou mesmo inviabilizam, os avanços supostamente conquistados. Essa disputa de sentidos sobre o país é fruto de um trabalho da ideologia, cujo efeito se estabelece nas distintas interpretações sobre um mesmo dado estatístico, materializadas nos posicionamentos discursivos assumidos pelos sujeitos nos papéis de assessor de imprensa do IBGE e de jornalista da grande imprensa.

Em relação ao sujeito como assessor de imprensa, foi marcante a posição de aproximação do discurso do governo, em especial nos momentos em que os releases realçavam questões relacionadas à imagem socialmente reconhecida do governo federal, como nas SDs abaixo (nosso grifo), que são reapresentadas apenas a título de ilustração:

SD10-R2: Nordeste foi a região que apresentou os maiores avanços em dez anos (...) com a taxa de escolarização das crianças de 7 a 14 anos de idade, chegando a 96,0% e quase igualando-se à do total do País, que era de 97,2% em 2003. (Release IBGE, 29/09/2004)

SD21-R2: De 2005 para 2006, os **trabalhadores do Brasil** tiveram um aumento de 7,2% em seus rendimentos, passando a ganhar, em média, R\$ 883 por mês. **Apesar de** o crescimento não ter sido suficiente para atingir o maior valor de rendimento da série (R\$ 975, em 1996), esse patamar mais alto foi alcançado e superado **entre os 50% de pessoas ocupadas que ganhavam menos**. (Release IBGE, 14/09/2007)

SD48-R2: Nas demais regiões o aumento no rendimento foi maior para **os mais desfavorecidos** e menor para os 10% com maiores rendimentos (...). (Release IBGE, 21/09/2012)

Também foram identificadas outras estratégias que funcionavam como evidência de aproximação do sujeito assessor de imprensa ao discurso do governo, como ao não dar ênfase aos problemas apontados pelas pesquisas, não os destacando nos títulos, por exemplo. Porém,

a utilização de estruturas mitigadoras foi um recurso muito marcante, como podemos conferir nas SDs que rerepresentamos a seguir (nosso grifo):

SD21-R2: De 2005 para 2006, os **trabalhadores do Brasil** tiveram um aumento de 7,2% em seus rendimentos, passando a ganhar, em média, R\$ 883 por mês. **Apesar de** o crescimento não ter sido suficiente para atingir o maior valor de rendimento da série (R\$ 975, em 1996), esse patamar mais alto foi alcançado e superado **entre os 50% de pessoas ocupadas que ganhavam menos**. (Release IBGE, 14/09/2007)

SD33-R2: Por outro lado, o mercado de trabalho brasileiro, **como ocorreu na maioria dos países**, sentiu os reflexos da crise internacional. (Release IBGE, 08/09/2010)

SD52-R2: A taxa de desocupação se elevou de 6,1% para 6,5% em 2013 (**foi o ano com a segunda menor taxa na série harmonizada de 2001 a 2013**). O trabalho com carteira assinada, **no entanto**, continuou a crescer, subindo 3,6% em relação a 2012 e abrangendo 76,1% dos empregados do setor privado. Release IBGE, 18/09/2014)

Quanto à posição-sujeito de distanciamento do discurso dos jornais, podemos considerar que tal posicionamento do sujeito no papel de assessor de imprensa pôde ser identificado nos momentos em que ocorreu uma aproximação do discurso do governo. Essa avaliação tem por base o fato de que, como o posicionamento majoritário do sujeito no papel de jornalista é de afastamento do discurso do governo, conseqüentemente, ao se aproximar do discurso do governo, o sujeito assessor de imprensa acaba se afastando do discurso dos jornais.

Entretanto, esse afastamento não ocorre apenas quando uma determinada informação estatística é significada de forma distinta da realizada pelos jornais, mas também quando o sujeito assessor de imprensa evita destacar um assunto cujos sentidos possam corroborar com aqueles atribuídos pela própria imprensa ao governo, particularmente quando se trata de sentidos que se inscrevem em um discurso que aponta arranhões na imagem socialmente construída para o governo. Como vimos nas análises realizadas neste capítulo, foi assim com a questão da renda/rendimento e quanto ao aumento da desigualdade, como se vê nas SDs que rerepresentamos abaixo (nosso grifo):

SD8-R2: Em 2000, rendimento das mulheres **ainda era** inferior ao dos homens (...). (Release IBGE, 10/10/2003)

SD52-R1: PNAD 2013 **retrata** mercado de trabalho e condições de vida no país (Release IBGE, 18/09/2014)

SD52-R3: As medidas de distribuição de renda (índices de Gini) ficaram **praticamente estáveis** em todas as comparações com o ano anterior, **mas** melhoraram em relação a 2004. (Release IBGE, 18/09/2014)

A primeira SD é do período em que a imprensa falava da queda nos rendimentos dos trabalhadores, mas o release não abordava o assunto. As duas últimas são relativas ao período em que os jornais, dentre outras críticas, discutiam o aumento da desigualdade no país; mas, no

release da PNAD 2013, o IBGE não deu ênfase ao assunto e usou muitos recursos para não tratar diretamente do tema, como ao publicar um título genérico e não assumir que o índice de Gini não havia se alterado, o que representa uma desaceleração da diminuição da desigualdade social.

A posição-sujeito do assessor de imprensa de aproximação do discurso da imprensa foi pouco recorrente. Uma tomada de posição desse tipo que pode ser considerada exemplar é a relativa ao aumento dos rendimentos. Nesse momento, o sujeito destacou no título um assunto que vinha sendo apontado pela imprensa como um problema que precisava ser resolvido e que finalmente havia apresentado um resultado positivo. Ao contrário, quando se tratou de um assunto que também vinha sendo discutido pelos jornais, mas que era um problema para o governo, no caso a questão da desigualdade, como mostra a SD52-R3, transcrita acima, o sujeito se posicionou de forma oposta e se afastou do discurso da imprensa.

Pensando agora nas posições-sujeito ocupadas pelo sujeito no papel de jornalista, a que predominou em quase todas as divulgações foi a de distanciamento do discurso do IBGE, especialmente nos jornais O Globo e O Estado de São Paulo. Entretanto, especificamente nas três primeiras divulgações - realizadas nos anos 2001, 2002 e 2003 -, verificou-se uma aproximação entre os discursos dos jornais e do IBGE. E, nos anos seguintes, o afastamento foi progressivamente se configurando, atingindo o ponto máximo em 2014 - o que pode ser percebido através da análise do próprio release, no qual o sujeito demarca os problemas para não se aproximar do discurso da imprensa e se afastar do discurso do governo.

Apesar de na Folha de São Paulo também serem marcantes os afastamentos em relação ao discurso do IBGE, percebemos mais movimentos de aproximação ao discurso do release, em comparação com os outros dois jornais. Outro aspecto relativo à movimentação do sujeito na Folha é um certo esforço em não se aproximar nem do discurso do release nem do dos jornais, optando por identificar outras questões, dentre os resultados das pesquisas do IBGE, como descrições demográficas (número de habitantes, religião etc.) ou temas que não constavam na agenda de debates estabelecida na divulgação.

As SDs coletadas nos jornais geralmente ressaltam os problemas ainda enfrentados pelo país, conforme podemos ver nas sequências reapresentadas a seguir (nosso grifo):

SD10-G1: IBGE: **Era Lula** começa com queda de renda e emprego. (O Globo, 30/09/2004, primeira página)

SD13-E1: Renda do trabalhador parou de cair em 2004, **mas permaneceu estagnada**. (O Estado de São Paulo, 26/11/2005, primeira página)

SD17-F2: Apesar do bom resultado, o rendimento tem caído a um ritmo anual de 1,2% no governo Lula. (Folha de São Paulo, 15/09/2006, primeira página)

SD24-E2: O Índice de Gini, (...) caiu de 0,541 para 0,528 – menor nível desde 1981, quando foi calculado pela primeira vez. **O índice é pior que o Zimbábue** (0,501). (O Estado de São Paulo, 19/09/2008, primeira página)

SD33-G3: Privatizada, telefonia cresceu 337%. Na mão de governos, saneamento não anda. (O Globo, 08/09/2010, primeira página)

SD52-G4: O freio na economia e a inflação mais alta fizeram a desigualdade avançar em 2013, o que não ocorria há 20 anos. (O Globo, 19/09/2014, primeira página)

SD52-F1: Sob Dilma, queda da desigualdade **trava no país** (Folha de São Paulo, 19/09/2014, primeira página)

Refletir sobre a significação conferida pelos jornais às estatísticas do IBGE é se ater aos embates travados pelo sujeito, no papel de jornalista, em relação aos sentidos que buscam se inscrever na memória, a partir da imagem constituída por um governo. Vale lembrar, que é essa imagem que o sujeito no papel de assessor de imprensa do IBGE realça, quando assume a posição-sujeito de aproximação do discurso desse governo.

Ao longo das onze divulgações, interessaram-nos as tensões marcadas nos discursos, as quais foram compreendidas segundo a ótica da racionalidade do desentendimento: uma disputa pela manutenção de um determinado ordenamento da sociedade, visto como natural, e a desestabilização desse mesmo ordenamento, a partir da demarcação de pontos de litígio constantemente atualizados, através de atos de palavra instaurados pela política (Rancière, 1996).

Essas tensões se inscrevem na FD de divulgação das estatísticas oficiais do país quando sentidos sobre a realidade social brasileira são acionados nos momentos nos quais os jornalistas identificam no release do IBGE uma informação capaz de representar uma atualidade que possa ser transformada em notícia. Esses e outros sentidos também orientaram a construção discursiva do release que destaca uma atualidade, na expectativa de que ela seja capaz de nortear a construção de matérias pela imprensa.

Como discutido até aqui, para buscarmos uma compreensão sobre os sentidos que se inscrevem nos acontecimentos absorvidos pelo jornalismo, não podemos perder de vista que é a própria memória que os organiza. Por isso, nas análises procuramos observar de forma acurada como os sedimentos desse passado eram ressignificados à luz do presente, sempre considerando os contextos ideologicamente marcados nos quais se estruturavam os discursos em questão. Foi assim que se tornou possível estudar as posições que o sujeito assumia nos discursos, ao se abrir para novos sentidos e cristalizar outros.

De acordo com Orlandi (2010), as FDs não são blocos homogêneos que funcionam de forma automática e sim estruturas constituídas pela contradição. Essa característica lhes confere

um caráter heterogêneo nelas mesmas, com fronteiras fluidas que se reconfiguram a cada relação. Dessa forma, nem sempre uma diferenciação no movimento dos sentidos representa uma mudança de FD, pois o sujeito pode assumir posições contraditórias sem, necessariamente, mudar de FD. É o que as análises apontaram, quanto à movimentação dos sujeitos nos papéis de assessor de imprensa do IBGE e de jornalista dos três jornais.

Porém, como se estabelece essa complementariedade? No release, o sujeito se aproxima do discurso do governo, mas evita se aproximar do discurso da imprensa. Por isso, evita dar muito destaque aos aspectos negativos apontados pelos dados estatísticos. Nos jornais, o sujeito se distancia do discurso do governo, mas não constrói uma imagem de desconfiança em relação ao sujeito assessor de imprensa e, conseqüentemente, em relação ao IBGE. Assim, ao reforçar a credibilidade do IBGE, a imprensa também confere credibilidade aos problemas do país, que define a partir dos resultados das pesquisas do instituto, bem como à crítica ao governo e seu projeto de atuação.

As imagens relativas a um país que avança ou que não avança estão em circulação na FD que inscreve avaliações sobre o Brasil. Ora o sujeito aciona uns e/ou outros sentidos na construção do acontecimento jornalístico. Apesar de o conjunto de informações estatísticas sobre o qual se debruçam o IBGE e os jornais - para, a partir de uma interpretação, elaborarem o release e as matérias jornalísticas - ser o mesmo, as estruturas discursivas identificadas em nossa análise mostraram diferenças quanto ao papel da memória na construção de sentidos.

Nos releases, foi possível identificar um esforço de inscrever na memória sentidos relacionados à imagem do governo, com o realce de cada atualidade que se apresentava, as quais mostravam a imagem de um país que avança. Nos jornais, de uma maneira geral, a construção de sentidos se deu de forma oposta, pois a atualidade era absorvida pela memória, em um esforço de negação de sentidos sobre um presente, que poderiam indicar a superação, ou pelo menos uma melhoria, de aspectos negativos oriundos do passado. São esses sentidos que não são aceitos pelo sujeito jornalista quando ele se afasta do discurso do release.

Temos aí uma tensão entre a imagem de um presente que inaugura um novo retrato do país, marcado por melhorias sociais e econômicas, e a de um presente que não pode ser visto dessa forma, pois nele ainda se inscrevem, de forma marcante, os problemas oriundos do passado e, mesmo as melhorias possíveis de serem vislumbradas, sequer superam aquelas identificadas em tempos passados. Assim, o passado negativo sobrevive e aquilo de bom que nele poderia ser reconhecido está longe de ser alcançado no tempo presente.

Nos releases temos discursos que constroem uma imagem do país a partir da imagem

projetada pelo governo sobre esse país, o que pode ser percebido a partir dos recortes temáticos adotados pelas próprias pesquisas e pela perspectiva do olhar do instituto, ao apresentar os principais resultados dessas mesmas pesquisas para a imprensa. Por um lado, isso se deve ao fato de o instituto ter entre seus objetivos produzir informações estatísticas que possam orientar políticas públicas, o que, consequentemente, o posiciona como uma instituição que precisa estar atenta aos programas de governo, para verificar o que é fundamental de ser observado. Mas, por outro lado, isso não é suficiente para explicar a predominância da posição-sujeito de aproximação do discurso do governo, por parte do sujeito assessor de imprensa, conforme visto em nossas análises, em especial quando se percebe que a valorização de aspectos positivos da política governamental é um aspecto que condiciona os sentidos nos discursos dos releases.

A movimentação do sujeito nos discursos dos releases se estrutura de modo a mitigar alguns problemas identificados pelas pesquisas, o que pode ser percebido por meio do esforço desse mesmo sujeito em se afastar do discurso da imprensa. Sendo assim, o release do IBGE constrói acontecimentos com base em uma memória estabelecida a partir da imagem de um governo que inscreve novas marcas em seu tempo.

Nas chamadas de primeira página dos jornais, percebemos o inverso. Ao se distanciar do discurso do governo, o sujeito no papel de jornalista busca elementos no discurso dos releases que possam sustentar sua posição, mas se afasta daqueles que poderiam funcionar para aproximá-lo do governo. Entretanto, ao agir assim, o sujeito também marca distanciamentos em relação à imagem de um país que avança, no que diz respeito a melhorias sociais e econômicas. Por isso, absorve esses sentidos, em benefício de uma memória que não se abre para o que poderia constituir uma nova imagem. Essa movimentação do sujeito poderia ser percebida como uma forma de denunciar a limitação, ou a não ocorrência, desses avanços, mas a questão é que tem como efeito a construção de uma imagem de estagnação do país, a perpetuação de uma memória na qual não se vislumbram novos sentidos para esse mesmo país.

Retomando as reflexões sobre a construção do acontecimento, é importante considerar algumas perguntas que também orientam nossa pesquisa, começando pelo questionamento sobre como podemos pensar o funcionamento da política nos discursos de divulgação das estatísticas oficiais do Brasil? Segundo Rancière (1996), a política passa a existir quando a ordem natural da dominação é interrompida em função do surgimento de uma parcela dos sem-parcela, o que constitui um dano que rompe com a estrutura de divisão estabelecida. É dessa forma que a política rompe com uma determinada configuração que é garantida pela ordem policial. Porém, o autor alerta que, como nenhuma coisa em si é política, somente a partir do

encontro das lógicas, a que quer manter a ordem e a que busca rompê-la, é que a verificação da igualdade passa a assumir uma figura política.

A partir das análises, nosso posicionamento é de que o encontro entre as lógicas dos discursos do release do IBGE e das chamadas de primeira página dos jornais não configuram o estabelecimento da política, na acepção de Rancière. Ao contrário, trata-se apenas do encontro de duas formas de manter a lógica policial, ou seja, nenhum dos dois discursos rompe as estruturas estabelecidas. De um lado, o discurso do IBGE constrói sentidos a partir da imagem de um governo, do qual se aproxima, se afastando do discurso da imprensa. Ao agir dessa forma, o sujeito como assessor de imprensa resiste em demarcar os aspectos problemáticos do discurso oficial, o que imagina causar inflexões na imagem de um país que avança.

Do outro lado, o discurso dos jornais apenas mostra-se crítico em relação ao governo, buscando revelar as limitações da visão oficial quanto aos rumos do país. No entanto, ao agir dessa forma, o sujeito jornalista dificulta a inscrição de novos sentidos na memória, fortalecendo sentidos já cristalizados, sobre a incapacidade do país de alcançar novos patamares de desenvolvimento social e econômico.

A partir dessas avaliações, podemos retomar nosso objetivo de compreender a construção da memória nos acontecimentos formulados nos discursos sobre as estatísticas oficiais do Brasil, sem perder de vista que, ao recordar, reinterpretamos os acontecimentos à luz das necessidades presentes. Em função dessa particularidade é que se pode perceber uma tensão entre essas duas temporalidades, pelo fato de esse passado ser sentido como parte do presente e ao mesmo tempo separado dele (LOWENTHAL, 1998).

À essa perspectiva Connerton (1999) acrescenta a noção de processos de comunicação dessa memória, tendo em vista os sedimentos de um passado que se quer negar ou perpetuar, o que nos leva à necessidade de identificar esses sedimentos e compreendê-los como parte de um processo comunicativo. Ainda segundo o autor, a natureza desses sedimentos está nas imagens que as comunidades criam e preservam de si próprias. Discutir o papel da memória nessa construção é uma forma de buscar um entendimento sobre essa imagem.

Assim, confirmamos nossas hipóteses iniciais: nas matérias jornalísticas sobre as pesquisas do IBGE, os sentidos sobre o passado inscritos no acontecimento significam de forma a minimizar o impacto da atualidade apresentada pelo discurso do IBGE; e, nos releases do IBGE, a atualidade demarcada pelo acontecimento significa de forma a ultrapassar os sentidos oriundos do passado. Porém, em nenhuma das duas situações o acontecimento é significado de forma a romper com sentidos estabelecidos. Sendo assim, o release escrito pelo IBGE para

divulgar uma pesquisa e as matérias jornalísticas publicadas, que o utilizaram como referência, podem ser considerados como duas construções discursivas sobre um mesmo acontecimento, ou como construções sobre acontecimentos diferentes?

As análises nos levaram a depreender que não podemos falar em ruptura de uma FD e inscrição em outra, na qual se estabeleceriam outros sentidos. Se assim fosse, o sujeito do discurso do IBGE poderia destacar no título e no lead do release os problemas identificados pelas estatísticas, sem fazer uso de estruturas mitigadoras e outros recursos que ajudam a diminuir o impacto das informações que possam afastar seu discurso daquele construído pelo governo. Da mesma forma, o sujeito jornalista não buscaria se afastar do discurso do release apenas para criticar o governo, mas para discutir as questões sociais, seus limites e também as conquistas. Segundo os jornalistas entrevistados por Fonseca (2005), esse é um dos papéis atribuídos aos personagens que povoam as coberturas jornalísticas sobre as pesquisas do IBGE. No próximo capítulo, vamos nos dedicar a essa questão.

Capítulo 5

O discurso sobre os personagens dos retratos do Brasil

As sequências discursivas sobre as quais incidiu a análise no capítulo quatro foram extraídas de chamadas de primeira página de jornais que, além de textos verbais, também tinham imagens em sua estrutura, no caso fotografias de pessoas e gráficos acompanhados de ilustrações. Nesse mesmo capítulo, uma das perspectivas que orientou as discussões foi a de se estudar as posições que o sujeito assumia nos discursos sobre as estatísticas do IBGE, tanto nos releases como nas chamadas dos jornais. Para isso, foram identificadas posições-sujeito a partir da movimentação desse mesmo sujeito, ao se aproximar ou ao se distanciar de um determinado discurso, seja ele o do IBGE, da imprensa ou do governo. Entretanto, ao se observar as fotografias nessas mesmas primeiras páginas, foi identificada uma outra forma de o sujeito se posicionar, a qual denominamos de posição-sujeito de aproximação do discurso cotidiano, caracterizada pela tentativa do jornalista de se aproximar do leitor, por meio da inserção nas matérias de imagens de pessoas.

A proposta deste capítulo é analisar o funcionamento discursivo dessas imagens no processo de construção da memória nos discursos dos jornais sobre as pesquisas do IBGE, tendo em vista a inscrição e o entrecruzamento da memória e da atualidade dos acontecimentos. Para buscar os sentidos que se materializam nessas imagens, também foi importante não perder de vista as tensões entre mecanismos que mostram os esforços de estabilização e de ruptura, em relação a determinadas estruturas cristalizadas nesses discursos. Dessa forma, perceber como sentidos sobre o passado, o presente e o futuro significam nessas imagens, minimizando ou ampliando o impacto dos acontecimentos nelas demarcados.

Dentre as 40 coberturas jornalísticas sobre a divulgação de resultados de pesquisas do IBGE, listadas no Anexo I, na página 194, um total de 19 têm ao menos uma fotografia na chamada de primeira página, porém, no corpo das matérias, a presença desse tipo de imagem é muito mais frequente, em especial nos jornais O Globo e O Estado de São Paulo. Independentemente da quantidade e de onde estão publicadas, essas fotografias apresentam aquilo que na linguagem jornalística é chamado de personagens, ou seja, pessoas que foram escolhidas para funcionarem como uma espécie de síntese exemplar da questão que o jornal pretende ressaltar. No trabalho de Fonseca (2005), o relato sobre o depoimento de uma jornalista ilustra bem essa prática na produção das matérias sobre as pesquisas do IBGE, aspecto que é um ponto chave na elaboração e condução desse tipo de pauta:

[Uma repórter] conta que numa divulgação do IBGE (...) encontrou uma mulher que se “encaixava” perfeitamente como personagem na sua matéria do jornal. Segundo a repórter, a mulher tinha passado por todos os caminhos identificados pelas estatísticas. Ela tinha deixado o campo em troca de um futuro melhor na cidade, ingressou no mercado de trabalho junto com outras mulheres, conseguiu um emprego formal e, nos últimos anos, acabou desempregada e entrou na informalidade. [A repórter] lembra que a personagem liga o leitor ao fenômeno que está sendo mostrado (FONSECA, 2005, p. 80).

Na citação, a repórter tem a ilusão de estar construindo um caminho lógico entre a interpretação conferida a um conjunto de informações estatísticas e a escolha de um personagem que julga ser capaz de exemplificar para o leitor os aspectos ressaltados na pesquisa do IBGE, com o objetivo de possibilitar uma aproximação entre o leitor e a matéria jornalística. É nesse ponto que retomamos a discussão sobre a posição-sujeito de aproximação do discurso do cotidiano, que é justamente quando o jornalista passa a buscar formas para falar sobre as estatísticas, de um modo que acredita ser mais palatável ao senso comum, utilizando-se, para isso, de recursos como a publicação de fotografias de personagens.

Grigoletto (2005) trabalha com tal denominação para essa posição-sujeito, percebendo sua marcação nos discursos de divulgação científica, em duas revistas, nos momentos em que o jornalista passava a utilizar termos e expressões extraídas da linguagem do senso comum, para explicar ou chamar a atenção para questões científicas, o que era feito através da aproximação com situações do dia-a-dia, inicialmente baseadas em interpretações mais palatáveis para pessoas leigas, para somente depois introduzir explicações dadas por cientistas. De acordo com essa perspectiva é que vamos considerar a inserção de imagens nas matérias, como um mecanismo de aproximação com o público, considerando sua construção e sua inclusão na cobertura jornalística como fruto de um trabalho da ideologia.

A perspectiva, então, é pensar nos sentidos que se inscrevem nessas imagens, se eles as aproximam ou as distanciam do discurso do IBGE, materializado nos releases. Para isso, é preciso considerar os elementos que foram escolhidos para compor as fotografias dos personagens, percebendo quais se repetem, quais não são mostrados, em que circunstâncias e, em especial, a qual memória estão relacionados, e como os sentidos tencionam os acontecimentos demarcados nessas divulgações. Tudo isso, sem perder de vista as relações entre a significação dessas imagens e as sequências discursivas analisadas no capítulo quatro, o que remete à discussão sobre o modo como o verbal e o não verbal significam em conjunto no discurso jornalístico.

5.1. Imagens e sentidos: a relação entre o verbal e o não-verbal na construção do acontecimento jornalístico

Conforme dito antes, um discurso não é produzido aleatoriamente, ao contrário, ele se estrutura a partir de determinadas condições de produção, as quais consideram o sujeito, a situação em que ele está envolvido, o contexto histórico, a ideologia e a maneira como a memória possibilita que essas condições se estabeleçam e, em conjunto, interfiram no processo de constituição das formações imaginárias que afetam o sujeito (ORLANDI, 2010). Assim, à concepção de um sujeito jornalista vista no capítulo três, vamos acrescentar outros elementos teóricos, pensando no processo de elaboração de imagens pelo fotojornalismo, em especial na configuração de retratos de personagens nas matérias sobre o IBGE.

No depoimento da repórter, transcrito acima, a utilização de um personagem tem como justificativa a necessidade de aproximar e esclarecer o leitor em relação ao assunto tratado. Fonseca (2005), com base em entrevistas com jornalistas, explica que os veículos de comunicação recomendam que seus profissionais não abusem do emprego de números. Nesse sentido, orientam que sejam escolhidos personagens que possam ser vistos pelos leitores como um exemplo vivo da situação retratada por esses mesmos números.

A orientação pode ser relacionada a conceitos do campo do jornalismo que tratam dos valores associados à elaboração da notícia, no caso a personificação. Conforme Traquina (2013b), é uma lógica segundo a qual quanto mais personalizado for o acontecimento, mais possibilidade terá a notícia de ser percebida. Assim, personalizar significa valorizar as pessoas envolvidas no acontecimento, uma estratégia baseada na ideia de que pessoas se interessam por outras pessoas. A partir de Erbolato (1991), é possível acrescentar que se trata de revestir a notícia de interesse humano, mostrando dificuldades, prazeres e histórias das pessoas.

Ainda no campo do jornalismo, mas especificamente em relação à fotografia, de acordo com Sousa (2002), nos jornais a imagem precisa juntar a força noticiosa à força visual, passar uma impressão de realidade e de verdade. Para atingir este objetivo, o fotojornalista busca atribuir o sentido desejado à imagem, evitando elementos que, em sua composição, possam distrair a atenção e que não sejam necessários ao entendimento da situação representada. Em outras palavras, uma fotografia publicada pela imprensa deve transmitir uma única ideia ou sensação ao leitor, o que é possível a partir da delimitação do foco da atenção do observador na

imagem, de forma que ele possa perceber a articulação entre este ponto principal e os secundários na compreensão da mensagem.

Outro aspecto ressaltado pelo autor é que, para a imagem reter a atenção do observador, ela também precisa estar de acordo com suas expectativas, motivações, hábitos, temores e experiências anteriores, como no caso de fotografias de personagens publicadas pela imprensa: “O retrato fotojornalístico existe, antes do mais, porque os leitores gostam de saber como são as pessoas que aparecem nas histórias” (SOUSA, 2002, p. 121). Nesse caso, o autor destaca que o fotógrafo deve realçar alguma faceta física exterior da pessoa ou grupo a ser fotografado, além de evidenciar um traço de sua personalidade (individual ou coletiva), o que, segundo ele, pode ser feito por meio do foco na expressão facial, mas sem deixar de considerar os objetos presentes no ambiente que possam contribuir para a identificação dos sujeitos fotografados.

Segundo Kobre (2011), muitos fotógrafos defendem que o espectador fica mais envolvido com o tema de um retrato quando consegue fazer contato visual com o personagem, o que é possível quando ele olha diretamente para a câmera quando é fotografado. Por isso, defende a importância de realçar aspectos da aparência da pessoa fotografada, como as rugas na testa. O autor também tece considerações sobre o ambiente: “(...) a imagem da pessoa é importante, mas, por si só, não é suficiente: também precisamos mostrar a relação da pessoa com o mundo” (2011, p. 93) – o que pode ser feito quando se fotografa o personagem em meio aos objetos cotidianos de sua vida.

Em termos de formação imaginária, o sujeito jornalista, no processo de elaboração e publicação de imagens de personagens, acredita que personifica um dado estatístico de forma a torná-lo atraente e compreensível para seu leitor. Neste processo, procura seguir as referências do campo do jornalismo, como a objetividade, mas também realça elementos que o fotojornalismo mostra como relevantes na composição de um retrato. O sujeito também se orienta por meio da imagem que tem de seu leitor, do que cativaria sua atenção, o que o sensibilizaria. Tudo isso a partir de uma construção que se deu ao longo do tempo, na história. Como veremos, há tipologias de imagens desses personagens que se repetem nas divulgações, o que configura uma forma de mostrar as estatísticas do Brasil nos jornais.

Apesar de todos os fatores envolvidos na concepção de um retrato se basearem no visual, é importante não esquecer que, na página de um jornal, texto e imagem significam em conjunto. Conforme Sousa (2002), apesar de fotografia e texto não serem estruturas homogêneas, em fotojornalismo um não existe sem o outro, pois o texto especifica a imagem e a contextualiza.

Assim sendo, como investigar a relação entre verbal e não-verbal em um contexto como o da imprensa?

A partir do campo da linguagem e do discurso, segundo Souza (2001), a imagem pode ser “lida”; ela informa, comunica, se constitui em texto, em discurso. Uma fotografia se torna visível, por exemplo, por meio do trabalho de interpretação que se faz pelo olhar, que ao recortar um dos elementos constitutivos da imagem se produz outra imagem, outro texto. Para interpretá-la, é preciso estabelecer sua relação com a cultura, com o histórico e com a formação social dos sujeitos. Ainda de acordo com a autora, na imagem há implícitos que funcionam como pistas que favorecem a compreensão das associações de ordem simbólica e ideológica, bem como silenciamentos e apagamentos de outras imagens possíveis.

Para Orlandi (1995), na mídia, os sentidos que circulam nos discursos são remetidos ao código verbal, representado com palavras do dia a dia, apesar da existência de signos de diferentes naturezas. Mas, ainda de acordo com a autora, o que parece uma necessidade é, na verdade, uma concepção historicamente construída baseada na ilusão de que se pode separar forma e conteúdo, tornando equivalentes os conteúdos de diferentes linguagens, ao serem significados por meio do verbal, como ocorre com a fotografia. Essa perspectiva se baseia na produção sistemática, ao longo da história, de instrumentos de conhecimento da linguagem verbal humana, como gramáticas, vocabulários e dicionários, cuja consequência é a imagem do verbal como onipresente, construindo-se, assim, a crença na estabilidade e no efeito de evidência de seu funcionamento.

Na perspectiva da Análise de Discurso (AD) não há separação entre forma e conteúdo, pois o que interessa aos analistas é o funcionamento discursivo, as relações que se dão entre formações discursivas (FDs). Como visto no capítulo 3, uma FD pode ser definida como aquilo que numa formação ideológica dada, a partir de uma posição em uma conjuntura sociohistórica, delimita o que pode e deve ser dito. Nessa perspectiva, tanto no verbal quanto no não-verbal, os sentidos são determinados ideologicamente e derivam das FDs em que se inscrevem (ORLANDI, 2010). Cabe ao analista, em busca da compreensão dos sentidos, observar as condições de produção e verificar o funcionamento da memória, remetendo os dizeres a uma FD.

Como define Pêcheux (1999), pensar a memória é considerar as operações que possibilitam o passado se marcar no discurso, mantendo regularizações e ao mesmo tempo perturbando redes de sentidos que pareciam estabilizadas. Também é remeter a práticas

discursivas inscritas em uma determinada luta ideológica, que orienta o que e como devemos nos lembrar, bem como aquilo que deve ser esquecido.

Reconhecer a existência de lutas no âmbito do discurso necessariamente nos leva a buscar as tensões no processo de construção social da memória. Nosso trabalho, então, passa a ser o de identificar a rede de sentidos, constituída a partir dos acontecimentos, entendidos como uma prática discursiva, vislumbrados na análise das imagens que também integram o corpus da presente pesquisa, as quais foram selecionadas de acordo com critérios que se mostraram relevantes ao longo da observação de materialidades recorrentes nas fotografias, como veremos mais à frente.

5.2. A memória nas/das imagens

As discussões sobre o não-verbal baseadas em trabalhos de Jean-Jaques Courtine, autor que elaborou o conceito de memória discursiva no campo da Análise de Discurso, têm como referência escritos de Pêcheux dos anos 1980, no qual o autor falava das transformações das “línguas de madeira” em “línguas de vento”, a passagem das formas discursivas tradicionais dos discursos políticos para as formas mais breves e efêmeras do discurso publicitário, tendo como pano de fundo a importância das mídias na circulação desses discursos. Segundo Courtine, “as línguas de vento funcionam sem mestre aparente”, dissimulam melhor que as línguas de madeira, mascarando o assujeitamento a partir do emprego de fórmulas baseadas na leveza das intenções (2011, p. 148).

Assim, a preocupação de Pêcheux, de acordo com Courtine, é compreender como os discursos sólidos se tornaram líquidos, como estratégias discursivas da sociedade de consumo haviam penetrado o campo político, em um momento caracterizado pelo fluxo contínuo de sons e imagens. Como parte desse esforço, o próprio autor vê a necessidade de perceber as alterações que tais mudanças mostravam como necessárias à forma de apreender esses discursos. Daí sua avaliação de que o discurso político não seria um texto e sim um fragmento da história que não poderia mais ser reduzido a unidades linguísticas apreendidas apenas por palavras.

Então, de acordo com o autor, um projeto de análise dos discursos também deveria ter em conta as representações feitas por imagens: “(...) os discursos estão imbricados em práticas não-verbais, o verbo não pode mais ser dissociado do corpo e do gesto, (...) de modo que não podemos mais separar linguagem e imagem” (COURTINE, 2011, p. 150). O caminho seria descrever como se entrecruzam regimes de práticas discursivas formados por séries de

enunciados e redes de imagens, considerando as materialidades que se constituem, as memórias coletivas e as individuais.

Com base na reflexão de que a imagem não obedece absolutamente a um modelo de língua, Courtine desenvolveu a noção de intericonicidade, cujo pressuposto é de que há uma relação entre imagens externas e internas, aquelas da lembrança, da rememoração e das impressões visuais armazenadas pelo indivíduo, explica o autor. O princípio é de que, em nós uma imagem faz surgir outras imagens, vistas ou simplesmente imaginadas. Assim, o corpo é trazido para o centro da análise, pelo fato de se considerar as memórias das imagens tecidas a partir do próprio indivíduo, aquelas que frequentam seu imaginário.

“A intericonicidade supõe (...) dar um tratamento discursivo às imagens, supõe considerar as relações entre imagens que produzem os sentidos: imagens exteriores ao sujeito, como quando uma imagem pode ser inscrita em uma série de imagens, uma arqueologia, de modo semelhante ao enunciado em uma rede de formulações, em Foucault; mas também imagens internas, que supõem a consideração de todo conjunto da memória da imagem no indivíduo e talvez também os sonhos, as imagens vistas, esquecidas, ressurgidas ou fantasiadas que frequentam o imaginário” (COURTINE, 2011, p. 160).

A partir desta definição, as questões lançadas pelo próprio autor são as de como articular essas imagens internas e externas ao indivíduo cuja memória é partilhada; como identificar os traços que foram deixados por outras imagens e reestabelecer a genealogia das imagens de nossa cultura. Dessa forma, a análise consistiria na identificação dos indícios dessa memória nas imagens, uma genealogia dos traços que a atravessam e a constitui.

Milanez (2013) aponta aspectos teóricos e metodológicos que auxiliam na configuração do quadro de funcionamento discursivo de imagens sob a perspectiva da memória, retomando o conceito de intericonicidade definido por Courtine. Nesse sentido, a proposta é identificar e discutir o enunciado nas imagens e sua relação com a intericonicidade, partindo de uma materialidade que possibilite a compreensão do funcionamento da memória no campo discursivo imagético.

Analisar imagens a partir da ótica da intericonicidade é se ater às regularidades entre memórias que, ao se relacionarem, entram em ebulição e produzem acontecimentos. Esses acontecimentos se estabelecem a partir de operacionalizações específicas que, em uma imagem, conservam alguns traços e apagam outros, o que pode levar à produção de novos discursos. Segundo Milanez, uma imagem sempre subsistirá uma outra imagem, daí a importância de se saber quem fala naquela imagem e quais são seus limites.

Em termos metodológicos, Milanez propõe pensar a configuração e a disposição dos elementos que em uma imagem direcionam a atenção do observador, segundo uma pedagogia do olhar socialmente definida. Inicialmente, tais marcas seriam percebidas a partir do posicionamento do observador diante da imagem, de suas impressões, para, em seguida, serem tomadas de forma ampliada no contexto da história: “As imagens dentro de mim e que são compartilhadas, modificadas, invertidas, apagadas e reinventadas pelo seio sociocultural-histórico não são somente minhas em particular, mas fazem parte de uma ilusão de coletividade que quer acreditar que elas seriam únicas.” (MILANEZ, 2013, p. 348).

No caso dos personagens dos retratos nas coberturas jornalísticas sobre as pesquisas do IBGE, é importante elencar quais elementos poderiam constituir o foco da análise. Para isso, é preciso ter em vista que esses personagens nada mais são que pessoas selecionadas para posarem para o fotógrafo, em grupo ou individualmente, inseridas em um determinado contexto, com o intuito de constituir a imagem de uma situação que possa ser vivenciada ou ao menos reconhecida pelo leitor. É nos próprios corpos e nos ambientes em que foram fotografados que devemos buscar as materialidades discursivas sobre as quais vai incidir a análise.

Ainda de acordo com Milanez (2011), o corpo produz sentidos que se materializam e constituem o sujeito que somos, pois nossos gestos e movimentos estão circunscritos em ordenamentos sociais que moldam nosso comportamento. É assim que se configura uma determinada moral relacionada ao comportamento no seio de regras e valores, os quais vão designar a maneira de posicionar nosso corpo nos espaços que circulamos. Entretanto, o autor ressalta que não se trata da submissão a uma moral que se reduz à obediência a um conjunto de regras e valores, mas de um posicionamento em relação a esses códigos.

Realçar alguma faceta física da pessoa, evidenciar um traço de sua personalidade, através do foco em sua expressão facial, e considerar os objetos presentes no ambiente são algumas orientações de Sousa (2002) para a produção de um retrato de personagem no campo do jornalismo. Ao fazer isso, o fotojornalista tem a ilusão de estar conscientemente imprimindo um conjunto de marcas nessa imagem. Entretanto, a pose do personagem e o enquadramento de seu corpo no espaço definido pelo fotógrafo são ações carregadas de marcas da história, do social. Segundo Milanez, o controle da expressão, por exemplo, é resultado da obediência do sujeito a uma unidade discursivo-jurídica, que o coage a agir dentro de um padrão: “um conjunto de índices tomados tanto como estratégia para a construção e esquadramento do corpo como para o cálculo e controle de posturas” (2011, p. 206).

A relação entre o olhar do observador e o discurso permite a criação de um arcabouço

de enunciados. A questão proposta por Milanez (2011) é a de encontrar um ponto de convergência na imagem, que possibilite um sentido de leitura, o que varia de imagem para imagem. Tratar-se-ia, portanto, da definição de um ponto de visibilidade do qual surgiriam os enunciados. Cada um desses pontos, segundo o autor, é colocado em rede, por meio de um acesso à memória das imagens, possibilitando o estabelecimento de uma relação interdiscursiva entre imagens, o que ocorre em função de elementos que estão inscritos nelas mesmas.

Na presente pesquisa, a direção do olhar dos personagens e seu posicionamento diante da câmera, os objetos presentes na cena fotografada, bem como o espaço enquadrado, foram aspectos que se mostraram ricos em significados para dar prosseguimento em nossa análise. Nas próximas seções vamos centrar a análise em fotografias coletadas nas primeiras páginas dos jornais O Globo e O Estado de São Paulo. A Folha de São Paulo não foi considerada, porque não publicou nenhuma fotografia de personagens nas chamadas de primeira página, relativas às pesquisas do IBGE, as quais, em termos de imagem, continham apenas gráficos e ilustrações.

5.2.1. As fotografias de primeira página do jornal O Estado de São Paulo

Vamos iniciar a análise observando a construção de sentidos em quatro fotografias publicadas na primeira página do jornal paulista. Procuramos, como fizemos no capítulo anterior, organizar a análise, respeitando a ordem cronológica das divulgações, o que está relacionado ao cronograma de lançamentos das pesquisas do IBGE. Porém, essa opção metodológica não foi adotada de forma a funcionar como uma regra fechada e absoluta, pois o que nos interessa é a compreensão da intericonicidade entre as imagens, cujo funcionamento, nos âmbitos do discurso e da memória, não se limita ao conjunto de fotografias coletadas no jornal, e sim, se inscreve em um universo mais amplo de imagens historicamente significadas.

Feitas as considerações iniciais, podemos dar sequência, começando pelo estudo das duas primeiras fotografias:

SP, RJ, MG, PR e SC:
R\$ 2,20
Demais Estados: ver
tabela na página A4
★ Edição das 21h30

O ESTADO DE S. PAULO

RUY MESQUITA
Diretor-responsável

Julio Mesquita (1891-1927) Julio de Mesquita Filho (1927-1969) ANO 124 SÁBADO Nº 40170 SÃO PAULO, 11 DE OUTUBRO DE 2003 Francisco Mesquita (1927-1969) Julio de Mesquita Neto (1969-1996)

Tabela do IR não terá correção, diz Dirceu

Rebeldes de Cancún pedem comércio justo

Os Rebeldes de Cancún, grupo de países formado após o último encontro da Organização Mundial do Comércio, se reuniram ontem em Buenos Aires para pedir "um processo de liberalização comercial sobre bases justas e equilibradas", contra o protecionismo de EUA e União Européia. O grupo, que inclui o Brasil, chegou a ser conhecido como G22, por ter reunido 22 países. Entretanto, com as deserções, transformouse em G18 e, agora, passa a ser chamado GX, apenas com 12 países. **Pág. B1**

Para Meirelles, 'recuperação já começou'

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, informou ontem, em palestra a empresários alemães, que a previsão de déficit em conta corrente do País para este ano, de US\$ 1,2 bilhão, é conservadora. "Poderá inclusive haver um superávit", disse. Ele apresentou perspectivas positivas para a economia brasileira, disse que as condições para o crescimento já existem e estimulou os empresários a investirem no Brasil. Depois, em entrevista, reforçou: "A recuperação já começou." **Pág. B5**

Bush anuncia novas medidas contra Fidel

O presidente dos EUA, George W. Bush, anunciou ontem novas medidas em relação a Cuba, para enfraquecer o regime de Fidel Castro. Entre elas estão maiores restrições às viagens de americanos para a ilha e adoção de "facilidades redobradas" aos cubanos que desejam viajar para os EUA. Bush anunciou também a criação da Comissão de Ajuda para uma Cuba Livre. **Pág. A19**

Polêmica: o papa passa por diálise?

Invasões de terra cresceram 75%
Pág. A12

NOTAS E INFORMAÇÕES

Há um escândalo dentro de outro escândalo, na Receita Federal. Uma mega-fraude e uma mesquinha disputa pelo poder abalam a imagem do órgão. "O escândalo na Receita", na pág. A3

TEMPO
Frente fria deixa o tempo instável em SP. Previsto de chuva fraca e de algumas algarobas de sol no interior do Estado. No capital, de 15 a 20°. **Pág. C2**

SUAS CONTAS		
Cota	Cópia	Valor
Comercial	2,830	2,832
Turismo	2,770	2,890
Poupança	2,863	2,947
Previdência		0,8067%

HOJE 100 páginas
(A) Primeira Caderno... 28
(B) Economia... 6
(C) Cidadão 2... 6
(D) Esportes... 6
(E) Fim de semana... 12
(F) Futebol... 8
(G) Classificados... 552 anúncios
www.estadao.com.br



Celular e lama - O açougueiro Marcolino Cerqueira de Lima fala ao celular numa rua da favela onde mora, no Rio

Mais bens; renda menor

Um número cada vez maior de casas com mais bens, como telefone e computador, em uma sociedade com maior escolaridade, mais empregos, mas com trabalhadores ganhando cada vez menos. Esse é o retrato da evolução do Brasil em uma década, mostrado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), realizada pelo IBGE. Alexandra Santos de Melo, de 27 anos, é símbolo da mudança. Há anos sonha em morar numa rua com asfalto e esgoto e ter um telefone. Vítima da lentidão do poder público, só conseguiu o telefone. **Págs. A14 e A15**



Espigas - Greenpeace protesta contra milho transgênico na Alemanha, alegando "contaminação alimentar" **Pág. A13**



De camarote - Schumacher está tranquilo: um ponto fará dele o único hexa da história

Schumacher corre pelo hexa na madrugada

O Mundial de F-1 termina na madrugada deste domingo, no GP do Japão, com largada às 2h30. Michael Schumacher (Ferrari) precisa de um 8.º lugar para levar o inédito 6.º título. E só tem um concorrente: Kimi Räikkönen (McLaren), que pode ser o mais jovem campeão da história. O finlandês precisa vencer e o alemão, não pontuar. **Pág. E5**

Santos busca ânimo para jogar na ABC

A 10 pontos do líder Cruzeiro, o Santos tenta se motivar para pegar o São Caetano (16 horas, com TV). "Até eu fiquei desanimado após o empate com o Guarani, mas temos de reagir", disse Leão. **Pág. E1**

Sem o reajuste, contribuinte pagará mais. Limite de isenção também não muda

O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, disse ontem que o governo não pretende corrigir a atual tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física para o ano que vem. Também não deve elevar o limite de isenção do IR, hoje em R\$ 1.058. "A situação do País exige, em 2004, que o governo mantenha o superávit fiscal", argumentou Dirceu, condenando a ideia de se incluir na reforma tributária a correção anual obrigatória da tabela. Anteriormente, no Senado, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, já havia sinalizado que o governo não está disposto a fazer a correção. Sem ela, o contribuinte paga mais imposto. **Pág. A4**

Ministro culpa Judiciário pela impunidade

O ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, disse que a impunidade no Brasil é culpa do Judiciário e anunciou que já está agendada a vinda de um relator da ONU para averiguar as condições da Justiça. O presidente do STF, Mauricio Corrêa, reagiu: "É o juízo espermeando de quem quer justificar o injustificável." **Pág. A8**



Ativista do Irã ganha o Nobel da Paz

A iraniana Sharin Ebadati (foto), advogada muçulmana que desafiou aiatolás na defesa dos direitos da mulher e da criança em seu país, ganhou ontem o Prêmio Nobel da Paz de 2003. **Pág. A16**

VEJA A REVISTA DO IMÓVEL NO CADERNO 2



Coelho da Fonseca

ISSN - 1516-293-1
9 771516 293071

SP, RJ, MG, PR e SC:
R\$ 2,20
Demais Estados: ver
tabela na página A2
Edição das 21h30

O ESTADO DE S. PAULO

RUY MESQUITA
Diretor

Julio Mesquita (1891-1927) Julio de Mesquita Filho (1927-1969) ANO 125 QUINTA-FEIRA Nº 40525 SÃO PAULO, 30 DE SETEMBRO DE 2004 Francisco Mesquita (1927-1969) Julio de Mesquita Neto (1969-1996)

Para Marta, Serra é tão nefasto quanto Maluf

A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), disse ontem que o rival do PSDB, José Serra, "é tão nefasto quanto" Paulo Maluf, do PP. Marta havia chamado Maluf dessa forma em 2000. A acusação teve origem na declaração de Serra de que petistas e malufistas usam tática nazista na propaganda eleitoral. "Ela chamava o Maluf de nefasto e hoje o paprica", comentou Serra, para quem o PT faz uma "campanha sórdida". O último debate entre os candidatos do Rio e de São Paulo será hoje, na TV Globo. **Págs. A4 e A11**

CNBB quer Lula fora da campanha

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Geraldo Majella Agnelo, disse ontem que o presidente Lula deve ter cuidado para não usar a "força de seu cargo para carrear votos" para seus candidatos nas eleições municipais. "Penso que aqueles que têm uma autoridade grande, como a dele, deveriam se abster totalmente", disse o religioso, lembrando o pedido de votos de Lula para Marta Suplicy (PT). **Pág. A9**

NOTAS E INFORMAÇÕES

Fica a impressão de que a União Europeia e o Mercosul desejam um acordo restrito de comércio para não perturbar o equilíbrio interno dos dois blocos.

"Cada vez mais difícil um acordo Mercosul-UE", na pág. A3

TEMPO

Uma frente fria deixa o tempo chuvoso em grande parte do Sudeste e do Centro-Oeste. Chuvas ocorrem em todas as regiões de SP. No capital, de 14 a 21. **Pág. C2**

SUAS CONTAS

Dólar	Compra	Venda
Comercial	2,852	2,854
Turismo	2,850	2,990
Poupança	3,037	3,107
Poupança		0,7110%

HOJE

72 páginas

(A) Primeiro Caderno	24
(B) Economia	14
(C) Cidadão	9
(D) Caderno 2	12
(E) Esportes	6
(F) Classificados	8

Classificados 1.113 anúncios
www.estadao.com.br

Classificados ESTADÃO

A diferença é que o Estadão funciona.

3855 2001

ISSN - 1516-293-1
9 771516 293057

TRT ordena que 60% voltem ao trabalho, mas bancários se recusam



Piquete - Clientes do Banco do Brasil em Brasília tentam passar sem se sujar por cartazes da greve cheios de óleo queimado

Descumprimento da decisão deve ser punido com multa diária de R\$ 200 mil

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo determinou ontem que todas as agências bancárias voltem a operar a partir de hoje e que pelo menos 60% dos bancários de cada uma delas retornem ao trabalho. O descumprimento da decisão deve resultar em multa diária de R\$ 200 mil ao sindicato da categoria. Em greve há 16 dias, os bancários decidiram manter a paralisação. Também anunciaram que desafiariam a ordem do tribunal e que manterão os piquetes à porta das agências. O TRT iniciou ontem o julgamento da ação impetrada pelo Ministério Público do Trabalho, que pede que a greve seja considerada abusiva. **Pág. B1**

Economia global cresce 5% e bate recorde, diz FMI

A economia mundial terá este ano taxa de crescimento de 5%, a maior dos últimos 30 anos, prevê o FMI. A estimativa representa uma melhora em relação à previsão anterior, de 4,6%. Para 2005, a expansão prevista é de 4,3%. O Fundo aumentou de 3,5% para 4% a projeção de crescimento econômico brasileiro este ano e manteve em 3,5% a previsão para 2005. **Pág. B4**

AIEA desconfia de centrífugas usadas no Brasil

A Agência Internacional de Energia Atômica tem insistido em fazer uma inspeção completa no processo brasileiro de enriquecimento de urânio em Resende (RJ) por desconfiar de que as centrífugas tenham sido compradas clandestinamente no Paquistão. A informação é de um ex-funcionário do Departamento de Defesa dos EUA. **Pág. A13**

Debate de hoje pode ser última chance de Kerry

O presidente dos EUA, George W. Bush, candidato à reeleição, e seu adversário democrata, John Kerry, fazem hoje um debate de 90 minutos (com transmissão no Brasil, a partir de 22h). Bush tem vantagem confortável, segundo as pesquisas, e esta é considerada por analistas como a última oportunidade de Kerry requalificar a disputa. **Pág. A20**

Ministro garante liberação de soja transgênica

O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, informou que o governo vai liberar o plantio de soja transgênica na safra 2004/2005, a exemplo do que ocorreu em 2003. Mas ele defende que o caso seja resolvido no Congresso, onde tramita o projeto de Lei de Biossegurança. O Planalto calcula ser possível aprovar a lei na semana que vem. **Pág. A18**

Bons e maus números no 1.º ano de Lula

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2003, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), captou em cheio os efeitos da dura política econômica do primeiro ano do governo Lula, especialmente os juros muito altos para conter a inflação. O choque negativo nos dados de conjuntura, como emprego e renda, e a continuidade dos avanços nos indicadores estruturais, como educação, trabalho infantil e saneamento, eram, em síntese, o quadro social brasileiro em setembro e outubro de 2003. Outros destaques significativos foram a queda da taxa de fecundidade e uma melhora na distribuição de renda. Alguns destaques:

Trabalho formal cresce, mas não tanto quanto a população

Diminuem os analfabetos, mas em ritmo menor

Há menos crianças de 5 a 6 anos fora da escola

Págs. A14 e A17



Impulsos - Rose Mary Alves e família, no Rio: linha fixa deu lugar a celular em casa

Histórias de mulheres do Brasil

Como num quebra-cabeças, o filme *Mulheres do Brasil* busca expressar a condição feminina por meio de cinco histórias vividas em diferentes regiões do País. **CADERNO 2**

Powell confirma viagem ao Brasil

Pág. A13

Gil: Ancinav não tem urgência

Pág. D2

Embraer vende 45 aviões a canadenses

Pág. B9

Amação beneficia Guarani, diz técnico

Pág. E1

Em uma observação inicial, a **Imagem 1** mostra um homem que caminha em uma rua sem calçamento e coberta de lama. A fotografia foi publicada na parte superior da primeira página, da edição do dia 11 de outubro de 2003, ocupando cerca de um terço da coluna central, espaço valorizado por conferir boa visibilidade à informação, de acordo com as regras de edição em jornalismo. A imagem é de um personagem escolhido para realçar a cobertura sobre os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), cujos dados se referem ao ano de 2002.

Além do homem, que olha para a câmera enquanto caminha e fala em um aparelho de telefone celular, chama a atenção o plano aberto que mostra o ambiente ao redor. Pensando nos sentidos que atribuímos às imagens com as quais nos deparamos, é possível imaginar que se trata de uma pessoa em uma favela ou em uma região de periferia, ambas caracterizadas por uma precária infraestrutura urbana e por terem moradores economicamente desfavorecidos, como também pelos graves problemas relativos à violência. Em função da força dessa memória, o leitor, ao observar a fotografia, talvez a relacione a uma notícia sobre pobreza, enchentes, crescimento urbano desordenado, favelização, ou a outro assunto relativo a problemas sociais periodicamente abordados pela imprensa. Entretanto, a legenda e o título da chamada revelam outros sentidos.

A legenda “**Celular e lama** - O açougueiro Marcolino Cerqueira de Lima fala ao celular numa rua da favela onde mora, no Rio” (grifo do jornal), por um lado, apenas descreve o que se vê na foto (um homem caminhando em uma rua enquanto fala ao celular) e confirma que se trata de uma favela (o que provavelmente um observador pensaria), mas, por outro, acrescenta uma informação importante para a constituição dos sentidos: o contraste entre “celular e lama”. Porém, antes mesmo de ler a legenda, os olhos do leitor talvez sejam atraídos pelo título grafado em tipos grandes: “Mais bens; renda menor”. De posse dessas informações, o leitor poderá olhar a fotografia novamente e, quem sabe, acrescentar novos elementos em sua interpretação, como a questão de que, apesar de possuir um bem valorizado pela grande maioria das pessoas, o senhor Marcolino, como tantos outros, continua pobre, vivendo em um ambiente miserável.

O texto da chamada ainda elenca um outro personagem: uma mulher que conseguiu comprar um telefone, mas não teve a rua asfaltada e nem conseguiu acesso a esgotamento sanitário, problema atribuído à “lentidão do poder público” – crítica que pode ser relacionada à imagem, socialmente construída e alimentada pela imprensa, de inoperância do poder público, em especial quando se considera que a telefonia, citada no texto como exemplo de avanço, é

um serviço que foi privatizado no Brasil na década de 1990, informação sobre a qual o jornal não diz nada a respeito.

Retornando à fotografia, a imagem da rua coberta de lama e da falta de evidências de um projeto de urbanização para todo o espaço enquadrado pelo fotógrafo, são elementos que podem funcionar como um reforço à crítica ao Estado. Porém, o título da chamada contrasta “mais bens” com “menos renda”, e a legenda “celular” e “lama”, o que é significado como uma contradição. Como é possível ter mais bens, com uma renda menor? Como se pode ter um celular e caminhar sobre a lama? Ou então, qual a relevância de se ter um celular e viver mergulhado na lama e na pobreza?

Passando para a **Imagem 2**, verifica-se que ela ocupa a metade inferior da primeira página do jornal, cuja edição, do dia 30 de setembro de 2004, trouxe uma cobertura sobre os resultados da PNAD 2003. Novamente temos como cenário um ambiente cujas marcas o caracterizam como de uma casa típica de pessoas de baixa renda – em função das paredes com tijolos expostos, teto coberto por telhas de amianto e sem forro, piso sem revestimento, cômodo pequeno e com pouco mobiliário. Além do ambiente, o fato de os personagens serem pessoas cuja cor de pele não é branca e o vestuário parecer composto por peças de baixo custo, ajudam a demarcar a imagem como a de pessoas que pertencem aos estratos social e economicamente mais pobres da população.

Esses elementos seriam suficientes para se estabelecer uma relação entre essa fotografia e a anterior. Porém, os sentidos construídos pelo sujeito estabelecem outras formas de relação entre ambas. Primeiro, temos a presença de um objeto de consumo, no caso, mais uma vez, de um aparelho de telefone celular, agora enquadrado no primeiro plano da foto – o que poderia levar o leitor a imaginar que o destaque de primeira página se refere a uma notícia sobre a posse de celular pelas famílias mais pobres, por exemplo.

Porém, o olhar e a fisionomia da menina que segura o aparelho e dos outros dois jovens sugere algo mais. Todos têm expressões muito sérias, o que contrasta com a mulher ao fundo da fotografia, que esboça um discreto sorriso. Tal seriedade poderia ser um sinal de inquietação ou de insatisfação em relação ao telefone, mas não é o que sugere o título da chamada, localizado acima da foto: “Bons e maus números no 1º ano de Lula”. Ou seja, a imagem pode estar relacionada aos “maus” números. Entretanto, a legenda da fotografia diz apenas “**Impulsos** – Rose Mary Alves e família, no Rio: linha fixa deu lugar a celular em casa” - mensagem centrada unicamente na predominância do celular em comparação às linhas de telefonia fixa. E quanto à família de fisionomia séria que olha para a câmera? O texto da

chamada traz mais pistas quando diz que a PNAD “captou em cheio os efeitos da dura política econômica do **primeiro ano do governo Lula** (grifo do jornal), especialmente juros muito altos para conter a inflação”.

Mais uma vez os personagens da fotografia apenas seguram um item valorizado social e economicamente (o celular), mas que não é significado como um indicador de melhoria para eles próprios e nem mesmo como a materialização de um problema que enfrentam (por não funcionar direito, por exemplo). A expressão de seriedade, o olhar dirigido ao leitor e o próprio ambiente enquadrado funcionam como uma marca da posição de um sujeito que se afasta do discurso do governo sobre melhorias alcançadas para os segmentos mais pobres. No caso, o sujeito apenas faz uso da própria existência dessas pessoas como forma de trazer elementos para a construção da imagem de inoperância de um governo, sem ao menos focar qual problema elas enfrentam ou quais conquistas alcançaram. Ficamos sem saber, por exemplo, o que significa para essas pessoas ter um telefone celular.

Nas duas fotografias, apenas os personagens enquadrados em seus ambientes, marcados por uma série de precariedades, já seriam suficientes para demonstrar problemas que ainda não foram resolvidos pelo poder público, especialmente se esses mesmos personagens relatassem suas demandas. Mas o foco das imagens é o telefone celular nas mãos de pessoas, cujas fisionomias não sugerem satisfação, impressão reforçada pelos cenários nos quais foram enquadradas. Reforça-se, assim, a memória de permanência da pobreza, apesar da existência a imagem de marcadores que poderiam sugerir alguns avanços, como é o caso do celular. Ao contrário, a presença desse bem de consumo nas fotografias funciona apenas para reforçar a permanência da pobreza e, principalmente, de sua utilização como forma de crítica ao Estado ou a um governo específico. Tal posicionamento é de um sujeito que busca manter as coisas em seu lugar, inclusive os pobres como pobres.

As próximas fotografias, destacadas a seguir, apresentam uma relação ao mesmo tempo simétrica e oposta às anteriores, o que propicia mais formas de se pensar a intericonicidade entre as imagens:

O ESTADO DE S. PAULO

Edição das
22hJULIO MESQUITA
(1901-1927)DIRETOR:
RUY MESQUITA

SÁBADO

SP, RJ, MG, PR e SC: R\$ 2,50. Demais Estados: ver tabela na página A2.

15 de setembro de 2007 - ANO 128, Nº 41605

estadao.com.br

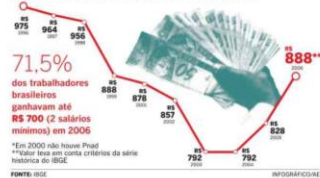
Renda do trabalhador cresce 7,2%

Pnad de 2006 mostra **melhor resultado em 11 anos** • Salário mínimo e inflação baixa garantem ganhos • **Rendimento** médio do brasileiro chega a **R\$ 883** • No **Nordeste** renda aumenta **12,1%**

A renda do trabalhador brasileiro teve em 2006 o maior avanço em 11 anos, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com a retomada da economia e a inflação sob controle, o rendimento médio do trabalho deu um salto de 7,2% de 2005 para 2006, passando de R\$ 824 para R\$ 883. A melhora

foi registrada principalmente nas Regiões Norte e Nordeste e na metade mais pobre dos trabalhadores. No ano passado houve também queda acentuada da taxa de desemprego, ampliação da parcela da população ocupada e aumento do trabalho formal. A pesquisa mostra ainda que a população de negros e pardos (49,5% do total) encostou na de brancos (49,7%). • **CADERNO ESPECIAL**

Rendimento médio mensal dos trabalhadores*



Acesso à universidade aumenta 13,2% em um ano

Em 2006, 97,6% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos frequentavam a escola - no ano anterior eram 97,3%. O número mais impressionante, porém, foi no acesso à universidade: de

2005 para 2006 houve aumento de 13,2% no número de estudantes de nível superior. A taxa de analfabetismo (medida entre pessoas de mais de 15 anos) ficou em 10,2%. • **PÁG. 14**



SONHO DE CONSUMO - Cláudia Alves e a recém-comprada lavadora de roupa: "Há tempos sonhava com ela"

Número de filhos por mulher baixa para dois

As famílias estão ficando cada vez menores e a população do Brasil tende a diminuir a partir de 2030, quando País deverá ter cerca de 225 milhões de habitantes. Entre 1984 e 2006, a média de filhos por mulher caiu de 3,5 para 2. • **PÁG. 16**

3,2 é a média de moradores por casa no Brasil

Trabalho infantil cai, mas ainda afeta 5,1 milhões

O trabalho infantil continuou em queda em 2006. Mas a taxa ainda é alta - 11,5% das crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalham, o que significa 5,1 milhões de pessoas. A atividade é mais frequente entre meninos e na zona rural. • **PÁG. 13**

20h por semana é a média do trabalho infantil

Justiça chinesa quer reduzir número de penas de morte

O Tribunal Supremo da China ordenou aos juízes que sejam mais moderados na emissão de sentenças de morte e ajam com mais compulência em relação a assassinos que cooperarem com as autoridades e a criminosos do colarinho branco que ajudarem a recuperar dinheiro desviado. A orientação ocorre após denúncias de que muitas pessoas têm sido fuziladas por engano. • **PÁG. A21**

CADERNO 2
Millôr lança artigos inéditos

Em dois volumes, peças escritas nos últimos 40 anos. • **PÁG. A22**

Governo promete cortar CPMF de operação de crédito

Mudança foi anunciada por Palocci

O deputado Antonio Palocci (PT-SP), relator da emenda que prorroga a CPMF, informou que o governo pretende reduzir ou eliminar a cobrança da contribuição nas operações de crédito, principalmente no caso de empresas. O texto que prorroga a CPMF até

2011, com alíquota de 0,38%, foi aprovado na madrugada de ontem por comissão da Câmara e agora vai para votação no plenário. No Senado, a oposição promete impedir a votação da emenda, se Renan Calheiros não se afastar da presidência da Casa. • **PÁGS. A4 e A5**

Ensino superior a distância terá novas regras

O ensino superior a distância no País terá avaliação própria para autorização de universidades e reconhecimento dos cursos. Aprovados no Conselho Nacional de Educação, os critérios devem ser homologados pelo ministro Fernando Haddad. O Brasil tem 205 cursos de graduação ou tecnológicos e 575,7 mil alunos no ensino superior a distância. • **PÁG. A32**

Enfermeira é arrastada por carro no Rio e morre

A enfermeira Virgínia Santana de Almeida, de 51 anos, morreu após ser atropelada e arrastada 150 metros por um carro na noite de quinta-feira, no Rio. Ela foi vítima fatal de uma série de roubos que aconteceram no final da tarde na zona norte da cidade. Um homem se apresentou à polícia e disse que ajudou a enfermeira a fugir dos assaltantes. Foi indiciado por homicídio culposo. • **PÁGS. C1 e C4**

Para anunciar nos classificados do Estadão, ligue:

São Paulo
11 3855-2001
Demais localidades
0800-055-2001

classificados
ESTADÃO x zap
www.estadao.com.br/zap

Infecção hospitalar Rio tem surto de contaminações

Há registros de 946 casos em 52 hospitais em 2007. • **PÁG. A38**

Frigorífico Grupo brasileiro vai às compras

Exportador argentino Quickfood está na mira da Marfrig. • **PÁG. B12**

Estadinho
As atrações dos tempos da vovó

Histórias, músicas e filmes antigos trazem boas descobertas. • **PÁG. B13**

ESPORTES



São Paulo e Santos fazem clássico com jeito de final

O São Paulo, do técnico Muricy (à esq.), disputa hoje a sua "final particular" do Brasileiro. As 18h30, no Morumbi, recebe o Santos, treinado por Vanderlei Luxemburgo e apontado pelo técnico são-paulino como a principal ameaça ao título. A 13 rodadas do final do campeonato, a diferença entre os times é de 12 pontos. "Ainda não tem nada decidido", diz Muricy. • **PÁG. E1**

ARTIGO
Dragão chinês

Gilberto Dupas: Há razões para duvidar do papel econômico da China no futuro. • **PÁG. A2**

DÓLAR

COMPR. VENDA
Comercial 1.899 1.901
Turismo 1.820 1.980
Paralelo 2.020 2.120
Poupança 0.6267%

TEMPO

Massa de ar seco e quente garante mais um dia de sol e calor. • **PÁG. C2**
NA CAPITAL 14h MIN. 30h MAX.

PARQUE
CIDADE JARDIM
A SECONDA RESERVA PARA A NOVA CIDADE

VEJA NA
PÁGINA A33.

JHS F

ÍNDICE DE PREÇOS

	12 meses	24 meses
A-12 Consumo	4,0	1,0
B-12 Economia	3,8	0,8
C-12 Inflação	3,8	0,8
D-12 Exportação	1,2	0,2
E-12 Importação	0,8	0,2
F-12 PIBAD	0,2	0,2
G-12 Capitalização	0,2	0,2
H-12 Salário	0,2	0,2
I-12 Desemprego	0,2	0,2
J-12 Produto	0,2	0,2
K-12 Produto	0,2	0,2
L-12 Produto	0,2	0,2
M-12 Produto	0,2	0,2
N-12 Produto	0,2	0,2
O-12 Produto	0,2	0,2
P-12 Produto	0,2	0,2
Q-12 Produto	0,2	0,2
R-12 Produto	0,2	0,2
S-12 Produto	0,2	0,2
T-12 Produto	0,2	0,2
U-12 Produto	0,2	0,2
V-12 Produto	0,2	0,2
W-12 Produto	0,2	0,2
X-12 Produto	0,2	0,2
Y-12 Produto	0,2	0,2
Z-12 Produto	0,2	0,2

NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES

Alerta no mundo rico

Acostumado a surfar na onda de crescimento mundial, o governo brasileiro deveria, para variar,

pensar nas melhores táticas para enfrentar um cenário externo adverso. • **PÁG. A3**

7.9.10.11.12

O ESTADO DE S. PAULO

Quinta-feira 18 DE OUTUBRO DE 2012 R\$ 3,00 ANO 133 Nº 43465 EDIÇÃO DE 20H30 estadão.com.br

Estadão PME
Ideias para o futuro. Aplicativos entram de vez na vida dos empreendedores

Viagem ESPECIAL
Bermuda ou cachecol
Escolha seu itinerário pela temperatura, aqui ou no Hemisfério Norte

Paladar
Café de coador
Cinco métodos de passar o pó. Escolha o filtro e tire o bule do armário

Classificados
Para anunciar no Estadão ligue:
(11) 3855.2001

Haddad está 16 pontos à frente de Serra, diz Ibope

O candidato do PT à Prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad, oscilou um ponto percentual para cima, de 48% para 49%, na segunda pesquisa Ibope/TV Globo divulgada no 2º turno. José Serra (PSDB) caiu quatro pontos em uma semana, passando de 37% para 33%. Com isso, a distância entre os dois ficou em 16 pontos. Em votos válidos – excluídos os entrevistados que pretendem votar nulo ou em branco –, Haddad venceria por 60% a 40%, se a eleição fosse hoje.

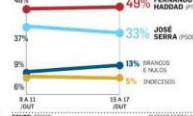
Há uma semana, quando o Ibope divulgou sua primeira pesquisa, o placar estava em 56% a 44%. Na pesquisa espontânea, aquela em que os eleitores manifestam a preferência antes de ler os nomes dos candidatos, Haddad tem 47%, e Serra, 32%. A espontânea é a que revela o voto mais consolidado de cada candidato. A margem de erro é de 3 pontos percentuais. **NACIONAL / PÁG. A8**

Rejeição a ataques

MÁRCIA CAVALLARI
DIRETORA EXECUTIVA DO IPOPE

"Sabemos que os eleitores não gostam de ataques e brigas. As pessoas querem saber como serão resolvidos os problemas que as afetam" (sobre o aumento dos votos brancos e nulos)

Intenção de voto



Análise

José Roberto de Toledo

Armas em xeque

A anticompanha negativa, de ataques, não funcionou na primeira metade do segundo turno. Mesmo assim, é improvável que vá diminuir. **PÁG. A8**

Barbosa diz que Dirceu comandava o mensalão

Ministro iniciou voto sobre a acusação de formação de quadrilha e sinalizou que votará pela condenação

Relator do processo do mensalão no STF, Joaquim Barbosa disse ontem, ao iniciar seu voto sobre as acusações de formação de quadrilha, que o ex-ministro José Dirceu chefiava o esquema de pagamentos de parlamentares no primeiro mandato do ex-presidente Lula. "Há nos autos diversos elementos de convicção a indicar que José Dirceu comandava o núcleo político", afirmou Barbosa, que retomará seu voto hoje. A tendência do ministro é condenar Dirceu, confirmando tese da Procuradoria-Geral da República segundo a qual o petista era "chefe de quadrilha". Trata-se da última das sete "fatias" nas quais o julgamento foi dividido. O objetivo do STF é concluir os

Ex-deputados se livram

O julgamento dos ex-deputados petistas Paulo Rocha (PA) e João Magno (MG) e do ex-ministro Anderson Adauto por lavagem de dinheiro terminou empatado (5 a 5). Com isso, a tendência do STF é absolvê-los. **PÁG. A6**

trabalhos na quinta-feira – a três dias do 2º turno das eleições – sob a justificativa de que o relator fará viagem para tratamento médico. Dirceu já foi condenado pelo crime de corrupção ativa, acusado de comandar o esquema de compra de votos e de apoio no Congresso. **NACIONAL / PÁGS. A4 e A6**



União consensual

Sylvia Teixeira e Eduardo Almeida vivem juntos sem formalizar o casamento. O número de uniões informais cresceu na última década, segundo dados do Censo 2010 divulgados pelo IBGE. **VIDA / PÁG. A26**

Câmara muda regra e oficializa falta às segundas e sextas

Os deputados federais terão sessões ordinárias só entre as terças e quintas. Esvaziada, a Câmara aprova ontem, em votação simbólica, projeto de resolu-

ção que oficializa a "gazeta" dos parlamentares às segundas e sextas. O regimento interno previa sessões ordinárias em cinco dias. **NACIONAL / PÁG. A18**

Arrecadação cai e governo revê meta

A equipe econômica prevê que não haverá aumento de receita em relação a 2011 e decide abater obras do PAC da meta do superávit das contas públicas. **ECONOMIA / PÁG. B9**

Ganho dos bancos com tarifa cresce 33%

ECONOMIA / PÁG. B1

Senado do Uruguai aprova lei do aborto

VIDA / PÁG. A25

52 anos de violência em SP

As mortes de policiais e de suspeitos neste ano mudaram a tendência de queda dos homicídios. Série especial do Estadão revelou que entender a natureza dos conflitos ajuda a definir se a expansão será conjuntural ou estrutural. **CIDADES / PÁG. C6**

MOHAMED A. EL-ERIAN
Trocas de acusações e economia
Depois de quatro anos de crise econômica, as intermináveis recriminações impedem que cheguemos a um consenso sobre como sair da enrascada. **ECONOMIA / PÁG. B13**

THOMAS FRIEDMAN
Como avaliar o debate
O candidato que oferecer um plano econômico ousado para tirar o país da crise vencerá a eleição presidencial nos Estados Unidos. **VISÃO GLOBAL / PÁG. A23**

FERNANDO REINACH
A generosidade e o egoísmo
Experimento mostra que somos programados para, no caso de termos que agir rapidamente, optarmos por uma atitude generosa. **VIDA / PÁG. A27**

Tempo na capital

26° Máx.
16° Mín.
Sol, muitas nuvens e chuva
HOJE: 118 PÁGINAS
18 DE CLASSIFICADOS

NOTAS & INFORMAÇÕES

Cabresto na Petrobrás
Estatal permanece refém do voluntarismo do governo, com danos para a atividade empresarial. **PÁG. A3**

HYUNDAI NEW THINKING. NEW POSSIBILITIES.

Veloster 2013
UMA INCRÍVEL OUSADIA DA HYUNDAI QUE DEU CERTO.

VEJA NA PÁGINA 5.

TAXA ZERO 50% DE ENTRADA E SALDO EM 24X SEM JUROS.

Respeite os limites de velocidade.

Na **Imagem 3**, publicada no dia 15 de setembro de 2007, uma mulher segura um bebê e posa ao lado de um bem de consumo, no caso uma lavadora de roupas que parece nova. Diferentemente dos personagens anteriores, ela sorri ao olhar para a câmera. O enquadramento da imagem privilegia apenas a mulher, a criança e a lavadora. Curiosamente, o pouco que é mostrado do ambiente não é o bastante para descrevê-lo, o que revela outra diferença em relação às duas primeiras fotografias. Entretanto, não é somente a fisionomia da mulher e a não inclusão de detalhes significativos do ambiente que tornam essa imagem distinta das anteriores: a cor da pele (branca) da mulher e da criança e suas roupas também são marcadamente distintas. Podemos compreender esses contrastes como algo que não ocorreu por acaso, mas como materializações de uma memória na qual se inscreve o discurso e determina como o sujeito pode se posicionar.

A legenda “SONHO DE CONSUMO – Cláudia Alves e a recém-comprada lavadora de roupa: ‘Há tempos sonhava com ela’” (caixa alta definida pelo jornal) indica um funcionamento discursivo diferente para o bem de consumo quando comparado ao das outras imagens. Aqui ele é diretamente relacionado à personagem, contextualizado como a concretização de um sonho, que no processo de significação conferida pela imprensa às estatísticas do IBGE funciona como um elemento que agrega valor à imagem de um país que avança em termos econômicos, como mostra o próprio título da chamada: Renda dos trabalhadores cresce 7,2%. Também como textualiza o subtítulo, ao afirmar que “Pnad de 2006 mostra o **melhor resultado em 11 anos**” (grifo do jornal). Assim, em uma chamada em que o jornal destaca uma melhor condição econômica e social para o país, o personagem escolhido para representar a “retomada da economia” e da “inflação sob controle” é de cor branca, que sorri e se mostra realizado por ter adquirido um bem de consumo.

Retornando às imagens 1 e 2, nas quais as pessoas fotografadas seguram um aparelho de telefone celular, olham para a câmera, mas não sorriem, a fisionomia séria, o ambiente no qual foram enquadradas e a posse do telefone são elementos que as interligam, que mostram uma continuidade na construção de sentidos sobre a pobreza e a aposse de bens de consumo. Esses personagens compõem chamadas de primeira página que enfatizam os problemas identificados nos dados estatísticos sobre o país. Já na Imagem 3, vemos que a mulher olha para a câmera e sorri e também exibe um bem (uma lavadora de roupas), mas o cenário em que ela e o filho estão é omitido.

Então, o aspecto que é estável nas três imagens é o bem de consumo associado aos

personagens. Enquanto nas primeiras fotografias os celulares funcionam como elemento causador de um estranhamento diante do cenário povoado por pessoas que não estão sorrindo, na terceira imagem, devido à ausência de um cenário, a lavadora só pode ser contrastada com a mulher que sorri ao seu lado, a qual parece estar atuando em uma dessas propagandas nas quais uma dona de casa exibe um eletrodoméstico ou uma participando de um programa de auditório que distribui prêmios para os vencedores das gincanas que promovem.

A **Imagem 4** é a foto de um casal que ocupou espaço destacado na primeira página do jornal, no dia 18 de outubro de 2012, quando foi divulgado mais um conjunto de dados do Censo 2010. Na imagem não há detalhes a respeito do ambiente onde se encontra o casal, mas os mostra sorridentes e olhando para a câmera, juntos um do outro, recostados em um sofá. Ambos são brancos. Ao observá-los não há dúvidas quanto a possibilidade de serem considerados como pessoas de classe média. O detalhe que chama a atenção é o notebook no colo da mulher.

Comparando-a com as imagens anteriores, é possível identificar elementos em sua composição que a relaciona às outras fotografias: a direção do olhar (para a câmera), a expressão facial (sorridentes), o ambiente (não enquadrado) e o bem de consumo (notebook). No primeiro plano, está o casal abraçado e sorrindo, e, ao fundo, o computador posicionado em segundo plano. Tal configuração confere maior destaque para o casal, o que é confirmado pela legenda: “**União consensual:** Sylvia Teixeira e Eduardo Almeida vivem juntos sem formalizar o casamento. O número de uniões informais cresceu na última década, segundo dados do Censo 2000 divulgados pelo IBGE”.

No texto, o casal é significado como personagens que funcionam como exemplos de pessoas que optaram por viver uma união consensual, sem formalizar o casamento, o que os coloca na posição de protagonistas de uma mudança na configuração dos relacionamentos que, também segundo a legenda, vem se ampliando nas últimas décadas. O notebook parece funcionar apenas como um elemento que agrega valor - por ser um bem que também é símbolo de avanços conquistados pela população - ao protagonismo do casal por estarem entre aqueles que são símbolo da mudança nas estatísticas sobre casamentos no Brasil. O computador também não é significado como um elemento que contrasta com os demais, cujos sentidos mostram o personagem como seu mero suporte. Aqui ele aparece integrado à cena, mesmo que naturalmente disposto no colo da mulher.

Uma questão que se impõe ao final dessas considerações é quanto a uma possível troca de personagens nessa mesma chamada. Se o assunto destacado é o aumento das uniões

consensuais no país, será que pessoas como as mostradas nas três imagens anteriores, em especial nas duas primeiras, poderiam nela figurar? Um caminho para se pensar uma resposta para a indagação é que há um discurso que se apoia em uma memória que busca estabilizar os sentidos construídos para a pobreza no país; e outro discurso baseado na construção de novos sentidos que buscam evidenciar mudança nessas estruturas que regulam esse mesmo discurso sobre a pobreza.

5.2.2. As fotografias de primeira página do jornal O Globo

Do jornal O Globo, foram selecionadas quatro imagens, sendo duas de primeiras páginas e duas do corpo de duas matérias. Três dessas imagens já haviam sido analisadas em trabalhos que tinham outros propósitos, em especial discutir a significação do verbal e do não-verbal, conforme indicamos mais à frente, mas aqui elas foram inseridas nas análises sobre a significação dos personagens, conferida pelo sujeito, ao se colocar na posição de aproximação do discurso do cotidiano.

A seguir, a **Imagem 5** compõe a chamada de primeira página do jornal O Globo, do dia 30 de abril de 2011, sobre a divulgação dos resultados do Censo 2010, que foi publicada ao lado da chamada sobre a cobertura do casamento do príncipe William, membro da família real britânica. Elas foram dispostas uma ao lado da outra e articuladas pela vinheta “Vidas reais.

Vidas reais

Reino unido pelo conto de fadas

William e Kate quebram protocolo com 2 beijos diante da multidão e príncipe dirige carro após casamento



O CASAL REAL se beija na sacada do Palácio de Buckingham, ao lado de uma mal-humorada dama de honra

Diante de 1.900 convidados na Abadia de Westminster, um milhão nas ruas de Londres e estímulos de dois bilhões colados às telas do mundo todo, o príncipe William casou-se ontem com a plebeia Kate Middleton, num espetáculo de pompa e cerimônia que não deixou de ter a emoção de uma solenidade final. O casal quebrou o protocolo ao trocar dois beijos na sacada do Palácio de Buckingham, ao lado de uma mal-humorada dama de honra

beijos na sacada do Palácio de Buckingham e ao sair de carro com William ao volante, para delírio da multidão. O vestido de Kate, um segredo guardado a sete chaves, surpreendeu pela simplicidade e agradou a todos. A princesa Diana, mãe do noivo morto em 1997 num acidente de carro em Paris, foi lembrada com músicas. **Páginas 46 a 50**

O Brasil avança, mas lentamente

Censo mostra país mais velho e feminino; e menos branco



SEM MARQUE: mulheres já superam em quase 4 milhões a população masculina, afetada pela violência

O Brasil revelado pelo Censo 2010 é um país com mais renda, infraestrutura e educação, mas em ritmo lento de melhoria. Entre os maiores problemas, o saneamento básico: só 55,5% dos domicílios têm acesso à rede de esgoto. A taxa era de 47,3% em 2000 e 35,3% em 1991 — o avanço nesse setor ocorreu, portanto, num ritmo menor que nos anos 90. Para especialistas, no quadro atual de investimentos, só em 2070 o Brasil poderá somar com 100% de acesso a esgoto. Num país mais urbano, mais feminino e mais velho, o maior crescimento é o de cidades de médio porte, como Rio das Ostras, cuja população aumentou 180%. Pela primeira vez, brancos não são maioria. **Páginas 3 a 18**

Superman não é mais americano

Um dos ícones dos EUA, o Super-Homem decidiu abrir mão da nacionalidade americana. Na última edição da revista "Action Comics", ele se disse cansado de ser visto como peão da política de Washington. **Página 51**



SUPER-HOMEM: decisão de ser cidadão do mundo após voar para o Iraque



OBAMA VISITA a cidade de Tuzluca, devastada por um terremoto

Obama promete ajuda rápida ao Sul arrasado

Dois dias após mostrar a certidão de nascimento para provar que é americano, Obama foi ao Sul do país, devastado por tornados que mataram 339 pessoas, na maior catástrofe desde o Katrina em 2005. **Página 51**

SEBASTIÃO CADEIRO
Aos 69 anos, o diretor Adriel Freire-Filho atua como ator no monólogo "Depois do filme", no Pórcincha, espaço experimental anexo ao Teatro Pórcincha que abre as portas em maio.



ELA
Uma viagem pelo Butão, o reino entre Índia e China onde a mulher casada pode ter mais de um marido, os gays se assumem publicamente e o copulante é o melhor e mais caro do mundo.



HISTÓRIA
Na véspera da decisão da Taça Rio, historiador relembra uma partida bem mais acirrada. Em 1942, em plena guerra, ucranianos e alemães se enfrentaram no Jogo da Morte. **Página 52**

POESIA E VERBO
Com exposições em Londres e Nova York, o dissidente chinês Ai Weiwei está preso desde o dia 3 pelo governo de seu país, e provoca debate sobre liberdade de expressão.

¹⁸ Uma primeira discussão sobre essas imagens foi apresentada no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade, no XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom 2011.

A fotografia da chamada sobre a pesquisa do IBGE é de um grupo de mulheres e crianças que posaram olhando para a câmera, tendo ao fundo algumas construções improvisadas (barracos), compondo um cenário típico de áreas sócio e economicamente carentes, como é o caso de muitas favelas brasileiras. Quase todas as mulheres olham para frente, de modo a estabelecer um contato visual com o leitor, e apresentam uma fisionomia séria, que contrasta com o leve sorriso esboçado pela menina vestida de rosa, à frente do grupo. Em relação ao modo de olhar, a pose e o enquadramento do ambiente, a imagem se assemelha às duas primeiras que coletamos no Estado de São Paulo.

Não há homens na foto, somente mulheres e crianças (quase todas também do sexo feminino) em uma imagem que as enquadra em um cenário que funciona para demarcá-las socialmente. Em um primeiro olhar, mulheres pobres (por que não miseráveis?), sozinhas (sem marido?) com seus filhos, vivendo em um local sem infraestrutura. Mas, não é só isso. No primeiro plano da mesma fotografia, a imagem de Marilyn Monroe gravada em um portão, atrás do qual está posicionado o grupo de mulheres, também parece olhar diretamente para o leitor, mas, ao contrário das demais mulheres, apresenta um largo sorriso estampado no rosto.

A imagem, construída para uma das atrizes ícones do cinema mundial da década de 1960, é de símbolo de beleza e sensualidade (como sugere a imagem em questão), de um mito cultuado até hoje. Sua fama não se deve somente aos papéis representados nas telas, mas também ao espaço que ela ocupou (e ainda ocupa) no imaginário popular, em especial em função das notícias sobre sua vida pessoal, como os casamentos desfeitos.

Em relação às estruturas verbais que acompanham a imagem, o título da chamada de capa, situado acima da fotografia, diz “O Brasil avança, mas lentamente”. A primeira parte da sentença informa que o “Brasil avança” e a foto mostra mulheres em condição de pobreza. A segunda parte da mesma sentença qualifica o ritmo desse avanço: “lentamente”. Então, o texto poderia ser “O Brasil avança lentamente”, porém ao se inserir a conjunção “mas”, enfatiza-se a lentidão das melhorias e a ideia de um país que avança é contida e perde força. Ao contrastarmos o título e a foto, fica difícil identificar o “Brasil [que] avança”, mesmo que seja “lentamente” - a não ser que se trate de um país extremamente pobre. Isso nos leva a perceber que o texto “O Brasil avança, mas lentamente” remete a outro, que poderia ser “O Brasil não avança o suficiente” ou mesmo “O Brasil não avança”.

Já o texto da chamada diz que o Brasil é um país com mais renda, infraestrutura e educação, e também mais velho, urbano e feminino. A última frase do texto diz que “Pela primeira vez, brancos não são maioria”, informação que também está presente no subtítulo da

chamada: “Censo mostra país mais velho e feminino; e menos branco”. Para pensar o segmento “menos branco”, é importante levarmos em conta o esquecimento número 2 (Orlandi, 2010), o da ordem da enunciação, aquele que faz pensarmos que aquilo que dissemos só poderia ser dito daquela forma. No entanto, ao dizer de uma determinada maneira, deixamos de dizer de outras, que são esquecidas.

Sendo assim, por que o país mostrado pelo Censo é “menos branco” e não “mais mestiço”? Por que não dizer que no Brasil “mestiços são maioria” ao invés de “brancos não são maioria”? Da mesma forma, poderia ser dito que no país “pretos” e “pardos” são maioria, conforme categorias adotadas pelo próprio Censo para definição de cor ou raça¹⁹. Nesse ponto, novamente podemos voltar o olhar para a fotografia e observar a linha divisória que a demarca. No primeiro, plano Marilyn Monroe (“branca” e americana), à frente de um muro (real e imaginário) e, no segundo plano, um grupo de mulheres e crianças (“pardas” e brasileiras). Em comum, o fato de todas serem do sexo feminino e estarem representadas na foto sem a companhia masculina.

Se os dados do Censo apontam avanços no país, quem de fato está avançando? Quem simboliza esses avanços? O que de início se apresenta apenas como uma contextualização dos dados censitários, uma análise crítica, carrega em si uma memória de um preconceito com relação à concepção do brasileiro como um povo mestiço. Nesse sentido, uma mestiçagem da qual não se podem esperar progressos, mudanças e realizações (avanços). Um preconceito também em relação ao posicionamento da mulher na sociedade, uma memória do machismo, portanto. Na imagem, apenas mulheres, mas as “menos brancas” dispostas em um plano com menor destaque que a real protagonista, a que é branca - só que, neste caso, uma mulher branca ícone, mas também “sem marido”, o que contrasta com a fotografia, disposta ao lado, do casal real britânico em primeiro plano.

Na imagem sobre o casamento do príncipe o foco está no casal que se beija. Não se vê o que acontece ou do que é composto o ambiente no entorno do casal, mas no canto esquerdo inferior da foto uma menina tapa os ouvidos e olha para a frente, transparecendo um certo incômodo – provavelmente por causa do barulho de uma multidão. E é exatamente o que diz a legenda: “O CASAL REAL se beija (...), ao lado de uma mal-humorada dama de honra”.

O olhar se dirige para o casal que se beija (e sorri discretamente), mas a menina mostra que uma multidão aplaude e vibra diante desse gesto, de uma mulher branca que se casa com

¹⁹ No questionário do Censo 2010, a pergunta sobre cor ou raça apresenta as seguintes opções de resposta: branca, preta, amarela, parda ou indígena.

um príncipe também branco. Ao desviar o olhar para a imagem ao lado, o contraste é direto. Ali mulheres pardas olham para a frente, sérias, apenas a mulher branca, à frente, sorri. Nas legendas, as duas sequências grafadas em caixa alta, “SEM MARIDOS”, na legenda da chamada sobre o IBGE, e “O CASAL REAL”, na legenda da outra chamada, reforçam a marca impressa nas imagens.

A primeira marca no texto revela que a noiva da foto é a plebeia Kate Middleton, com nome e sobrenome, que se casa com o príncipe, que tem apenas o primeiro nome citado. Para ele, a marca da realeza basta, mas para ela, uma plebeia, é preciso qualificar melhor, daí a inclusão do sobrenome. Através do casamento e da conquista de um “marido”, ela se inscreve em um novo lugar social, agora com um marido “ao volante”, como citado na última frase da sequência acima. Assim, uma plebeia passa a fazer parte da família real britânica, quebra “protocolos” e surpreende pela simplicidade de seu vestido. Será um conto de fadas, como diz o título da chamada?

Um “Reino unido pelo conto de fadas” seria um “Reino unido pela fantasia”? A representação de uma ilusão? Assim, chegamos à vinheta que introduz as chamadas na capa. Ela se propõe a apresentar “Vidas Reais” através de um contraste entre a imagem da realeza britânica e a “realidade” de mulheres mestiças e pobres. Um “conto de fadas” ao lado da representação de “um país que não avança”, que está longe de ter a vida real da realeza. Não se trata de uma denúncia feita pelo sujeito quanto à precariedade econômica e social que afeta essas mulheres “sem marido”, e sim de um posicionamento que busca mostrar as diferenças que separam mundos completamente distintos, um para essas mulheres e outro para a atriz e a princesa.

Tendo em vista o caminho percorrido até aqui pela análise, foi possível constatar duas formas de o sujeito se posicionar em relação ao país que avança e ao país que não avança, por meio da apresentação dos personagens nas seis fotografias analisadas até aqui. Uma situa as pessoas de camadas mais pobres da população como símbolos de um Estado e/ou governo que não trazem melhorias para o Brasil, e a outra forma é mostrar as pessoas oriundas de segmentos que têm melhores condições econômicas, como protagonistas das melhorias identificadas através das estatísticas divulgadas pelo IBGE. No entanto, tais posicionamentos do sujeito não têm como resultado mostrar as diferenças ou desigualdades sociais econômicas que caracterizam o Brasil. Ao contrário, há uma resistência em mostrar os personagens mais pobres de uma forma deslocada daquela em que tradicionalmente são representados, ou seja, como pessoas socialmente estáticas.

Após essas conclusões iniciais, seguimos com a análise da imagem abaixo, que consta na edição do jornal O Globo do dia 02 de julho de 2011:

Imagem 6

oglobo.com.br

O GLOBO

RIBEIRO MARINHO (1975-1976)
RIO DE JANEIRO, SÁBADO, 2 DE JULHO DE 2011 • ANO LXXXVI • Nº 26.453
ROBERTO MARINHO (1991-2000)

PEDSA & VERSO

Um caderno especial sobre a 9ª Filp, que começa quarta-feira e homenageia Oswald de Andrade.

Três

O modelo canadense Rick Genest, o Zombi Boy, posa na Praia de Ipanema com as roupas do verão 2012.

SEGUNDO CADERNÃO

Morto há exatos dois anos, o autor esculpidor Rodrigo de Souza Leão ganha livro inédito, peça, música e filme.

BNDES quer consenso para apoiar Diniz

O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, avisou ao empresário Abílio Diniz que só investirá na fusão entre Pão de Açúcar e Carrefour se houver consenso com os atuais sócios franceses do Casino. **Página 31**

Cielo culpa farmácia por doping

César Cielo, ouro olímpico nos 50m, culpou uma farmácia de Santa Bárbara d'Oeste (SP), onde nasceu, pelo resultado positivo num exame antidoping. Mas ele recebeu apenas uma advertência. **Caderno Esportes**

Projetos obrigam escolas a divulgar nota no Ideb na fachada

Página 11

Ônibus do Rio são proibidos de circular a mais de 50km/h

Página 25

Editora do GLOBO ganha maior prêmio científico do país

Página 27

HISTÓRIA

Cidade de 900 anos é descoberta sob um porto israelense. **Página 36**

GLORIANDO

Janelas aquecidas, cobertores, sopas e outros cuidados com os bichos do zoológico.

Dólar recua ao nível de janeiro de 99

Com entrada de recursos estrangeiros, cotação ficou em R\$ 1,558, em queda de 0,26%

Mesmo com dois bilhões de compra do Banco Central, o dólar atingiu seu menor nível desde 18 de janeiro de 1999, logo após a desvalorização do real. A moeda fechou cotada a R\$ 1,558, com queda de 0,26%. Na semana, recuou 2,67%. A entrada forte de investimentos estrangeiros continuou derrubando a cotação. Apesar do dólar em baixa, o Brasil tem exportado mais porque os preços de produtos básicos, como minério de ferro, têm subido muito. O resultado foi recorde no saldo comercial (exportação menos importação) no primeiro semestre, de US\$ 12,365 bilhões. **Página 29**

A COTAÇÃO DA MOEDA

31 DE OUTUBRO DE 2010 R\$ 3,99

18 DE JANEIRO DE 1999 R\$ 1,538

ONTEM R\$ 1,558

Ano -4,48%

Em junho -1,14%

Semana -2,67%

COMO EVOLUIU O COMÉRCIO EXTERIOR EM 2011

(US\$ bilhões)

1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011

Atual: de Rio de Janeiro

Atual: com 12 meses

Rio cresce mais em favelas e nos bairros vizinhos à Barra

Cidade tem seis dos 12 bairros de capitais com o maior número de idosos

OS PRINCIPAIS NÚMEROS

NOS BAIRROS

Gravata	+108,64%
Vargem	+126,22%
Praia	+118,88%
Barra	+78,12%
São João	+57,63%
Acadêmico	+58,84%
Vargem	+58,84%
Gravata	+49,37%
Barra	+41,37%
Gravata	+21,89%

NAS FAVELAS

Mangueira	+32,29%
Pedra	+23,11%
Maré	+14,52%
Complexo do Alemão	+1,33%
Jacarepaguá	+1,79%
-3,86%	Cidade de Deus
-4,72%	Vidigal

ANTONIO RICARDO DE SILVA, a mulher Luciene e a filha Camille na varanda de uma quitanda do Centro, o bairro que mais cresce na cidade

OS bairros que ficam no entorno da Barra foram os que mais cresceram, segundo os números do Censo 2010 divulgados ontem pelo IBGE. Cantagalo, Vargem Pequena e Recreio mais que dobraram sua população nos últimos 10 anos. Itanhangá, Sepetiba e Jacarepaguá também registraram crescimento surpreendente. A população da Barra, tradicional motor do Rio, aumentou 47,37%, ficando em 8º lugar no ranking. A Favela da Mangueira cresceu acima da média da cidade, superando a expansão da Rochinha e da Maré. Entre os bairros da Zona Sul, a Lagoa foi o que mais cresceu. O Censo revelou ainda que, entre as capitais brasileiras, o Rio tem seis bairros entre os 12 com maior percentual de idosos. Copacabana, Planície e Ipanema têm a população mais envelhecida. **Páginas 14 e 18**

EUA: libertação de DSK expõe falhas da Justiça

A Promotoria de Nova York descobriu mensagens no depoimento e na conduta da camareira que acusa o ex-chefe do FMI Dominique Strauss-Kahn de estupro. Em Manhattan, DSK foi solto ontem após audiência. Na França, a opinião pública já o inocentou, mas seu futuro político ainda é incerto para 2012. **Páginas 37 e 38**

AO LADO DA mulher, o ex-chefe do FMI deixa o Corte Suprema de Nova York

A primeira impressão é de que se tratava de uma fotografia diferente das outras apresentadas nas primeiras páginas: um casal de pessoas negras que olham para o bebê (e não para a câmera) que está no colo da mulher. O ambiente enquadrado não é nada parecido com os das imagens 1, 2 e 5, pois as construções ao fundo e o morro com vegetação não sugerem se tratar de uma área como uma favela. Também não há nenhum bem de consumo sendo mostrado, somente um bebê.

Considerando o título da chamada, que foi destacada no centro da página, com bastante visibilidade, temos a palavra “favela” realçada logo no início da sentença, sendo a primeira de duas áreas citadas como as que mais apresentaram crescimento populacional no município do Rio de Janeiro, segundo o Censo 2010. Também é importante ressaltar o contraste com a Barra da Tijuca, bairro que abriga pessoas de classe média que migraram de outras partes da cidade, e é caracterizado no texto da chamada de “tradicional motor do Rio”. A legenda revela que o casal com o bebê está na “varanda de uma quitinete do Camorim, o bairro que mais cresce na cidade”. Podemos inferir, então, que se trata de personagens que foram selecionados para representar o adensamento demográfico de certas regiões da cidade. Se são moradores antigos do Camorim, ou para lá se mudaram, a legenda não informa, pois diz somente que eles “estão” numa varanda de uma “quitinete”.

Ao nos remetermos aos discursos sobre o crescimento populacional de cidades grandes, como o município do Rio de Janeiro, entramos em contato com uma memória negativa, que relaciona adensamento de uma área a processo de favelização ou invasão, especialmente quando se trata de aumento do número de moradores em bairros mais valorizados, como a Barra da Tijuca, ou em suas proximidades. Assim sendo, até que ponto podemos significar essa fotografia como um acontecimento em relação às demais? Isso, em função de ela não situar o casal e o bebê como típicos personagens de áreas carentes, como a partir da cor da pele e de suas vestimentas poderiam assim ser significados.

A princípio a imagem não parece possuir elementos que possibilitem uma relação de intericonicidade com as imagens anteriores. Porém, uma observação mais aguçada, nos possibilita identificar alguns desses elementos, que funcionam como as marcas do sujeito em sua luta pela manutenção dos sentidos. Trata-se, primeiramente, das palavras “favela”, no título, e “quitinete”, na legenda, que, ao serem lidas em conjunto, são associadas à ideia de pessoas com menor poder aquisitivo e adensamento excessivo de construções.

Além disso, se olharmos a imagem 3, apesar de a mulher segurar uma criança no colo, ela olha e sorri para a câmera, de forma a estabelecer uma relação direta com o observador. No

caso do casal do Camorim, essa relação não é possível. Diante dessa inquietação, observamos os conteúdos abordados nas matérias relacionadas à chamada de primeira página e constatamos a possibilidade de encontrar respostas ao questionamento acima nas duas fotografias a seguir:

Imagem 720

14

O GLOBO

Sábado, 2 de julho de 2011

RIO

RETRATOS DOS BAIRROS

A nova periferia emergente

À sombra da Barra, população cresce 150% no Camorim e dobra em Vargem Pequena e Recreio em 10 anos

Selma Schmidt
selma@globo.com.br
Waleska Borges
waleska.borges@globo.com.br

Há um ano, o segurança Antônio Ricardo da Silva Paulino, de 31 anos, mudou-se da Favela Rio das Pedras, em Jacarepaguá, com a mulher, Luciana Candida Gonçalves, de 30, para uma quitinete no Camorim. Agora, já com a filha Camille, recém-nascida, eles não pretendem deixar o local, que consideram tranquilo para criar a menina. Assim como o casal, outras famílias têm se mudado para pequenas vilas de casas no bairro. Perto da Barra da Tijuca, com jeto de cidade do interior e aluguéis baratos, o lugar atrai cada vez mais moradores.

Em dez anos, a população e as quitinetes explodiram. O fenômeno ocorreu com outros bairros na periferia da Barra e vizinhos das principais instalações dos Jogos de 2016. Novos dados do Censo 2010, divulgados ontem pelo IBGE, mostram Camorim no topo do ranking dos bairros que mais cresceram, entre os 169 da cidade, de 2000 a 2010. O aumento foi de 150,64%; o número de moradores passou de 786 para 1.970. Depois, vêm outros emergentes: Vargem Pequena e Recreio, onde a população dobrou, seguidos de Itanhangá (mais 76,11%), Sepetiba (57,63%), Jacarepaguá (56,04%) e Vargem Grande (50,86%). A Barra foi empurrada para oitavo lugar, o que, segundo Rubem Vasconcelos, vice-presidente da Associação dos Dirigentes do Mercado Imobiliário (Ademir), reflete a expansão da favelização na região.

— Nos últimos dez anos, não me lembro de lançamento imobiliário nos bairros que tiveram aumento de população acima do da Barra, exceto Recreio e Jacarepaguá. E, mesmo nesses dois bairros, parte do aumento do número de habitantes é de decorrente de favelização — diz ele, que também preside a Patrindável, empresa que vende 60% dos imóveis novos no Rio. — A Barra foi, na década passada, e continua sendo, o principal destino da expansão imobiliária formal do Rio.

Mão de obra pode explicar crescimento

• Comparando os dois Censos, a população da Barra cresceu quase 50%. Para o presidente da Câmara Comunitária do bairro, Deiriz Dumbroski, as mudanças nos bairros vizinhos tiveram a Barra como pano de fundo. — O crescimento habitacional, de empresas e de comércio na Barra, que requer mão de obra, fez com que a população se instalasse em áreas próximas. Bairros vizinhos cresceram para atender à demanda da Barra — diz. — A Barra teve dois momentos. De 1970 a 1985, houve uma forte desenvolvimento, com a construção de grandes condomínios como Novo Le-

blon, Riviera e Barramare. De 1995 para cá, houve um novo boom.

O presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, chama atenção para a continuação da expansão da cidade em direção a novas áreas na Zona Oeste, especialmente bairros que classificam como prolongamento da Barra. — Nessas áreas se percebe que a mobilidade territorial e espacial é também social e de gerações. Habitantes dessas áreas mais recentes têm padrões de vida, renda e etário distintos daqueles de bairros tradicionais como Copacabana, Ipanema, Botafogo, Flamengo e Glória. São locais mais caros e de população mais jovem.

Líder comunitário pede fiscalização

• Os motivos que levaram Antônio Ricardo para Camorim foram segurança e preço do aluguel.

— Minha casa em Rio das Pedras foi assaltada. Além disso, meu aluguel era R\$ 520. Agora, pago R\$ 380 por uma quitinete do tamanho da anterior.

Apesar dos atrativos de Camorim, Carlos Roberto dos Santos, dirigente de uma das associações de moradores, quer fiscalização da prefeitura. — Sabemos que estão construindo vilas sem fiscalização.

O Camorim tem casas de classe média, mas a maioria é de baixa renda. Apesar disso, o futuro promete: uma construtora tem um empreendimento na área — com edifícios de até sete andares, área de lazer e apartamentos de dois a quatro quartos.

Ex-norador de Jacarepaguá, o administrador de empresas William Andrade Nogueira, de 37 anos, optou por comprar um apartamento no Recreio, onde vive há um ano e meio. Seu prédio tem piscina e até cinema. Quem passa pela Avenida Lúcio Costa e por ruas internas do Recreio vê que há muitas construções novas.

— Ganhei qualidade de vida me mudando — comenta William.

De acordo com o Censo 2010, em números absolutos Jacarepaguá permanece na dianteira, como o bairro mais populoso do Rio: tem 328.370 habitantes. O menos habitado é Grumari, com apenas 167 moradores.

Dos 5.565 municípios do país, legalmente só 719 têm bairros, como o Rio. Grandes capitais, como São Paulo, não são divididas em bairros. Ontem, além das informações por bairros, o IBGE colocou à disposição do público em seu site um mapa digital com informações de todos os 316.574 setores censitários do país (www.censo2010.ibge.gov.br/sinopses/porsetores/).

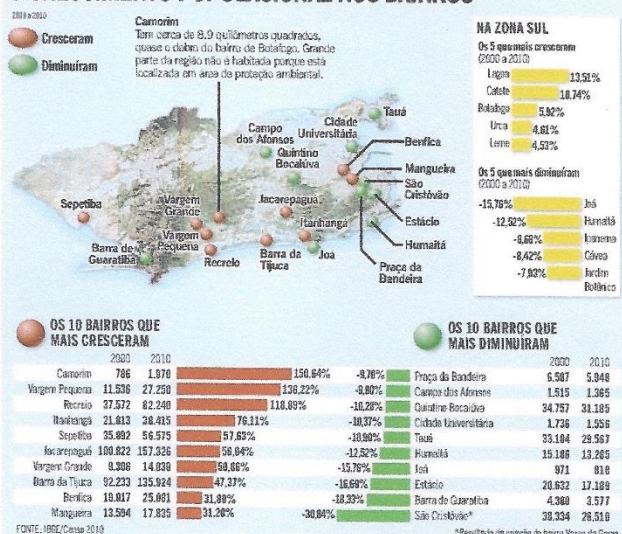
• MANGUEIRA, O BAIRRO FAVELA QUE MAIS CRESCERAM NA PÁGINA 16

CLIQUE NA IMAGEM PARA VER MAIS IMAGENS DO BAIRRO COM MAIOR CRESCIMENTO



ANTÔNIO RICARDO da Silva, a mulher, Luciana Candida, e a filha, numa casa do Camorim, bairro que mais cresceu no Rio

O CRESCIMENTO POPUCACIONAL NOS BAIRROS



²⁰ Uma primeira discussão sobre essa imagem foi apresentada no GP Jornalismo Impresso, no XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom 2012 e em artigo, ainda inédito, escrito por mim e por Lucia M. A. Ferreira.

Imagem 8²¹

Lagoa tem o maior aumento populacional da Zona Sul

Bairro sofisticado cresceu mais que Catete e Botafogo; já Ipanema, Gávea, Jardim Botânico e Leblon perderam moradores



ELIANE, MORADORA da Lagoa: "Sinto uma paz enorme com essa paisagem"

• A Lagoa aparece no Censo 2010 como o bairro da Zona Sul com o maior aumento populacional: nada menos que 13,51%, passando de 18.675 para 21.198 moradores em dez anos. Mais do que Catete (10,74%) e Botafogo ((5,92%). Para Rubem Vasconcelos, vice-presidente da Ademi, o crescimento da Lagoa reflete a expansão imobiliária voltada para a classe média alta:

— Vendi de oito a nove prédios na Lagoa nos últimos dez anos — conta. — Agora, já não há terreno por lá. No próximo Censo, essa expansão não acontecerá.

O estatístico Romualdo Rezende, chefe da unidade estadual do IBGE no Rio, encontra outra explicação: a ocupação de imóveis que estavam vazios ou alugados por temporada.

Morador da Lagoa há 15 anos, o analista de sistemas Roberto Cu-

nha, de 60 anos, acredita que o bairro tem recebido a população com maior poder aquisitivo, inclusive da Zona Norte, sendo procurado também como residência por turistas, sobretudo argentinos:

— Estamos perto de Ipanema e de grandes clubes. Penso que os apartamentos onde moravam idosos solteiros estão sendo alugados ou vendidos por seus filhos. Isso tem trazido novas famílias para a Lagoa.

Embora reclame dos constantes engarrafamentos, a assistente social Eliane Antunes, de 59 anos, moradora da Lagoa há dez, aposta na qualidade de vida e na paisagem como os fatores que mais impulsionaram o aumento da população no bairro.

— Sinto uma paz enorme com essa paisagem — comemora.

Enquanto o bairro da Lagoa cresceu, a 6ª RA (Lagoa) perdeu população na década (menos 3,61%). Foi

puxada para baixo por áreas que pertencem à região e perderam moradores, como Ipanema (menos 8,68%), Gávea (8,42%), Jardim Botânico (7,53%) e Leblon (1,34%).

Mas os números indicam que, na Zona Sul, foi o Joá que mais migrou na década: 15,76%, passando de 971 para 818 moradores.

— O Joá é um bairro unifamiliar (ali é permitida a construção de casas destinadas a uma única família). As ruas são fechadas por cancelas. No entanto, não pode haver condomínios e as pessoas estão procurando uma segurança maior. A orla da Jostinga foi abandonada

— alega Rubem Vasconcelos.

Ele e o chefe da unidade estadual do IBGE no Rio, Romualdo Rezende, explicam a redução da população em bairros como Humaitá e Ipanema com o fato de haver imóveis alugados só por temporada.

As duas fotografias acima foram publicadas na página 14 do caderno Rio, na mesma edição do jornal O Globo que destacou a chamada que acabamos de analisar. As imagens fazem parte de duas matérias que estão articuladas pela retransmissão “Retratos dos Bairros” (no alto da página). A matéria publicada na cabeça da página, cujo título e subtítulo são, respectivamente, “A nova periferia emergente” e “À sombra da Barra, população cresce 150% no Camorim e dobra em Vargem Pequena e Recreio em 10 anos”, traz novamente a fotografia dos personagens da chamada na primeira página. Agora o casal e a filha foram fotografados em um cômodo que, a princípio, parece ser um quarto, em função da presença de um berço. Não estão mais ao ar livre, mas em um ambiente fechado. Ao observarmos o título e ao mesmo tempo a imagem, poderíamos indagar se as pessoas focalizadas seriam integrantes da “nova periferia emergente”.

A legenda da foto os identifica como “ANTONIO RICARDO da Silva, a mulher, Luciana Candida, e a filha, numa casa do Camorim, bairro que mais cresceu no Rio” (caixa alta grifada pelo jornal). O texto diz que o casal está “numa” casa, sem deixar claro se eles residem nessa casa, o que é uma construção similar à da legenda da foto da mesma família, na primeira página, que os situa “na varanda de uma quitinete do Camorim”. Então, ora o jornal diz que eles estão “na varanda de uma quitinete” ora “numa casa”, e não que estão “na casa deles”, “na casa em que moram” ou “na varanda da quitinete em que moram”, entre outras possibilidades. Agindo assim, o sujeito não os situa como moradores de uma residência ou de um bairro.

Ao ler a matéria, verificamos que o casal da fotografia se mudou da favela Rio das

²¹ Uma análise dessa imagem também consta do artigo acima referido, ao lado de mais outras duas que não foram consideradas na presente tese.

Pedras, em Jacarepaguá, para uma quitinete no Camorim, em busca de uma melhor qualidade de vida, o que pode justificar a qualificação “emergentes”. Mas, o foco da matéria não é a história de pessoas que vieram da periferia para morar em um bairro que oferece melhores condições de vida, e sim de pessoas oriundas da periferia, que podem estar constituindo uma nova “periferia” similar a àquela em que moravam, no caso uma nova favela.

Na matéria também está demarcado que essa população veio da favela para morar em “quitinetes” e em “pequenas vilas de casas”, com “aluguéis baratos”. Um perigo, como alerta a sequência a seguir: “Em dez anos, a população e as quitinetes explodiram. (...) o fenômeno ocorreu com outros bairros na periferia da Barra e vizinhos das principais instalações dos Jogos de 2016”.

Lembrando que uma mesma palavra pode significar de forma diferente, de acordo a formação discursiva na qual se inscreve, compreender por que um determinado grupo social foi chamado de “nova periferia emergente” pode ser uma chave de acesso aos sentidos que determinam esse dizer. No passado, parte dos atuais moradores da Barra da Tijuca foram chamados pejorativamente de emergentes, por serem pessoas oriundas de áreas menos nobres da cidade. Na imprensa eram qualificados de deselegantes, apesar de terem boa situação econômica.

Voltando a pensar sobre o ambiente no qual os personagens foram fotografados, cabe novamente perguntar por que a foto não mostra uma favela. Se no fotojornalismo é importante tornar nítido o ambiente circundante para construir o sentido desejado (SOUSA, 2002; KOBRE, 2011), quais elementos da referida imagem indicam que a presença do casal com a criança representa o indício de um amplo processo de favelização como o relatado pela matéria? Uma comparação com a outra imagem pode ajudar na formulação de respostas a essa questão.

A segunda matéria tem como foco os bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro que tiveram aumento ou redução de população nos últimos dez anos. O título e o subtítulo são, respectivamente: “Lagoa tem o maior aumento populacional da Zona Sul” - “Bairro sofisticado cresceu mais que Catete e Botafogo; já Ipanema, Gávea, Jardim Botânico e Leblon perderam moradores”. No título, o bairro (Lagoa) e o fenômeno destacados pelos dados estatísticos (aumento populacional) são citados de forma direta, sem a utilização de expressões qualificadoras como “periferia emergente”, empregada na matéria anterior, com exceção do adjetivo “sofisticado” presente no subtítulo.

A personagem da fotografia, uma mulher que empurra um carrinho com um bebê enquanto caminha, olha e sorri para a câmera. O espaço enquadrado mostra árvores e arbustos

iluminados pelo sol. A opção do fotógrafo foi mostrá-la em movimento, como podemos ver pela posição de seus pés. Esses elementos conferem à personagem uma sensação de liberdade e integração ao ambiente.

A legenda da foto identifica a personagem: “ELIANE, MORADORA da Lagoa: ‘Sinto uma paz enorme com essa paisagem’”. A declaração entre aspas procura mostrar uma pessoa integrada ao bairro, tanto que é designada como “moradora”, palavra que aparece grafada em caixa alta. Já na legenda da foto das personagens do Camorim, não consta o termo “morador”. Assim, evidenciar que a personagem da Lagoa é uma “moradora” é uma forma de dizer que ela não está lá apenas de passagem, como poderia sugerir a imagem de uma pessoa passeando em um local que também é frequentado por habitantes de diversas partes da cidade. Também pode significar que como “moradora” ela pode fazer parte da “paisagem” do bairro “sofisticado”.

O sorriso esboçado nos rostos do casal está direcionado para o bebê, que a legenda informa ser a filha. O gesto foi valorizado no enquadramento dos personagens nas duas fotografias, na primeira página e na matéria. Todos os segmentos verbais sugerem que essa família, como outras de origem similar, não deveria estar morando próxima a bairros valorizados economicamente, por ser signo de “favelização”, em função de carregar um estigma socialmente construído para os moradores dessas áreas.

5.3. A cristalização dos sentidos

Uma repórter conta que, no trabalho de apuração para escrever uma matéria sobre os resultados de uma pesquisa do IBGE, encontrou uma mulher que se “encaixava perfeitamente como personagem” (FONSECA, 2005, p. 80). É esse o olhar que os manuais de relacionamento com mídia, elaborados pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, conforme visto no capítulo 2, orientam que os jornalistas tenham, ao elaborar suas matérias sobre as estatísticas oficiais. Segundo essas publicações, contar histórias seria a forma de os números ganharem vida, de forma a possibilitar que o leitor seja capaz de relacionar a informação estatística com questões importantes de sua vida. Sob essa ótica, a função de um personagem nas coberturas jornalísticas é funcionar como uma espécie de síntese exemplar dos temas destacados por essas estatísticas.

A proposta deste capítulo foi buscar os mecanismos envolvidos na construção dessa “síntese exemplar”, através do estudo do funcionamento discursivo de um conjunto de fotografias coletadas nas chamadas de primeira página de dois jornais. A perspectiva foi pensar

os sentidos que se inscrevem nessas imagens, se eles as aproximam ou as distanciam do discurso do IBGE materializado nos releases. Conforme visto no capítulo anterior, nos releases a posição-sujeito predominante é a de aproximação do discurso do governo, posicionamento que, em diversas ocasiões, o sujeito tenta dissimular. Outra posição-sujeito identificada nas construções discursivas dos releases é a de afastamento do discurso da imprensa, quando o sujeito não se pronuncia quanto a determinado assunto, ou procura não o realçar, deixando de citá-lo no título e no lead, por exemplo.

Nas fotografias, o modo como os personagens são significados indica que o sujeito jornalista se afasta do discurso do governo. Entretanto, como se pode depreender a partir das análises realizadas neste capítulo, a crítica ao governo, à sua inoperância ou mesmo ao seu projeto de trabalho, se materializa com base na formação imaginária historicamente sedimentada para o jornalismo e para o jornalista, cuja crítica e vigilância aos governos e governantes é uma de suas principais premissas. Mas, para compreender o tratamento conferido aos personagens dessas fotografias, é preciso trazer para a discussão um outro elemento: a relação entre a imagem historicamente construída para pessoas como esses personagens e o modo como costumam ser significadas pela imprensa. A resposta à essa questão foi justamente a que as análises apontaram.

De acordo com Pêcheux (1999), pensar a memória é considerar as operações que possibilitam o passado se marcar no discurso, mantendo regularizações e, ao mesmo tempo, perturbando redes de sentidos que pareciam estabilizadas. Esse passado é sentido como parte do presente e ao mesmo tempo separado dele, cuja relação de união e separação é marcada por tensões, podemos acrescentar a partir de Lowenthal (1998). Assim, pensar a construção social da memória é se ater às lutas pela manutenção de regularizações e pela abertura de novos sentidos.

A reflexão sobre essas lutas pode ser concebida no âmbito do embate entre duas diferentes ordens: uma, que busca manter a configuração das coisas como ela se apresenta, a partir de uma concepção de que ela é fruto de uma estruturação natural; e outra, que questiona esse ordenamento, mostrando que ele nada mais é que uma forma de dominação. Tal embate, Rancière (1996) nomeia como um desentendimento entre a polícia e a política, respectivamente, como discutido no capítulo 3.

Retomando a questão sobre os personagens, podemos dizer que eles foram significados como pessoas definitivamente atreladas a um determinado ordenamento social, mas não pelo fato de os dados estatísticos mostrarem que assim elas permanecem, mas por que dessa forma

o sujeito os considera, a partir de uma visão na qual os pobres são representados de uma forma e os mais ricos de outra.

Por um lado, há a construção de sentidos sobre um país que apresenta melhorias, em especial para os segmentos menos favorecidos. Por outro, há a resistência a essas construções com base em um discurso sobre a não ocorrência dessas melhorias ou quanto a sua insuficiência. Em meio ao fogo-cruzado, a permanência de uma imagem, em respeito à ideologia dominante, de que os pobres devem continuar em seu lugar: olhando, sérios, em um ambiente deteriorado, ao lado de adornos que só reforçam sua condição miserável. Dessa forma, o sujeito jornalista poderá continuar ajustado à sua imagem de detetive vigilante, pois para criticar o governo sempre terá ao alcance de suas mãos um personagem congelado em uma memória que o define como eterno exemplar alvo da piedade do leitor.

É em função desta construção discursiva para os personagens que o sujeito jornalista busca se mostrar distante do discurso do governo. No entanto, ao assim se posicionar, ele apenas procura dissimular a aproximação de outro discurso: ao da ordem policial que não quer permitir que seja feito um questionamento quanto à divisão das parcelas, o que evidenciaria que há parcelas sem parcela. Em outras palavras, ao se opor ao governo, o sujeito jornalista não se coloca ao lado do personagem que mostra como vítima desse mesmo governo. Se assim o fizesse, promoveria uma abertura para a política. E poderíamos falar na inscrição de novos sentidos na FD de divulgação das estatísticas oficiais do país.

Considerações Finais

–¡Eres transparente! –dijo Tomás.

–¡Y tú también! –replicó el marciano retrocediendo.

Tomás se tocó el cuerpo, sintió su calor y se tranquilizó. «Yo soy real», pensó.

El marciano se tocó la nariz y los labios.

–Yo tengo carne –murmuró–. Yo estoy vivo.

(...)

–Escúchame. Marte ha sido invadido. No puedes ignorarlo. Has escapado.

–¿Yo? ¿Escapar de qué? No entiendo lo que dices. Voy a una fiesta en el canal, cerca de las montañas Eniall. Allí estuve anoche. ¿No ves la ciudad?

Tomás miró hacia donde le indicaba el marciano y vio las ruinas.

–Pero cómo, esa ciudad **está muerta desde hace miles de años**.

El marciano se echó a reír.

–¡Muerta! **dormí allí anoche**.

–Y yo estuve allí la semana anterior y la otra, y hace un rato y es un montón de escombros. ¿No ves las columnas rotas?

(...)

Tomás se echó a reír.

–¡**Estás ciego!**

–**Veo perfectamente. ¡Eres tú el que no ve!**

–Pero ves la nueva ciudad, ¿no es cierto?

–Yo veo un océano, y la marea baja.

–Señor, esa agua se evaporó hace cuarenta siglos.

–¡Vamos, vamos! ¡Basta ya!

(...)

El marciano meditó unos instantes con los ojos cerrados.

–**Sólo hay una explicación. El tiempo. Sí. Eres una sombra del pasado.**

–**No. Tú, tú eres del pasado –dijo el hombre de la Tierra.**

–¡Qué seguro estas! ¿Cómo es posible afirmar quién pertenece al pasado y quién al futuro? ¿En qué año estamos?

–En el año dos mil dos.

–¿**Qué significa eso para mí?**

Tomás reflexionó y se encogió de hombros.

–**Nada.**

–Es como si te dijera que estamos en el año 4462853 S.E.C. No significa nada. Menos que nada. Si algún reloj nos indicase la posición de las estrellas...

–**¡Pero las ruinas lo demuestran! Demuestran que yo soy el futuro, que yo estoy vivo, que tú estás muerto.**

(...)

–¿**Quién desea ver el futuro?** ¿Quién ha podido desearlo alguna vez?

(...)

–**Jamás nos pondremos de acuerdo –dijo.**

–**Admitamos nuestro desacuerdo –dijo el marciano–.** ¿Qué importa quién es el pasado o el futuro, si ambos estamos vivos? Lo que ha de suceder sucederá, mañana o dentro de diez mil años. ¿Cómo sabes que esos templos no son los de tu propia civilización, dentro de cien siglos, desplomados y en ruinas? ¿No lo sabes? No preguntes entonces. La noche es muy breve. Allá van por el cielo los fuegos de la fiesta, y los pájaros.

Tomás tendió la mano. El marciano lo imitó. Sus manos no se tocaron, se fundieron atravesándose²².

²² Trecho do livro Cronicas Marcianas, de Ray Bradbury, p. 88-91, 2007. Grifos nossos.

As tramas discursivas focalizadas no presente estudo, que agora se encerra, não foram tecidas a partir do diálogo entre um marciano e um terráqueo, como a citação acima poderia sugerir. Porém, indicam que não é necessário ser de planetas diferentes para que sujeitos olhem um mesmo horizonte e nele observem coisas completamente distintas, que um não seja capaz de ver e compreender o que o outro vê, ou mesmo, que uma das partes nem sequer consiga perceber a existência desse horizonte.

Não se trata aqui de sujeitos que necessariamente usam palavras tão diferentes a ponto de impossibilitar avaliações conjuntas sobre um determinado tema. A discordância não é quanto ao argumento, mas quanto à simples possibilidade de esse argumento existir. Assim, o raciocínio que se depreende do diálogo entre o marciano e o terráqueo poderia ser o seguinte: se o que ele diz é da ordem do possível, então eu simplesmente não existo. Mas, como o vejo e com ele estou conversando, o que não existe é aquilo que ele diz que está vendo. Porém, se ele vê o que não existe, então é possível que ele próprio também não exista mais. Mas, será que eu existo?

Tal diálogo nos coloca diante de uma “situação da palavra” em que “um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro” pelo fato de que, embora um interlocutor entenda claramente o que o outro diz, “não vê o objeto do qual o outro lhe fala, ou vê mas quer ver um outro objeto diferente sob a mesma palavra” (RANCIÈRE, 1996, p. 11-12).

A situação extrema desse tipo de situação é a que conduz ao litígio, tanto em relação ao objeto da discussão como em relação à condição daqueles que constituem esse objeto, o que pode levar ao rompimento de uma determinada ordem ou à sua manutenção. Em termos discursivos, tal situação pode ser compreendida como um abalo ou até mesmo uma ruptura em uma dada Formação Discursiva. É justamente o litígio entre as partes que marca o início da política, ponto em que há uma interrupção no equilíbrio entre lucros e perdas na partilha do sensível – que diz respeito a um comum que é compartilhado e simultaneamente dividido em partes, processo que é naturalizado, apesar de ser socialmente construído segundo uma ordem de dominação. Assim, essa partilha gera um dano que funda a comunidade política, que passa a ter como base uma divisão que escapa a qualquer cálculo aritmético.

O dano instaurado pela política é permanente, porque sempre é repostado pela ordem social mas, mesmo não tendo uma solução definitiva, pode ser submetido a processos que modificam as condições de seu surgimento. Isso se dá por meio de ações de verificação da igualdade, que podem provocar deslocamentos a cada situação de dissenso. No caso do

marciano e do terráqueo, na discussão acima apresentada, percebemos que pelo menos houve um consenso: a admissão de que jamais chegariam a um acordo, o que acarreta uma permanente situação de desentendimento - aspecto que trouxemos para a discussão empreendida pela pesquisa, em função de as análises mostrarem ser esta uma característica marcante da FD de divulgação das estatísticas oficiais do Brasil, a qual se caracteriza pela circulação de sentidos sobre aspectos considerados como melhorias sociais e econômicas alcançadas pelo país, como também por sentidos que significam esses os supostos avanços como insuficientes ou até mesmo inexistentes.

As relações entre discursos, suas aproximações e distanciamentos, bem como as tensões entre eles estabelecidas, foram aspectos centrais nas discussões apresentadas neste estudo, que analisou os releases elaborados pela assessoria de imprensa do IBGE, para divulgar suas pesquisas e as respectivas coberturas jornalísticas realizadas por três jornais de grande circulação. A relação entre discursos aqui não foi compreendida como uma disputa entre contendores, ou seja, sujeitos empíricos: de um lado o IBGE e de outro a imprensa. Tratou-se, portanto, de buscar um entendimento sobre aproximações e distanciamentos entre discursos no que tange a sentidos sobre o Brasil que estão em circulação em uma determinada FD, como acima caracterizamos.

Dispor lado a lado em um quadro o texto de abertura dos releases e as chamadas de primeira página dos jornais O Globo, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo foi uma medida que possibilitou que pudéssemos observar como os mesmos assuntos eram significados em cada uma dessas produções jornalísticas. Foi importante considerar a relação entre forma e sentido (MOUILLAUD, 2012), ou seja, os sentidos identificados a partir do tratamento jornalístico conferido a cada assunto. Assim, em cada quadro foi possível acompanhar diferenças de significação muito relevantes, como um tema que era destacado nos títulos das chamadas dos jornais, ou de parte deles, e era citado apenas no último parágrafo da abertura do release, sem maiores destaques. Em outras situações, aquilo que os jornais mostravam como principal problema identificado entre os resultados de uma pesquisa, o release sequer o relacionava entre seus destaques.

Esse modelo de observação mostrou-se extremamente rico e capaz de auxiliar na indicação de como os sentidos são construídos em discursos de divulgação de pesquisas por uma instituição como o IBGE e como esses discursos são ressignificados pela imprensa. Foi importante buscar uma compreensão do processo de divulgação de uma forma mais ampla, não apenas considerando os discursos dos jornais, mas também levando em conta o discurso da

fonte, no caso o do IBGE. Assim, foram consideradas na análise as condições de produção de ambos os discursos, vistas de forma imbricada.

Apesar de se tratarem de construções jornalísticas, em termos discursivos release e matérias jornalísticas dizem respeito a sujeitos submetidos a diferentes formações imaginárias. Sobre esse aspecto, vimos que a imagem social e historicamente construída para o sujeito no papel de assessor de imprensa e a para o sujeito no papel de jornalista de um jornal apresentam diferenças marcantes mas que, de maneiras diversas, também se complementam. Ao estudar a movimentação desses sujeitos nos discursos de divulgação das estatísticas oficiais do Brasil, percebemos que o primeiro se aproxima do discurso do governo e o segundo, de forma oposta, se distancia do governo.

Ao retomar os caminhos percorridos pelo IBGE na elaboração do trabalho de divulgação de suas pesquisas para a imprensa, percebeu-se sua relação com diferentes ordens do discurso: com a ciência, o governo e a imprensa. Todos esses relacionamentos influenciam o dizer do instituto, deixando marcas no discurso que dirige à imprensa. Entretanto, as análises mostraram que o discurso do governo orienta de forma significativa os sentidos que se inscrevem nos releases encaminhados para os jornais. E é justamente desses sentidos que o sujeito no papel de jornalista vai se afastar.

Pensar as estatísticas divulgadas pelo IBGE é se ater a um tipo de informação que possibilita a inscrição de diversas temporalidades que podem ser significadas de modos diversos. Como são divulgadas em um tempo posterior à sua coleta, mostram um “retrato”, conforme denomina o IBGE, de um passado que é visto como a imagem do presente, se tivermos como referência apenas as datas de coleta e de divulgação. Porém, essas estatísticas são mostradas em uma perspectiva na qual cada informação é comparada com outra divulgada em uma ou mais pesquisas anteriores. A cada comparação são construídas imagens sobre um passado que ora se distancia do presente, ora o determina. Assim, um mesmo dado estatístico pode abrir novos sentidos para o presente, ao ser significado como capaz de superar problemas sociais e econômicos que existiam no passado; como também pode ser significado de modo a mostrar que esse mesmo passado ainda sobrevive no presente e impede que novos sentidos se abram. Nas análises, também vimos que em alguns momentos o presente é mostrado como um obstáculo que impede a continuidade do fluxo de melhorias, como a sequência “Sob Dilma, queda da desigualdade trava no país (Folha de São Paulo, 19/09/2014, primeira página)” parece indicar.

Tais reflexões têm como fundamentação teórica a observação de que “a memória

transforma o passado vivido naquilo que posteriormente pensamos que ele deveria ter sido, eliminando cenas indesejáveis e privilegiando as desejáveis”, o que nos remete ao caráter seletivo da memória (LOWENTHAL, 1998, p. 98). Nesse sentido, é importante não perder de vista o funcionamento da memória, reconhecendo as forças que, em um determinado contexto, permitem que essa memória surja ou desapareça (HALBWACHS, 2009), mas também buscar uma compreensão sobre os processos de comunicação dessa memória, tendo em vista os sedimentos de um passado que se quer negar ou perpetuar (CONNERTON, 1999).

Pensar a memória em uma narrativa é conhecer como nela ocorre o encontro da atualidade de um acontecimento com a memória que se materializa em sua construção discursiva (PÊCHEUX, 1999). Em uma narrativa jornalística, o acontecimento perturba os quadros de sentido que pareciam estabilizados, mas também provoca a abertura de novos sentidos e a reorganização de outros pelo estabelecimento de novos níveis de experiência (QUÉRÉ, 2012).

Os sentidos inscritos na memória sobre o Brasil, a partir dos discursos estabelecidos nos releases, se relacionam à imagem de um país associada à imagem projetada pelo governo federal sobre esse país. O sujeito nos discursos dos releases se distancia dos problemas identificados pelas pesquisas, o que pode ser percebido por meio do esforço desse mesmo sujeito em se afastar do discurso da imprensa. Nas chamadas de primeira página dos jornais, ocorre o inverso. Ao se distanciar do discurso do governo, o sujeito busca elementos no discurso dos releases que possam sustentar sua posição, mas se afasta daqueles que poderiam funcionar para aproximá-lo do governo.

Vimos que o encontro entre essas lógicas, a partir da ótica do desentendimento, segundo Rancière (1996), não configuram o estabelecimento da política. Ao contrário, trata-se apenas do encontro de duas formas de manter a lógica policial, ou seja, nenhum dos dois discursos rompe as estruturas estabelecidas. Isso porque o sujeito como assessor de imprensa resiste em demarcar os aspectos problemáticos do discurso oficial, o que imagina causar inflexões na imagem de um país que avança; e, por outro lado, o sujeito jornalista dificulta a inscrição de novos sentidos na memória, fortalecendo sentidos já cristalizados sobre a incapacidade do país de alcançar novos patamares de desenvolvimento social e econômico.

Assim, confirmamos nossas hipóteses iniciais: nas matérias jornalísticas sobre as pesquisas do IBGE, os sentidos sobre o passado inscritos no acontecimento significam de forma a minimizar o impacto da atualidade apresentada pelo discurso do IBGE; e nos releases do IBGE, a atualidade demarcada pelo acontecimento significa de forma a ultrapassar os sentidos

oriundos do passado. Porém, em nenhuma das duas situações o acontecimento é significado de forma a romper com sentidos estabelecidos – o que nos levou a concluir que não se trata da ruptura de uma FD e da inscrição em outra, pois uma ruptura somente poderia acontecer a partir da configuração de uma mudança no curso dos sentidos na FD de divulgação das estatísticas oficiais do Brasil. Se assim fosse, o sujeito do discurso do IBGE poderia destacar no título e no lead do release os problemas identificados pelas estatísticas, sem fazer uso de estruturas mitigadoras e outros recursos que ajudam a diminuir o impacto das informações que possam afastar seu discurso daquele construído pelo governo. Da mesma forma, o sujeito jornalista não buscaria se afastar do discurso do release apenas para criticar o governo, mas para discutir as questões sociais, seus limites e também as conquistas.

Nas fotografias, o modo como os personagens são significados indica que o sujeito jornalista também se afasta do discurso do governo. Para compreender o tratamento conferido aos personagens dessas fotografias, foi preciso considerar a relação entre a imagem historicamente construída para pessoas como esses personagens e o modo como costumam ser significadas pela imprensa. Assim, eles foram significados como pessoas definitivamente atreladas a um determinado ordenamento social, mas não pelo fato de os dados estatísticos mostrarem que assim elas permanecem, mas porque dessa forma o sujeito jornalista os considera, a partir de uma visão na qual os pobres são representados de uma forma e os mais ricos de outra.

É em função dessa construção discursiva para os personagens que o sujeito jornalista busca se mostrar distante do discurso do governo. No entanto, ao assim se posicionar, ele apenas procura dissimular a aproximação de outro discurso: ao da ordem policial que não quer permitir que seja feito um questionamento quanto à divisão das parcelas, o que evidenciaria que há parcelas sem parcela.

Antes de finalizar, gostaria de ressaltar que, como os sentidos sempre estão sendo construídos, em um processo que envolve disputas na partilha do sensível, em contextos ideologicamente marcados, que podem possibilitar a abertura de novos sentidos ou simplesmente sua absorção pela memória, de modo algum as possibilidades de investigação sobre os discursos de divulgação das pesquisas estatísticas do IBGE para a imprensa se encerram neste estudo. Inclusive, as conclusões por nós apontadas também são parciais e abertas a novas possibilidades de interpretação.

Assim, gostaria de ressaltar alguns caminhos que podem ser desbravados em novos estudos, como em mais análises sobre os personagens retratados nas matérias sobre as pesquisas

do IBGE, ampliando o escopo para incluir aquelas inseridas no corpo das matérias, na parte interna dos jornais. Também seria interessante fazer um estudo comparativo considerando as divulgações para a imprensa realizadas no período anterior ao Censo 2000, verificando a movimentação do sujeito em outros contextos sociohistóricos. Em termos teóricos, a noção de Formação Discursiva também merece ser ampliada em estudos futuros, especialmente no tocante ao aprofundamento da discussão sobre a construção discursiva dos acontecimentos no release e nos jornais.

Referências

- AUTHIER-REVUZ, J. Dialogismo e divulgação científica. **Rua: revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade**, Campinas, n.5, p. 9-15, 1999.
- BARBOSA, Marialva. **Jornalistas, senhores da memória**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Porto Alegre, 2004. São Paulo: Intercom, 2004. CD-ROM.
- BELLO, Luiz d'Albuquerque. **A mídia e os órgãos oficiais de estatísticas**. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), Rio de Janeiro, 2013.
- BENJAMIN, W. O Narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Lescov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo, Brasiliense, 2010.
- BENNETI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. In: BENNETI, Marcia; FONSECA, Virginia P. da Silveira (org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis (SC): Editora Insular, vol. 1, 2010.
- BRASIL. Lei 5.534, de 14 de novembro de 1968.
- BRASIL. Portaria nº 15, de 27 de janeiro de 2005.**
- BRASIL. Portaria nº 355, de 5 de novembro de 2007.**
- CAMARGO, Alexandre. P. R.. Sociologia das estatísticas: possibilidades de um novo campo de investigação. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.4, p. 903-925, 2009.
- CARVALHO, Claudia; REIS, Léa Maria Aarão. **Manual prático de assessoria de imprensa**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2009.
- CONNERTON, Paul. Como as sociedades recordam. Portugal: Celta Editora, 1999.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político – o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos (SP): EdUFSCar, 2009.
- COURTINE, J. J.. Discurso, e Imagens: para uma arqueologia do imaginário (entrevista). In: Piovezani C.; Curcino, L.; Sargentini, V. (orgs.). **Discurso, semiologia e história**. São Carlos: Clara Luz, 2011.
- CROSBY, A. W. **A Mensuração da Realidade**. A quantificação e a Sociedade Ocidental 1250-1600. São Paulo: UNES, 1999.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo, Editora Unesp, 1997.
- ERBOLATO, Mário. **Técnicas de codificação em jornalismo**. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- FERREIRA, Marcelo Benedicto. **Retratos do Brasil: o discurso jornalístico sobre a estatística oficial do país**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 35., 2011,

Recife. Anais. São Paulo: Intercom, 2011.

FERREIRA, Marcelo Benedicto. **O uso de personagens na construção de sentidos pela imprensa**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 36, 2011, Fortaleza. Anais. São Paulo: Intercom, 2012.

FERREIRA, Marcelo Benedicto; FERREIRA, Lucia M. A. **As personagens nos retratos e os retratos das personagens na imprensa: relações entre o verbal e o não-verbal na construção de sentidos**. 2014 (inédito).

Folha DE SÃO PAULO. **Primeira página: 90 anos de histórias nas capas mais importantes da Folha**. São Paulo: Publifolha, 2011.

FONSECA, Silvia Maia. **A notícia da estatística: divulgação das estatísticas do IBGE na visão dos jornalistas**. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado, Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de (org.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte (MG): Autêntica Editora, 2012.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar discursivo à posição-sujeito: os movimentos do sujeito-jornalista no discurso de divulgação científica. **Práticas discursivas e identitárias**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

IBGE. Regimento Interno da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portaria Nº 215, de 12 de agosto de 2004

IBGE. Relatório de Atividades 2013 da Coordenação de Comunicação Social do IBGE, 2014.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda; MITTMANN, Soalnge (org.). **Memória e História na/da Análise do Discurso**. Campinas (SP): Mercado das Letras, 2011.

JEDLOWSKI, Paolo. Memórias: temas e problemas da sociologia da memória no século XX. **Pro-Posições**, vol. 14, n. 1 (40), jan/abr, 2003.

JEDLOWSKI, Paolo. Memória e mídia: uma perspectiva sociológica. In: SÁ, Celso Pereira de (Ed.), **Memória, imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora do Museu da República, 2005.

JUNIOR, José Ferreira. **Capas de jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico**. São Paulo: Editora Senac, 2003.

KOBRE, Kenneth. **Fotojornalismo: uma abordagem profissional**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2011.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus editorial, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

LOPES, Luís Carlos. **Artefatos de memória: representações nas mídias**. Niterói: Ciberlegenda, n. 7, 2002.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. São Paulo: **Revista Projeto História**, n. 17, nov., 1998.

LUKÁCS, Georg. A reificação e a consciência do proletariado. In: **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989**. Campinas: Editora da Unicamp/Editora Renavan, 1998.

MARIANI, Bethania. Discurso e instituição: a imprensa. **Rua: Revista do Núcleo de desenvolvimento da criatividade**. Campinas: UNICAMP, 1999.

MAROCCO, Beatriz; ZAMIN; Ângela. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETI, Marcia; FONSECA, Virginia P. da Silveira (org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis (SC): Editora Insular, vol. 1, 2010

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARQUES, Francisco P. J. A.; MIOLA, Edna; SIEBRA; Nayana. Jornalismo, Assessoria de Imprensa e seus condicionantes organizacionais: uma reflexão a partir das teorias do jornalismo. Santa Maria (RS): **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, Universidade Federal de Santa Maria, v. 13, n. 25, 2014.

MEDEIROS, F. N. S.; RAMALHO, M.; MASSARANI, L.. A ciência na primeira página: análise das capas de três jornais brasileiros. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.17, n.2, p. 439-454, 2010.

MEDITSCH, Eduardo. Os múltiplos framings do acontecimento no jornalismo. In: MEDITSCH, Eduardo; SILVA, Gislene; VOGEL, Daisi (org.). **Jornalismo e acontecimento:**

Tramas conceituais. Florianópolis (SC): Editora Insular, vol. 4, 2013.

MELO, Sandra Márcia de. **A Comunicação Social do IBGE e as novas tecnologias para a integração da informação: o caso da introdução da Internet.** Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007.

MIGUEL, Nadya Maria Deps. **O Perfil do brasileiro construído pelo IBGE: uma memória discursiva dos Censos Demográficos de 1940 a 2010.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2012.

MILANEZ, Nilton. Materialidades da paixão: sentidos para uma semiologia do corpo. In: Piovezani, Carlos; Cusino, Luzmara; Sargentini, Vanie (orgs). **Discurso, semiologia e história.** São Carlos, SP: Claruz, 2011.

MILANEZ, Nilton. Intericonicidade: funcionamento discursivo da memória das imagens. **Acta scientiarum. Language and Culture**, v.35, n. 4, p. 345-355. Maringá, Coct-Dec, 2013.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal: da forma ao sentido.** Brasília: Editora UnB, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: Projeto História - Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. v. 10, 1993.

ONU. Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais. Comissão Estatística das Nações Unidas, 1994. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/dnss/gp/fundprinciples.aspx>.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Páginas da história: os fatos que marcaram o país e o mundo, expostos nas capas históricas do jornal O Estado de São Paulo.** São Paulo: O Estado de São Paulo, 2008.

ONU. **Comunicando-se com a Mídia:** um guia para os Institutos de Estatística. Genebra: Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa, 2004.

ONU. **Making Data Meaningful. Part 1: A guide to writing stories about numbers.** New York and Geneva, 2009.

ONU. **Making Data Meaningful. Part 2: A guide to presenting statistics.** Geneva, 2009.

ONU. **Making Data Meaningful. Part 3: A guide to communicating with the media.** Geneva, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. Campinas (SP): **Revista Rua N. 1**, Unicamp, 1995.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso.** Campinas: Pontes Editora, 2010.

PALLAMIN, Vera. Aspectos da relação entre o estético e o político em Jacques Rancière. Risco - **Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo.** Programa de Pós-Graduação do

departamento de arquitetura e urbanismo, EESC-USP, p. 6-17, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In **Papel da memória**. Campinas, Pontes Editores, 1999.

PÊCHEUX, M. **O discurso**. Estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes Editora, 2008.

PINTO, Estela de Sousa. **Jornalismo diário: reflexões, recomendações, dicas, exercícios**. São Paulo: Publifolha, 2009.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, 1989.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de (org.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte (MG): Autêntica Editora, 2012.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: CAMPUS, 2001.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2014.

SARAIVA, Adriana Gonçalves. **Notícias sobre minorias no Censo 2010**: Comunicação de Estatísticas públicas para o fortalecimento da cidadania. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. **Relatório Anual: IBGE 1995**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995

SENRA, Nelson de Castro. **História das Estatísticas Brasileiras: estatísticas formalizadas (c. 1972-2002)**. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 4, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. O rosto do mundo. In: **FOLHA DE SÃO PAULO. Primeira página: 90 anos de histórias nas capas mais importantes da Folha**. São Paulo: Publifolha, 2011.

SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo**: uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa. Porto, Portugal, 2002. Disponível em: www.bocc.ubi.pt

SOUZA, Tânia Clemente de. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. Ciberlegenda. **Revista Eletrônica do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação da UFF**. Niterói: n. 6, 200.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo - Porque as notícias são como são**. Florianópolis (SC): Editora Insular, vol. 1, 3ª edição, 2012a.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo - A tribo jornalista: uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis (SC): Editora Insular, vol. 2, 3ª edição, 2012.

VERON, Eliseo. **Construir el acontecimiento**: los medios de comunicación masiva y el accidente en la central nuclear de Three Mile Island. Buenos Aires: Editorial Gedisa. 1983.

ANEXOS

ANEXO I

Quadro geral com os títulos dos releases e das chamadas de primeira página, referentes às divulgações dos Censos Demográficos e das PNADs, realizadas no período 2000-2014²³

Data	Pesquisa	Release IBGE	O Globo	O Estado de São Paulo	Folha de São Paulo
21/12/00	Censo 2000	População do Brasil é de 169.544.443 pessoas	Brasil, com 169,5 milhões de habitantes, fica mais urbano	O novo retrato do Brasil	População cresce em ritmo mais lento
09/05/01	Censo 2000	Censo 2000 revela mais domicílios com menos moradores	Brasileiros migram para cidades médias	Censo mostra o Brasil como quinto país mais populoso / Ocupação da área é muito desigual	Centro de SP perde 20% dos moradores
*19/12/01	Censo 2000	População continua envelhecendo, mas a metade ainda tem até 24 anos	Brasil melhor no social mas ainda desigual	169.799 milhões de brasileiros	Mais velho e mais alfabetizado, Brasil continua desigual
*08/05/02	Censo 2000	Censo Demográfico - 2000 - Taxas de Mortalidade Infantil - Preliminares	Saúde e educação melhoram mas desemprego cresce no país	Mortalidade infantil no país caiu 38%	Evangélicos crescem; católicos são 74%
		Novos dados do Censo 2000 confirmam avanços na educação e revelam mudanças nas estruturas familiar e domiciliar			
12/09/02	PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, retrata a situação socioeconômica do País no primeiro ano do milênio	Mais educação com renda menor	Um país melhor, no último retrato do IBGE	Renda das famílias cai pela quarta vez seguida, diz IBGE
20/12/02	Censo 2000	Última etapa de divulgação do Censo 2000 traz os resultados definitivos, com informações sobre os 5.507 municípios brasileiros	39 milhões vivem como menos de R\$ 300	Dados finais do Censo indicam desafios do país	Número de estrangeiros no país cai pela metade
16/04/03	PNAD	Em 2001, o Brasil tinha 2,2 milhões de crianças de 5 a 14 anos de idade trabalhando	Trabalho infantil ainda é alto no país	Criança: 1 milhão trabalha e não estuda, diz IBGE	Cai índice de crianças que trabalham no país

²³ No quadro, as divulgações que aparecem marcadas com um asterisco (*), no campo referente à data, são as que foram analisadas no capítulo 4.

Data	Pesquisa	Release IBGE	O Globo	O Estado de São Paulo	Folha de São Paulo
*10/10/03	PNAD	Brasil tem mais domicílios ligados à internet, mais crianças na escola e mais mulheres no mercado de trabalho	Renda do brasileiro cai pelo sexto ano seguido	Mais bens; renda menor	País tem 7,9 milhões sem emprego
*29/09/04	PNAD	PNAD 2003 aponta redução de desigualdade, queda no rendimento, aumento na desocupação e mais empregados com carteira assinada	IBGE: Era Lula começa com queda de renda e emprego	Bons e maus números no 1º ao de Lula	Renda do trabalho caiu em 2003 e foi a pior em dez anos
25/05/05	PNAD	Acesso e utilização de serviços de saúde – 2003: Doenças crônicas atingem quase um terço da população brasileira	IBGE: Mulheres que fazem mamografia são minoria	27,9 milhões de brasileiros nunca foram ao dentista	NÃO PUBLICOU
*25/11/05	PNAD	PNAD 2004: ocupação cresceu e rendimento ficou estável	Governo Lula reduz mais a desigualdade, mostra IBGE	IBGE: renda para de cair e Brasil faz algum avanço	NÃO PUBLICOU
22/03/06	PNAD	Suplemento Educação: IBGE divulga perfil socioeconômico dos moradores em domicílios beneficiados por recebimento de dinheiro de programas sociais do governo Aspectos Complementares de Educação e Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais: Suplemento de educação do IBGE pesquisa, pela primeira vez, oferta e consumo de merenda escolar	Programas assistenciais não acabam com a pobreza	Dinheiro do governo vai a 15% das casas	Programas sociais deixam de fora metade dos miseráveis
17/05/06	PNAD	Segurança Alimentar: IBGE traça perfil inédito sobre Segurança Alimentar no Brasil	NÃO PUBLICOU	IBGE conclui: 14 milhões de brasileiros passam fome	NÃO PUBLICOU
*15/09/06	PNAD	PNAD 2005: rendimento tem primeira alta em 10 anos	NÃO PUBLICOU	Educação melhora, mas mais crianças trabalham	Renda cresce pela 1ª vez em dez anos, mas não compensa perda

Data	Pesquisa	Release IBGE	O Globo	O Estado de São Paulo	Folha de São Paulo
23/03/07	PNAD	Pnad 2005 - Acesso à Internet: IBGE contou 32,1 milhões de usuários da internet no país	Internet: no Brasil, 79% nunca usaram	NÃO PUBLICOU	NÃO PUBLICOU
*14/09/07	PNAD	Pnad 2006: trabalhadores que ganham menos recuperam o rendimento que tinham há dez anos	Renda sobe, mas Nordeste vê a desigualdade crescer	Renda do trabalhador cresce 7,2%	Renda média sobe, mas ainda é inferior a de 96
07/03/08	PNAD	Estudo Especial sobre a Mulher – PNAD: Crescem uniões entre mulheres mais velhas com homens mais jovens	NÃO PUBLICOU	NÃO PUBLICOU	NÃO PUBLICOU
28/03/08	PNAD	Suplemento do Programa Social PNAD 2006: Em 2006, 10 milhões de domicílios receberam dinheiro de programas sociais	Bolsa Família: consumo alto, infraestrutura baixa	Pobres ganham 19% mais com os programas sociais	Programa social atinge 25% do país
		Suplemento Educação, Trabalho Infantil - PNAD 2006: 1,4 milhão de crianças brasileiras de 5 a 13 anos trabalham			1,4 milhões de crianças até 13 anos trabalham, aponta IBGE
*18/09/08	PNAD	Mais de 50% dos trabalhadores contribuem para a previdência	Após 6 anos, educação ainda desafia Era Lula	Desigualdade cai, mas índices sociais avançam devagar	Renda média do trabalhador tem aumento menor, mostra PNAD
22/05/09	PNAD	Suplemento - Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional – 2007: IBGE divulga perfil da Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos e da Educação Profissional no país	Rede privada é maior no ensino técnico	43% dos matriculados não finalizam o supletivo	43% não concluem curso supletivo
18/09/09	PNAD	Pnad 2008: Mercado de trabalho avança, rendimento mantém-se em alta, e mais domicílios têm computador com acesso à Internet	Bolsa família: consumo alto, infraestrutura em baixa	Crise pegou o Brasil no auge do desenvolvimento social	País melhora, mas não vence o analfabetismo

Data	Pesquisa	Release IBGE	O Globo	O Estado de São Paulo	Folha de São Paulo
27/11/09	PNAD	PNAD - Suplemento Tabagismo 2008: 17,2% dos brasileiros fumam; 52,1% deles pensam em parar	Após 6 anos, educação ainda desafia Era Lula	Número de ex-fumantes no país já bate o de fumantes	País tem mais ex-fumantes que fumantes, revela o IBGE
11/12/09	PNAD	De 2005 para 2008, acesso à Internet aumenta 75,3% e mais da metade dos brasileiros passa a ter telefone celular	Internet avança, mas falta incluir 104 milhões	Internet no Brasil: 104,7 milhões não têm acesso à rede	65% do país não tem acesso à internet
31/03/10	PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 - Um Panorama da Saúde no Brasil: De 2003 a 2008, foi de 42,5% para 54,8% o percentual de mulheres que já haviam feito mamografia	Sedentarismo eleva doentes crônicos no Brasil	Saúde da família atende 96,5 milhões	Restrição de mobilidade afeta 29% da população
*08/09/10	PNAD	PNAD 2009: rendimento e número de trabalhadores com carteira assinada sobem e desocupação aumenta	O país de Lula: esgoto em baixa, consumo em alta	Prosperidade, mas com atraso na educação e no saneamento	Crise fez desemprego crescer 18%, diz PNAD
04/11/10	Censo 2010	IBGE divulga os resultados da coleta do Censo 2010	População brasileira dobrou em 40 anos	Já somos 185.712.713 brasileiros (c/ arte)	NÃO PUBLICOU
26/11/10	PNAD	PNAD - Segurança Alimentar 2004 2009: Insegurança alimentar diminui, mas ainda atinge 30,2% dos domicílios brasileiros	Número caiu, mas Brasil ainda tem 11 milhões com fome	Fome ronda 1,2 milhões no Brasil, diz IBGE	NÃO PUBLICOU
29/11/10	Censo 2010	Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas	Censo: população vai a 190,7 milhões, mas cai ritmo de crescimento	No Brasil 190.732.694 habitantes	População brasileira chega a 190,7 milhões
15/12/10	PNAD	Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil: 47,2% das pessoas não se sentem seguras na cidade em que moram	NÃO PUBLICOU NA PRIMEIRA PÁGINA	47% no País se sentem inseguros em suas cidades	Cidades são inseguras para quase metade dos brasileiros
29/04/11	Censo 2010	Primeiros resultados definitivos do Censo 2010: população do Brasil é de 190.755.799 pessoas	Vidas reais – O Brasil avança, mas lentamente / [articulada c/] Reino Unido pelo conto de fadas	Norte e Centro-Oeste lideram crescimento demográfico	Branco deixam de ser majoritários no país, revela Censo

Data	Pesquisa	Release IBGE	O Globo	O Estado de São Paulo	Folha de São Paulo
01/07/11	Censo 2010	IBGE divulga Malha Municipal e Informações dos Setores Censitários do Censo 2010	Rio cresce mais em favelas e nos bairros vizinhos à Barra	Censo com lupa – Brasil em detalhes	Nascem menos crianças em bairros pobres do Rio e de São Paulo
16/11/11	Censo 2010	Indicadores Sociais Municipais 2010: incidência de pobreza é maior nos municípios de porte médio	Retratos do Brasil – 2000/2010 – Violência mata mais homens jovens; mulheres chefiam lares	IBGE projeta queda da população	Taxa de filhos por mulher cai abaixo de dois, revela Censo
		Censo 2010: País tem declínio de fecundidade e migração e aumentos na escolarização, ocupação e posse de bens duráveis			
		Censo 2010: Mais da metade dos emigrantes brasileiros são mulheres			
27/04/12	Censo 2010	Censo 2010: escolaridade e rendimento aumentam e cai mortalidade infantil	O novo e o velho Brasil, segundo o Censo do IBGE – Mortalidade cai, brasileiro volta e a renda sobe / Transporte e educação ainda longe do ideal	Mortalidade infantil 47,5% no País	Percurso ao trabalho exige mais de 1 hora para 7 milhões
25/05/12	Censo 2010	Censo 2010 revela: mais da metade dos domicílios situavam-se em locais sem bueiros	NÃO PUBLICOU NA PRIMEIRA PÁGINA	PRIMEIRA PÁGINA NÃO LOCALIZADA NO ACERVO DIGITAL	País tem ruas iluminadas, mas falta saneamento
29/06/12	Censo 2010	Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião	Brasil é menos católico e ainda mais evangélico	Igreja Católica perde 465 fiéis por dia em dez anos	Número de Católicos cai no país pela 1ª vez
10/08/12	Censo 2010	Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas	Povos indígenas crescem 205%	40% dos índios estão fora de terras	Censo revela mais etnias e línguas indígenas no país
*21/09/12	PNAD	PNAD 2011: crescimento da renda foi maior nas classes de rendimento mais baixas	Mais jovens fora da escola	Economia lenta não freia avanço social	Velhos trabalham; jovens priorizam estudo

Data	Pesquisa	Release IBGE	O Globo	O Estado de São Paulo	Folha de São Paulo
17/10/12	Censo 2010	Censo 2010: Uniões consensuais já representam mais de 1/3 dos casamentos e são mais frequentes nas classes de menor rendimento	Meio Brasil sem moradia adequada	União consensual	Casais com enteados são um sexto do total no país
19/12/12	Censo 2010	Censo 2010: mulheres são mais instruídas que homens e ampliam nível de ocupação	NÃO PUBLICOU	NÃO PUBLICOU	NÃO PUBLICOU
16/05/13	PNAD	PNAD: De 2005 para 2011, número de internautas cresce 143,8% e o de pessoas com celular, 107,2%	NÃO PUBLICOU NA PRIMEIRA PÁGINA	Internet cresce entre mais pobres	NÃO PUBLICOU NA PRIMEIRA PÁGINA
27/09/13	PNAD	PNAD 2012: Desocupação diminui, mas percentual de empregados com carteira assinada fica estável	Renda média sobe, mas desigualdade para de cair	Analfabetismo para de cair pela 1ª vez desde 2004	Analfabetismo e desigualdade focam estagnados no país
*18/09/14	PNAD	PNAD 2013 retrata mercado de trabalho e condições de vida no país	Desemprego e desigualdade aumentam, mas renda sobe	Desemprego cresce e desigualdade para de cair	Sob Dilma, queda da desigualdade trava no país

ANEXOS II A XII

- Disponibilizam os quadros dos quais foram extraídas as Sequências Discursivas (SDs) analisadas no capítulo 4. Um quadro pode ocupar mais de uma página.
- Na primeira coluna de cada quadro está transcrita a abertura do release e, nas demais, a chamada de primeira página dos três jornais.
- Em cada coluna, as aberturas dos releases e as chamadas dos jornais foram divididas em duas partes: uma para os títulos e subtítulos, outra para o restante dos textos.
- Nos textos das chamadas e dos releases, cada assunto foi pintado de uma mesma cor, a qual se repete em todos os quadros. Apenas a palavra “desigualdade” aparece envolvida por linhas, marcação que tem o mesmo objetivo das realizadas através de cores.
- Nos textos, as letras e os números entre parênteses, que aparecem no início de algumas frases, indicam:

T: título

Sub: subtítulo

C: chapéu (pequeno título que especifica a cobertura jornalística)

P1, P2, P3 (...): numeração dos parágrafos

ANEXO II

(D3) Release: 19/12/2001 (Censo 2000)	O Globo	O Estado de São Paulo	Folha de São Paulo
(T) População continua envelhecendo, mas a metade ainda tem até 24 anos	(T) Brasil melhor no social mas ainda desigual. Censo 2000 mostra avanço em educação, renda e saneamento	(T) 169,799 milhões de brasileiros	(T) Mais velho e mais alfabetizado, Brasil continua desigual
(P1) Em 1991, o Censo revelou que 80,3% das pessoas de 10 anos ou mais de idade eram alfabetizadas. Já em 2000, a taxa passou para 87,2%, o que significa que quase 120 milhões de brasileiros sabem ler e escrever, pelo menos, um bilhete simples. (P2) Apesar dos avanços ocorridos nas regiões Norte e Nordeste, as maiores taxas de alfabetização encontram-se nas regiões Sul e Sudeste. (...) Já o Nordeste apresenta o pior desempenho (...). (P3) O Norte e o Nordeste têm as maiores proporções de pessoas não-alfabetizadas do país, com 15,6% e 24,6%, respectivamente. Juntas, essas duas regiões têm mais de 10 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade analfabetas.	Foram muitos os ganhos do Brasil na área social na última década, segundo o Censo 2000. O analfabetismo, que atingia 19,7% dos brasileiros com mais de 10 anos em 1991, caiu para 12,8%. Entre as crianças de 10 a 14 anos, quase 93% já sabem ler e escrever. A renda média dos chefes de família cresceu 41,9%. Aumentou o acesso da população a serviços públicos, como o abastecimento de água, coleta de lixo e rede de esgoto. Mas os desafios para reduzir a imensa desigualdade ainda são grandes e serão prioridade na próxima década, segundo o próprio presidente do IBGE, Sérgio Besserman. O Censo mostra que oito milhões de chefes de família estudaram menos de quatro anos. O país tem 17,6 milhões de analfabetos. A renda média no Nordeste é um terço do que recebem os chefes de família do sudeste. No Rio de Janeiro, a rede de esgoto chegou a um milhão de novas residências de 1991 a 2000, mas o município de São Francisco de Itabapoana tem apenas 1,8% de seus domínios com acesso a saneamento. No Joá, bairro de maior renda média da capital fluminense, um chefe de família ganha por mês o que um morador de Acari leva 15 meses para receber.	Os primeiros dados definitivos do Censo 2000 do IBGE, coletados entre agosto e novembro do ano passado, revelam que o Brasil tem combinado avanços sociais e econômicos com profunda desigualdade. Em agosto de 2000, o País tinha 169.799.170 habitantes, quase dez vezes mais que há cem anos. A população continua muito jovem, apesar de mais velha. Metade tem idade de até 24, 2 anos. Os dados também mostram um país de muitos pobres, embora tenha ocorrido uma elevação da renda média. Vinte e dois milhões de habitantes responsáveis por domicílios viviam em 2000 com renda de, no máximo, R\$ 350. (...) (Fotografia) Duas senhoras idosas sorridentes passeando em local arborizado. (Infográficos) “Avança a educação” e “Cresce o rendimento”.	Os dados da terceira divulgação do Censo 2000 revelam que o brasileiro está em média mais velho e mais alfabetizado, mas permanecem enormes as diferenças entre as regiões. A renda média dos responsáveis pelos domicílios foi R\$ 542 em 91 para R\$ 769 em 2001- há dez anos, viviam-se os efeitos de uma forte recessão. Um terço dos domicílios é comando por um analfabeto funcional (alguém que não consegue entender um texto). (...) Há 7,5 milhões de domicílios sem banheiro.

ANEXO III

(D4) Release: 8/05/2002 (Censo 2000)	O Globo	O Estado de São Paulo	Folha de São Paulo
<u>Release 1</u> (T) Novos dados do Censo 2000 confirmam avanços na educação e revelam mudanças nas estruturas familiar e domiciliar	(T) Saúde e educação melhoram mas desemprego cresce no país Censo do IBGE revela queda de 38% na mortalidade infantil na última década	(T) Mortalidade infantil no país caiu 38% Dados do Censo 2000 do IBGE revelam ainda que a escolarização e o consumo cresceram, mas a renda não	(C) Grupo sobe de 9,1% em 91 para 15,5% da população; indicadores sociais melhoram, mas 51,9% ganham até 2 mínimos (T)Evangélicos crescem; católicos são 74%
(P1) Em mais uma etapa de divulgação do Censo 2000, são confirmadas as tendências de universalização da educação na faixa dos 7 aos 14 anos (95%), de redução na proporção de pessoas menos instruídas e de aumento das de nível mais elevado. (...) (P3) Quanto aos bens duráveis e aos serviços (...) constatou o aumento extraordinário ocorrido, nesta década, na instalação de linhas telefônicas (113,4%), apesar de estarem presentes em não mais que 40% dos domicílios. (...) (P4) (...) Havia, em 2000, quase 25% da população ocupada, com rendimento de trabalho, que ganhava até um salário e 2,6% recebia mais de 20 salários mínimos. <u>Release 2</u> (P1) Taxa de mortalidade infantil no Brasil cai para 29,6 óbitos (por mil nascidos vivos) e 404.120 crianças deixam de morrer de 1991 para 2000 (...) (P2) Com essa queda, o Brasil ficou abaixo da meta estipulada pela Cúpula Mundial das Nações Unidas pela Criança para o ano 2000, que era de 32 óbitos infantis por mil nascidos vivos.	A mortalidade infantil no país caiu 38% na última década, segundo dados do Censo 2000 divulgados ontem pelo IBGE. Para cada mil nascidos vivos, são registradas 29,6 mortes. Há dez anos, eram 45,3 óbitos. As estatísticas também registram avanços na educação: mais alunos frequentavam a escola e por mais tempo. Na pré-escola, o aumento na taxa de escolarização foi maior: saltou de 37,2 % para 71,9%. Mas a desigualdade na educação persiste entre regiões: a proporção de pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo no Nordeste (17,9%) é três vezes maior que no Sul. O consumo de bem e serviços também cresceu. (...) Mas os contrastes no consumo também são marcantes. (...) As estatísticas sobre desemprego preocupam: a taxa de desocupados já representa 15% da população economicamente ativa do país. No Rio, a cada cem pessoas, 17 procuram emprego. Os números mostram que um quarto dos brasileiros que trabalham no país ganha até um salário mínimo. <u>REAÇÃO:</u> FH cobra do IBGE incoerência entre baixa renda e consumo alto “Ou não se consumiu tanto ou não se ganhou tão pouco”, afirmo	A mortalidade infantil caiu 38% na década passada, a escolarização cresceu e o consumo de bens duráveis aumentou. Esses são os dados do Censo 2000, divulgados ontem pelo IBGE. A renda formal, entretanto, não cresceu: contando todas as pessoas que têm algum rendimento, as que recebem até um salário mínimo mensal são 30,6%. Os avanços na saúde e na educação são resultado, de acordo com o presidente Fernando Henrique Cardoso, de investimentos em saneamento, vacinação, alimentação nas escolas e atendimento à mulher. Mas ele considerou “ilógico” que a renda não tenha crescido e o consumo sim. [Foto de crianças segurando velas, no centro da página, circundada pela chamada do Censo] Pedido de ajuda – Crianças filipinas protestam contra o trabalho infantil: ONU admite falha na proteção à infância.	(P5) A mortalidade infantil ficou pela primeira vez abaixo de 30 crianças mortas com menos de um ano de idade para cada mil nascidas vivas – caiu de 45,3 por mil para 29,6. A escolarização subiu, mas 59,9% não concluíram o ensino fundamental. (P6) A melhora de indicadores socais não se refletiu na distribuição de renda: 51,9% dos trabalhadores ganham até dois salários mínimos. [Título de chamada coordenada] FHC afirma que a década de 90 “não foi perdida”

ANEXO IV

(D8) Release: 10/10/2003 (PNAD 2002)	O Globo	O Estado de São Paulo	Folha de São Paulo
(T) Brasil tem mais domicílios ligados à internet, mais crianças na escola e mais mulheres no mercado de trabalho (Sub) Em 2000, rendimento das mulheres ainda era inferior ao dos homens e quase 55% dos trabalhadores ainda não contribuíam para o instituto de previdência	(T) Renda do brasileiro cai pelo sexto ano seguido (Sub) IBGE mostra analfabetismo em queda e mais anos de estudo	(Foto) Celular e lama — O açougueiro Marcolino Cerqueira de Lima fala ao telefone numa rua da favela onde mora, no Rio [ver relação com o título de outra matéria situado acima da foto] (T) Mais bens; menos renda	(C) O Brasil que FHC deixou para Lula (Sub) De 1993 a 2002, a população cresceu mais que o número de vagas criadas; melhorou o analfabetismo e o acesso à água e esgoto (T) País tem 7,9 milhões sem emprego
(P1) Entre 2001 e 2002, aumentou em 15,1% o número de domicílios com microcomputadores e em 23,5% o daqueles conectados à internet. No mesmo período, a população ocupada cresceu 3,6%, a maior taxa anual desde 1992. Além disso, desde este ano até 2002, o número de crianças de 7 a 14 anos de idade fora da escola caiu de 13,4% para 3,1%. (P2) (...) A PNAD também divulga que em 8,8% dos domicílios brasileiros havia somente telefones celulares em 2002. (P3) Em 2002, mais da metade (54,8%) das pessoas ocupadas não contribuíam para instituto de previdência (...). (P4) A pesquisa revela que a presença das mulheres no mercado de trabalho vem se tornando cada vez maior. Por outro lado, em 2002, as mulheres continuavam com rendimento inferior ao dos homens, e ainda existiam 2,1 milhões de crianças de 5 a 14 anos — ou 6,5% das pessoas nesta faixa etária — trabalhando em 2002. Este percentual estava em 12,1% em 1992.	(P1) Os brasileiros chegaram ao fim de 2002 com mais trabalho, educação, telefone e computador, mas com salário menor. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada ontem pelo IBGE, o último ano do governo Fernando Henrique foi o sexto com queda do rendimento: a renda média caiu 2,5% em relação a 2001. Entre 1996 e 2002, a queda acumulada é de 12,6%. Apesar da turbulência econômica, o número de pessoas ocupadas subiu 3,6%, a maior alta desde 1992. Os indicadores de educação e acesso a bens duráveis continuaram em alta. Assim como a concentração de renda.	(P1) Um número cada vez maior de casas com mais bens, como telefone e computador; uma sociedade com maior escolaridade, mais empregos, mas com trabalhadores ganhando cada vez menos. Esse é o retrato da evolução do Brasil em uma década, mostrado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE. Alessandra Santos de Mello, de 27 anos, é símbolo da mudança. Há anos sonhava em morar numa rua com asfalto e esgoto e ter um telefone. Vítima da lentidão do poder público, só conseguiu o telefone.	(P1) O número de desempregados no país aumentou 79,2% entre 1993 e 2002 (...). Em 2002, havia 7,9 milhões de brasileiros sem ocupação. O total de empregados cresceu 17,4%, percentual menor que o do aumento da população economicamente ativa (21,3%). No final do ano passado, a taxa de desemprego atingiu 9,2%. Em 1993, era de 6,2%. (P2) O salário médio foi de R\$ 547 em 1999 para R\$ 725 em 1996. Depois, caiu até R\$ 636 em 2002. (P3) Já os indicadores sociais melhoraram. O analfabetismo entre pessoas com pessoas com mais de dez anos caiu de 16,4% para 10,9%. Há mais casas com água (...) e esgoto (de 56,7% para 68,1%). (P4) O boom dos telefones domiciliares, iniciado em 1998 com a privatização da Eletrobrás, pode ter chegado ao limite. Em 98, só 32% das casas tinham telefone. O índice deu um salto nos anos seguintes até atingir 58,9% em 2001. No ano passado, o percentual cresceu pouco, para 61,6%.

ANEXO V

(D10) Release: 29/09/2004 (PNAD 2003)	O Globo	O Estado de São Paulo	Folha de São Paulo
(T) PNAD 2003 aponta redução de desigualdades, queda no rendimento, aumento na desocupação e mais empregados com carteira assinada	(T) IBGE: Era Lula começa com queda de renda e emprego (Sub) Dados de 2003 mostram, porém, que educação e desigualdade seguem melhorando	(T) Bons e maus números no 1º ano de Lula	(T) Renda do trabalho caiu em 2003 e foi a pior em dez anos
(P1) Nordeste foi a região que apresentou os maiores avanços em dez anos, com a taxa de escolarização das crianças de 7 a 14 anos de idade, chegando a 96,0% e quase igualando-se à do total do País, que era de 97,2% em 2003; o mesmo em relação à taxa de analfabetismo (de 10 anos de idade) que, caiu de 30,9% para 21,2% em 10 anos, embora ainda seja o dobro da do País (10,6%). (P2) Também o percentual de domicílios com bens duráveis teve grande aumento no Nordeste. Em 1993, pouco mais da metade dos domicílios (53%) tinha televisão e, dez anos depois, 80,1%. (P3) Quanto às desigualdades entre homens e mulheres, a PNAD 2003 também registrou mudanças (...). (P4) Os dados da PNAD mostram ainda que o rendimento médio real dos trabalhadores caiu 7,4% de 2002 para 2003, no entanto, a perda real para a metade da população com as menores remunerações de trabalho foi de 4,2%, enquanto que para a outra metade da população, com os maiores rendimentos, a perda real foi de 8,1%, o dobro. A análise desses 10 anos, 1993 a 2003, mostra que os 10% dos ocupados com os maiores rendimentos, que detinham praticamente metade do total das remunerações (49,0%) em 1993, passaram, em 2003, a deter 45,3% do total. Na outra ponta, os 10% dos trabalhadores com os menores rendimentos, que ficavam com 0,7% do total das remunerações, passaram a receber 1,0% do total de todos os rendimentos, em 2003. O índice de Gini, que estava em 0,600 em 1993, registrou 0,555 em 2003, a	(P1) O primeiro retrato fechado da administração do presidente Lula mostra o tamanho do sacrifício que o país pagou pelas turbulências eleitorais de 2002 que resultou no “cavalo-de-pau” dado na economia, como disse na época o ministro José Dirceu. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2003, feita pelo IBGE, revela que apesar da continuidade da melhora de dados importantes da gestão de Fernando Henrique, como educação e concentração de riqueza, a renda do brasileiro teve uma queda de 7,4%, pelo sétimo ano consecutivo, na maior redução desde 1997. A massa de desempregados cresceu para 8,5 milhões, um aumento de 661mil em comparação a 2002. Mas o emprego ficou menos precário, com a inclusão de 857.418 pessoas no universo de trabalhadores com carteira assinada. A desigualdade diminuiu, com mais crianças na escola e menos trabalho, e aumentou o acesso a serviços públicos e a bens duráveis.	(P1) A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2003, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), captou em cheio os efeitos da dura política econômica do primeiro ano do governo Lula, especialmente os juros muito altos para conter a inflação. O choque negativo nos dados de conjuntura, como emprego e renda, e a continuidade dos avanços nos indicadores estruturais, como educação, trabalho infantil e saneamento, eram, em síntese, o quadro social brasileiro em setembro de 2003. Outros destaques significativos foram a queda na taxa de fecundidade e uma melhora na distribuição de renda. <u>Alguns destaques:</u> Trabalho formal cresce, mas não tanto quanto a população Diminuem os analfabetos, mas em ritmo menor Há menos crianças de 5 a 6 anos fora da escola Fotolegenda: Impulsos – Rose Mary Alves e família, no Rio: linha fixa deu lugar a celular em casa	(P1) A renda média real do trabalhador recuou 7,4% em 2003, primeiro ano do governo Lula, revela a Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios. Em média, a renda foi de R\$ 692, a menor em dez anos. Quem mais perdeu foram os que ganhavam mais. A taxa de desemprego subiu de 9,2% em 2002 para 9,7%, atingindo 8,537 milhões de pessoas. (P2) Houve avanços: 367 mil crianças e adolescentes de 5 a 17 anos pararam de trabalhar, apesar de ainda trabalharem 11,7% das pessoas dessa faixa etária. Já o índice de domicílios com acesso a rede de esgoto cresceu de 46,4% para 48%. (P3) A taxa de fecundidade chegou a 2,1 filhos por mulher, indicando tendência de mera reposição.

melhor marca desde 1981. Quando considerado o rendimento domiciliar, que reúne a remuneração de todas as fontes de rendimento dos moradores, a PNAD registrou queda de 8,0% de 2002 para 2003. A taxa de desocupação, detectada pela PNAD, passou de 9,2% para 9,7% nesse período. (P5) A comparação dos últimos dez anos da PNAD (1993 a 2003) mostrou melhoras generalizadas sob diversos aspectos: em 10 anos, a proporção de domicílios com telefone mais que triplicou, passando de menos de 20% para 62,0%; a proporção de habitações consideradas rústicas, aquelas com paredes feitas com material não-durável, como madeira aproveitada de embalagens, taipa, palha, etc. se reduziu à metade nesses dez anos, passando de 5,1% para 2,5%, um fenômeno ocorrido em todas as regiões; a parcela de crianças de 7 a 14 anos que não frequentava escola, que era de 11,4% em 1993, ficou em 2,8% em 2003. No Nordeste, a redução foi de 16,6% para 4,0% no percentual de crianças nessa faixa de idade fora da escola. Outro indicador que reflete o nível de instrução da população é o número médio de anos de estudo e esse, passou de 5 anos em 1993 para 6,4 anos em 2003. Entre a população ocupada, a média de anos de estudo era de 7,1 anos em 2003, sendo maior entre as mulheres (7,7 anos de estudo). (P6) A PNAD 2003 confirma ainda o movimento de ingresso da mulher no mercado de trabalho. (...) Outro movimento importante na economia foi o aumento dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada (3,6%). Na sociedade, o uso de computadores se disseminou e foi o bem durável que mais cresceu nos últimos anos, presente, em 2003, em 7,5 milhões de domicílios, sendo que 5,6 milhões dispunham de acesso à Internet.			
---	--	--	--

ANEXO VI

(D13) Release: 25/11/2005 (PNAD 2004)	O Globo	O Estado de São Paulo	Folha de São Paulo
(T) PNAD 2004: ocupação cresceu e rendimento ficou estável	(T) Governo Lula reduz mais a desigualdade, mostra IBGE (Sub) Renda do trabalhador parou de cair em 2004, mas permaneceu estagnada	(T) IBGE: renda para de cair e Brasil faz algum avanço (Sub) Pesquisa mostra que melhorou um pouco a distribuição de renda, ainda baixa, assim como cresceu o número de domicílios atendidos por água e esgoto, também baixo	(C) Estudo do IBGE mostra o Brasil mais velho, mais alfabetizado, com mais empregos e com renda estagnada (T) Ricos ficam mais pobres e concentração de renda cai
(P1) Depois de cair desde 1997, o rendimento médio real da população ocupada estabilizou-se em R\$ 733 e a concentração das remunerações continuou em declínio: enquanto a metade com os menores rendimentos da população ocupada teve ganho real de 3,2%, a outra metade teve perda de 0,6%. Já o nível da ocupação – percentual de pessoas ocupadas na população de dez anos ou mais de idade – foi o maior desde 1996. (...) (P2) A PNAD também constatou que o nível de instrução das mulheres que trabalhavam continuou maior que o dos homens e que menos de 3% dos jovens de 7 a 14 anos encontravam-se fora da escola em 2004. Verificou-se, também, que 5,3 milhões de crianças e adolescentes na faixa de 5 a 17 anos de idade estavam trabalhando. (P3) Entre 2003 e 2004, cresceu em mais de 50% o número de domicílios que tinham exclusivamente o telefone celular e em 11% o daqueles onde havia computadores conectados à internet. (...)	(P1) A mais completa pesquisa anual sobre as condições de vida dos brasileiros mostrou que no segundo ano do governo Lula o país ficou menos desigual, com mais postos de trabalho, maior número de emprego formal e, pela primeira vez desde 1997, a renda do trabalhador parou de cair, embora tenha ficado estagnada em relação a 2003. (...) De acordo com analistas, com a expansão de 4,9% da economia no ano passado, o Brasil mostrou que é capaz de gerar empregos de boa qualidade. <u>Chamadas coordenadas:</u> A mediocridade dos políticos O presidente Lula disse ontem que muitos projetos não avançam no Brasil por causa do que chamou de mediocridade da classe política. Ele comparou a oposição a aves de mau agouro, que, segundo disse, torcem para que o governo não dê certo. <u>Zuenir Ventura</u> Em resumo: “Eu sou hoje você amanhã”.	(P1) O retrato do Brasil revelado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada ontem pelo IBGE, mostra que o Brasil melhorou em 2004 em quase todos os itens analisados. (P2) Apesar de a taxa de analfabetismo ainda ser alta – 10,5% entre as pessoas acima de 10 anos –, o número de crianças fora da escola caiu dos 4,3 % de 2003 para 2,9%. (P3) A quantidade de pessoas ocupadas cresceu 3,2%, o que representa um contingente de 2,7 milhões de trabalhadores. O número de emprego com carteira assinada cresceu 6,6%, e isso teve reflexo na Previdência Social, que de 2003 para 2004 ganhou 2,4 milhões de contribuintes. O rendimento médio da população (...) ficou no mesmo patamar da pesquisa anterior, interrompendo queda de renda que vinha desde 1996. A distribuição de renda também melhorou, graças ao aumento real de 3,2% obtido pelos 50% que ganham menos e à queda de 0,6% da metade que ganha mais. (...) (P4) Coleta de esgoto e abastecimento de água também registraram melhora, embora ainda longe do que seria razoável. A evolução mais significativa nos serviços públicos foi na telefonia (...).	(P1) A concentração de renda no país caiu em 2004, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, e atingiu o melhor resultado desde 1981. (P2) Isso ocorreu porque o rendimento dos 5% mais ricos caiu (1,6%) enquanto o dos 50% mais pobres subiu 3,2%. Segundo o estudo do IBGE, a renda média (R\$ 733) parou de cair após seis anos e não variou em relação a 2003, mas o número de empregos cresceu 3,3% com mais 2,7 milhões de ocupados. O desemprego caiu de 9,7% para 9%, o equivalente a 8,2 milhões de desocupados. (P3) A Pnad mostra um retrato do país. A taxa de analfabetos com mais de 15 anos caiu de 11,8% para 11,2%. O setor privado ampliou seu espaço na educação, atendendo 10,3 milhões de estudantes e elevando sua participação de 17,9% em 2001 para 19,4%. (P4) A proporção de casas só com telefones celulares cresceu. (...) Já a de residências só com telefones caiu a 17,8%. A população continuou a envelhecer (...).

ANEXO VII

(D17) Release: 15/09/2006 (PNAD 2005)	O Globo	O Estado de São Paulo	Folha de São Paulo
(T) PNAD 2005: rendimento tem primeira alta em dez anos	(T) Renda melhora, mas educação não (Sub) Avanço salarial de 4,6% em 2005, o primeiro em 9 anos. Mais jovens estão fora da escola	(T) Educação melhora, mas crianças trabalham	(T) Renda cresce pela 1ª vez em dez anos, mas não compensa perda
(P1) Em 2005, cerca de 20% da população com 10 anos ou mais de idade no País navegou pela Internet, pela primeira vez, o Brasil tinha mais domicílios com telefone celular do que linha fixa. (P2) O analfabetismo vem diminuindo, mas ainda atingia 10,2% das pessoas de 10 anos ou mais de idade e 11,1% das de 15 ou mais. Já o número de crianças de 5 a 14 anos de idade que trabalhavam cresceu 10,3% em relação a 2004. (P3) O rendimento médio real de trabalho cresceu 4,6% em relação a 2004. (...) trata-se da primeira alta no rendimento desde 1996. Mas na mesma série harmonizada, o rendimento médio real de trabalho está 15,1% abaixo de 1996. (P4) O nível de ocupação (...) foi de 57,0% em 2005. Considerando-se a série harmonizada, esse foi o nível de ocupação mais alto desde 1996. Já o nível de ocupação das mulheres (46,4%), na mesma série harmonizada, foi o maior desde 1992.	(P1) Pela primeira vez em nove anos, a renda do trabalhador brasileiro cresceu em 2005. Segundo a (...) (PNAD) do IBGE, apesar da alta 4,6% nos rendimentos, os ganhos médios do trabalho ainda estão 15,1% menores do que em 1996. A taxa de desemprego no país subiu dos 8,9% de 2004, para 9,3% no ano passado. O levantamento mostrou também que o Brasil esbarra em dificuldades para elevar a escolarização dos jovens. Pelo segundo ano seguido, a parcela de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola cresceu e, em 2005, chegou a 18%. A pesquisa constatou também que, com a crise no campo houve aumento de 10,3% no trabalho infantil entre 5 e 14 anos, algo que não acontecia desde 1992.	<u>Pequenas chamadas</u> Pesquisa do IBGE retratam os três primeiros anos de governo Lula Rendimento real do trabalho é 15,1% menor que em 1996 <u>Desigualdade</u> cai, mas ainda é uma das maiores do mundo <u>Fotolegenda:</u> FUTURO AMEAÇADO – Menino de 11 anos trabalha na produção de carvão no município baiano de Alagoinhas para ajudar a família: pés machucados e alimentação deficiente (P1) A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2005 revela que os primeiros três anos de governo Lula o Brasil teve aumento no trabalho infantil e recuo do rendimento real do trabalho ao menor nível em dez anos. Mostra também dados positivos, como redução mais rápida da desigualdade social, embora de forma heterogênea: os dados (...) indicam que a desigualdade aumentou em São Paulo e caiu de forma substancial no Maranhão, por exemplo. Segundo o levantamento, o brasileiro tem mais acesso a telefone (71,6% dos domicílios) do que a rede de esgoto (69,7%). Nos últimos dez anos, subiu a média dos anos de estudo, aumentou o ingresso na escola e caiu a taxa de analfabetismo. (...)	(P1) Após dez anos de perdas sucessivas, a renda do brasileiro cresceu 4,6% em 2005, chegando a R\$ 805. A expansão, no entanto, não foi suficiente para compensar as quedas acumuladas, e o crescimento ainda é 15,1% menor que aquele de 1996 (R\$ 948). (P2) Apesar do bom resultado, o rendimento tem caído a um ritmo anual de 1,2% no governo Lula.

ANEXO VIII

(D21) Release: 14/09/2007 (PNAD 2006)	O Globo	O Estado de São Paulo	Folha de São Paulo
(T) Pnad 2006: trabalhadores que ganham menos recuperam o rendimento que tinham há dez anos	(T) Renda sobe, mas Nordeste vê desigualdade crescer (Sub) Mesmo com bolsa Família, concentração subiu na região	(T) Renda do trabalhador cresce 7,2% (Sub) Pnad 2006 mostra melhor resultado em 11 anos. Salário mínimo e inflação baixa garantem ganhos. Rendimento médio do brasileiro chega a R\$ 883. No Nordeste renda aumenta 12,1%.	(T) Renda média sobe, mas ainda é inferior a de 96 Parcela mais pobre teve alta maior nos rendimentos em 2006, diz IBGE
(P1) De 2005 para 2006, os trabalhadores do Brasil tiveram um aumento de 7,2% em seus rendimentos, passando a ganhar, em média, R\$ 883 por mês. Apesar de o crescimento não ter sido suficiente para atingir o maior valor de rendimento da série (R\$ 975, em 1996), esse patamar mais alto foi alcançado e superado entre os 50% de pessoas ocupadas que ganhavam menos. (P2) Entretanto, mais da metade da população ocupada (49,1 milhões de pessoas) continuava formada por trabalhadores sem carteira assinada, por conta-própria ou sem remuneração. (P3) A passagem de 2005 para 2006 assinalou também a continuidade de diversas melhorias na educação: aumentou de forma significativa o contingente de crianças de 5 e 6 anos na escola; caíram as taxas de analfabetismo e de analfabetismo funcional; e cresceu a média de anos de estudo da população. Por outro lado, o trabalho infantil sofreu redução em todas as faixas etárias, ainda que, no ano passado, 5,1 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos de idade estivessem ocupados. (P4) As desigualdades regionais, entretanto, se mantêm (...).	(P1) A renda média dos trabalhadores brasileiros cresceu 7,2% no ano passado, a maior alta desde 1995. Foram criados 2,1 milhões de empregos, dos quais 96% com contrato. Os números, que consolidam o primeiro mandato de Lula, constam da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, o maior retrato socioeconômico do país, divulgado pelo IBGE. Apesar dos avanços, a desigualdade caiu pouco e até cresceu no Norte e Nordeste, onde é forte a transferência de renda pelo Bolsa Família. Infográfico: Comparação O melhor de FH: Educação, saneamento e acesso a bens O melhor de Lula: Aumento de renda, expansão do emprego e queda da desigualdade págs. 37 a 43	(P1) A renda do trabalhador brasileiro teve em 2006 maior avanço em 11 anos, segundo dados da (...) (Pnad) divulgada ontem pelo (...) (IBGE). Com a retomada da economia e a inflação sob controle, o rendimento do trabalho deu um salto de 7,2% de 2005 para 2006, passando de R\$ 824 para R\$ 883. As melhorias foram registradas principalmente nas regiões Norte e Nordeste e na metade mais pobre dos trabalhadores. No ano passado houve também queda acentuada da taxa de desemprego, ampliação da parcela da população ocupada e aumento do trabalho formal. A pesquisa mostra ainda que a população de negros e pardos (49,5% do total) encostou na de brancos (49,7%). Foto: mulher com filho sorri ao lado de uma máquina de lavar roupa recém-adquirida. Legenda: SONHO DE CONSUMO: Cláudia Alves e a recém-comprada lavadora de roupa: "Há tempos sonhava com ela".	(P1) A renda média do trabalho atingiu R\$ 888 no país – nível igual ao de 1999, mas inferior ao pico de 1996 (R\$ 975), revela a Pnad (...). Para os 50% mais pobres, porém, a renda subiu mais e voltou ao patamar de 1996, o que se deve, segundo o IBGE, ao reajuste de 13,3% no salário mínimo. (P2) No ano passado, a renda do trabalho subiu 7,2 %, maior alta desde 95, época do boom do Real. Foi o segundo ano consecutivo de crescimento após sete anos de estagnação ou queda. (P3) O desemprego recuou 8,5% em 2006. Nos quatro anos do primeiro mandato de Lula (2003-2006), criaram-se 8,7 milhões de vagas, 1,3 milhão a menos que o prometido na campanha de 2002. (...)

ANEXO IX

(D24) Release: 18/09/2008 (PNAD 2007)	O Globo	O Estado de São Paulo	Folha de São Paulo
(T) Mais de 50% dos trabalhadores contribuem para a previdência	(T) Após 6 anos, educação ainda desafia Era Lula	(T) Desigualdade cai, mas índices sociais avançam devagar	(T) Renda média do trabalhador tem aumento menor, mostra Pnad
(P1) Percentual (50,7%) foi atingido pela primeira vez, desde os anos 90, devido ao aumento do número de trabalhadores com carteira assinada: em 2007 eles eram 32,0 milhões, ou 6,1 % a mais que no ano anterior, e atingiram a maior participação na população ocupada (35,3%) desde início da série da PNAD. A população ocupada chegou a 90,8 milhões e cresceu 1,6% em relação a 2006. Já o número de desocupados caiu 1,8% no período, e a taxa de desocupação recuou de 8,4% para 8,2%. (P2) Também pela primeira vez, mais da metade dos 56,3 milhões de domicílios brasileiros estavam ligados à rede de esgoto, 2,4 milhões de unidades a mais que no ano anterior. (P3) Mas a PNAD 2007 mostrou que ainda havia 4,8 milhões de crianças e adolescentes trabalhando no Brasil. (P4) De 2006 para 2007, a taxa de analfabetismo passou de 10,4% para 10,0% da população com 15 anos ou mais de idade, o que representava cerca de 14,1 milhões de analfabetos. Em 2007, por outro lado, 70,1% das crianças de 4 a 5 anos frequentavam creche ou escola, um aumento de 2,5 pontos percentuais em relação 2006. No mesmo período, o número de estudantes de nível superior aumentou em 251 mil.	(P1) A melhoria de renda e de emprego, assim como a queda na desigualdade, não está sendo acompanhada, no governo Lula, por avanços na educação. Nesta área, segundo dados da Pnad/2007 divulgados pelo IBGE, o país enfrenta um retrocesso. O número de estudantes de 15 a 17 anos nas escolas caiu 1,6%. O Brasil tem mais analfabetos que países como Bolívia e Suriname.	(P1) A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) mostra que o Brasil teve em 2007 a maior redução da desigualdade de renda desde 1990. O Índice de Gini, parâmetro internacional para medir a diferença entre ricos e pobres, caiu de 0,541 para 0,528 – menor nível desde 1981, quando foi calculado pela primeira vez. O índice é pior que o Zimbábue (0,501). Segundo o IBGE, autor da pesquisa, os indicadores sociais avançam com lentidão. O Brasil ainda tem 14,1 milhões de analfabetos, 10% da população acima de 15 anos. O País fica em 15º lugar no ranking de alfabetização na América Latina e Caribe.	(P1) A renda média do trabalho subiu em 2007 pelo terceiro ano seguido, mas menos que nos dois anos anteriores, segundo a Pnad (...). A renda chegou a R\$ 956, com alta de 3,2%. A taxa de empregos formais atingiu 35,7%, a maior desde 1992. O rendimento feminino representava 66,1% do masculino.

ANEXO X

(D33) Release: 08/09/2010 (PNAD 2009)	O Globo	O Estado de São Paulo	Folha de São Paulo
(T) PNAD 2009: rendimento e número de trabalhadores com carteira assinada sobem e desocupação aumenta	[Dentro do box Eleições 2010, abaixo da matéria principal “Serra reage e diz que Lula serve à estratégia ‘caixa-preta’ do PT] (T) O país de Lula: esgoto em baixa, consumo em alta	(T) Prosperidade, mas com menos fôlego (Sub) Pesquisa do IBGE mostra que avanços sociais resistiram à crise de 2009. Ritmo da melhora, porém, desacelerou	(T) A conta não fecha (T) Crise faz desemprego crescer 18%, diz Pnad
(P1) A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009 mostra avanços em diversos indicadores, como o aumento do percentual de empregados com carteira assinada, de 58,8% em 2008 para 59,6% em 2009. O rendimento mensal real de trabalho também permaneceu em elevação, com aumento de 2,2% entre 2008 e 2009, e a concentração desses rendimentos, medida pelo Índice de Gini, continuou se reduzindo, de 0,521 para 0,518 (quanto mais perto de zero, menos desigual é a distribuição). Além disso, o trabalho infantil prosseguiu em queda (em 2009, 4,3 milhões de pessoas de 5 a 17 anos trabalhavam, contra 4,5 milhões em 2008 e 5,3 milhões em 2004). e a escolaridade dos trabalhadores continuou em alta. Em 2009, 43,1% da população ocupada tinham pelo menos o ensino médio completo, contra 41,2% em 2008 e 33,6% em 2004, e os trabalhadores com nível superior completo representavam 11,1% do total, frente a 10,3% em 2008 e 8,1% em 2004. (P2) Por outro lado, o mercado de trabalho brasileiro, como ocorreu na maioria dos países, sentiu os reflexos da crise internacional. Em relação a 2008, houve aumento de 18,5% na população desocupada (de 7,1 para 8,4	(P1) A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2009), divulgada pelo IBGE, confirma que o acesso a bens duráveis cresceu, mas o país ainda vive o drama da falta de saneamento. O número de lares ligado à rede coletora ficou praticamente estagnado, caindo de 59,3% par 59,1%. O desemprego subiu na crise, mas o brasileiro comprou mais DVDs e máquinas de lavar. Míriam Leitão: Privatizada, telefonia cresceu 337%. Na mão de governos, saneamento não anda.	(P1) Os avanços sociais dos últimos anos resistiram à crise de 2009 – houve continuidade do aumento da renda, da expansão do consumo e da queda da desigualdade. Para os 10% mais pobres, porém, o ritmo de melhora da renda desacelerou e o desemprego cresceu ante 2008. A renda real média do trabalho ainda está abaixo do nível que prevaleceu entre 1995 e 1998. (...) No ano passado, 8,4% dos brasileiros estavam na linha de extrema pobreza. Em 2008, eram 8,8%. A redução de 2007 para 2008, no entanto, foi mais acentuada, de 1,5 pontos. A Pnad mostra que no ano passado, enquanto 59,15 dos domicílios tinham acesso a saneamento básico, 72% possuíam aparelho de DVD. Marcelo Neri – A grande inovação da década que esta Pnad encerra é que a desigualdade continua em queda, ano após ano, desde 2001. Como consequência a pobreza continua a decrescer.	(P1) A crise de 2009 gerou alta de 1,3 milhão no total de desempregados do país, aumento de 18,3% em relação a 2008, o maior da década, segundo a Pnad, do IBGE. A renda teve avanço de 2,2%, ficando com ganho médio de R\$ 1.106. Mesmo em ascensão desde 2005, o patamar ainda é menor que R\$ 1,144 de 1996.

milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade), sobretudo entre os mais jovens, e crescimento da taxa de desocupação, de 7,1% para 8,3%, invertendo uma tendência de queda nesse indicador que se mantinha desde 2006. A população ocupada, estimada em cerca de 92,7 milhões, não se alterou significativamente frente ao ano anterior (aumento de 0,3%), e o nível de ocupação caiu de 57,5% para 56,9%. (P3) Em relação às condições de vida da população, a pesquisa mostra que vem aumentando o acesso a serviços como abastecimento de água por rede geral (de 42,4 milhões em 2004 para 49,5 milhões em 2009), coleta de lixo (de 43,7 milhões em 2004 para 51,9 milhões em 2009), iluminação elétrica (de 50,0 milhões em 2004 para 57,9 milhões em 2009) e rede coletora ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto (de 29,1 milhões em 2004 para 34,6 milhões em 2009). O acesso a bens duráveis, como máquina de lavar, TV e geladeira, também vem crescendo, bem como o percentual de residências que têm computador (34,7% em 2009), Internet (27,4%) e telefone celular (78,5%). (P4) Quanto à escolaridade, houve leve redução da taxa de analfabetismo para as pessoas de 15 anos ou mais de idade (de 11,5% em 2004 para 9,7% em 2009) e da taxa de analfabetismo funcional para essa mesma faixa etária, de 24,4% para 20,3%.			
--	--	--	--

ANEXO XI

(D48) Release: 21/09/2012 (PNAD 2011)	O Globo	O Estado de São Paulo	Folha de São Paulo
(T) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2011 PNAD 2011: crescimento da renda foi maior nas classes de rendimento mais baixas	(T) Mais jovens fora da escola (Sub) IBGE: 1,7 milhão deixaram salas de aula. (Sub) Mercadante fala em ampliar Bolsa Família	(T) Economia lenta não freia o avanço social (Sub) Apesar do baixo crescimento, Pnad 2011 mostra melhoria nas condições de vida	(T) Velhos trabalham mais; jovens priorizam estudo
(P1) A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011 mostra que, de 2009 para 2011, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas e com rendimento, cresceu 8,3%. Na divisão por faixas de rendimento, o maior aumento nos rendimentos de trabalho (29,2%) foi observado nos 10% com rendimentos mais baixos. De modo geral, houve redução no crescimento do rendimento conforme seu valor aumentava. (P2) Com isso, o Índice de Gini para os rendimentos de trabalho no Brasil recuou de 0,518 em 2009 para 0,501 em 2011 (quanto mais próximo de zero, menos concentrada é a distribuição dos rendimentos). Entre as regiões, apenas no Norte aumentou o índice, de 0,488, em 2009, para 0,496, em 2011. Ao contrário das outras regiões, no Norte o maior aumento dos rendimentos ocorreu para os 5% que recebiam mais (de R\$ 5.840,00 para R\$ 6.429,00). Nas demais regiões o aumento no rendimento foi maior para os mais desfavorecidos e menor para os 10% com maiores rendimentos; a queda mais expressiva do índice de Gini foi observada no Sul (de 0,482 para 0,461). (P3) O rendimento médio mensal real dos domicílios particulares permanentes com rendimento foi estimado em R\$ 2.419,00 em 2011, representando ganho real de 3,3% em relação ao de 2009 (R\$ 2.341,00). Houve aumento	Aumentou o número de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola. A conclusão é da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE. A taxa de escolarização desse grupo, que deveria estar no ensino médio, caiu de 85,2% para 83,7% em dois anos. O país tem 1,72 milhão desses jovens fora da escola. “É uma geração chave, que está desiludida quanto ao ensino e se perde. “, diz Naércio Menezes Filho, do Insper. O ministro Aloizio Mercadante pretende ampliar o Bolsa Família. [esse assunto está no pé da abertura do release] [Chamadas complementares] [título] Brasileiro dá tchau ao fixo Pela pesquisa, praticamente metade (49,7%) das casas agora tem apenas telefones celulares. [título] Com lavadoras, mas sem água A máquina de lavar já está na maioria dos domicílios, mas outros 15% não têm água encanada	Apesar de o crescimento da economia ter desacelerado, os avanços sociais em termos de trabalho, renda e redução da desigualdade, registrados desde 2004, continuaram no primeiro ano do mandato de Dilma Rousseff. Esse é o quadro que sobressai da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2011, divulgada ontem pelo IBGE. Os destaques foram a criação de 1 milhão de empregos em dois anos, a queda do desemprego para 6,7% e a redução da desigualdade em ritmo superior à média de 2004 a 2009. Em dois anos, mais 9,9 milhões de brasileiros passaram a acessar a internet.	(P1) As pessoas mais velhas permanecem empregadas por mais tempo. Já os jovens estudam mais e adiam a entrada no mercado. As conclusões são da Pnad (...), que revelou ainda queda na taxa de analfabetismo. (P2) Acima dos 50 anos, a taxa de desemprego caiu de 3,1% em 2009 para 2,4% em 2011, a mais baixa entre as faixas etárias. Enquanto isso, o número de pessoas ocupadas até 30 anos reduziu. Entre as causas, estão o envelhecimento da população e o aumento da renda.

do rendimento domiciliar em todas as grandes regiões. O Nordeste registrou a menor variação (2,0%) em relação a 2009, assim como, o menor valor (R\$ 1.607,00). (P4) De 2009 para 2011, houve um aumento 3,6 milhões de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado. (...) (P5) (...) Mais da metade dos desocupados eram mulheres, 35,1% nunca trabalharam, mais de um terço (33,9%) eram jovens entre 18 e 24 anos de idade; 57,6% pretos ou pardos e 53,6% com ensino médio incompleto. (P6) A PNAD também confirmou a tendência de queda no trabalho infantil (5 a 17 anos) em 2011. Em dois anos, houve redução de 14%; entretanto, esse contingente chega a 3,7 milhões. (P7) Observou-se que a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade no Brasil em 2011 foi de 8,6% (12,9 milhões de analfabetos), 1,1 ponto percentual a menos do que em 2009 (9,7%, 14,1 milhões de analfabetos). Dos analfabetos, 96,1% tinham 25 anos ou mais de idade. Desse grupo, mais de 60% tinham 50 anos ou mais de idade (8,2 milhões). Em 2011, a população de 10 anos ou mais de idade tinha, em média, 7,3 anos de estudo. As mulheres, de modo geral, eram mais escolarizadas que os homens, com média de 7,5 anos de estudo, enquanto eles tinham 7,1 anos de estudo. (P8) De 2009 para 2011, a taxa de escolarização (...) das crianças entre 6 e 14 anos de idade aumentou em 0,6 ponto percentual, chegando a 98,2%. Já para os jovens entre 15 e 17 anos, o percentual caiu de 85,2% para 83,7% no mesmo período.			
--	--	--	--

ANEXO XII

(D52) Release: 18/09/2014 (PNAD 2013)	O Globo	O Estado de São Paulo	Folha de São Paulo
(T) PNAD 2013 retrata mercado de trabalho e condições de vida no país	(T) Desemprego e desigualdade aumentam, mas renda sobe Inflação corroeu o ganho dos mais pobres Saneamento melhora e cresce acesso à internet	(T) Desemprego cresce e desigualdade para de cair	(T) Sob Dilma, queda da desigualdade trava no país
(P1) A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013 mostrou que a população do país foi estimada em 201,5 milhões de pessoas, sendo 51,5% de mulheres, 46,1% de brancos e 37,6% de pessoas de 40 anos ou mais de idade. Em 2013, observou-se que as pessoas de 40 a 59 anos eram as mais representativas entre os migrantes tanto em relação ao município (33,8%) quanto à unidade da federação (35,6%). A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade ficou em 8,3%, o que corresponde a 13,0 milhões de pessoas. (P2) A população desocupada cresceu 7,2% em relação a 2012, e a ocupada cresceu 0,6%. A taxa de desocupação se elevou de 6,1% para 6,5% em 2013 (foi o ano com a segunda menor taxa na série harmonizada de 2001 a 2013). O trabalho com carteira assinada, no entanto, continuou a crescer, subindo 3,6% em relação a 2012 e abrangendo 76,1% dos empregados do setor privado. O trabalho das crianças e adolescentes recuou 12,3% em relação a 2012, o equivalente a menos 438 mil crianças e adolescentes com idade entre 5 e 17 anos no mercado de trabalho. (P3) O país registrou aumento real de 2012 para 2013 no rendimento mensal domiciliar (de R\$ 2.867 para R\$ 2.983), de todos os trabalhos (de R\$ 1.590 para R\$ 1.681) e de todas as fontes (de R\$ 1.516 para R\$ 1.594).	O freio na economia e a inflação mais alta fizeram a desigualdade avançar em 2013, o que não ocorria há 20 anos. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, mostrou ainda que o desemprego subiu de 6,1% para 6,5% com 6,693 milhões de desempregados. Apesar disso, a renda dos trabalhadores aumentou 5,7%. O ganho foi maior para os 10% mais ricos. Entre os 10% mais pobres, foi de só 3,5%. Isso explica a piora na distribuição de renda. Candidatos à presidência, Dilma afirmou que o desemprego ainda é baixo, Aécio falou em “fracasso do governo” e Marina culpou “políticas erradas”. Míriam Leitão Pnad enriquece o debate eleitoral Merval Pereira Começou a chegar a conta da desaceleração do PIB	(P1) A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que a taxa de desemprego ficou em 6,5% no ano passado – acima dos 6,1% registrados em 2012. Já o índice de Gini, que mede concentração de renda, piorou para 0,498, ante 0,496 em 2012 – quanto mais perto de zero, menor a desigualdade. A explicação para o que o IBGE considera estagnação está na disparidade de ganhos entre pobres e ricos. O rendimento do trabalho emendou o 9º ano seguido de crescimento em 2013, mas 324 mil brasileiros entraram para a extrema pobreza. (P2) Candidata à reeleição, Dilma Rousseff (PT) minimizou os números, afirmando que, ao se olhar para a frente, “há uma extraordinária queda da desigualdade”. Para Marina Silva (PSB), o aumento do desemprego e da desigualdade é resultado de “políticas erráticas” do governo. Aécio Neves (PSDB) disse que “a administração da pobreza faz bem ao projeto do PT”.	(P1) O mais conhecido termômetro de concentração de riqueza, o índice de Gini, registrou leve piora no ano passado mostra a PNAD, pesquisa feita pelo IBGE. O indicador sobre o rendimento do trabalho passou 0,496 para 0,498 em 2013. (...) Para especialistas, há esgotamento de fatores que levaram a bons resultados desde os anos 1990, como emprego em alta e programas para transferir renda. (P2) A presidente Dilma (PT) minimizou os dados. Disse haver flutuação normal na estagnação da queda da desigualdade e taxa de desemprego pontual. Para Marina Silva (PSB), os dados refletem políticas erradas do PT. Aécio Neves (PSDB) disse que eles mostram “fracasso” de Dilma. Análise Com crescimento mais fraco, o salário mínimo, que ajudou a diminuir a desigualdade, já não conta mais com reajustes vigorosos.

As medidas de distribuição de renda (índices de Gini) ficaram praticamente estáveis em todas as comparações com o ano anterior, mas melhoraram em relação a 2004. Todas as categorias de emprego obtiveram ganhos reais de rendimento do trabalho principal em 2013, sendo o mais expressivo entre trabalhadores sem carteira (10,2%). (P4) O nível da ocupação (proporção de pessoas ocupadas na população em idade ativa) foi de 61,8% em 2012 para 61,2% em 2013. (P5) A taxa de desocupação (proporção de pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa) se elevou de 6,1% para 6,5% em 2013. Foi o ano com a segunda menor taxa na série harmonizada de 2001 a 2013. (P6) O índice de Gini da distribuição do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos ficou em 0,498 em 2013, frente a 0,496 em 2012. O menor grau de concentração de renda foi encontrado na região Sul (0,457). A região Nordeste apresentou o maior nível de desigualdade (0,523). (P7) Constatou-se melhora nas distribuições dos rendimentos de trabalho e de todas as fontes. De 2001 para 2012, o índice de Gini (quanto maior, mais desigual) da distribuição do rendimento de trabalho diminuiu continuamente, de 0,563 para 0,496, mas em 2013 ficou em 0,498, patamar inferior ao de 2011 (0,499). O índice da distribuição do rendimento de todas as fontes também caiu continuamente: ficou estável em 2001 e 2002 com coeficiente de 0,569, diminuiu para 0,504 em 2012, mas em 2013 também voltou ao patamar de 2011, de 0,505.			
---	--	--	--